

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR  
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília  
2016



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR  
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 146/2015, da DN TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

Brasília  
2016



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ACF	Acordo de Cooperação Financeira
A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AF	Agentes Financeiros
ATM	Automated Teller Machines (Terminais de autoatendimento)
AUDAE	Auditoria Nacional Atividades Especializadas
AUDAT	Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas
AUDIR	Auditorias Regionais
AUDIT	Auditoria Geral
AUDRE	Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade
AUDTI	Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação
BACEN	Banco Central do Brasil
BI	<i>Business Intelligence</i>
BMUB	<i>Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety</i>
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPMCMV	Comitê de Acompanhamento do PMCMV
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCA	Licenciamento Ambiental Federal
CCAF	Comitê de Compensação Ambiental Federal
CCFCVS	Conselho Curador do FCVS
CCFDS	Conselho Curador do FDS
CCFGTS	Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
CEF	Caixa Econômica Federal
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGGS	Comitê Gestor do Garantia
CGP MANAUS	Comitê Gestor das Parcerias Público-Privadas
CGU	Controladoria Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFIN	Coordenação Geral de Programação Financeira
CORED	Corregedoria Geral
COSIF	Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CTC	Centro Tecnológico de Brasília
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DEFUS	Diretoria Executiva de Fundos de Governo
DEORE	Diretoria Executiva de Organização e Estratégia
DETEC	Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação
DFI	Danos Físicos do Imóvel
DN	Decisão Normativa
EAD	Educação à Distância
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EO	Entidade Organizadora



FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGCN	Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGHab	Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGP/PR	Fundo Garantidor Das Parceria Público-Privada do Paraná
FGPPP/AM	Fundo Garantidor de Parceria Público-Privada do Estado do Amazonas - FGPPP/AM
FGPSB	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas de Serviços de Saneamento Básico do Município de Macaé
FGS	Fundo Garantia Safra
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FI	Fundo de Investimento
FIES	Financiamento
FLORAM	Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis
FPHS	Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNGEP	Fundo Municipal Garantidor dos Projetos de Parceria Público-Privada
GECOG	Gerência Nacional de Competências Organizacionais
GEDEC	Gerência Nacional de Desenvolvimento e Capacitação
GEING	Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva
GEORC	Gerência Nacional de Orçamento
GERSA	Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
GIZ	<i>Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFRS	<i>International Financial Reporting standards</i>
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>
IN	Instrução Normativa
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
KfW	<i>Bankengruppe</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MIP	Morte e Invalidez Permanente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Manual Normativo
MP	Medida Provisória
MPE	Ministério Público do Estado do Paraná
MPF	Ministério Público Federal
N/A	Não se aplica
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional Tipo B
OBR	Ordem Bancária
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCS	Programa de Crédito Solidário
PDG	Programa de Dispêndios Globais



PDTI	Plano Diretor do TI
PETI	Plano Estratégico de TI
PF	Programação Financeira
PIS	Programa de Integração Social
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPA	Plano Plurianual
PROCON	Proteção ao Consumidor
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental CAIXA
RCC	Responsabilidade Civil do Construtor
REAUD	Representações de Auditoria
REE	Reciclagem de Resíduos Eletroeletrônicos
RG	Relatório de Gestão
RH	Recursos Humanos
RP	Restos a pagar
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RVD	Programa de Remuneração Variável
S.A.	Sociedade Anônima
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCA	Seguro de Crédito ao Adquirente
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão.
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
SNDC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
SPE	Sociedade de Propósito Especial
SRF	Secretaria da Receita Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TFL	Terminais Financeiros Lotéricos
TI	Tecnologia da Informação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TVM	Títulos e Valores Mobiliários
UC	Universidade CAIXA
UG	Unidade Gestora
UH	Unidade Habitacional
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade orçamentária



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	18
Quadro 02 - Macroprocessos Finalísticos .....	18
Quadro 03 - Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentárias no PPA.....	20
Quadro 04 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.122.0807.3286 .....	23
Quadro 05 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.122.0807.4101 .....	23
Quadro 06 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.122.0807.4102 .....	23
Quadro 07 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.126.0807.4103 .....	24
Quadro 08 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.694.0781.3252 .....	24
Quadro 09 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.694.0781.4106 .....	24
Quadro 10 - Despesas Correntes .....	25
Quadro 11 - Despesas de Capital .....	26
Quadro 12 - Despesas por modalidade de contratação.....	27
Quadro 13 - Unidades que compõem a Auditoria Geral - AUDIT .....	32
Quadro 14 - Quantidade de ações da auditoria.....	33
Quadro 15 - Quantidade de trabalhos por tipo .....	33
Quadro 16 - Horas planejadas x horas executadas 2015 .....	34
Quadro 17 - Providências Disciplinares.....	37
Quadro 18 - Total de reclamações.....	44
Quadro 19 - Quantidade de denúncias e reclamações .....	45
Quadro 20 - Quadro Reclamações tratadas pela Ouvidoria CAIXA.....	46
Quadro 21 - CAIXA Operações de Crédito (Saldo).....	51
Quadro 22 - CAIXA Saldos de Depósitos .....	52
Quadro 23 - CAIXA Fundos de Governo (Valor dos ativos) .....	52
Quadro 24 - CAIXA Administração do FGTS.....	52
Quadro 25 - CAIXA Benefícios ao Trabalhador.....	53
Quadro 26 - CAIXA Programas de Transferência de Renda .....	53
Quadro 27 - CAIXA Indicadores de Desempenho.....	54
Quadro 28 - Força de Trabalho da CAIXA.....	55
Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	55
Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	56
Quadro 31 - Quantidade de servidores da CAIXA por nível de escolaridade (Situação em 31/12/2015) .....	57
Quadro 32 - Capacitação e Treinamento .....	58
Quadro 33 - Despesas do pessoal.....	60
Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade .....	61
Quadro 35 - Composição do Quadro de Estagiários Histórico 2014 e 2015.....	62
Quadro 36 - Mapeamento das unidades com competências específicas identificadas no âmbito matriz .....	64
Quadro 37 - Ações educacionais realizadas em 2015 .....	69
Quadro 38 - Ações educacionais efetivamente realizadas em 2015 (Cursos externos) .....	69
Quadro 39 - Cursos Internos/ Universidade CAIXA (Cursos Presenciais e Educação à Distância-EAD) .....	69
Quadro 40 - Quantitativo de pessoas.....	70
Quadro 41 - Quantidade de materiais reciclados (tonelada) .....	75
Quadro 42 - Doação de ATM em 2015.....	75
Quadro 43 - Quantidade de empregados que cursaram de módulos do Programa Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos em 2015 .....	77
Quadro 44 - Composição do Patrimônio Líquido do Fundo .....	82
Quadro 45 - FGHab (Operações garantidas) .....	83



Quadro 46 - Consolidado das honras de garantias pelo FGHab.....	83
Quadro 47 - Situação das obras do PMCMV (Qtd Empreendimentos.).....	87
Quadro 48 - Situação geral das UHs do PMCMV (Qtd. de Unidades Habitacionais) .....	87
Quadro 49 - Aporte de Recursos - PNHR 2015 (Valores em R\$) .....	92
Quadro 50 - Transferência de Recursos OGU - PNHR 2015 (Valores em R\$) .....	92
Quadro 51 - Contrapartida (Valores em R\$) .....	93
Quadro 52 - Comportamento do Retorno de Contrapartida .....	93
Quadro 53 - Contratações/UH no âmbito PNHR - 2011/2015.....	93
Quadro 54 - Metas Físicas dos Programas até 2015 (Valores em R\$) .....	94
Quadro 55 - Aportes (Valores em R\$) .....	95
Quadro 56 - Pagamento de Subsídios (Valores em R\$) .....	95
Quadro 57 - Atualização Monetária (Valores em R\$) .....	96
Quadro 58 - Taxa de Administração (Valores em R\$) .....	96
Quadro 59 - Metas Físicas dos Programas até 2016 (Valores em R\$) .....	97
Quadro 60 - Aportes (Valores em R\$) .....	97
Quadro 61 - Pagamentos de Subsídios (Valores em R\$) .....	98
Quadro 62 - Atualização Monetária (Valores em R\$) .....	98
Quadro 63 - Taxa de Administração (Valores em R\$) .....	98
Quadro 64 - FUNGEP - Extrato de Movimentação 2015 .....	100
Quadro 65 - FUNGEP - Indicador de Rentabilidade 2015.....	100
Quadro 66 - FGPSB - Extrato de Movimentação 2015.....	102
Quadro 67 - FGPSB Indicador de Rentabilidade 2015 .....	102
Quadro 68 - FGPPP-AM Extrato de Movimentação.....	103
Quadro 69 - FGPPP-AM Indicador de Rentabilidade 2015.....	103
Quadro 70 - FGP/PR Extrato de Movimentação/Patrimônio 2015 (Conta Gráfica) .....	104
Quadro 71 - FGP/PR - Indicador de Rentabilidade – 2015 .....	104
Quadro 72 - FI FGP/PR Extrato de Movimentação 2015 (Fundo de Investimento – FI FGP/PR) .....	105
Quadro 73 - FGP/PR Indicador de Rentabilidade 2015 .....	105
Quadro 74 - Movimentação Financeira .....	108
Quadro 75 - Resultado Líquido .....	108
Quadro 76 - Movimentação Financeira.....	109
Quadro 77 - Movimentação Financeira.....	110
Quadro 78 - Contratos 2015.....	110
Quadro 79 - Gestão Financeira 2015 .....	112
Quadro 80 - Valores FSA CAIXA Comprometidos por Planos de Aplicação e Linhas Temáticas.....	117
Quadro 81 - Valores FSA CAIXA Comprometidos e Desembolsados – ACF assinados e com desembolso em 2015 .....	118
Quadro 82 - Detalhamento dos projetos em andamento no exercício de 2015 .....	118
Quadro 83 - Identificação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS .....	124
Quadro 84 - Ativo FAS (Exercício 2015) .....	128
Quadro 85 - Movimentação financeira FAS (Exercício 2015) .....	128
Quadro 86 - Passivo e PL FAS (Exercício de 2015) .....	129
Quadro 87 - Movimentação da taxa de administração no exercício de 2015 .....	129
Quadro 88 - Resultado FAS (Exercício de 2015) .....	129
Quadro 89 - Contas de compensação (Exercício de 2015) .....	130
Quadro 90 - Identificação CEF /Depósitos Judiciais e Extrajudiciais .....	131
Quadro 91 - Áreas responsáveis CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais.....	132
Quadro 92 - Movimentação financeira CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (Exercício 2015) .....	136



Quadro 93 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário .....	140
Quadro 94 - Contratos (vigentes e encerrados) revisados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012 .....	143
Quadro 95 - Despesa com publicidade.....	145
Quadro 96 - Contratos firmados com as agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda .....	145

#### LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organograma CAIXA .....	17
Figura 02 - Estrutura de Governança da CAIXA .....	28
Figura 03 - Organograma AUDIT.....	31
Figura 04 - Fluxo decisório .....	48
Figura 05 - Linha do Tempo FSA .....	115
Figura 06 - Estrutura funcional FAS .....	126

#### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Total de Reclamações .....	44
Gráfico 02 - Representatividade das reclamações nos canais .....	45

#### LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas .....	146
Anexo II - Macroprocessos finalísticos .....	151
Anexo III - Gestão de riscos e controles internos .....	159
Anexo IV - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade .....	219
Anexo V - Ações educacionais realizadas em 2015 (Área de TI).....	250
Anexo VI - Fundo Socioambiental CAIXA - Operações realizadas em 2015 .....	262
Anexo VII - Demonstrações Contábeis - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social .....	273
Anexo VIII - Demonstrações Contábeis - CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais .....	281
Anexo IX - Demonstrações Contábeis CAIXA 2015 .....	291



## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO .....	13
2	VISÃO GERAL DA UNIDADE .....	15
2.1	Finalidades e Competências.....	15
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	15
2.3	Ambiente de atuação.....	16
2.4	Organograma.....	17
2.5	Macroprocessos finalísticos .....	17
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL .....	18
3.1	Planejamento Organizacional.....	18
3.1.1	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	18
3.2	Desempenho Orçamentário.....	18
3.2.1	Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados ...	18
3.2.1.1	Análise dos resultados das iniciativas orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentária no PPA .....	21
3.2.2	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	22
3.2.3	Informações sobre a execução das despesas .....	25
4	GOVERNANÇA.....	28
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	28
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados .....	30
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna.....	31
4.3.1	Estratégia de atuação da auditoria interna.....	31
4.3.2	Auditorias realizadas em 2015 .....	33
4.3.3	Execução do plano anual de auditoria.....	33
4.3.4	Principais resultados dos trabalhos de auditoria realizados no ano.....	35
4.3.5	Adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria.....	36
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	37
4.5	Gestão de riscos e controles internos .....	38
4.6	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada pela CAIXA.....	38
4.7	Política de remuneração dos Dirigentes, dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal .....	38
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	41
5.1	Canais de acesso do cidadão .....	41
5.1.1	Quantidades de reclamações (SAC, Ouvidoria, PROCON, BACEN e Outras origens).....	44
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão .....	48
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	48
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	49
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	50
6.1	Desempenho financeiro no exercício.....	50

6.1.1	Principais Realizações.....	50
6.1.2	Desempenho Econômico-Financeiro .....	53
6.2	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas .....	54
7	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	55
7.1	Gestão de pessoas.....	55
7.1.1	Estrutura de pessoal da unidade .....	55
7.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal .....	60
7.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	61
7.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	61
7.1.5	Indicadores gerenciais relacionados à gestão de pessoas.....	63
7.1.6	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.....	64
7.1.6.1	Identificação da entidade fechada de previdência complementar patrocinada.....	66
7.1.6.2	Visão gerencial dos valores envolvidos .....	66
7.1.6.3	Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar.....	67
7.1.6.4	Conclusões do relatório de auditoria independente.....	67
7.1.6.5	Conclusões do último estudo atuarial.....	67
7.1.6.6	Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001.....	67
7.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	68
7.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	68
7.3	Gestão da tecnologia da informação .....	68
7.3.1	Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.....	68
7.3.2	Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.....	68
7.3.3	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.....	69
7.3.4	Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI. ....	70
7.3.5	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.. ....	70
7.3.6	Principais projetos de TI desenvolvidos em 2015.....	71
7.3.7	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI.....	71
7.4	Gestão ambiental e sustentabilidade .....	73
7.4.1	Política de sustentabilidade ambiental .....	73
7.4.2	Programa Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P .....	73
7.4.3	Separação e destinação dos resíduos recicláveis descartados, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.....	74
7.4.4	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	75
7.4.5	Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.....	77
7.4.6	Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.....	79
7.5	Gestão de fundos e de programas.....	80
7.5.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	80
7.5.1.1	Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.....	80

7.5.1.2 Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab .....	81
7.5.1.3 Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN .....	84
7.5.1.4 Fundo de Arrendamento Residencial - FAR .....	85
7.5.1.5 Fundo de Desenvolvimento Social - FDS .....	88
7.5.1.6 Fundo Garantia-Safra – FGS .....	89
7.5.1.7 Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR .....	91
7.5.1.8 Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS .....	93
7.5.1.9 Casa Paulistana.....	96
7.5.1.10 Fundo Municipal Garantidor Dos Projetos de Parceria Público-Privada – FUNGEP.....	99
7.5.1.11 Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas de Serviços de Saneamento Básico do Município de Macaé - FGPSB .....	101
7.5.1.12 Fundo Garantidor de Parceria Público-Privada do Estado do Amazonas - FGPPP/AM..	102
7.5.1.13 Fundo Garantidor Das Parceria Público-Privada do Paraná - FGP/PR .....	104
7.5.1.14 Contas de Compensação Ambiental - Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAM .....	106
7.5.1.15 Contas de Compensação Ambiental - Licenciamento Ambiental Federal – CCA.....	107
7.5.1.16 Contas de Compensação Ambiental - Acordo Judicial Entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Paraná e Petrobrás.....	108
7.5.1.17 Contas de Compensação Ambiental - Termo de Ajustamento de Conduta Companhia Energética do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal .....	109
7.5.1.18 Projeto Cerrado Jalapão.....	111
7.5.1.19 Projeto Car – Kfw - Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado .....	112
7.5.1.20 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS .....	113
7.5.2 Informações sobre o Fundo Socioambiental.....	115
7.5.2.1 Criação, Objetivo, Origem dos Recursos, Estrutura, Plano de Aplicação, Modalidades ..	115
7.5.2.2 Valores Comprometidos e Desembolsados no Exercício por Linha Temática .....	117
7.5.2.3 Detalhamento dos projetos em andamento no exercício a que as contas se referem, informando, no mínimo, valor comprometido, valor desembolsado, data da assinatura do acordo, instituição beneficiada.....	118
7.5.2.3 Destaque para alguns resultados alcançados no período (efetividade/impacto das ações).	118
7.5.3 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.....	124
7.5.3.1 Identificação .....	124
7.5.3.2 Finalidade e competências institucionais .....	124
7.5.3.3 Organograma Funcional do FAS.....	125
7.5.3.4 Situação atual do FAS .....	127
7.5.3.5 Resumo Contábil .....	128
7.5.3.6 Demonstrações Contábeis .....	130
7.5.3.7 Auditorias Interna e Externa.....	130
7.6 CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais .....	131
7.6.1 Identificação.....	131
7.6.2 Base normativa relacionada aos depósitos judiciais e extrajudiciais .....	133
7.6.3 Informações sucintas do relacionamento com a Secretaria do Tesouro Nacional para o gerenciamento do fluxo de trabalho de operacionalização dos depósitos.....	133
7.6.4 Gestão de riscos e controles instituídos para garantir o desempenho da CAIXA na gestão dos depósitos.....	134

7.6.5	Demonstração do fluxo financeiro dos depósitos no exercício, comparativamente ao anterior, demonstrando também, de forma gerencial, os quantitativos de depósitos .....	135
7.6.6	Principais auditorias e fiscalizações realizadas na gestão dos depósitos judiciais e extrajudiciais no exercício, pela auditoria interna da CAIXA ou externa, informando as constatações e conclusões dos auditores .....	136
7.6.7	Demonstrações contábeis .....	137
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE ....	138
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	138
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	138
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	139
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	140
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	141
8.5.1	Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação .....	141
8.5.2	Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.....	142
8.5.3	Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato. ....	142
8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda .....	144
9	ANEXOS .....	146

## 1 APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta um conjunto de informações, documentos e demonstrativos financeiros relativos à gestão da Caixa Econômica Federal – CAIXA, no exercício de 2015, e foi organizado de maneira que possibilite a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

A elaboração do Relatório de Gestão - RG obedeceu ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013 e nas Decisões Normativas do TCU nº 146/2015, nº 147/2015, as quais estabelecem os conteúdos do RG, bem como nas orientações contidas na Portaria TCU nº 321/2015 e na Portaria CGU nº 522/2015.

Os itens protegidos por sigilo, respaldados pelo Decreto nº 7.724/2012, que regulamentou a Lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, determinou no parágrafo 2º do artigo 5º:

*[...] Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.*

Evoca-se o dispositivo ora mencionado, em proteção aos itens relacionados a seguir:

- Descrição sintética dos objetivos do exercício;
- Informações sobre a remuneração paga aos administradores, conforme quadros da Portaria nº 321/2015 (Informação apresentada parcialmente na seção 4);
- Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas;
- Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU (Informação apresentada parcialmente na seção 8);
- Informações sobre o tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula (Informação apresentada parcialmente na seção 8);
- Descrição do Plano Estratégico de TI - PETI e/ou Plano Diretor do TI - PDTI, apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional (Informação apresentada parcialmente na seção 7);
- Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas (Informação apresentada parcialmente na seção 7);
- Descrição dos principais sistemas de informação, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade;
- Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado (Informação



apresentada parcialmente na seção 7);

- Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão (Informação apresentada parcialmente na seção 7);
- Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade (Informação apresentada parcialmente na seção 7);

Essas informações são protegidas por sigilo mas compõe o arcabouço de documentos necessários à Prestação de Contas Anual da CAIXA, referente ao exercício de 2015, e poderão ser disponibilizadas aos órgãos de Controle, caso sejam requisitadas.



## 2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 2.1 Finalidades e Competências

Aos 155 anos de existência, a CAIXA mantém o seu compromisso de ser mais que um banco. É uma Instituição presente na vida de milhões de brasileiros, atuando na implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incentivando inclusão social.

A Instituição é responsável pela prestação de serviços como poupança, empréstimos, FGTS, Programa de Integração Social - PIS, Seguro-Desemprego, crédito educativo (FIES), financiamento habitacional, transferência de benefícios sociais, programas sociais do governo, como o Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida e a exclusividade dos empréstimos sob penhor.

Além disso, a CAIXA é o maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico. Destaca-se como o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, administradora do FGTS e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH.

Desde sua criação, a Instituição não parou de crescer, de se desenvolver, de diversificar e ampliar suas áreas de atuação. Além de atender a correntistas, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores, acredita e apoia iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas em todo o Brasil garantindo um lugar de destaque no dia a dia das pessoas, pois acredita que pode fazer o melhor pelo País e pela sociedade.

A CAIXA possui posição consolidada no mercado como uma instituição financeira e agente de políticas públicas, reconhecida pela sociedade como uma das empresas que mais contribuem para o crescimento do País e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

### 2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Caixa Econômica Federal - CEF é uma instituição financeira instituída sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda.

O Estatuto da Caixa Econômica Federal foi aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014.



### 2.3 Ambiente de atuação

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, com atuação em todo o território brasileiro e integrante do sistema financeiro nacional.

A Instituição presta serviços bancários de qualquer natureza, por meio de operações ativas, passivas e acessórias, inclusive de intermediação e suprimento financeiro, sob suas múltiplas formas com foco no incentivo à poupança e fomento ao crédito em todas as regiões do País. Ademais, administra, com exclusividade, os serviços das loterias federais, exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo, e atua como agente operador e financeiro do FGTS.

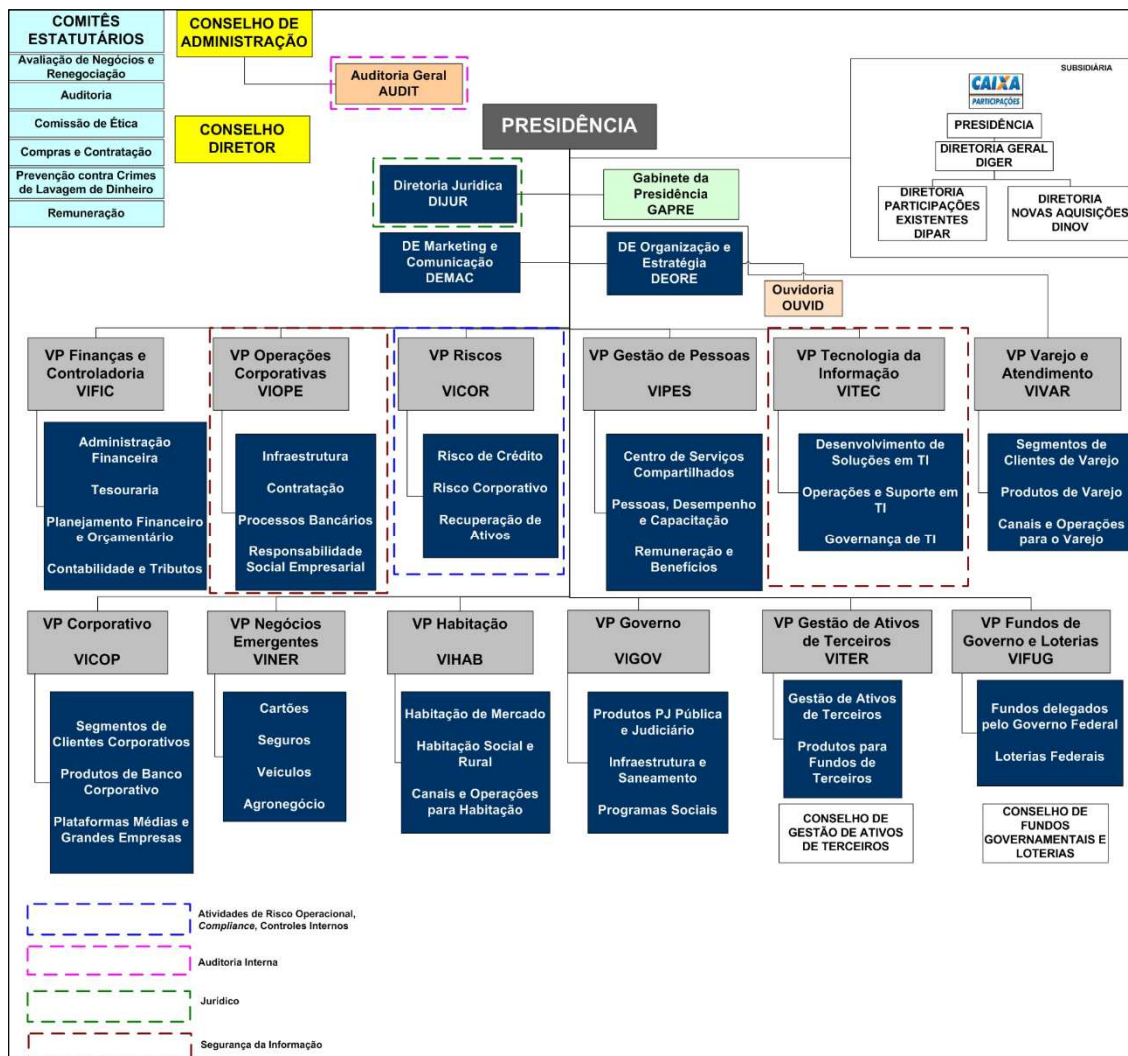
A CAIXA monitora o cenário político-econômico mundial e os movimentos dos seus principais concorrentes (cinco maiores bancos) de forma a considerar questões de cunho econômico e negocial na construção da sua estratégia e no seu campo de atuação.

Sob a ótica do setor público, a Instituição se propõe a atender a todos os clientes pessoas jurídicas públicas em todo o território nacional, por meio de completo portfólio de produtos e serviços proporcionando soluções para a implementação de políticas públicas, viabilizando novas soluções e antecipando-se às necessidades dos clientes.



## 2.4 Organograma

Figura 01 - Organograma CAIXA



O Quadro 01 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas está apresentado no Anexo I.

## 2.5 Macroprocessos finalísticos

As informações relacionadas aos macroprocessos finalísticos estão apresentadas no Quadro 02 - Macroprocessos Finalísticos, Anexo II.

### 3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

#### 3.1 Planejamento Organizacional

##### 3.1.1 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Com o objetivo de garantir o desdobramento da Estratégia Global CAIXA, foram aprovadas as aspirações de cada vice-presidência com um conjunto de referenciais estratégicos que são norteadores do Plano Orçamentário CAIXA, dos planos de negócios e dos planos funcionais de cada unidade.

#### 3.2 Desempenho Orçamentário

##### 3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Considerando a sistemática adotada no ciclo 2012-2015 do PPA, em que os Objetivos expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, ressalta-se que a CAIXA não é responsável por nenhum Objetivo específico, mas sim por algumas Iniciativas, as quais estão detalhadas no quadro a seguir.

Dessa forma, a abrangência da informação disponibilizada abaixo, referente aos Objetivos do PPA é parcial, refletindo apenas os desembolsos efetuados no âmbito da CAIXA, no exercício de 2015.

Quadro 03 - Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentárias no PPA

2015						
Programa	Iniciativa	Meta Física Quantidade	Meta Financeira (R\$)	Realizado Quantidade	Realizado Financeiro (R\$)	Período de apuração
2076 - Turismo	02VW - Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo país.	NÃO SE APLICA	1.884.206.369,00	NÃO SE APLICA	204.764.475,00	JAN a DEZ 2015
2049 - Moradia Digna	015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado (FIH).	NÃO SE APLICA	25.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	32.654.821.354,37	JAN a DEZ 2015
	015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado (SEFIH).	NÃO SE APLICA	5.465.000.000,00	NÃO SE APLICA	9.365.836.563,03	JAN a DEZ 2015
	015V - Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado (FIH).	NÃO SE APLICA	11.500.000.000,00	NÃO SE APLICA	7.149.030.038,82	JAN a DEZ 2015
	015V - Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado (SEFIH).	NÃO SE APLICA	1.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	633.808.373,59	JAN a DEZ 2015
	015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental.	NÃO SE APLICA	1.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	193.126.288,06	JAN a DEZ 2015
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	293 a 299 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização Copa do Mundo de Futebol de 2014 nas cidades sede (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Natal/RN, Porto Alegre/RS. Recife/PE), de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações.	NÃO SE APLICA	-	NÃO SE APLICA	112.803.960,46	JAN a DEZ 2015
	029G - Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.	NÃO SE APLICA	2.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	566.245.119,15	JAN a DEZ 2015

2015						
Programa	Iniciativa	Meta Física Quantidade	Meta Financeira (R\$)	Realizado Quantidade	Realizado Financeiro (R\$)	Período de apuração
	027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos.	NÃO SE APLICA	4.000.000.000,00	NÃO SE APLICA	1.047.994.734,80	JAN a DEZ 2015
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	030A - Capacitar às pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas.	<b>Meta não cadastrada no Sistema Integrado de Planejamento (SIOP).</b> Dentre algumas ações realizadas para capacitação de pessoas de baixa renda destaca-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”.				
	030B - Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população.	<b>Meta não cadastrada no SIOP.</b> Em 2014 foi solicitada a exclusão dessa iniciativa devido ao produto utilizar recursos da exigibilidade, vez que este já está contemplado na iniciativa do programa 2071, que tem meta vinculada ao microcrédito produtivo orientado.				
	030C - Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes.	NÃO SE APLICA	159.834.336,69	NÃO SE APLICA	166.842.222,12	JAN a DEZ 2015
	030D - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010.	1.500.000	30.000.000,00	2.734.590	76.905.607,00	JAN a DEZ 2015
2071 - Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	04FT - Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado sob a responsabilidade da CAIXA para retorno àquele Ministério - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer.	NÃO SE APLICA	950.000.000,00	NÃO SE APLICA	829.077.089,21	JAN a DEZ 2015

Fonte: Caixa Econômica Federal/ Diretoria Executiva de Organização e Estratégia – DEORE.

### 3.2.1.1 Análise dos resultados das iniciativas orçamentárias com financiamento de origem extra orçamentária no PPA

A iniciativa vinculada ao programa 2076 – Turismo visa disponibilizar crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo País e tem como produto vinculado o cartão turismo. Esse produto teve sua comercialização afetada ao longo do ciclo 2012-2015 devido à mudança da estratégia de cartões CAIXA que inicialmente apresentava taxas diferenciadas para os cartões turismo, e após a extensão dessa vantagem para os outros segmentos de cartões de crédito, resultou na redução da comercialização dos cartões turismo.

Com relação ao Programa 2049, Objetivo 383, Iniciativa 015S – Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado, o ritmo de contratação no Programa manteve-se estável com sensível crescimento no último trimestre de 2015. Além de alcançar a meta, o Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do FGTS, apresentou crescimento de 30% nos valores aplicados quando comparado ao ano de 2014. Já na distribuição das contratações, cabe destaque às regiões Sudeste, Nordeste e Sul que respondem por 84% do volume de recursos contratado no País, com aplicações de 40%, 22% e 22% respectivamente.

A CAIXA participa também do Programa 2049 – Moradia Digna, Objetivo 382, Iniciativa 015M – Apoio à urbanização de assentamentos precários – por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão socioambiental, por meio do Programa Pró-Moradia, que atualmente, diante da impossibilidade de contratação de novas operações, teve seu desempenho reduzido.

No que se refere ao Programa 2048 – Mobilidade Urbana, a CAIXA, em 2015, realizou contratações e desembolsos vinculados ao programa Pró-Transporte em diversos eixos estabelecidos pelo Ministério das Cidades em seus processos seletivos, como os processos de Mobilidade Média e Grandes Cidades, a continuidade das obras vinculadas à Copa do Mundo 2014, obras de pavimentação e projetos de mobilidade sob a modalidade de Parceria Público Privada.

Quanto à iniciativa 03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda, do Programa 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, embora o pleito da CAIXA de incluir o termo “poupança” no texto da iniciativa ainda esteja em análise pelo Ministério do Planejamento, o produto Poupança Caixa Fácil tem sido, desde o seu lançamento, responsável pela superação da meta da iniciativa, sendo fundamental para a bancarização das pessoas de baixa renda.

Os resultados apresentados foram impactados no ano de 2015 pela desaceleração da economia, volatilidade do mercado de câmbio, alto endividamento dos entes federativos e empresas públicas com reflexo na impossibilidade de aporte de contrapartida compromissada, bem como ações de governos Estaduais e Municipais de saneamento de contas e auditoria de contratos, com atrasos e/ou paralisações de desembolso.

### 3.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Durante o exercício de 2015, a CAIXA executou 06 iniciativas que integram o Orçamento de Investimento Federal, que estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio. Em 2015, os valores realizados em ações de investimentos somaram R\$ 1,4 bilhão, o correspondente a 66,8% do orçamento aprovado na CAIXA, para o exercício.

Foram abertas 31 novas unidades, sendo 19 agências e 12 pontos de atendimento. Do valor realizado no ano de 2015, 68,2% foram destinados a equipamentos e sistemas de tecnologia e comunicação para pontos de atendimento e áreas de apoio.

Nos itens de infraestrutura e segurança, foram investidos o montante de R\$ 428 milhões, destacando-se as seguintes realizações:

- Adequação e manutenção dos imóveis em 3.833 pontos de atendimento e 6.569 intervenções nos pontos de atendimento referente à substituição e/ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário;
- Substituição e/ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário em 1.424 unidades de apoio;
- Manutenção dos equipamentos de segurança e comunicação instalados nos prédios administrativos.

A não totalidade da execução do orçamento aprovado foi decorrente:

- Redução nos valores contratados após licitação;
- Alteração no cronograma da implantação do Caixa Cultural de Porto Alegre, em virtude da complexidade da obra por tratar-se de prédio tombado pelo patrimônio histórico cultural;
- Alteração na execução de serviços no Centro Tecnológico de Brasília – CTC, após revisão do projeto;
- Alteração no cronograma da reforma da Caixa Cultural do Rio de Janeiro (Teatro Nelson Rodrigues), com adiamento na execução de alguns serviços;
- Racionalização de algumas intervenções em virtude das ações de eficiência.

Na sequência, apresentam-se os quadros referentes às “Ações sobre o Orçamento de Investimento:

Quadro 04 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.122.0807.3286

Identificação da Ação							
Código: 23.122.0807.3286				Tipo: Projeto			
Título: Instalação de Bens Imóveis							
Iniciativa: Construção, ampliação, aquisição ou instalação de imóveis de uso da administração, bem como das atividades de apoio à área operacional.							
Objetivo: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Código: 23.122.0807				Instituições Financeiras Oficiais Federais			
				Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária: 25220							
Ação Prioritária: ( x ) Sim ( ) Não							
Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( x ) Outras							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
73.000.000	66.000.000	44.689.601	2	Unidade	2	2	1

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

Quadro 05 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.122.0807.4101

Identificação da Ação							
Código: 23.122.0807.4101				Tipo: Atividade			
Título: Manutenção e Adequação de Bens Imóveis							
Iniciativa: Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Código: 23.122.0807				Instituições Financeiras Oficiais Federais			
				Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária: 25220							
Ação Prioritária: ( x ) Sim ( ) Não							
Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( x ) Outras							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
72.716.532	116.477.460	107.063.705	Percentual	%	100%		91,92%

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

Quadro 06 - Ações “Orçamento de Investimento” – Código 23.122.0807.4102

Identificação da Ação							
Código 23.122.0807.4102				Tipo: Atividade			
Título: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos							
Iniciativa: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Código: 23.122.0807				Instituições Financeiras Oficiais Federais			
				Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária: 25220							
Ação Prioritária: ( x ) Sim ( ) Não							
Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( x ) Outras							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
57.004.407	20.376.103	14.565.934	Percentual	%	100%		71,49%

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)



Quadro 07 - Ações "Orçamento de Investimento" – Código 23.126.0807.4103

Identificação da Ação							
Código: 23.126.0807.4103				Tipo: Atividade			
Título: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento							
Iniciativa: Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de				Código: 23.126.0807			
Instituições Financeiras Oficiais Federais				Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária				25220			
Ação Prioritária: ( x ) Sim ( ) Não							
Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( x ) Outras							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.709.354.112	1.040.423.218	631.054.955	Percentual	%	100%		60,65%

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

Quadro 08 - Ações "Orçamento de Investimento" – Código 23.694.0781.3252

Identificação da Ação							
Código 23.694.0781.3252				Tipo: Projeto			
Título: Instalação de Pontos de Atendimento Bancário							
Iniciativa: Instalação de Ponto de Atendimento Bancário.							
Objetivo: Criar novos pontos de atendimento bancário (agências/postos de atendimento bancário) para aumentar a base de clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários.							
Programa: Programa de Gestão e Manutenção de				Código: 23.694.0781			
Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais.				Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária: 25220							
Ação Prioritária: ( x ) Sim ( ) Não							
Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( x ) Outras							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
156.340.200	96.341.108	58.623.551	Unidade	%	150	76	60,85%

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

Quadro 09 - Ações "Orçamento de Investimento" – Código 23.694.0781.4106

Identificação da Ação							
Código: 23.694.0781.4106				Tipo: Atividade			
Título: Manutenção da Infraestrutura de Atendimento							
Iniciativa: Manutenção da Infraestrutura de atendimento.							
Objetivo: Manter em condições satisfatórias a Infraestrutura de atendimento.							
Programa: Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura				Código: 23.694.0781			
de Instituições Financeiras Oficiais Federais.				Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária: 25220							
Ação Prioritária: ( x ) Sim ( ) Não							
Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( x ) Outras							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
881.449.587	672.602.619	509.868.208	Percentual	%	100%		75,81%

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)



### 3.2.3 Informações sobre a execução das despesas

Em 2015, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 16,3 bilhões conforme o conceito do Programa de Dispêndios Globais - PDG, evolução de 7,2% na comparação com 2014, influenciadas principalmente, pelos reajustes salariais, conforme convenções coletivas de 2014 e 2015. Essas despesas correspondem a 54,2% do total das despesas administrativas da CAIXA.

A CAIXA intensificou as ações voltadas para racionalização de gastos e incremento da produtividade, buscando de forma contínua aumentar a eficiência operacional. Essas medidas resultaram em um crescimento de 9,8% em comparação ao ano de 2014, nas outras despesas correntes, significativamente abaixo da inflação observada no período que ficou em 10,7%.

O quadro a seguir apresenta as despesas correntes, comparando-se os exercícios de 2014 e 2015:

Quadro 10 - Despesas Correntes

Unidade Orçamentária: 25220			Código UO: 25000				UGO: 25220	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>16.310</b>	<b>15.218</b>	<b>16.310</b>	<b>15.218</b>	-	-	<b>16.310</b>	<b>15.218</b>
Salário Base	8.759	8.079	8.759	8.079	-	-	8.759	8.079
Encargos Sociais	4.330	3.987	4.330	3.987	-	-	4.330	3.987
Benefícios Sociais	2.312	2.269	2.312	2.269	-	-	2.312	2.269
Demais elementos do grupo	909	883	909	883	-	-	909	883
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>112.503</b>	<b>84.000</b>	<b>112.333</b>	<b>83.801</b>	<b>170</b>	<b>199</b>	<b>117.056</b>	<b>83.980</b>
Juros e Outros	117.080	83.412	116.910	83.213	170	199	117.056	83.392
Tributos e Encargos Parafiscais	(4.577)	588	(4.577)	588	-	-	-	588
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>14.592</b>	<b>13.291</b>	<b>13.810</b>	<b>12.602</b>	<b>783</b>	<b>687</b>	<b>731</b>	<b>13.217</b>
Serviços Terceiros	8.355	8.086	7.840	7.619	516	466	476	8.020
Outros Dispêndios Correntes	4.742	3.816	4.605	3.690	137	126	136	3.813
Utilidades e Serviços	1.495	1.389	1.365	1.293	130	95	119	1.384
<i>Demais elementos do grupo</i>								

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

A execução é de acordo com o regime de competência.

A execução apresentada está de acordo com a execução do Programa de Dispêndios Globais - PDG encaminhado aos Ministério do Planejamento.

Despesa Empenhada = realizado contábil

Despesa Liquidadas = despesa empenhada menos RP não processados

RP não processados - todas as despesas empenhadas em dezembro do ano corrente e que serão pagas no ano seguinte

Valores Pagos = despesa liquidada do ano mais RP não processados pagos no exercício.

O quadro a seguir apresenta as despesas de capital, comparando-se os exercícios de 2014 e 2015:

Quadro 11 - Despesas de Capital

DESpesas DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>	<b>1.345</b>	<b>1.887</b>	<b>1.345</b>	<b>1.887</b>	-	-	<b>1.345</b>	<b>1.887</b>
Sistema Tecnologia da Informação	877	1.283	877	1.283	-	-	877	1.283
Imóveis de Uso	373	441	373	441	-	-	373	441
Equipamentos de Uso	40	105	40	105	-	-	40	105
Demais elementos do grupo	55	58	55	58	-	-	55	58
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>3</b>	<b>600</b>	<b>3</b>	<b>600</b>	-	-	<b>3</b>	<b>600</b>
Participação Capital em Subsidiária Integral	3	600	3	600	-	-	3	600
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento – GEORC (Em R\$ Milhões)

A execução é de acordo com o regime de caixa

A execução apresentada está de acordo com a execução do Programa de Dispêndios Globais - PDG encaminhado ao Ministério do Planejamento

Despesa empenhada = realizado contábil

Despesas Liquidadas = despesa empenhada menos RP não processados

RP não processados - todas as despesas empenhadas em dezembro do ano corrente e que serão pagas no ano seguinte

Valores Pagos = despesa liquidada do ano mais RP não processados pagos no ano exercício

O quadro a seguir apresenta as despesas por modalidade de licitação, comparando-se os exercícios de 2014 e 2015:

Quadro 12 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: 25000		Código UO: 25220		
Modalidade de Licitação	Qtde	2015	Qtde	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)	<b>7.394</b>	<b>3.652</b>	<b>4.068</b>	<b>5.620</b>
a) Convite	-	-	1	0
b) Tomada de Preços	-	-	3	1
c) Concorrência	6	603	1	18
d) Pregão	3.185	3.049	1.942	5.601
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
h) Credenciamento	4.203	-	2.121	-
2. Contratações Diretas (h+i+j+k+l+m+n)	<b>1.761</b>	<b>1.214</b>	<b>1.735</b>	<b>1.429</b>
h) Dispensa por valor	1.522	12	1.248	12
i) Emergenciais	11	15	105	31
j) Contrato Firmado com Participadas	2	70	7	272
k) Por Dispensa	28	100	48	175
l) Por Inexigibilidade	100	979	209	905
m) Por Inexigibilidade - Adesão	3	6	-	-
n) Lei 10.188/01 - Recuperação Imóveis PAR	95	32	118	34
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	<b>16.310.289</b>	-	<b>15.218.315</b>
k) Pagamento em Folha	-	16.310.236	-	15.218.250
l) Diárias	-	53	-	65
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	<b>9.155</b>	<b>16.315.154</b>	<b>5.803</b>	<b>15.225.364</b>

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

*\*Os itens 1 e 2 referem-se aos valores efetivamente contratados nos anos de 2015 e 2014, respectivamente.*

## 4 GOVERNANÇA

### 4.1 Descrição das estruturas de governança

Figura 02 - Estrutura de Governança da CAIXA



- I. Órgãos de administração, que compartilham a representação orgânica e a gestão da CAIXA, cujas competências e atribuições estão detalhadas no Estatuto:
- Conselho de Administração, órgão de orientação geral dos negócios e serviços da CAIXA, responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos e pelo monitoramento e avaliação de seus resultados.
  - Conselho Diretor, que responde, entre outras competências, por conduzir a execução da estratégia da CAIXA e fixar alçadas em seu âmbito de atuação.
  - Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros, órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à gestão de ativos de terceiros.
  - Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo federal, incluído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

- II. Comitês delegados do Conselho Diretor, órgãos de caráter deliberativo e propositivo, formados pelo Presidente e por Vice-Presidentes, que têm como missão agilizar o processo decisório da CAIXA em temas de sua competência, no sentido do cumprimento dos objetivos empresariais e alcance da Visão de Futuro.
- III. Órgãos de apoio à gestão, os quais, agindo sinérgica e integradamente, respondem por decisões táticas, operacionais e administrativas, observadas suas competências e alçadas, e subsidiam a tomada de decisão pelos dirigentes da CAIXA:
- a) Comitê de Auditoria: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, tem por finalidade acompanhar e fortalecer as atividades de auditorias internas e externas e de controles internos e externos, reportando-se ao Conselho de Administração, em consonância com a legislação vigente.
  - b) Comitê de Remuneração: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, vincula-se ao Conselho de Administração e suas competências estão relacionadas com a política de remuneração de administradores da CAIXA.
  - c) Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e deliberar, observadas as suas atribuições e abrangência do tema, sobre matérias que tratem da prevenção e combate contra os crimes de lavagem de dinheiro no âmbito da CAIXA.
  - d) Comitê de Compras e Contratações: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e decidir, nos limites de sua competência, sobre as compras e as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação específica, e opinar sobre a deflagração de processos licitatórios cuja alçada seja do Conselho Diretor.
  - e) Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação: órgão autônomo e de caráter deliberativo, a quem compete opinar e decidir, nos limites de sua competência alçadas, sobre as concessões de crédito, realização de negócios, renegociações e aquisições em Programa de Arrendamento Residencial.
  - f) Comissão de Ética: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar, aconselhar e atuar na gestão sobre a ética profissional dos dirigentes e empregados da CAIXA, e no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cabendo-lhe ainda deliberar sobre condutas antiéticas e sobre transgressões das normas da CAIXA levadas ao seu conhecimento.
- IV. Conselho Fiscal, órgão de controle e fiscalização dos atos dos administradores e verificação de seus deveres legais e estatutários.

Esses órgãos colegiados têm seu funcionamento regulamentado por regimentos internos, dos quais constam sua finalidade e competências, composição, modelo de funcionamento, forma de assessoramento, procedimentos e obrigações dos membros.

## 4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

A CAIXA possui os seguintes dirigentes:

- Presidente;
- Vice-Presidentes;
- Diretores Executivos;
- Diretor Jurídico.

São atribuições específicas dos dirigentes da CAIXA:

- I. Presidente: representante da CAIXA em juízo ou fora dele, podendo para tanto constituir prepostos e mandatários e conferir-lhes poderes e prerrogativas, segundo disponham a lei e as normas internas, bem como exercer poderes de direção executiva, dentre outras atribuições.
- II. Vice-Presidentes: representantes da CAIXA em juízo ou fora dele e, em especial, em assuntos relacionados à Vice-Presidência de atuação, responsáveis por executar e fazer executar as deliberações do Conselho Diretor, do Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, observada sua área de atuação, e exercer as atribuições operacionais no âmbito da Vice-Presidência.
- III. Diretores Executivos: responsáveis, dentre outras atribuições, por coordenar a elaboração da estratégia e, depois, a sua execução, bem como administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria e unidades sob sua responsabilidade, na busca dos resultados estabelecidos pelos órgãos da administração.
- IV. Diretor Jurídico: responsável, dentre outras atribuições, por representar judicialmente a CAIXA, na forma do Estatuto.

O Presidente e os Vice-Presidentes são nomeados e demitidos *ad nutum* pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Conselho de Administração.

Além dos Vice-Presidentes que integram o Conselho Diretor, a CAIXA conta com dois Vice-Presidentes, que respondem exclusivamente pelas áreas segregadas, a saber: gestão de ativos de terceiros e administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, nestes incluído o FGTS. Esses Vice-Presidentes não integram o Conselho Diretor e não respondem pelas demais atividades da CAIXA e pelas deliberações daquele Colegiado. As atividades das Vice-Presidências segregadas são desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, respectivamente.

Os Diretores são escolhidos pelo Presidente da Instituição dentre os empregados da CAIXA e nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração.

O exercício do cargo de Diretor-Executivo é privativo de empregado do quadro permanente da CAIXA que detenha capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo e tenha exercido, nos últimos cinco anos, funções enquadradas nos três últimos níveis do quadro de funções gratificadas da CAIXA.

O exercício do cargo de Diretor Jurídico é privativo de empregado ocupante do cargo de advogado da ativa do quadro permanente da CAIXA que detenha capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, que poderá ser comprovada por formação acadêmica, experiência profissional ou outros quesitos julgados relevantes pelo Conselho de Administração.

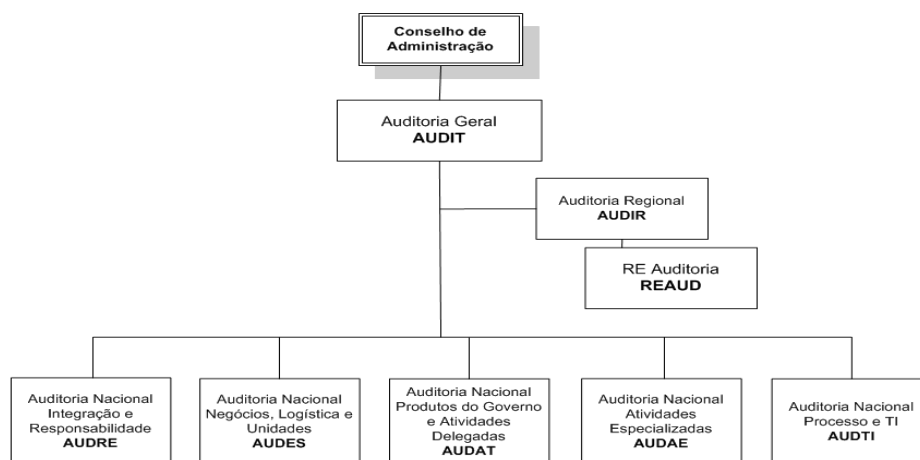
#### 4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

##### 4.3.1 Estratégia de atuação da auditoria interna

A Auditoria Geral - AUDIT é a unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA e por fiscalizações acordadas com a administração da Empresa. A AUDIT observa as normas do *Institute of Internal Auditors - IIA*, representado no Brasil pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, bem como as normas e procedimentos de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quando aplicáveis.

Conforme demonstrado na figura 1, a AUDIT vincula-se ao Conselho de Administração. Por força do Estatuto da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional e se sujeita às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização, conforme legislação específica relacionada à auditoria interna.

Figura 03 - Organograma AUDIT



Fonte: CAIXA/Auditoria Geral - AUDIT



A AUDIT está organizada em unidades estratégicas (auditorias nacionais) e em unidades operacionais, representadas pelas auditorias regionais (AUDIR) e representações de auditoria (REAUD), cujos objetivos são:

Quadro 13 - Unidades que compõem a Auditoria Geral - AUDIT

Auditoria Nacional	Objetivo
Auditoria Nacional Atividades Especializadas - AUDAÉ	Gerir as atividades de auditoria em riscos corporativos e gestão de capital, cobrança e recuperação de créditos, finanças e mercado de capitais, subsidiárias e participadas, gestão de ativos de terceiros, contabilidade da CAIXA e de fundos e programas de governo, gestão tributária, controladoria, controles internos, prevenção à lavagem de dinheiro, atividade jurídica e Entidade Fechada de Previdência Complementar patrocinada.
Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas - AUDAT	Gerir as atividades de auditoria nos fundos, programas, produtos e serviços do Governo Federal delegados à CAIXA, tais como benefícios sociais, loterias e transferência de recursos públicos, além daquelas voltadas ao atendimento à Pessoa Jurídica Pública, ao Judiciário e às políticas públicas governamentais de desenvolvimento urbano - crédito imobiliário, saneamento e infraestrutura.
Auditoria Nacional Negócios, Logística e Unidades - AUDES	Gerir as atividades de auditoria no crédito comercial pessoa física e jurídica, no crédito rural, nas atividades de logística, <i>marketing</i> , gestão de pessoas e relacionamento institucional, na unidade Ouvidoria, no atendimento e gestão dos canais parceiros e gerir as atividades de fiscalização de unidades lotéricas.
Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade - AUDRE	Gerir o processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, apoiar os conselhos disciplinares na matriz e coordenar, acompanhar e orientar as unidades da CAIXA no atendimento às demandas oriundas dos conselhos estatutários da empresa, dos órgãos de controle e de fiscalização, bem como da auditoria independente ( <i>atividades em migração</i> ).
Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação - AUDTI	Gerir as atividades de auditoria em tecnologia da informação, em certificação digital e apoio de TI à Auditoria, inclusive auditoria eletrônica.
Auditorias Regionais (AUDIR) e Representações de Auditoria - REAUD	Executar as atividades programadas pelas auditorias nacionais, apoiar os conselhos disciplinares regionais e representar a AUDIT no âmbito de suas atuações.

Fonte: CAIXA/Auditoria Geral - AUDIT

Em 2015, a AUDIT realizou auditorias que alcançaram processos de negócio, suporte e gestão em unidades da CAIXA, canais parceiros, representados pelos correspondentes CAIXA AQUI e unidades lotéricas, empresas em que a CAIXA mantém participação ou relacionamento comercial, conforme previsto em acordo ou contrato, e na Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF.

A seleção das atividades considerou as demandas mandatórias, diretrizes estratégicas da CAIXA, apontamentos dos órgãos de controle e de fiscalização, eventos de riscos relatados pela auditoria independente e pelas áreas de risco corporativo, de controles internos e de ouvidoria, bem como sugestões da Administração e do Comitê de Auditoria.

O modelo de atuação da AUDIT sustenta-se em três pilares: (1) atuação na terceira linha de defesa, em consonância com as recomendações do IIA Brasil; (2)



auditoria em processos críticos; e (3) especialização das equipes nos processos a serem auditados.

A atuação da AUDIT no primeiro pilar converge com a diretriz da CAIXA de implantação de piloto de linhas de defesa, conforme Resolução do Conselho Diretor nº 6.724/2014.

#### 4.3.2 Auditorias realizadas em 2015

As ações da auditoria realizadas durante o exercício de 2015 totalizaram 4.145 trabalhos, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 14 - Quantidade de ações da auditoria.

Atividades finalizadas	Quantidade
Auditorias	881
Fiscalização de Promoções Comerciais	67
Fiscalização de Unidades Lotéricas	1.420
Processo Disciplinar e Civil	494
Análise Preliminar e Auditorias Especiais	747
Processo de Tomada e Prestação de Contas	161
Atendimento a Órgãos Externos	181
<b>Subtotal atividades finalizadas</b>	<b>3.951</b>
Atividades em andamento	Quantidade
Ações de Apuração	85
Ações de Auditoria e fiscalização	109
<b>Subtotal atividades em andamento</b>	<b>194</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.145</b>

Fonte: CAIXA/Auditoria Geral – AUDIR (SIAUD - posição 31/12/2015)

Os tipos de trabalhos de auditoria realizados em 2015 são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 15 - Quantidade de trabalhos por tipo

Atividades de auditoria	Quantidade
Auditorias de Procedimentos e Conformidade	837
Auditoria de Processo	30
Elaboração de Programas de Auditoria	9
Outros tipos de trabalhos (Auditoria Especial, Eletrônica, etc.)	54
Total de atividades de auditoria	930

Fonte: CAIXA/Auditoria Geral - AUDIR (SIAUD – posição: 19/02/2016)

#### 4.3.3 Execução do plano anual de auditoria

A AUDIT executou 623.074 horas de auditoria, correspondentes a 90,5% do planejado para o exercício de 2015, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 16 - Horas planejadas x horas executadas 2015

Item do Paint	Horas 2015		%
	Planejadas	Executadas	
<b>Ações de Auditoria</b>			
Atendimento	4.211	4.128	98,0
Atividade Jurídica	2.204	1.550	70,3
Ativos de Terceiros	9.205	8.868	96,3
Auditoria Eletrônica	30.729	30.299	98,6
Auditoria Especial	1.224	786	64,2
Contratação, Logística e Segurança	23.972	20.011	83,5
Controladoria e Custódia	6.561	4.815	73,4
Controle Institucional	2.976	2.916	98,0
Correspondente CAIXA AQUI	9.959	9.865	99,1
Crédito Comercial	37.642	38.906	103,4
Crédito Imobiliário	32.705	35.463	108,4
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	37.065	41.794	112,8
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	14.933	14.867	99,6
Finanças e Mercado de Capitais	11.751	11.855	100,9
Gestão de Pessoas	3.036	3.176	104,6
Gestão do Processo de Apuração de Responsabilidade	13.081	860	6,6
Gestão e Controle na Rede	19.683	16.646	84,6
Gestão Orçamentária e de Resultados	783	-	0,0
Loterias	5.601	5.195	92,8
Outros Fundos e Programas	12.045	9.489	78,8
Participações Estratégicas	2.507	1.750	69,8
Pessoa Jurídica Pública e Judiciário	3.476	3.479	100,1
Prestação e Tomada de contas Anuais	1.714	1.684	98,2
Prevenção à Lavagem de Dinheiro	1.763	2.171	123,1
Previdência Privada Fechada	2.487	2.547	102,4
Programas Sociais	3.976	918	23,1
Recuperação e Cobrança	5.386	4.028	74,8
Relacionamento Estrat. e Desenv. Empresarial	3.496	4.042	115,6
Riscos Corporativos e Gestão de Capital	14.591	13.594	93,2
Saneamento e Infraestrutura	7.883	5.934	75,3
Tecnologia da Informação	64.861	54.191	83,5
Tomada de contas especial	2.448	2.918	119,2
Transferência de Recursos Públicos	11.359	6.417	56,5
Tributos e Contabilidade CAIXA	27.634	28.340	102,6
<b>Subtotal Ações de Auditoria</b>	<b>432.947</b>	<b>393.502</b>	<b>90,9</b>
<b>Desenvolvimento Institucional e Capacitação</b>			
Ações de Planejamento e Fortalecimento	30.632	22.708	74,1
Capacitação	53.529	17.878	33,4
Desenvolvimento/Revisão de Sistemas	2.516	3.502	139,2
Instrutoria	4.590	1.249	27,2
<b>Subtotal Desenvolvimento Institucional e capacitação</b>	<b>91.267</b>	<b>45.337</b>	<b>49,7</b>
<b>Outras Ações da Auditoria</b>			
Apuração de Responsabilidade	144.966	168.723	116,4
Fiscalização Canal Parceiro Lotérico	8.931	8.415	94,2
Fiscalização de Promoção Comercial	2.154	2.022	93,9
Atendimento à Auditoria Independente	1.581	1.120	70,8
Atendimento ao MPF, Anbima e Outras Entidades	293	265	90,4
Atendimento ao Bacen	1.288	-	0,0
Atendimento à CGU	1.581	1.230	77,8
Atendimento ao TCU	1.581	1.230	77,8
Atendimento aos Órgãos Estatutários	1.581	1.230	77,8
<b>Subtotal outras ações de auditoria</b>	<b>163.956</b>	<b>184.235</b>	<b>112,4</b>
<b>Total geral</b>	<b>688.170</b>	<b>623.074</b>	<b>90,5</b>

Fonte: CAIXA/Auditoria Geral – AUDIR (SIAUD - posição 31/12/2015) e PAINT 2015.  
(Inclui horas de execução, coordenação e planejamento).

#### 4.3.4 Principais resultados dos trabalhos de auditoria realizados no ano

No segmento correspondente CAIXA AQUI, foi realizado trabalho no processo Gestão dos Canais Parceiros, com o objetivo de avaliar a regularidade da contratação e manutenção dos Correspondentes CAIXA AQUI - CCA Master e o substabelecimento à rede de varejo ou estabelecimento comercial para contratação de produtos/serviços.

Como benefício foram identificados: a atualização de normas internas com definição clara de responsabilidades e procedimentos necessários à operacionalização do produto Crediário Caixa Fácil pela rede, correção de falhas sistêmicas para inibir a contratação de operações por CCA com status suspenso ou encerrado e a reavaliação do produto Crediário Caixa Fácil, para revitalização e relançamento, após apreciação da estratégia pelo comitê responsável.

No segmento Crédito Comercial, a Auditoria analisou as 100 maiores operações de crédito comercial Pessoa Jurídica e Pessoa Física, contratadas no período de junho a julho de 2015, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de concessão e manutenção dessas operações.

O trabalho demonstrou que para o cumprimento das normas e diretrizes da Empresa é imprescindível a otimização do fluxo de concessão e manutenção dos créditos e a adoção de medidas efetivas para a prevenção e mitigação de riscos.

No segmento Gestão de Pessoas, foi realizado trabalho de acompanhamento, para verificar a efetividade das ações propostas implementadas pelos gestores em decorrência da auditoria realizada no processo de Gestão do Plano de Saúde e Previdência Complementar.

Como benefício destaca-se a criação de Grupo de Trabalho para revisão da rotina de cobrança dos saldos inadimplentes do Plano, contratação de nova plataforma de sistema para implementação de melhorias nas rotinas de acompanhamento dos registros operacionais, financeiros e contábeis.

No Segmento de Auditoria Eletrônica destaca-se o aumento da capacidade de obtenção, estruturação e exploração analítica de dados e fornecimento de informações para trabalhos de auditoria, com a ampliação e sedimentação do uso de técnicas de auditoria baseadas em tecnologia, associadas à consolidação do sistema *Business Intelligence - BI*, iniciado em 2014, para exploração das informações pela Auditoria Interna, com destaque para soluções destinadas aos segmentos de crédito imobiliário, ativos de terceiros, contabilidade, compras e contratações.

No segmento de tecnologia da informação foi mantida a estruturação dos trabalhos de forma a priorizar a atuação em sistemas aplicativos, projetos estratégicos e corporativos, compras e contratações, especificamente para a área de TI, governança e serviços de TI.

Foram realizados 13 trabalhos com a avaliação de 21 sistemas aplicativos, priorizando-se os mais representativos para os negócios da CAIXA ou que impliquem em demanda legal ou riscos corporativos.

Alinhados com as mudanças trazidas pelo CobiT5, 9 processos de TI foram auditados à luz do novo *framework* com o objetivo de trabalhar a adequação das mudanças de metodologia com auditores e a área de TI.

Os trabalhos realizados no segmento FCVS propiciaram a emissão de 27 pareceres de novação e a avaliação de 67 lotes de auditoria de análise da homologação de créditos do Fundo, correspondente a um universo de 63.277 contratos.

No segmento Crédito Imobiliário, as constatações identificadas nos trabalhos relacionados a produtos e serviços do segmento crédito imobiliário, proporcionaram aos gestores a adoção de ações de melhoria, de forma a mitigar a exposição a riscos operacionais que prejudicam o alcance dos objetivos estratégicos.

Os trabalhos realizados no segmento FGTS possibilitaram aos gestores do Fundo de Garantia atuar na melhoria dos seus controles, alinhados com as demandas da CGU, relacionadas à avaliação da regular gestão das contas vinculadas do FGTS e à aplicação dos recursos.

#### 4.3.5 Adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria

O Conselho de Administração da CAIXA, por meio da Resolução nº 232, da Ata 370, de 25 junho de 2015, aprovou a proposta da Resolução do Conselho Diretor 7068/2015, que criou a Corregedoria Geral - CORED, unidade responsável por disciplinar, controlar e realizar atividades relacionadas à inteligência, investigação preliminar e apuração de irregularidades disciplinares, incluindo a gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil.

As resoluções aprovaram adequações no âmbito da AUDIT, conforme a seguir:

- I. Migração de gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, da Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade - AUDRE para a CORED;
- II. Migração da estrutura de pessoas relacionadas à gestão e apoio de colegiados disciplinares da AUDIT e das Auditorias Regionais - AUDIR para a CORED;
- III. Migração das atividades de acompanhamento dos trabalhos de órgãos de controle e fiscalização, da AUDRE para a Superintendência Nacional Administração de Risco Corporativo - SUCOR;
- IV. Migração da atividade de controle do cumprimento das deliberações oriundas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da CAIXA, da AUDRE para a Secretaria Geral - SEGER;
- V. Migração das demais atividades da AUDRE para a AUDIT;
- VI. Extinção da AUDRE.

Em 2015, houve supressão de 34 cargos de auditor pela área de gestão de pessoas da CAIXA, decorrente de Plano de Apoio a Aposentadoria.

#### 4.4 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A Corregedoria CAIXA - CORED, criada em 23/06/2015, pela Resolução do Conselho Diretor nº 7.068/2015, com o intuito de fortalecer o ambiente de controle desta Instituição, possui a gestão do Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil, a partir de 04/01/2016, conforme previsão normativa estabelecida no Manual Normativo AE 079, anteriormente sob gestão da AUDRE.

O rito do processo de apuração executado pela CAIXA está regulado pelo MN AE 079, o qual prevê a análise preliminar, destinada à investigação de fatos, com indícios de participação de empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, quando apresentarem fragilidade de elementos em relação à existência de irregularidade. O processo de apuração disciplinar e civil é destinado a apurar irregularidades comprovadas envolvendo empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, das quais possam resultar aplicação de penalidade disciplinar e/ou imputação de responsabilidade civil, conduzidas por comissão apuradora, definida pela autoridade instauradora, de acordo com competências especificadas na referida norma.

Dentre os eventos apurados pela Corregedoria, no período de 2015, destacam-se irregularidades relacionadas a concessões de crédito comercial e habitacional, loterias, licitação e cartões, sendo adotadas as seguintes providências disciplinares no referido período:

Quadro 17 - Providências Disciplinares

Providências	Quantidade
Advertências	186
Suspensões	185
Rescisões	221
Total	592

Fonte: CAIXA/Corregedoria.

Para o registro das informações relativos a processos disciplinares, a Caixa adota o sistema, APUR, tendo em vista que o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD não está customizado para as necessidades desta Instituição.

No entanto, ressaltamos que todas as informações, inclusive cópia integral dos processos, são disponibilizadas à CGU, quando solicitadas. Além disso, a CAIXA está em fase de verificação quanto à possibilidade de criar uma interface entre os sistemas, a fim de atender às necessidades da CGU, de forma automática, sem que haja prejuízo para os processos disciplinares na Caixa.

#### 4.5 Gestão de riscos e controles internos

Esse item aborda informações relativas à percepção da CAIXA quanto aos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e quanto à qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

O texto relacionado à Gestão de riscos e controles internos está apresentado no Anexo III deste Relatório.

Para composição das informações, considerou-se as definições da IN SFC nº 01/2001, quanto ao conceito e princípios dos controles internos administrativos, tendo como base o exercício de 2015.

#### 4.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada pela CAIXA

- Sistemática de contratação: Licitação – modalidade Pregão Eletrônico;
- Dados da empresa contratada: Ernst & Young Auditores Independentes S.S, inscrita no CNPJ 61.366.936/0001-25, situada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, torre I, São Paulo/SP;
- Remuneração do contrato: para o período de 05/2015 a 05/2017 o valor contratado é de R\$ 5.109.130,45;
- Objeto do contrato: prestação de serviços especializados de auditoria independente nos processos da CAIXA, das empresas subsidiárias e dos fundos por ela administrados ou operacionalizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting standards*) e de outros serviços correlatos, com emissão de pareceres e/ou relatórios.

#### 4.7 Política de remuneração dos Dirigentes, dos membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A política de remuneração dos Dirigentes da CAIXA e subsidiárias bem como dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é regida pela seguinte base normativa:

- Decreto nº 7.973/13, com atualização pelo Decreto nº 8.199/14
- Decreto nº 3.735/01
- Decreto nº 8.189/2014



- Decreto nº 8.391/2015
- Decreto nº 8.578/2015
- Resolução nº 3.921/2010 Conselho Monetário Nacional.
- Lei nº 9.292/96
- Lei n.º 6.404/76

O conglomerado da CAIXA é formado pelas empresas CAIXAPAR, Caixa Instantânea e Caixa Seguridade.

A Resolução 3.921/2010 da CMN e o Estatuto da CAIXA (Decreto 7.973/13) determinam que cabe ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração dos administradores da CAIXA, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de supervisionar a implantação, operacionalização e a revisão anual da política de remuneração e propor o montante de remuneração global.

O Estatuto da CAIXA também prevê que a remuneração do Presidente, Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretor Jurídico deve ser fixada anualmente pelo Ministro de Estado da Fazenda, mediante aprovação do Conselho de Administração e observadas as prescrições legais.

A Política de Remuneração dos Dirigentes da CAIXA e de suas subsidiárias é composta por Remuneração Fixa e Variável, definidos anualmente pelos Órgãos Controladores, após proposição do Comitê de Remuneração e aprovação do Conselho de Administração da CAIXA.

A remuneração fixa visa recompensar o dirigente pelo tempo e serviços dedicados, sendo que o valor é estabelecido de acordo com o cargo exercido. A remuneração fixa é paga por meio de honorários mensais e gratificação de natal. No exercício 2015/2016, o reajuste dos honorários seguiu a orientação dos Órgãos Controladores, cujo percentual foi de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) sobre todas as verbas.

A remuneração variável anual tem como objetivo fomentar o alcance dos objetivos estratégicos, sem, porém, descuidar de uma política de gestão dos riscos de curto, médio e longo prazo, cujo pagamento fica condicionado ao cumprimento dos indicadores: resultados corporativos, resultado da área de negócio sob gestão de cada dirigente e desempenho individual.

As regras do Programa de Remuneração Variável – RVD da CAIXA e das subsidiárias seguem as legislações aplicáveis, além das diretrizes estabelecidas pelos Órgãos Controladores.

O montante de Remuneração Variável apurado para cada Dirigente é pago de forma diferida, visando o compromisso com a sustentabilidade da empresa a longo prazo, da seguinte maneira:

- 60% no primeiro exercício seguinte ao alcance das metas;
- 20% no segundo exercício seguinte ao alcance das metas
- 10% no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas;
- 10% no quarto exercício seguinte ao alcance das metas.





De acordo com a premissa de diferimento, a remuneração variável paga em 2015 foi composta de 60% do valor referente ao Programa de RVD, exercício 2014, 20% do valor referente ao Programa de RVD, exercício 2013 e 10% do valor correspondente ao Programa de RVD, exercício 2012.

Para o exercício de 2015, a remuneração global dos dirigentes divide-se nos seguintes percentuais: 80% (oitenta por cento) a título de remuneração fixa e 20% (vinte por cento) a título de remuneração variável.

No que tange à remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, esta corresponde a 10% da remuneração mensal média dos diretores da empresa, conforme diretrizes da Lei 9.292/96.

Ressalte-se que a provisão e a prestação de contas da remuneração fixa, remuneração variável, benefícios e a remuneração dos conselheiros é submetida anualmente ao controle e aprovação do Ministério da Fazenda e DEST/MPOG, que analisa, dentre outros itens, a evolução histórica dos indicadores, a relação com a estratégia da Empresa, alcance das metas e o reajuste.





## 5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 Canais de acesso do cidadão

A CAIXA disponibiliza, à sociedade e aos seus clientes, os seguintes canais de acesso, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões:

#### SAC Caixa:

- 0800 726 0101
- Reclamações, sugestões, elogios, pedidos de cancelamento, informações sobre produtos e serviços da Caixa.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

#### Ouvidoria Caixa:

- 0800 725 7474
- Denúncias e reclamações não solucionadas.
- O atendimento ocorre em dias úteis, das 09:00 às 18:00.

#### De Olho na Qualidade (Exclusivo Minha Casa Minha Vida):

- 0800 721 6268
- Dúvidas, reclamações, elogios e denúncias referentes ao programa Minha Casa Minha Vida.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

#### Caixa Cidadão:

- 0800 726 0207
- Para atendimento referente a PIS, Benefícios Sociais, FGTS, Cartão Social e Resultado de Loterias.
- O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, e aos sábados, das 10h às 16h, aceitando chamadas originadas de telefones fixos e celulares.
- O serviço de consulta eletrônica está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

#### Atendimento Comercial:

- Informações de suas movimentações financeiras.
- 3004.1105 - Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 726 0505 - demais regiões
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.



#### Renegociação de Dívidas:

- Opção 8 no atendimento automático: 0800 726 8068

#### Atendimento aos clientes no exterior:

- Ligação a cobrar – atendimento em português: 55 (71) 3206-9900.

#### Suporte tecnológico para empresas, governo e clientes:

- Capitais e regiões metropolitanas - 3004 1104
- Demais regiões - 0800 726 0104
- Site da Caixa, Internet Banking, Mensagens via celular e Terminais de Atendimento. O atendimento funciona 24 horas por dia, sete dias por semana.
- Portal de Compras, Certificado Digital, Farmácia Popular e FIES. Todos os dias, das 7h às 20h.
- Convênios, referente a produtos como Convênios, Cobrança, Folha de Pagamento, Pagamento eletrônico, Débito em Conta, Caixa Rápido, Conectividade Social, SEFIP e GRRF. Segunda a sexta, das 7h às 20h, e sábados, entre 7h e 13h, para suporte empresarial.
- SIBEC, Bolsa Família, GovConta, GovCorporativo, SISTN, SimBrasil, Cadmut/FCVS, e Cadastro Único para suporte a Empresas e Estados e Municípios. Segunda a sexta, das 7h às 20h.

#### Deficiente Auditivo:

- 0800 726 2492
- Para esclarecer suas dúvidas sobre produtos e serviços, suporte tecnológico, informações, reclamações, sugestões e elogios.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.

#### Atendimento Cartões Caixa:

##### *SAC Cartão de Crédito:*

- Cartões Pessoa Jurídica: 0800 726 4555
- Cartões Pessoa Física: 0800 726 0101

#### Cartões Azul, Nacional, Internacional e Gold:

- Capitais e regiões metropolitanas: 4004 9009
- Demais localidades: 0800 940 9009

#### Cartões Platinum, Visa Infinite e MasterCard Black:

- Capitais e regiões metropolitanas: 4004 9001
- Demais localidades: 0800 940 9001



#### Cartões Empresariais:

- Capitais e regiões metropolitanas: 4001 4472
- Demais localidades: 0800 728 4472

#### Cartão Construcard:

- Capitais e regiões metropolitanas: 3004-2100;
- Demais localidades: 0800 001 2100.

#### Atendimento a clientes portadores de deficiência auditiva e de fala:

- Cartões Pessoa Física: 0800 882 2492;
- Cartões Pessoa Jurídica: 0800 728 4462.

#### Atendimento Caixa no Exterior (ligação a cobrar):

- Cartões Pessoa Física: 55 21 3506 0999;
- Cartões Pessoa Jurídica: 55 11 3238 4455

#### Atendimento Caixa Seguradora

- Serviços e Relacionamento: 0800 702 4000;
- Assistência Dia & Noite e sinistros: 0800 702 2492;
- Sugestões, dúvidas, reclamações e cancelamentos: 0800 702 4280;
- Centro de Atendimento ao Surdo: 0800 702 4260;
- Ouvidoria: 0800 702 4240.

Fale Conosco CAIXA - Disponível para registros 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana:

<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/denuncias>

Atendimento Denúncias – Site CAIXA. Disponível para registros 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

<http://www.caixa.gov.br/atendimento/Paginas/default.aspx>

Fale com a Presidente: [falecomapresidenta@caixa.gov.br](mailto:falecomapresidenta@caixa.gov.br)

Viva Voz (Ouvidoria Interna): Intranet empresarial, disponível para esclarecimentos e dúvidas sobre ética e comportamento.

#### Formas de divulgação dos canais de denúncia e reclamação

##### Público Externo:

- Site da CAIXA (Fale Conosco/Fale com a Presidente/Atendimento Denúncias e Ouvidoria CAIXA)
- Folheteria Agências, Unidades Lotéricas e Correspondentes Bancários (Ouvidoria e SAC Caixa)

## Público Interno

Estatuto da CEF (Dec. 7973/13), Código de Ética, Canal de Ouvidoria Interna (Viva Voz e Ouvidoria), atender.caixa.

### 5.1.1 Quantidades de reclamações (SAC, Ouvidoria, PROCON, BACEN e Outras origens)

O quadro abaixo apresenta a quantidade total de reclamações na CAIXA, em 2015, considerando-se as diversas origens, quais sejam, SAC, Ouvidoria, consumidor.gov, BACEN, Unidades PROCON, Defensorias Públicas, CVM, INSS e entidades da sociedade civil de proteção e defesa do consumidor.

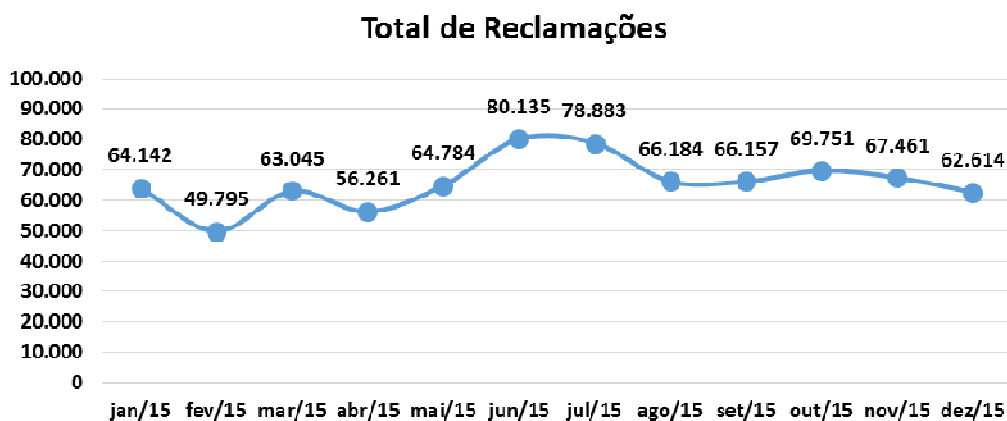
Quadro 18 - Total de reclamações

1º Sem 2015	2º Sem 2015	Δ%
378.162	411.050	8,70%

Fonte: CAIXA/Ouvidoria.

A evolução mensal do total de reclamações ao longo de 2015, nas diversas origens, é demonstrada no gráfico abaixo:

Gráfico 01 - Total de Reclamações



Fonte: CAIXA/Ouvidoria

O quadro abaixo apresenta o comparativo entre os exercícios de 2014 e 2015, bem como a variação percentual das entradas por natureza e canal de origem:

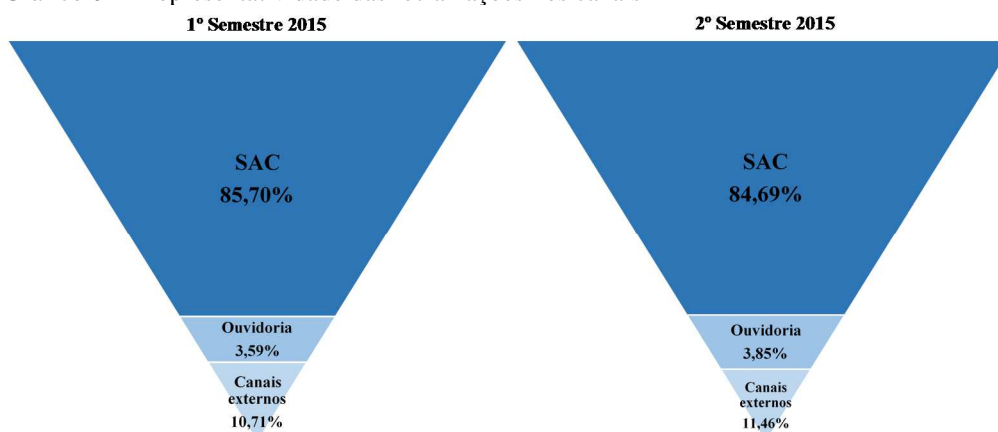
Quadro 19 - Quantidade de denúncias e reclamações

Natureza		2013	2014	2015	Δ%2015/2014
<b>Denúncia</b>		<b>1.206<sup>1</sup></b>	<b>4.953</b>	<b>3.421</b>	<b>-30,9%</b>
Reclamação (Canal de origem)	BACEN	26.971	36.677	43.764	19,3%
	SAC	- <sup>2</sup>	579.129	681.026	17,6%
	PROCON	16.205	20.265	33.870	67,1%
	Multicanais	16.625	25.505	30.552	19,8%
<b>Reclamação (total)</b>		<b>59.801<sup>3</sup></b>	<b>661.576</b>	<b>789.212</b>	<b>19,3%</b>

Fonte: CAIXA/Ouvidoria.

Abaixo, tem-se o comparativo da representatividade por origem de registro das reclamações do cliente CAIXA:

Gráfico 02 - Representatividade das reclamações nos canais



Fonte: CAIXA/Ouvidoria.

Reclamações tratadas pela Ouvidoria CAIXA (excluem-se as registradas no SAC)

Das reclamações no 2º semestre de 2015, registradas nas diversas origens, 57,5 mil foram tratadas pela Ouvidoria em última instância, correspondendo a 13,99% do total recebido pela CAIXA.

<sup>1</sup> A natureza 'Denúncia' foi criada no 2º semestre de 2013, quando passou a ser medida e computada no Relatório do Ouvidor CAIXA.

<sup>2</sup> Não há registro dos atendimentos SAC no ano de 2013.

<sup>3</sup> O número reduzido de reclamações em 2013, em comparação com 2014 e 2015, se deve ao fato dos números sobre SAC não estarem contemplados na soma, conforme quadro seguinte.

A seguir, apresenta-se quadro com os assuntos abordados pelos clientes em suas reclamações nas origens Ouvidoria, BACEN, PROCON e Outras:

Quadro 20 - Quadro Reclamações tratadas pela Ouvidoria CAIXA

Assunto	1º Sem 15	2º Sem 15	Δ%
Cartões	24.041	27.798	15,63%
Empréstimos e Financiamentos	7.037	7.773	10,46%
Contas	5.661	5.960	5,28%
Habitação	5.223	5.456	4,46%
Centrais de Telesserviços	1.810	2.706	49,50%
Agência	2.242	2.031	-9,41%
Produtos de Fidelização	1.446	1.645	13,76%
Serviços Bancários	1.008	1.424	41,27%
Canais de Atendimento	724	695	-4,01%
Uso do FGTS na Habitação	418	539	28,95%
Outros	1.057	1.492	41,15%
<b>Total</b>	<b>50.667</b>	<b>57.519</b>	<b>13,52%</b>

Fonte: CAIXA/Ouvidoria

A Ouvidoria presta atendimento focado no coletivo, sem desprezar os interesses individuais. Esse serviço é a última instância para a solução dos conflitos entre empresa/fornecedor e cliente. Além disso, ela possui autonomia de demandar as diversas áreas da empresa, e deve utilizar as reclamações para fomentar mudanças de comportamento e conduta da Empresa. Cumpre ainda à Ouvidoria, o diálogo com os organismos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, como PROCONs, Defensorias Públicas e entidades da sociedade civil.

Não há requisitos mínimos de acesso à Ouvidoria. Qualquer pessoa, brasileiro ou estrangeiro, pode buscar o atendimento da Ouvidoria CAIXA, contudo, a resposta ao demandante atentar-se-á aos ditames legais sobre sigilo bancário da informação.

As principais etapas do serviço de atendimento da Ouvidoria são:

- a) Registro (recebimento do manifesto do consumidor);
- b) Tratamento (busca pela solução definitiva e satisfatória para o demandante);
- c) Resposta (comunicação acerca dos encaminhamentos e tratamentos dispensados ao caso, bem como de eventuais procedimentos a serem adotados pelas partes).

O prazo de resposta às demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação, nos termos da Resolução CMN nº.4.433/2015.

- Forma de prestação do serviço: Telefônico (0800 725 7474) e eletrônico (internet).
- Forma de comunicação com o solicitante do serviço: Telefone e/ou correspondência (virtual ou tradicional).
- Prioridades de atendimento: Não há prioridade no atendimento da Ouvidoria.
- Tempo de espera para atendimento: O tempo de espera máximo para o atendimento telefônico da Ouvidoria é de 45 segundos de fila.
- Procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões e reclamações: Ligação telefônica gratuita (0800) para a Ouvidoria.

- Mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado: Todos os atendimentos realizados pela Ouvidoria são identificados por número de protocolo e as ligações gravadas, sendo possível a consulta do andamento da demanda, assim como a recuperação e monitoria ativa das ligações recebidas.

No tocante ao tratamento a ser dispensado aos usuários quando do atendimento, a Centralizadora de Ouvidoria recebe e registra no sistema atender.caixa as reclamações e denúncias de pessoas físicas ou jurídicas recebidas por meio de telefone DDG 0800 725 7474, formulário da internet e dos correios, que já tenham passado pelo SAC, e demais demandas de clientes da CAIXA oriundas de órgãos externos.

As demandas recepcionadas pelos órgãos externos, como PROCON, BACEN, Defensorias Públicas, entre outros, são recebidas por *email*, correio, fax ou acessadas pela internet.

O registro das manifestações ocorrem em até D+1 após o recebimento das mesmas. No ato do registro deve-se dar atenção a alguns pontos importantes. São eles:

- Verificar se os dados do cliente estão atualizados;
- Utilizar uma classificação que melhor identifique o problema;
- Certificar-se que a unidade de destino é a correta.

Caso o documento não apresente requisitos básicos para o registro da ocorrência e não seja possível identificar, nos sistemas da CAIXA, os dados necessários para tal, a Ouvidoria recusa o recebimento, endereçando a justificativa ao respectivo órgão de defesa do consumidor que expediu o documento. A justificativa é enviada no próprio documento ou por ofício.

- Requisitos básicos para o sistema de sinalização visual das unidades de atendimento: Não se aplica, tendo em vista inexistir atendimento presencial/físico.
- Condições mínimas a serem observadas pelas unidades de atendimento, em especial no que se refere a acessibilidade, limpeza e conforto: Não se aplica, tendo em vista inexistir atendimento presencial/físico.
- Procedimentos alternativos para atendimento quando o sistema informatizado se encontrar indisponível: A paralização das atividades da Ouvidoria é gerenciável por até 2 dias. A ocorrência de eventos com duração superior a esse período implica em perda de prazos e consequente descumprimento de normas legais. O mapeamento dos riscos e planos de contingência são realizados anualmente.

A Ouvidoria monitora mensalmente a satisfação quanto ao serviço prestado. A pesquisa constitui-se de 3 perguntas aos clientes que buscaram a Ouvidoria e abarca os seguintes aspectos:

- a) O atendimento dispensado;
- b) A resolução definitiva do problema apontado por ele(a);
- c) Satisfação com os serviços/produtos CAIXA. Essas informações são utilizadas para apuração de índices de desempenho das unidades e para a adoção de ações de cunho estratégico e tático.

A base amostral consultada é extraída do universo de clientes atendidos nos canais internos (ouvidoria) e os contatos realizados via telefone pela equipe de



Telesserviços CAIXA. O resultado apurado compõe o bloco Negocial – indicador “Satisfação dos Clientes da Ouvidora”.

No último trimestre de 2015, a Ouvidoria propôs fluxo decisório sintetizado na “Gestão do Feedback do Cliente”, a ser observado quando identificadas reclamações relevantes de clientes sobre algum assunto. O objetivo é conferir maior transparência à estratégia de atuação da Ouvidoria quando levar assuntos importantes, obtidos com o feedback do cliente, à agenda prioritária de decisão dos altos executivos da CAIXA:

Figura 04 – Fluxo decisório



Fonte: CAIXA/Ouvidoria

A seguir, encontram-se alguns exemplos de problemas que foram resolvidos com a atuação dos interlocutores das Diretorias Executivas com a Ouvidoria por meio do fluxo apresentado:

- Cancelamento de cesta de serviços via SAC;
- Fluxo de demandas para renegociação de dívidas;
- Boleto para pagamento de habitação fornecido pelo SAC;
- Distribuição de materiais nas agências.

## 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços de Loterias, publicada em 2012, pode ser acessada por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/loterias-carta-servicos-cidadao/CARTADESERVICO2012.pdf>.

Essa versão está em fase de atualização e assim que for concluída será publicada no site da CAIXA.

## 5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Periodicamente os produtos de loterias são submetidos a pesquisas com o objetivo de obter junto aos seus clientes sua opinião sobre a prestação desse serviço público delegado.

Entre os anos de 2014 e 2015 foram realizadas pesquisas que avaliaram o perfil de seus clientes, sua opinião sobre características de cada uma das modalidades de loterias e seu grau de confiança na administração de tal serviço pela CAIXA, entre outros aspectos. Os resultados obtidos se configuram em insumos utilizados para a melhoria em produtos, sistemas, serviços e ensejam no aprimoramento de ações de comunicação e publicidade.

#### 5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A CAIXA trabalha para cumprir a plenitude da legislação e das normas emanadas pelos órgãos de controle, bem como legislações específicas de sua área de atuação, buscando constantemente possibilitar aos cidadãos o acesso às informações públicas relativas à Instituição, de forma ágil, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Esse acesso é ofertado por meio da divulgação espontânea de informações de interesse coletivo nos meios e instrumentos legítimos, e também contemplando as demandas apresentadas através dos diversos canais da Instituição.

Assim, por meio do endereço <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/Paginas/default.aspx>, são disponibilizados dados importantes que dizem respeito à CAIXA e ao seu papel diante da sociedade e do Estado, como licitações, contratos, programas, estrutura organizacional, a Lei de Acesso à Informação, relatórios de gestão, informações financeiras, responsabilidade socioambiental, dentre outros. E para atender demandas apresentadas pela sociedade, a CAIXA disponibiliza canais para que o cidadão possa contatar a CAIXA e tirar todas suas dúvidas, como SAC, com atendimento 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, Ouvidoria, e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.

No menu “Acesso à Informação” do site de CAIXA são publicadas informações acerca dos itens abaixo relacionados:

- Institucional;
- Ações e programas;
- Participação social;
- Relatórios e Auditorias;
- Convênios e Transferências;
- Receitas e Despesas;
- Licitações e Contratos;
- Empregados;
- Informações classificadas e desclassificadas;
- Link de acesso aos relatórios estatísticos referentes à Lei de Acesso à Informação;
- Perguntas frequentes.

Essas informações podem ser acessadas por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/acesso-a-informacao>.

Os documentos que compõem os processos de contas anuais, incluindo os Relatórios de Gestão e respectivas Peças complementares podem ser acessados por meio da seguinte página: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/processo-de-contas-anuais>.

Essa página também apresenta link de acesso para os formulários de pedido de informação, recurso, reclamação e reavaliação.

Além disso, a CAIXA também dispõe de estrutura interna para o atendimento de demandas oriundas de transparência passiva em que o Cidadão delimita as informações que deseja que lhe sejam prestadas pela Instituição.

## 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 Desempenho financeiro no exercício

A Caixa trabalha para dar continuidade à sua atuação histórica, buscando elevar-se a novos patamares de desempenho, alinhada às políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais, à indução do investimento e do dinamismo da economia do País. Em 2015, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R\$ 732,7 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Na concessão de crédito habitacional, no financiamento da produção e do consumo e para o desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, a Caixa reafirma sua vocação de acreditar na capacidade de superação do País, especialmente frente a cenários adversos, o que é percebido pelo aumento de 11,9% no saldo da carteira de crédito que totalizou R\$ 679,5 bilhões em 2015.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2015, foram contratados pela Caixa R\$ 39,7 bilhões, totalizando 347,0 mil unidades habitacionais, realizando o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras, ao tempo em que propiciou o aquecimento da economia por meio da construção civil.

Em relação à execução dos programas governamentais, no ano de 2015, foram pagos R\$ 27,5 bilhões em benefícios sociais e R\$ 208,8 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R\$ 26,4 bilhões em benefícios no período, contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar, devido às condicionalidades do Programa.

Na esfera negocial, a Caixa busca fortalecer constantemente o relacionamento com seus clientes, investindo na melhoria de seus produtos, serviços e canais, visando à excelência em seu atendimento. Atualmente, a Caixa dispõe de 63,6 mil pontos de atendimento e uma base de clientes com 82,9 milhões de correntistas e poupadores. Em 12 meses, foram conquistados cerca de 4,6 milhões de clientes.

Em relação ao desempenho econômico financeiro, em 2015, a Instituição obteve lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões, evolução de 0,9% em doze meses, e totalizou R\$ 1,2 trilhão de ativos próprios.

#### 6.1.1 Principais realizações

Em 2015, a carteira de crédito ampliada da Instituição somava R\$ 679,5 bilhões, evolução de 11,9% em relação ao ano anterior. A Caixa foi responsável por 36,1% do crescimento do mercado de crédito em 2015, obtendo participação de 20,9%.

As operações comerciais com pessoas físicas e jurídicas totalizaram R\$ 199,5 bilhões, alta de 4,8% em 12 meses. O segmento de pessoas físicas registrou R\$ 103,2 bilhões, alta de 9,8% quando comparado a 2014. O saldo das operações destinadas às pessoas jurídicas totalizou R\$ 96,2 bilhões.

O crédito habitacional, concedido a pessoas físicas e jurídicas, cresceu 13,0% em 12 meses, encerrando o período com saldo de R\$ 384,2 bilhões.

O saldo da carteira de saneamento e infraestrutura apresentou crescimento de 24,9%, somando R\$ 70,9 bilhões. As operações voltadas para o segmento de agronegócio apresentaram saldo de R\$ 7,5 bilhões, ante R\$ 4,9 bilhões alcançado em 2014.

Quadro 21 - CAIXA Operações de Crédito (Saldo)

Operações de Crédito	Saldo		Variação % 2015/2014
	2014	2015	
Comercial	190.277	199.454	4,8
PF	94.025	103.214	9,8
PJ	96.252	96.240	-0,0
Habitacional	339.839	384.176	13,0
Saneamento e Infraestrutura	56.725	70.869	24,9
Financiamento rural e agroindustrial	4.915	7.489	52,4
Operações de crédito vinculadas à cessão	5.353	5.361	0,1
Outros créditos com características de concessão de crédito <sup>1</sup>	9.862	12.137	23,1
Total	606.971	679.487	11,9

Valores em R\$ milhões

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados - GESIG

<sup>1</sup>Em 2015 foram incluídos nos cálculos da Carteira Ampla o saldo dos adiantamentos de crédito de câmbio e adiantamento de comércio exterior

As contratações de operações de crédito da Caixa, em 2015, totalizaram R\$ 461,3 bilhões. Desse total, R\$ 270,7 bilhões corresponderam às contratações comerciais, com destaque para as operações com pessoas físicas que somaram R\$ 150,6 bilhões.

Para o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, em 2015, foram contratados pela Caixa R\$ 39,7 bilhões, totalizando 347,0 mil unidades habitacionais. Dessas, 4,6% foram destinadas à Faixa 1 do programa, que atende os beneficiários com renda de até R\$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa.

Em relação ao crédito rural, cujos recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e aos projetos de infraestrutura rural, em 2015 foram contratados R\$ 7,0 bilhões, atingindo saldo de R\$ 7,5 bilhões.

No tocante à conquista de novos clientes, em 2015, a Instituição atingiu a quantidade de 24,9 milhões de contas correntes. As contas destinadas à pessoa jurídica totalizaram 2,2 milhões, e as voltadas para pessoas físicas, 22,7 milhões, incluindo a modalidade Conta CAIXA Fácil.

Em 2015, a Caixa foi responsável pela inclusão de 536,8 mil brasileiros no sistema bancário, por meio da Conta Caixa Fácil, modalidade que possui uma base de 9,7 milhões de contas ativas. Com isso, a Caixa, ao final do período, apresentou saldo de R\$ 454,7 bilhões em depósitos, incremento de 8,5% e crescimento nominal de R\$ 35,6 bilhões, em 12 meses.

Foram abertas 9,5 milhões de contas poupança em 2015, totalizando 63,8 milhões, evolução de 9,5% em relação ao ano anterior e participação de mercado de

36,7%. Esse desempenho contribuiu para que a poupança alcançasse saldo de R\$ 241,4 bilhões em 2015, incremento de 1,9% em comparação a 2014.

Quadro 22 - CAIXA Saldos de Depósitos

DEPÓSITOS	Saldo		Variação % 2015/2014
	2014	2015	
A vista	27.014	27.415	1,5
Poupança	236.836	241.363	1,9
A prazo	143.055	168.918	18,1
CDB/RDB	89.599	106.886	19,3
Judiciais	53.457	62.032	16,0
Outros	12.141	16.966	39,8
Total	419.046	454.662	8,5

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados - GESIG (Valores em R\$ milhões)

Quadro 23 - CAIXA Fundos de Governo (Valor dos ativos)

Fundos	2014	2015	Variação % 2015/2014
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	410.583	460.745	12,2
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial	35.560	43.516	22,4
PIS - Programa de Integração Social	29.560	30.454	3,0
FCVS - Fundo de Compensações de Variações Salariais	11.435	11.969	4,7
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social	1.797	2.192	22,0
FGS - Fundo Garantia Safra	244	799	227,4
FAS - Fundo de Apoio Social	31	22	-30,7
Total	489.210	549.697	12,4

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados- GESIG (Valores em R\$ milhões)

A arrecadação total do FGTS, incluindo a dos demais bancos, em 2015 foi de R\$ 113,5 bilhões. Foram efetuados cerca de 37,6 milhões de saques, que totalizaram o valor de R\$ 96,9 bilhões.

Quadro 24 - CAIXA Administração do FGTS

FGTS	2014	2015
Arrecadação	104.744.193	113.529.385
Saques efetuados	84.339.671	96.953.165
Saldo das contas ativas	305.317.526	338.817.419
Saldo das contas inativas	969.348	1.009.629
Contas ativas (quantidade)	132.711.657	141.285.415
Contas inativas (quantidade)	5.226.058	5.333.692

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados - GESIG (Valores em R\$ mil, quantidades em mil)

Em relação aos demais programas voltados ao trabalhador, em 2015, a Caixa foi responsável pelo pagamento de 112,4 milhões de benefícios, correspondente a R\$ 111,8 bilhões, a título de Previdência Social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos).

Quadro 25 - CAIXA Benefícios ao Trabalhador

PROGRAMAS	2014		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Previdência Social	66.327.876	67.418	64.789.485	72.102
Seguro-Desemprego	35.663.579	32.679	30.853.655	30.668
Abono Salarial	19.846.742	14.259	10.298.359	8.059
PIS Rendimentos	12.133.509	499	5.875.684	269
PIS Quotas	543.110	673	572.514	752
Total	134.514.816	115.528	112.389.697	111.850

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados - GESIG (Valores em R\$ milhões, quantidades em mil)

Os programas de transferência de renda destinados à melhoria das condições financeiras e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram R\$ 27,5 bilhões em 2015, no total de 163,3 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou 157,7 milhões de benefícios no período, totalizando R\$ 26,4 bilhões.

Quadro 26 - CAIXA Programas de Transferência de Renda

PROGRAMAS	2014		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsa Família	161.655.575	25.988.028	157.654.265	26.399.956
Programa Auxílio Emergencial Financeiro	5.780.002	462.400	15.128	1.210
Garantia Safra	6.168.231	1.012.095	3.507.268	621.012
Bolsa Carioca	1.025.055	82.582	844.762	68.658
Renda Cidadã	537.369	47.845	380.683	34.167
Bolsa Verde	250.651	75.627	286.069	85.821
Chapéu de Palha	175.586	40.920	199.659	38.984
Fomento às Atividades Rurais	193.684	187.843	143.602	150.149
PETI	117.095	4.462	102.853	3.906
De Volta para Casa	51.053	21.034	49.723	20.486
Bolsa Atleta	81.608	114.634	29.290	87.695
Projeto Primeiro Passo Salvador	-	-	81.399	6.885
Operação Reconstrução	2.524	379	-	-
Mulheres da Paz	1.156	220	298	57
PROTEJO	1.968	197	1.487	149
Total	176.041.557	28.038.266	163.296.486	27.519.135

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados - GESIG (Valores em R\$ milhões, quantidades em mil)

## 6.1.2 Desempenho Econômico-Financeiro

A CAIXA auferiu lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões em 2015, evolução de 0,9% em doze meses. Os fatores que mais influenciaram o resultado foram o crescimento de 44,9% no resultado de TVM e derivativos e o aumento de 30,5% das receitas de operações de crédito em relação a 2014.

O desempenho da CAIXA em 2015 é reflexo da atuação da Empresa na oferta de crédito, na prestação de serviços bancários, no aumento do relacionamento com os atuais clientes e na melhoria dos processos internos. O avanço das operações de crédito da Empresa resultou no aumento da participação de mercado da Caixa, que em dezembro representavam 20,9%, o crédito imobiliário manteve a liderança, com uma participação de 67,2%.





Em meio ao cenário econômico em 2015, a CAIXA conseguiu manter estável o índice de eficiência operacional, fechando o ano com 56,3% evolução de 0,4 p.p. Tal resultado foi alcançado, principalmente, pela estratégia da empresa de envidar esforços para conter despesas e otimizar cada vez mais processos e canais de atendimento ao cliente.

Em dezembro de 2015, os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,2 trilhão, evolução de 13,0% em doze meses. A carteira de crédito ampliada representava 56,5% desse total, com R\$ 679,5 bilhões, e os títulos e valores mobiliários, com R\$ 182,0 bilhões, correspondiam a 15,1% do total de ativos.

Os ativos administrados pela CAIXA somaram R\$ 2,0 trilhões, com destaque para o FGTS com saldo de R\$ 460,7 bilhões, e os Fundos de Investimento com R\$ 255,5 bilhões, evoluções respectivas de 12,2% e 8,6%, em 12 meses.

Do total dos passivos, 37,8% consistiam em depósitos e 30,2% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos à vista apresentaram um saldo de R\$ 27,4 bilhões e os depósitos a prazo totalizaram R\$ 168,9 bilhões, evolução de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O patrimônio líquido da CAIXA apresentou saldo de R\$ 62,7 bilhões, incluindo R\$ 36,1 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III. O retorno sobre o patrimônio líquido médio acumulado em doze meses foi de 11,4%.

Quadro 27 - CAIXA Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2014	2015
Retorno sobre o Ativo médio	0,74	0,64
Índice de Basileia	16,07	14,43
Endividamento do setor público	28,40	30,55
Provisão sobre operações de crédito	4,42	4,99
Cobertura de despesas administrativas	63,92	66,21
Cobertura de despesa de pessoal	102,98	104,85
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	15,23	11,44
Índice de eficiência operacional	55,93	56,29

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados - GESIG

## 6.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

A CAIXA divulga, trimestralmente, as demonstrações contábeis, as respectivas notas explicativas, e o Relatório da Administração, conforme estatui a Lei 6.404/76.

Além da publicação das demonstrações contábeis, a CAIXA também divulga o Press Release, relatório gerencial sobre o desempenho da Empresa.

Esses documentos são publicados, periodicamente, no site da CAIXA, nas versões português e inglês, e podem ser acessados por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/Paginas/balancos-e-demonst.aspx>.

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76, as notas explicativas e o Relatório da Administração integram o Anexo IX deste Relatório.



## 7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 7.1 Gestão de pessoas

#### 7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O quadro a seguir visa demonstrar a distribuição da força de trabalho da CAIXA.

Quadro 28 - Força de Trabalho da CAIXA

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada (*)	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	97.719	97.458	1.009	4.220
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	97.719	97.458	1.009	4.220
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	97.719	97.458	1.009	4.220
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	7	7	4	3
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (**)</b>	6	6	4	3
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	97.732	97.471	1.017	4.226

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva - GEING (Base SISRH, posição 31.12.2015)

Observações:

(\*) Lotação Autorizada para o Quadro Permanente: Portaria nº 17 de 22/12/2015 limita o quadro em 97.732, publicado no DOU de 23/12/2015.

(\*\*) Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados / dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA), não consideramos os membros do conselho.

Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	33.715	63.743
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	33.715	63.743
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	33.715	63.743
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	7	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	6	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	33.728	63.743

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva - GEING (Base SISRH, posição 31.12.2015)

Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados alocados nas empresas do conglomerado CAIXA) e não consideramos os membros do conselho.

Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada(*)	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	46	46	8	6
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	46	46	8	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	33	33	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Sem Vínculo	13	13	8	6
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>2. Funções Gratificadas</b>	65.167	63.129	0	1.559
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65.167	63.129	0	1.559
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	65.213	63.175	8	1.565

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva - GEING (Base SISRH, posição 31.12.2015)

(\*) *Lotação Autorizada* – consideramos a LAP lançada no sistema SISRH, conforme estratégia da CAIXA Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados / dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA) e não consideramos os membros do conselho.

#### Análise Crítica: Quadro de Pessoal

Em todos os estudos de dimensionamento do quadro de pessoas da CAIXA são considerados: o limite máximo estabelecido para seu quadro próprio, o orçamento previsto para o exercício e as estratégias da Empresa.

Esses estudos são realizados com o objetivo de identificar a força de trabalho existente nas unidades e estabelecer o quantitativo de cargos efetivos e funções gratificadas necessários ao desempenho de suas atribuições, adequando o quadro de pessoas ao modelo organizacional vigente e às demandas de cada unidade.

As avaliações das unidades responsáveis pela estratégia (Matriz) e atividades-meio (filiais) ocorrem de acordo com as ações prioritárias definidas com base nas diretrizes da empresa, de forma a zelar pela continuidade dos serviços e pela qualidade destes.

O dimensionamento da atividade-fim (agências) é processo contínuo e a atualização desse estudo tem por base os dados do ano anterior e projeções para o ano vigente.

A alocação de novos cargos efetivos e funções gratificadas é uma das soluções das quais a CAIXA pode valer-se para melhoria no atendimento e nas condições de trabalho dos empregados, sendo avaliada em conjunto com outras perspectivas, tais como modelo organizacional, otimização de processos e tecnologia.



Quando autorizado o aumento do número de empregados, as vagas são distribuídas de acordo com as necessidades estratégicas da Empresa, sendo providas por candidatos aprovados em Concurso Público Externo.

## Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

A política de capacitação e desenvolvimento na CAIXA é normatizada no RH150 que orienta o funcionamento do processo de Educação Corporativa na Empresa e o modelo de atuação da Universidade CAIXA.

A partir da leitura e análise de cenário interno e externo, tendo como foco as diretrizes estratégicas da CAIXA é elaborado um plano de capacitação coerente com o planejamento estratégico da empresa oferecendo o suporte de desenvolvimento necessário à consecução dos objetivos estratégicos para cada segmento de negócio de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Os quadros a seguir referem-se à qualificação e capacitação da força de trabalho.

Quadro 31 - Quantidade de servidores da CAIXA por nível de escolaridade (Situação em 31/12/2015)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8483</b>	<b>16941</b>	<b>8252</b>	<b>567</b>	<b>58</b>
1.1. Servidores de Carreira	0	1	0	1	8476	16941	8252	567	58
1.2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	7	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6085</b>	<b>28162</b>	<b>27742</b>	<b>1083</b>	<b>96</b>
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	10	23	4	0
2.2. Funções Gratificadas	0	0	0	0	6083	28152	27719	1079	96
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>14568</b>	<b>45103</b>	<b>35994</b>	<b>1650</b>	<b>154</b>

*Observações:*

*Servidores de Carreira: empregados com vínculo que não exercem função gratificada ou cargo de dirigente.*

*Servidores com Contratos Temporários: empregados sem vínculo contratados por prazo – Assessoramento Estratégico.*

*Grupo de Direção e Assessoramento Superior: empregados com ou sem vínculo que exercem cargo de dirigente.*

*Funções Gratificadas: empregados com vínculo que exercem função gratificada efetiva ou por prazo em 31.12.2015.*

*Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados/dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA) e não consideramos os membros do conselho.*

**LEGENDA: Nível de Escolaridade**

1 – Analfabeto    2 - Alfabetizado sem cursos regulares    3 - Primeiro grau incompleto    4 - Primeiro grau    5 - Segundo grau ou técnico

6 – Superior    7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação    8 – Mestrado    9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Do

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Desenvolvimento e Capacitação - GEDEC (Base SISRH, posição 31.12.2015)

Quadro 32 - Capacitação e Treinamento

Tipologias do Cargo	Quantidade de Indivíduos Treinados	Quantidade de Horas
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	34.289	3.552.442,59
1.1. Servidores de Carreira	34.289	3.552.442,59
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	63.168	5.974.151,12
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	39	458,3
2.2. Funções Gratificadas	63.129	5.973.692,82
<b>3. Totais (1+2)</b>	97.457	9.526.593,71

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Desenvolvimento e Capacitação - GEDEC (posição 31.12.2015)

### Premissas da Educação Corporativa na CAIXA

A Educação Corporativa na CAIXA está alicerçada em 15 premissas, que dão forma à atuação da sua Universidade e fundamentam as ações por ela desenvolvidas, quais sejam:

- A contribuição para o fortalecimento do papel da CAIXA como agente governamental estratégico na implementação das políticas públicas;
- A valorização, o desenvolvimento contínuo e a profissionalização dos colaboradores internos, de forma integrada com os objetivos empresariais;
- A valorização, em todos os níveis da CAIXA, da cooperação, da integração, da transparência nas ações, da atuação em equipe, do espírito público e da gestão de pessoas;
- O reconhecimento e a valorização de cada colaborador interno, inclusive daquele em vias de aposentar-se, favorecendo a sua qualidade de vida;
- O aproveitamento e o desenvolvimento do saber, dos aspectos culturais desejáveis e da experiência individual e das equipes da CAIXA, no processo de reconstrução cultural e formação de opinião;
- O reconhecimento de que aprender é um processo contínuo e de que é na interação entre as pessoas e situações vivenciadas no dia a dia que o aprendizado se consolida;
- O estabelecimento de um sistema de deveres e direitos mútuos – empresa e empregado – em relação às ações de desenvolvimento;
- A valorização dos parceiros da CAIXA e a participação mais direta na sua profissionalização;
- A contribuição para o aumento da produtividade e melhoria dos serviços sociais prestados aos cidadãos;
- A contribuição para a sedimentação da conduta de transparência e do respeito a todos os agentes envolvidos no âmbito de atuação da empresa;
- O favorecimento do equilíbrio econômico-financeiro socioambiental e da sustentação ao negócio da empresa;
- A preservação dos valores éticos da sociedade em todos os negócios e áreas de atuação da CAIXA;
- O desenvolvimento de competências corporativas, fundamentais e específicas que promovam, sustentem e garantam resultados sustentáveis para a CAIXA;

- O desenvolvimento de competências e sua efetividade dentro de um contexto educacional que estimule o espírito crítico, criativo e empreendedor e respeite a autonomia dos sujeitos;
- A busca da excelência em gestão pública, por meio do desenvolvimento de lideranças mobilizadoras de pessoas e equipes, para o alcance de resultados sustentáveis e para a implantação de soluções inovadoras.

## Políticas de Educação Corporativa

O alinhamento estratégico da Universidade CAIXA aos objetivos da Empresa viabiliza-se por meio de cinco princípios:

- I. A CAIXA reconhece o processo de educação corporativa como estratégia de crescimento profissional e prioriza o investimento contínuo em ações de desenvolvimento integradas com os seus objetivos estratégicos.
- II. A CAIXA estimula o desenvolvimento permanente da sua cadeia de valor como forma de valorizar a competência e a profissionalização e fortalecer a responsabilidade social, inclusive apoiando projetos culturais.
- III. A CAIXA reconhece o exercício da liderança educadora como prática essencial na gestão de pessoas.
- IV. A atividade de instrutoria/tutoria é considerada de alta relevância e prioridade para o processo de educação corporativa da CAIXA.
- V. A CAIXA considera imprescindível a capacitação do empregado para o desempenho de suas atribuições profissionais.

A Universidade CAIXA proporciona o autodesenvolvimento e o compartilhamento do conhecimento utilizando-se das metodologias: presencial, a distância, mista e em serviço. A definição da metodologia, as alternativas tecnológicas e os recursos didáticos são escolhidos considerando-se o tipo de público a ser atendido e os objetivos de aprendizagem a serem alcançados.

Atualmente a Universidade CAIXA possui segmentos de negócios, com cursos específicos para a área, definidos como Escola de Aprendizagem em negócios. O modelo de atuação das Escolas visa estabelecer um conjunto de ações a serem adotadas pelos seus membros, de forma articulada e orientada, apoiada no direcionamento descrito no Acordo de Nível de Serviço firmado e seus anexos, nas diretrizes da VIPES e das áreas parceiras. Também são oferecidos programas de incentivo à Curso Superior e Pós-graduação, programas regulados, respectivamente, pelos manuais normativos internos RH 121 e RH 186.

## 7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 33 - Despesas do pessoal

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	4.997.259.811,90	Não Há	5.678.752.759,02	301.053.241,63	765.499.537,66	298.504.702,78	554.555.212,30	0,00	92.797.591,70	12.688.422.856,99
	2014	4.593.640.164,53	Não Há	5.232.675.919,90	243.861.015,24	574.724.234,85	267.383.821,30	453.686.701,67	0,00	75.128.145,97	11.441.100.003,46
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
	2014	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	3.565.312,90	Não Há	1.245.030,30	0,00	155.939,89	2.846,47	25.848,46	0,00	0,00	4.994.978,02
	2014	3.344.767,48	Não Há	861.838,45	0,00	226.871,54	3.236,22	20.297,30	0,00	0,00	4.457.010,99
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	2.580.649,24	Não Há	6.190.557,92	1.494.992,08	931.353,88	22.246,80	111,77	0,00	- 2.288,00	11.217.623,69
	2014	2.483.911,43	Não Há	6.245.615,57	1.183.780,76	758.925,93	25.051,58	- 37,85	0,00	2.288,00	10.699.535,42
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	2.210.508,41	Não Há	311.060,30	51.255,00	311.608,77	0,00	2.479,47	0,00	0,00	2.886.911,95
	2014	1.708.521,83	Não Há	326.239,05	28.035,00	88.388,94	0,00	928,72	0,00	0,00	2.152.113,54

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva - GEING (Dados extraídos do SISRH – congelado mensalmente no último mês de referência.)

Obs.: Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados / dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA), não consideramos os membros do conselho.



### 7.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No tocante à gestão de riscos relacionados ao pessoal, identificamos a paralisação decorrente de movimento paredista, entretanto, tal ocorrência não compromete de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo. Para essa situação a CAIXA disponibiliza aos seus clientes canais de atendimento alternativos que compreendem a rede de lotéricos, *internet*, auto atendimento, CAIXA Aqui e Banco 24 horas.

O contingenciamento em caso de movimento paredista está normatizado no PC019 Plano de Continuidade Corporativo - Movimento Paredista. Além disso, as orientações aos gestores da Matriz, em caso de contingências, estão previstas no normativo PC005 - Plano de Resposta a Emergências - Atividades Críticas Priorizadas - Edifícios Matriz I e Matriz II.

### 7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

O detalhamento dos contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da CAIXA, estão apresentados no Quadro 34 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade, Anexo IV.

Análise Crítica - Informações acerca dos contratos de prestação de serviços contínuos com mão de obra dedicada:

Conforme Política de Terceirização de Serviços, a CAIXA contrata empresas especializadas para a prestação de serviços ligados às suas atividades-meio.

Além de especializada, a empresa contratada possui autonomia, ou seja, ela gerencia, de forma independente da CAIXA, os recursos humanos, operacionais, tecnológicos, financeiros e administrativos necessários à realização do serviço contratado.

Dessa forma, a CAIXA não tem ingerência nem controle sobre os profissionais da contratada, pois o objeto do contrato é o serviço prestado, e é o resultado deste o que nos interessa controlar efetivamente.

Esclarecemos que os dados constantes na planilha anexa se referem à modalidade de contratos de prestação de serviços que envolvem "serviços contínuos com mão de obra dedicada", ou seja, são serviços que constituem necessidade permanente da CAIXA, de natureza repetitiva, e exigem a disponibilização de empregados da empresa contratada nas dependências da CAIXA ou nas de terceiros indicados pela CAIXA, em horários/turnos preestabelecidos e que permanecem à disposição para executar, por conta e risco da contratada, exclusivamente os serviços que são objetos do respectivo contrato.

No entanto, por suas características particulares, para essa modalidade de contratos a CAIXA realiza o controle do número de profissionais disponibilizados pela





contratada de forma a melhor atender à exigência do Tribunal Superior do Trabalho - TST (Enunciado 331, V) de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora.

Além disso, a CAIXA estabelece uma série de regras (ambiente segregado, preposto, regras para segurança da informação) para que na execução do serviço não se estabeleça entre o terceirizado e o empregado CAIXA relação de personalidade e subordinação, em conformidade com Enunciado 331 TST ao Termo de Ajuste de Conduta 062/2004, assinado com o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região.

Insta salientar que a terceirização de serviços na CAIXA é regular, tendo sido reconhecida a possibilidade de terceirização inclusive de atividades inerentes aos profissionais de engenharia, arquitetura e advocacia - funções contempladas no plano de cargos e salários no âmbito desta empresa pública -, conforme Acórdão 3587 – TCU – Plenário, de 09/12/2014 e o TC 027.911/2010-1.

### Contratação de Estagiários

Quadro 35 - Composição do Quadro de Estagiários Histórico 2014 e 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		Despesa no exercício (em R\$ 1,00)	
	Dez/2014	Dez/2015	2014	2015
<b>1. Nível superior</b>	<b>2.557</b>	<b>2.469</b>	<b>34.664.925,97</b>	<b>30.464.890,14</b>
1.1 Área Fim	63	0	1.467.012,48	155.144,13
1.2 Área Meio	2.494	2.469	33.197.913,49	30.309.746,01
<b>2. Nível Médio</b>	<b>8.644</b>	<b>9.803</b>	<b>60.853.683,03</b>	<b>66.187.014,34</b>
2.1 Área Fim	7.155	8.233	54.252.800,90	55.832.333,72
2.2 Área Meio	1.489	1.570	6.600.882,13	10.354.680,62
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>11.201</b>	<b>12.272</b>	<b>95.518.609,00</b>	<b>96.651.904,48</b>

Fonte: CAIXA/ Gerência Nacional de Relacionamento com Empregado - GEREM (posição: 31/12/2015)

### Análise Crítica - Contratação de Estagiários

A CAIXA oferta estágio como ato escolar supervisionado em ambiente de trabalho, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, e à contextualização curricular, cujo objetivo é o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Não se pode confundir estágio com terceirização de mão de obra, vez que o objetivo do estágio é educar o estudante para a vida cidadã e para o trabalho por meio da contextualização curricular no ambiente laboral.

O Estágio, como parte integrante do processo formativo, contribui para a formação do futuro profissional porque permite ao estudante:

- Conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento de empresas e instituições em geral, facilitando sua integração, além de propiciar melhor relacionamento humano e social.
- Amenizar o impacto da passagem da vida estudantil para o mundo do trabalho, proporcionando contato com o futuro meio profissional;



- Adquirir uma atitude de trabalho sistematizado, desenvolvendo a consciência da produtividade, a observação e comunicação concisa de ideias e experiências adquiridas e incentivando e estimulando o senso crítico e a criatividade;
- A aplicação prática de seus conhecimentos teóricos, motivando seus estudos e possibilitando maior assimilação das matérias curriculares;
- Definir-se em face de sua futura profissão, perceber eventuais deficiências e buscar seu aprimoramento.

Os alunos interessados em estagiar na CAIXA realizam processo seletivo público no site do agente de integração e participam de entrevista nas unidades concedentes.

A CAIXA oferta vagas de estágio desde a década de 1970 com o objetivo de oportunizar aos jovens a primeira experiência no mercado de trabalho. Nos últimos 10 anos já foram mais de 100 mil estudantes encaminhados ao mercado de trabalho. Em 2002 a CAIXA tinha 55.000 empregados e ofertava 12.000 vagas de estágio. Em 2015 a CAIXA conta com aproximadamente 100.000 empregados e as vagas de estágio permanecem inalteradas.

De acordo com art. 17 da Lei 11.788/08, para o nível médio é estabelecido o quantitativo de vagas a seguir:

O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I. De 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II. De 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III. De 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV. Acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários”.

A CAIXA oferta metade das vagas de nível médio permitidas pelo referido artigo.

Em números gerais, considerando a oferta total de vagas de estágio (nível médio e superior), a CAIXA oferta aproximadamente 12% de vagas em relação ao número de empregados.

O Programa Estágio CAIXA é regido pelo normativo interno RH 111.

#### 7.1.5 Indicadores gerenciais relacionados à gestão de pessoas

##### Indicador: Desempenho de Pessoas

Descrição do Indicador: O Desempenho de Pessoas mensura o impacto da atuação do indivíduo para os resultados da Empresa, considerando sua aderência a competências fundamentais e o alcance dos resultados esperados de cada empregado.

O Desempenho de Pessoas na CAIXA concretiza-se a partir de dois eixos, o eixo Estilo (como) e o Eixo Resultado (o quê), e tem como objetivo fomentar uma cultura de



responsabilização e contribuir para a realização de uma gestão transparente de consequências, com base na meritocracia.

Objetivo:

- Subsidiar o desenvolvimento dos empregados para o aumento de sua produtividade;
- Reconhecer o mérito pelo desempenho individual;
- Fortalecer a cultura de responsabilização e meritocracia;
- Criar e acompanhar métricas de desempenho para todos os empregados da CAIXA;
- Promover uma gestão transparente de consequências.

Métrica utilizada: A métrica utilizada considera o nível de aderência do empregado às competências pré-definidas (Estilo) e o percentual de alcance dos objetivos acordados (Resultado).

Periodicidade de mensuração: Os Ciclos de mensuração do Desempenho são anuais. No momento estamos vivenciando o Ciclo 2015.

Unidade de Medida:

Estilo – Pontuação (escala Likert)

Resultado – Percentual

Indicador: Mapeamento das Competências Específicas

Objetivo: O indicador visa ao registro evolutivo do processo de Mapeamento de Competências Específicas identificadas nas áreas da Matriz da CAIXA, o qual possui o intuito de identificar o nível de desenvolvimento do empregado nas competências e comportamentos de entrega.

Métrica utilizada: Quantidade de unidades mapeadas

O desempenho do indicador é calculado conforme a quantidade de unidades mapeadas do último período da avaliação.

Cálculo do indicador para Avaliação: Resultado do último trimestre da avaliação.

Periodicidade de mensuração: Trimestral

Unidade de Medida: Quantidade

Metas:

Quadro 36 - Mapeamento das unidades com competências específicas identificadas no âmbito matriz

Mapeamento das Unidades com Competências Específicas Identificadas no Âmbito Matriz		
Trimestre	Objetivo	Acumulado
2º	12	12
3º	11	23
4º	9	32

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Competências Organizacionais – GECOG (Sistema SIMAP)



Indicador: Regularidade da Jornada de Trabalho (SIPON)

Objetivo: Fortalecer a cultura de respeito aos empregados e excelência nas práticas de Gestão de Pessoas, por meio da conformidade no cumprimento da Jornada de Trabalho e, conseqüentemente, dos registros no Sistema de Ponto Eletrônico - SIPON, conforme preconizam os princípios da ética da CAIXA e a Legislação Trabalhista.

Metodologia: O indicador é composto por dois índices, um relacionado à quantidade de regularizações posteriores por empregado (AREG) e outro relacionado à quantidade de ocorrências irregulares no âmbito dos empregados da Unidade, compreendendo Intervalo menor do que 1 (uma) hora, Ausência de Intervalo, Hora extra maior que 2 (duas) horas e Ponto em Aberto. Durante o ano de 2015, a quantidade máxima de AREG era de 4 por empregado nas Unidades de Filial e Matriz e 5 por empregado na Rede. Já a quantidade máxima de ocorrências irregulares é calculada pelo percentual de flexibilidade, que no decorrer de 2015, foi de 5%.

Periodicidade de mensuração: Mensal.

Resultado: Em 2015 o resultado mensal para esse indicador (Total CAIXA) obteve patamares acima de 99,8% (sendo a melhor nota 100%)

Indicador: Índice de Redução de Hora Extra - IHE

Objetivo: Atingir um percentual mínimo de compensação mensal das horas extras homologadas para compensação durante o mês anterior.

Metodologia: Apuração do percentual das horas compensadas. Os objetivos foram de 90% para Unidades de Matriz e Filiais e 60% para Rede de Agências e Postos de Atendimento.

Periodicidade de mensuração: Mensal.

Resultado: Em 2015 o resultado médio anual foi de 87% de compensação nas Unidades da Matriz, 92% nas Unidades de Filial e 72% na Rede de Agências e Postos de Atendimento.

Indicador: Gestão de Horas Extras - IGHE

Objetivo: Promover e avaliar a gestão das despesas com horas extras.

Metodologia: Apuração das despesas realizadas com horas extras ao limite pré-estabelecido para as Superintendências Regionais, Diretorias Executivas e Vice-Presidências.

$$IGHE = 1 - [(Realizado - Limite) / Limite] \%$$

Periodicidade de mensuração: Mensal.

Resultado: Em 2015 as despesas totais com horas extras ficaram abaixo do limite pré-estabelecido, com desempenho para o indicador em 104%.



## 7.1.6 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

### 7.1.6.1 Identificação da entidade fechada de previdência complementar patrocinada

Nome: FUNCEF

Razão Social: Fundação dos Economiários Federais

CNPJ: 00.436.923/0001-90

### 7.1.6.2 Visão gerencial dos valores envolvidos

Quantidade de servidores contemplados: **94.512** empregados CAIXA associados.

Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes: **R\$ 8.759.946.543,86.**

Valor total das contribuições normais pagas pelos empregados participantes no ano de 2015: **R\$ 884.365.504,72.**

Valor total das contribuições normais pagas pela patrocinadora no ano de 2015: **R\$ 870.243.472,05.**

Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:

- Repasse de Diferença de Contribuições para os planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano: **R\$ 12.227.744,11.**
- Repasse de acertos de contribuições – Extra folha: **R\$ 4.549,10.**
- Repasses de contribuições e reservas matemáticas em decorrência de ações judiciais: **R\$ 3.390.250,35.**
- Repasse do Custeio Administrativo: **R\$ 23.124.771,99.**

Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições

- Repasse à FUNCEF, após o fechamento da folha de pagamento, de forma a atingir o valor previsto nos regulamentos dos planos REG/REPLAN, REB e NOVO PLANO, visando atender à necessidade das contribuições empregado e empregador se manterem paritárias.
- Ocorrências para empregados que sofrem alteração financeira que repercute nas contribuições à FUNCEF e precisam ser repassadas fora da rotina automática da folha de pagamento.
- Repasse de valores efetuados à FUNCEF em decorrência de determinação judicial com condenação expressa nesse sentido, cujas decisões já transitaram em julgado.
- Repasse previsto no regulamento dos planos de benefícios do REG/REPLAN e Novo Plano referente a 1% do valor do benefício a título de taxa de administração para esses planos, pago pelo empregador.



#### 7.1.6.3 Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Não há manifestação da PREVIC.

#### 7.1.6.4 Conclusões do relatório de auditoria independente

Conforme manifestação da FUNCEF, estima-se que a aprovação do Balanço de 2015 poderá ocorrer em maio de 2016. Ressalte-se, no entanto, que de acordo com o art. 4º da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, alterado pela Instrução PREVIC nº 21 de 23/03/2015, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar têm até o dia 31/07/2016 para enviar as demonstrações contábeis, pareceres e Manifestação do Conselho Deliberativo à PREVIC.

Desta forma, tendo em vista que o relatório de auditoria independente é aprovado pela FUNCEF juntamente com as demonstrações contábeis, poderá ocorrer de se seguir o mesmo prazo de envio do Balanço à CAIXA. Sendo assim, até a data em que este Relatório foi finalizado, ainda não havíamos recebido o material da FUNCEF, razão pela qual não foi possível apresentá-lo, o que será feito posteriormente.

#### 7.1.6.5 Conclusões do último estudo atuarial

Conforme art. 6º da Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, o envio das demonstrações atuariais tem como data final de envio à PREVIC o mesmo prazo para envio das demonstrações contábeis, ou seja, 31/07/2016. Sendo assim, a exemplo do item anterior, até a data em que este Relatório foi finalizado, ainda não havíamos recebido o material da FUNCEF, razão pela qual não foi possível apresentá-lo, o que será feito posteriormente.

#### 7.1.6.6 Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

As informações relacionadas às ações de fiscalização de que tratam esse item constam do Relatório de monitoramento, elaborado periodicamente pela CAIXA. Essas informações não foram inseridas neste Relatório de Gestão, tendo em vista o seu caráter sigiloso, mas poderão ser disponibilizadas aos órgãos de controle, caso sejam requisitadas.



## 7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

### 7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis da CAIXA são controlados pelo Sistema de Patrimônio - SIPAT. Não há imóveis da União que estejam sob a responsabilidade da CAIXA. No entanto, há a situação contrária, ou seja, imóveis CAIXA sob cessão/gestão/uso pela União.

## 7.3 Gestão da tecnologia da informação

### 7.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação da CAIXA tem por objetivo o alcance das estratégias definidas no Planejamento Estratégico CAIXA e pelas Aspirações Estratégicas das Vice-Presidências definidas até o ano de 2022.

### 7.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Tecnologia é um órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete estabelecer e manter a governança corporativa de tecnologia da informação da CAIXA, coordenar as ações de integração da Vice-Presidência de Tecnologia da Informação com a estratégia e os negócios da CAIXA e garantir seu alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas.

O Comitê de Tecnologia deve atuar de maneira a garantir a aderência de suas decisões à estratégia e diretrizes da CAIXA e ao contexto do Conglomerado CAIXA.

O Comitê é composto pela Presidente da CAIXA e pelos titulares das seguintes Vice-Presidências:

- Vice-Presidência Tecnologia da Informação, que exercerá a liderança do colegiado.
- Vice-Presidência Varejo e Atendimento.
- Vice-Presidência Corporativa.
- Vice-Presidência Negócios Emergentes.
- Vice-Presidência Habitação.
- Vice-Presidência Governo.
- Vice-Presidência Operações Corporativas.





Os demais Vice-Presidentes participam das reuniões como convidados, conforme pauta. Os titulares das Vice-Presidências Fundos de Governo e Loterias e de Gestão de Ativos de Terceiros participam como convidados permanentes, sem direito a voto.

### 7.3.3 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Em 2015, as ações educacionais priorizadas foram as que mais atendiam às necessidades postas pelas unidades da CAIXA, utilizando cursos disponíveis na Universidade CAIXA - UC e/ou no mercado. As demandas de capacitação são derivadas das necessidades apresentadas pelas unidades da TI, do resultado do mapeamento de competências específicas realizado com as Gerências Nacionais da TI, de recomendações de auditoria e de temas referentes aos *frameworks* de tecnologia.

O modelo de Plano de Capacitação utilizado a partir do último trimestre de 2015 foi definido pela GEDEC – GN responsável pela UC – Universidade Caixa e passou a ser adotado pela VP Tecnologia da CAIXA.

Os quantitativos das ações educacionais e carga horária realizadas em 2015:

Quadro 37 - Ações educacionais realizadas em 2015

Formato	Quantidade	Carga Horária
Cursos Externos	417	400.320 h
Cursos Internos	21.679	146.046 h
Total	22.096	546.366 h

Fonte: CAIXA/Diretoria de TI - DETEC

A descrição do plano de capacitação do pessoal de TI está especificada no Anexo V, Quadro 38 - Ações educacionais efetivamente realizadas em 2015 (Cursos externos) e Quadro 39 - Cursos Internos/ Universidade CAIXA (Cursos Presenciais e Educação à Distância-EAD).

Em relação aos cursos internos, destaca-se a Ação Educacional - Programa de Aprimoramento de Líderes ministrado pela MINDQUEST Educação. O Programa compõe-se de 6 módulos de conteúdos independentes que correspondem às 6 competências do Estilo do Líder CAIXA, a saber: Desenvolve a si mesmo e a Equipe, Domina seus assuntos, Incentiva e Pratica a Inovação, Foca o Cliente, Atua como "dono" da CAIXA, Lidera pelo exemplo. Cada módulo tem carga horária curricular de 10h, com Metodologia à distância e Público-alvo: Gestores chefes de unidade. Em 2015, 15 gestores realizaram os primeiros módulos, totalizando 33 módulos concluídos (total de 330 horas de treinamento)

### 7.3.4 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Quadro 40 - Quantitativo de pessoas

Tipo	Quantidade
Empregados efetivos da carreira de TI da unidade (LEP) (1)	0
Empregados efetivos de outras carreiras da unidade (2)	2.958
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Terceirizados (3)	0
Estagiários (4)	83

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas - DEPES (Sistema de RH - SISRH extração em 31.12.2015)

(1) A CAIXA não possui carreira específica de tecnologia.

(2) A CAIXA possui quadro de pessoal e estrutura funcional organizados na área de TI, com funções gratificadas específicas como Assistente Master TI, Consultor TI, Supervisor de TI, Coordenador de TI e Coordenador de Projetos TI, além das funções amplas que também são dimensionadas para atuação nas unidades de TI.

(3) Os contratos mantidos com fornecedores referem-se a prestação de serviços e não a postos de trabalho, motivo pelo qual não podemos precisar a quantidade de empregados terceirizados alocados nas atividades de TI.

(4) Fonte dos dados – CEPES, posição de 31.12.2015.

### 7.3.5 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

Nos últimos anos, a CAIXA apresentou expressivo crescimento em seus negócios, ocupando atualmente uma posição consolidada no mercado como um banco de grande porte, sólido e moderno. A Empresa antecipou a meta de “estar entre os três maiores bancos brasileiros, previsto para até 2022, mantendo o papel de parceiro estratégico do Governo Federal na implantação de políticas públicas”.

Atualmente, a CAIXA é a terceira maior instituição financeira em ativos do Brasil. Com o crescimento em crédito, a Instituição passou a ter a segunda maior carteira do País, mesma posição da base de clientes, com aproximadamente 83 milhões de clientes. A rede de atendimento, presente em todo o território nacional, é composta, hoje, por mais de 63,6 mil pontos: 4,2 mil agências e postos de atendimento; aproximadamente 27,6 mil correspondentes CAIXA Aqui e lotéricos; 31,7 mil máquinas distribuídas nos postos e salas de autoatendimento; 2 agências-barco. A Instituição também disponibiliza aos seus clientes mais de 18,5 mil terminais de autoatendimento compartilhados - Banco24Horas.

Para sustentar e alavancar esse crescimento da empresa, a CAIXA investiu fortemente, nos últimos anos, em ações estruturantes, as quais destacam-se:

- Ampliação dos negócios e funcionalidades de transações nos diversos canais, em especial no *Internet Banking*, salas de autoatendimento, correspondentes bancários e lotéricos, transformando esses canais em pontos de negócios;



- Reestruturação e revitalização da rede tecnológica das agências (Projeto eCaixa) – benefício: redes tecnológicas com maior velocidade/capacidade, além de proporcionar contingência em tecnologias diferentes e capazes de suportar todo o serviço em caso de indisponibilidade da rede principal;
- Expansão e atualização tecnológica de ativos nos principais canais da empresa – entre os anos de 2012 e 2015 foram atualizados aproximadamente 21.250 terminais financeiros e 93.000 estações de trabalho das agências, 14.000 terminais ATM, expansão de 7.126 e atualização de 25.000 terminais financeiros lotéricos – TFL.
- Construção de dois complexos Datacenter em Brasília, sendo um em parceria com o Banco do Brasil inaugurado em maio de 2013, e o segundo em iniciativa própria inaugurado em agosto de 2015. Ambos mantendo-se ativos e sem interrupções desde suas inaugurações.
- Migração dos sistemas, antes hospedados em prédios no Rio, Brasília e São Paulo, para os complexos Datacenter, ambiente de alta disponibilidade, o que possibilitou maior confiabilidade e menor risco operacional decorrente de falhas de infraestrutura.
- Replicação de infraestrutura e de dados entre Datacenter que traz maior garantia de continuidade dos serviços prestados aos clientes da empresa.

#### 7.3.6 Principais projetos de TI desenvolvidos em 2015

Os principais projetos de TI, cujo prazo de conclusão encerrou-se em 2015, estão apresentados a seguir:

- Projeto: Expresso Parceiros  
Objetivo: Apoiar a área de negócio no reposicionamento de atuação no segmento canais parceiros, aprimorando a integração entre a CAIXA e seus parceiros por meio de uma ferramenta web de fácil acesso.
- Projeto: CTC - Centro Tecnológico CAIXA – Infraestrutura  
Objetivo: Construção e povoamento de um datacenter no Setor de Indústrias Gráficas em Brasília – DF, nos moldes da lei 8666-93, com 2800m<sup>2</sup> de piso elevado, denominado CTC – Centro Tecnológico Caixa. Povoamento com ativos de rede, servidores, soluções de comunicação, armazenamento e backup.
- Projeto: e-Caixa - Telefonia  
Objetivo: Reduzir custo CAIXA com ligações originadas de telefones fixos para telefones móveis celulares.

#### 7.3.7 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI

- Internalização dos Cartões de Crédito Pessoa Física:



Em maio de 2015, a CAIXA finalizou a última fase de migração da base de clientes pessoa física dos cartões de crédito de uso internacional, que anteriormente eram processados por empresa terceirizada.

Mais de 10 milhões de cartões de crédito internacionais das bandeiras Mastercard e Visa foram migrados para o Sistema de Processamento de Cartões e Serviços, plataforma de cartões de crédito da CAIXA.

Em dezembro de 2015, foram implantadas em produção todas as funcionalidades referentes às contas de cartão de pessoa jurídica. Com isso, iniciou-se a comercialização do produto em fase piloto, nas agências vinculadas às Superintendências Regionais de Brasília e Recife.

Com a migração, a CAIXA ganhou agilidade na implementação de novas funcionalidades e serviços em cartões de crédito, melhor integração da nova solução com os demais sistemas da Empresa e mais expertise na condução do negócio pelas equipes envolvidas na gestão e operação dos cartões de crédito. Os clientes passaram a contar com a possibilidade de receber a segunda via de fatura por *e-mail*, pela Central de Atendimento aos Clientes, receber mensagens SMS para alertas de compras, solicitar segunda via de senha e alterar senha nos terminais de autoatendimento da CAIXA.

Desde 30 de abril de 2015, todos os cartões de crédito pessoa física estão sendo contratados para processamento na nova plataforma CAIXA.



## 7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

### 7.4.1 Política de sustentabilidade ambiental

A CAIXA possui política ambiental e de responsabilidade sócio empresarial normatizadas e atua como indutora de práticas sustentáveis. Com o objetivo de assegurar a sua atuação sustentável e de suas subsidiárias, por meio da integração das dimensões social e ambiental em sua estratégia, em fevereiro de 2015, houve a aprovação pelo Conselho de Administração, da Política de Responsabilidade Socioambiental CAIXA - PRSA, em atendimento à Resolução BACEN nº 4.327/2014.

A PRSA está alicerçada em princípios como ética, conformidade e combate à corrupção, gestão participativa, promoção do desenvolvimento sustentável, inclusão social, eficiência ambiental, proteção e conservação ambiental, e transparência.

O documento pode ser acessado por meio do seguinte link: [http://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/Politica\\_RSA.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/Politica_RSA.pdf)

### 7.4.2 Programa Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P

A CAIXA participa do Programa Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente – MMA, cujo objetivo é promover a internalização dos princípios de sustentabilidade socioambiental nos órgãos e entidades públicas. Os eixos temáticos da A3P envolvem: gestão de resíduos, compras públicas sustentáveis, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação de servidores, uso racional de recursos naturais e bens públicos e construções sustentáveis.

Em 2015, as ações desenvolvidas pela CAIXA no âmbito dos eixos temáticos da A3P foram:

- Campanha Poupe o Planeta: Campanha de sensibilização dos empregados abordando os temas: água, energia, transporte e Coleta Seletiva Solidária CAIXA.
- Ações para redução do consumo de energia, otimizando o uso de máquinas e equipamentos, sistema de iluminação e de climatização, e orientação às mantenedoras para ações durante rotina preventiva, visando adequação da programação horária e de *set point* dos equipamentos.
- Ações para redução do consumo de água, realizando manutenções preventivas e corretivas de equipamentos, instalação de redutores de vazão nos pontos de utilização de pias, lavatórios, torneiras, orientação das empresas de limpeza e conservação para utilização de métodos que possibilitem o menor consumo de água possível.



#### 7.4.3 Separação e destinação dos resíduos recicláveis descartados, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

A Coleta Seletiva Solidária CAIXA, cujo objetivo é separar e destinar às associações/cooperativas de catadores os resíduos recicláveis gerados nos processos internos de trabalho, proporciona à CAIXA, a possibilidade de contribuir com ações para a melhoria do meio ambiente e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, por meio da geração de trabalho e renda, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006 e com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, descrito na Lei 12.305/2010.

Regulada também em normativo interno da Instituição, a Coleta Seletiva Solidária CAIXA, ao promover a conscientização dos empregados sobre a importância e a utilidade de separar o lixo reciclável, possibilita a geração de trabalho e renda para famílias socialmente vulneráveis, fortalece a imagem da CAIXA como empresa socialmente responsável e contribui com iniciativas que promovem:

- Educação ambiental entre os empregados;
- Redução de resíduos nos aterros e o desenvolvimento sustentável das cidades;
- Geração de trabalho e renda;
- Incentivo do mercado de reciclagem no Brasil;
- Consumo consciente e o uso racional dos insumos nas atividades da CAIXA.

A CAIXA desenvolve programa de gestão de resíduos sólidos por meio de projetos conforme descrição abaixo:

#### **Projeto Lixo eletroeletrônico:**

Viabilizado a partir de Acordo de Cooperação Financeira - ACF, voltado à geração de renda para cooperativas de catadores de Brasília, Salvador e São Paulo, por meio de sua capacitação técnica para a Reciclagem de Resíduos Eletroeletrônicos - REE, com a utilização de uma parcela dos REE inservíveis da CAIXA. Os resultados do projeto piloto podem ser divididos nos âmbitos ambiental, social e econômico.

Sob o ponto de vista da preservação ambiental, 18.102 equipamentos eletrônicos e 15.033 Kg de peças avulsas provenientes da Caixa foram destinados, de forma segura, a empresas certificadas.

Dentre os materiais recicláveis, os metais pesados e as substâncias tóxicas contidos nos REE repassados, destacam-se: o retorno ao ciclo produtivo e concomitante economia de recursos naturais, conforme indicado no quadro abaixo:

Quadro 41 - Quantidade de materiais reciclados (tonelada)

Material	Quantidade Reciclada (Tonelada)
Alumínio	5,22
Ferro	73,92
Fios e cabos	4,29
Placas eletrônicas	12,63
Plástico	58,89
Chumbo	1,58

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA

No âmbito desse projeto, foram realizadas doações de terminais eletrônicos multisserviços (*Automated Teller Machines – ATM*). O quadro abaixo apresenta a quantidade terminais retirados do depósito de São Paulo, em 2015.

Quadro 42 - Doação de ATM em 2015

	Quantidade	M <sup>3</sup> * Liberado	Valor economizado/mês
Equipamento	781	1.562	52.983,04
Carenagem	125	250	4.240,00

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – GERSA

\*M<sup>3</sup> - Metro cúbico

#### 7.4.4 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em relação à adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações de bens, obras e serviços, há normativos internos (Solicitação de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços - MN AD 020 e Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores - MN PO 029) que estabelecem regras contemplando as diretrizes do Decreto nº 7.746/2012.

Os gestores operacionais, demandantes da contratação, devem observar essas regras normativas, estabelecendo na especificação do objeto a ser contratado, condições que atendam a essas diretrizes. Quando não é possível estabelecer critérios e práticas de sustentabilidade na especificação do objeto, o gestor deve justificar essa impossibilidade.

Assim, parte das contratações da CAIXA observam os parâmetros estabelecidos no referido Decreto, sendo que as demais contratações que não incorporam algum critério ou prática de sustentabilidade exigem a apresentação de justificativa pelo gestor demandante, conforme previsão normativa.

Além das regras constantes nos normativos internos, constam também nos contratos algumas cláusulas básicas, que se aplicam às contratações, e que trazem condições com valores voltados à responsabilidade socioambiental, como, por exemplo:



Obrigação da contratada:

- Assegurar a não contratação em condições degradantes ou análogas à escravidão, e não utilização de crianças, exceto dentro de programas com menor aprendiz;
- Manter fiel observância à legislação trabalhista e ao pagamento de direitos trabalhistas devidos aos prestadores de serviços;
- Assegurar a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, partido político, classe social, nacionalidade;
- Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público.

A CAIXA atende à Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece o direito de preferência para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estimulando o desenvolvimento da economia local.

A Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores, regulado internamente pelo manual normativo Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores - MN PO 029, que preconiza o engajamento e estreitamento do relacionamento com os fornecedores, visando a sustentabilidade na sua cadeia de valor, envolvendo a gestão estratégica dos impactos de matérias-primas e serviços, desde os fornecedores, subfornecedores e prestadores de serviços até o cliente final e etapas pós-consumo.

Desde a implantação desta Política, tem sido realizadas ações com o objetivo de incentivar e propiciar a incorporação dos princípios e diretrizes desta Política nos negócios, processos e relacionamentos com as partes interessadas, enfatizando o envolvendo todas as áreas gestoras na avaliação do impacto socioambiental presente no objeto das demandas de contratação, indicando as formas de prevenção e/ou mitigação de seus impactos e efeitos, enquanto oportunidade de agregar adicionalidades socioambientais aos bens e serviços, induzindo o mercado e os fornecedores a adotá-los, num movimento de evolução permanente para a excelência na sustentabilidade.

O Plano de Compras Sustentáveis da CAIXA abarca as dimensões: pessoas, fornecedores, indicadores e resultados, conforme detalhamento abaixo:

- Dimensão Pessoas: Lançamento de módulos do Programa Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos, com conteúdo de sustentabilidade em todos eles. O Programa abrange todos os atores do processo de compra da Caixa, visando o consumo consciente e a qualificação das aquisições da empresa, com eliminação de perdas e desperdícios e redução do impacto socioambiental.

Quadro 43 - Quantidade de empregados que cursaram os módulos do Programa Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos em 2015

Nome do Curso	Quantidade de empregados	% de empregados CAIXA
Curso 1: Introdução a Gestão de Bens e Serviços	27.286	27,99
Curso 2 - Usuário do Bem e Serviço	19.126	19,62
Curso 3 - Antes da Decisão de Contratar	987	1,01
Curso 4 - Planejamento da Contratação	715	0,73
Curso 5 - Gestão Operacional de Contratos	726	0,74

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA

- Dimensão Fornecedores:
  - Elaborada a estratégia de engajamento de fornecedores com definição de grupo prioritário foco das ações.
  - Realizado Encontro com Fornecedores em Brasília, com participação de 110 fornecedores, com o objetivo de promover o alinhamento dos processos e busca de melhorias na cadeia de contratações, visando a sustentabilidade.
  - Lançamento da Cartilha para fornecedores, com o objetivo de auxiliar o fornecedor em sua relação com a CAIXA e na gestão sustentável de sua empresa, em alinhamento à Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores. A cartilha está disponível no portal de compras da CAIXA e pode ser acessada por meio do seguinte *link*: [http://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina\\_inicial.aspx](http://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx)
- Dimensão Indicadores e resultados: Concluída pesquisa com fornecedores que apontou seu nível de maturação em RSA, assim como sua visão de como a relação com a CAIXA oportuniza melhorias em seus processos, com foco na sustentabilidade.

#### 7.4.5 Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

Embora não haja um PLS institucional que consolide todas as ações, a CAIXA adota diretrizes exigidas na IN SLTI/MPOG nº 10/2012 em diversos documentos internos, modelos e padrões, as quais são apresentadas a seguir, de modo a demonstrar a atuação da Instituição em cada caso e o cumprimento das exigências:

- Conforme o art. 5º, o PLS deverá conter no mínimo:
  - I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;*

Com relação aos equipamentos de infraestrutura, material permanente e equipamentos de uso, a CAIXA gere o inventário de seus bens móveis, cadastrados em



seu sistema ERP/SAP, conforme normativo AD 090 – Suprimentos, Logística De Material Permanente.

Em relação aos equipamentos de TI, processamento de dados, segurança e ajuda assistida às pessoas com deficiência, os equipamentos são geridos pelas respectivas áreas gestoras.

*II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;*

Além dos padrões de Termos de Referência, Cadernos de Diretrizes Técnicas e Ambientais, há diversas práticas relacionadas à especificação e uso, as quais estão contidas principalmente nos normativos AD071 - Infraestrutura - Mobiliário Padrão; AD098 - Infraestrutura - Obras De Construção, Ampliação, Reforma e Serviços de Adaptação de Imóveis; AD151 - Infraestrutura - Gestão de Edifícios de Missão Crítica; AD179 - Infraestrutura - Diretrizes para Seleção e Ocupação de Edifícios Administrativos; AD183 - Infraestrutura - Gestão de Recursos Hídricos e Energéticos; AD192 - Serviços de Apoio Administrativo, Bombeiro Civil, Limpeza, Conservação e Manutenção de Ambientes - Modalidade *Facilities*; AD194 - Infraestrutura - Gerenciamento Técnico e Operacional de Engenharia e Arquitetura e AD198 - Infraestrutura - Sustentabilidade nos Imóveis de Uso.

Com relação aos equipamentos de TI, processamento de dados, segurança e ajuda assistida às pessoas com deficiência, os equipamentos são geridos pelas respectivas áreas gestoras e seus normativos ou outros instrumentos próprios.

*III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e*

Apesar de não haver um PLS institucional consolidando todas as ações, cada área da CAIXA é responsável por um dos temas abordados pela IN e pelas respectivas ações de sustentabilidade a serem implantadas e/ou atendidas por exigência legal.

*IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.*

Essas ações são de responsabilidade da área de RH, de forma geral e, quando voltadas à sustentabilidade, da Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

Além disso, a IN também traz os temas a serem abordados pelo PLS, a saber:

*I– material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;*

Além do monitoramento periódico, são estabelecidas metas voltadas para a racionalização dos gastos e eficiência do processo. A quantificação é anual com vistas à elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da CAIXA.

*II – energia elétrica;*

*III – água e esgoto;*

São geridos, quantificados e monitorados pela CAIXA, via sistema interno. Anualmente, os resultados são consolidados para elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da CAIXA. Periodicamente são monitorados e estabelecidas metas voltadas à racionalização do consumo e dos gastos, e



umento da eficiência do processo. Há normativo interno específico, qual seja, MN AD183 – Infraestrutura Gestão de Recursos Hídricos e Energéticos.

*IV – coleta seletiva;*

Há normativo específico MN AD 186 - Coleta Seletiva Solidária, destinada aos resíduos de papel, outros resíduos recicláveis e não recicláveis, bem como resíduos orgânicos, cujo objetivo é separar e destinar, às Associações/Cooperativas de Catadores, resíduos recicláveis gerados nos processos internos de trabalho, proporcionando à CAIXA contribuir com ações para a melhoria do meio ambiente e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, por meio da geração de trabalho e renda, em conformidade com o Decreto Lei 5.940/06 e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, descrito na Lei 12.305/2010. Constam também do MN AD 186, as instruções para coleta e destinação adequada de lâmpadas, pilhas, baterias, cartuchos de impressora e mídias digitais, os quais fazem partes dos processos de infraestrutura e suprimento.

Além disso, há o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, a ser aplicado em todas as obras e serviços de engenharia, como, por exemplo, construções, reformas e ampliações nos imóveis ocupados pela CAIXA.

No tocante aos equipamentos de TI, processamento de dados, segurança e ajuda assistida às pessoas com deficiência, os equipamentos são geridos pelas respectivas áreas gestoras e seus normativos, bem como outros instrumentos.

*V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;*

Essas ações são de responsabilidade exclusiva da área de RH da CAIXA, bem como os respectivos normativos.

*VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e*

Está consignado no MN PO 029 - Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores, bem como no MN AD069 – Licitações na CAIXA.

*VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.*

São monitorados e, anualmente, os resultados são consolidados para elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da CAIXA. Periodicamente são monitorados e estabelecidas metas voltadas para a racionalização do consumo e dos gastos, e aumento da eficiência do processo.

#### 7.4.6 Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Ações de Responsabilidade Socioambiental da CAIXA estão publicadas no *site*, na aba “Sobre a Caixa”, item “Responsabilidade Socioambiental” e também no Relatório de Sustentabilidade Caixa 2014. O Relatório pode ser acessado por meio do seguinte: [link:http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio\\_de\\_Sustentabilidade\\_2014.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_2014.pdf)



## 7.5 Gestão de fundos e programas

### 7.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

#### 7.5.1.1 Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: Não se aplica

Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda

Órgão Gestor: Conselho Curador do FCVS - CCFCVS

Finalidade e competências institucionais:

A responsabilidade institucional do FCVS, criado, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, pela Resolução nº 25, de 16/06/1967, do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação - BNH, e ratificado pela Lei nº 9.443, de 1997, apresenta-se nas finalidades do Fundo, relacionadas a seguir:

- Garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais, contraídos pelos mutuários no âmbito do SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado;
- Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação de regência;
- Liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito ao Adquirente - SCA;
- Assumir, em razão da Lei nº 12.409, de 2011, o saldo devedor de financiamento habitacional, total ou parcial, em caso de Morte e Invalidez Permanente - MIP, e assumir, também, as despesas de recuperação ou indenização decorrentes de Danos Físicos do Imóvel - DFI e as perdas de Responsabilidade Civil do Construtor - RCC.

Na consecução dessas finalidades, o FCVS estrutura-se sob dois aspectos, o da gestão, de competência do Ministério da Fazenda, por intermédio do CCFCVS, cuja finalidade consiste em disciplinar as condições gerais de atuação do Fundo, e o da administração, de responsabilidade da CAIXA, conforme Decreto nº 4.378, de 2002.

Na gestão do FCVS, ressalta-se como macroprocesso a emissão de parecer nos processos de novação em face dos valores estabelecidos, para cada exercício, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Na administração do FCVS, destacam-se a manifestação quanto à titularidade, à certeza e ao montante da dívida do Fundo, em observância à Lei nº 10.150, de 2000, e o controle das contraprestações mensais emitidas e recebidas dos sinistros e das despesas comprovadas com os eventos motivadores da participação do FCVS relativos aos sinistros de Morte e Invalidez Permanente - MIP e de Danos Físicos do Imóvel - DFI.



#### Desempenho:

Prejuízo Líquido de R\$ 5.796.942 mil, 15,85% inferior em relação ao exercício de 2014;

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez no valor de R\$ 1.261.122 mil, 29,36% superior em relação ao exercício de 2014;

Recuperação de Despesas – Novação no valor de R\$ 3.682.005 mil;

Despesas com compromissos assumidos no montante de R\$ 6.596.953 mil, 21,59% superior em relação ao exercício de 2014;

Despesas para pagamento das ações judiciais do FCVS Garantia, que apresentou variação negativa de R\$ 3.379.052 mil em razão da mudança de estimativa ocorrida em dezembro de 2015;

Constituição de Reserva Técnica no valor de R\$ 668.344 mil, 51,94% inferior em relação ao exercício de 2014;

Déficit total acumulado de R\$ 104.029.933 mil, 5,90% superior em relação ao exercício de 2014.

Novação de 04 processos - R\$ 4,2 bilhões (46.162 contratos).

Instrução e envio à CGU de 17 processos para novação de R\$ 7,9 bilhões (72.663 contratos).

Homologação de 85,6 mil contratos e reembolso às seguradoras na ordem de R\$ 489 milhões.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

#### 7.5.1.2 Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 10.776.977/0001-20

Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda

Órgão Gestor: Assembleia de Cotistas

Finalidade e competências institucionais:

O FGHab é um fundo de natureza privada, constituído com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas, instituído de acordo com o Estatuto aprovado na assembleia de cotistas, realizada em 14/4/2009, e alterações posteriores, sendo a última em 19/12/2014.

A responsabilidade institucional do FGHab, criado pela CAIXA, consoante disposto no art. 22 da MP nº 459, de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 2009, apresenta-se nas finalidades do Fundo, relacionadas a seguir:





- Garantir o pagamento aos Agentes Financeiros - AF de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do SFH, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até R\$ 5.000,00, e
- Assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de MIP, e as despesas de recuperação relativas a DFI para mutuários com renda familiar de até R\$ 5.000,00.

Na consecução dessas finalidades, o FGHab estrutura-se sob dois aspectos, o da gestão e o da administração, ambos de competência da CAIXA, conforme o art. 5º do Estatuto do Fundo.

Na gestão do FGHab, ressalta-se como macroprocesso a concessão de garantia para até 2.000.000 financiamentos imobiliários, contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV com recursos do FGTS, em face do estabelecido na Lei nº 11.977, de 2009.

#### Desempenho:

O Ativo total do FGHab fechou o ano em R\$ 1,79 bilhão e o resultado líquido do período de R\$ 305 milhões indica boa capacidade de arrecadação, com expectativa de resultado positivo no próximo exercício.

A carteira de operações garantidas apresentou crescimento menor em relação ao exercício anterior pelo segundo ano consecutivo, devido à diminuição do ritmo de contratações pelos Agentes Financeiros - AF e fechando o exercício com garantia a 1,993 milhões de operações, sendo que o AF CAIXA desde meados de dezembro já passou a contratar operações mediante seguro de mercado.

Até 2015 foram prestadas 8.326 garantias a contratos de financiamento habitacional no âmbito do PMCMV, totalizando o valor de R\$ 300 milhões. Os novos atendimentos às garantias por evento de Perda de Renda, após a ausência em 2014, reforçam a importância do FGHab e a sua finalidade social em benefício dos mutuários do PMCMV.

#### Integralização/Movimentação de Cotas

No ano foram integralizadas R\$ 64,8 milhões em cotas, sendo R\$ 51,7 pela CAIXA e R\$ 13,1 pelo Banco do Brasil.

- Resgate de cotas da União da ordem de R\$ 400 milhões

Quadro 44 - Composição do Patrimônio Líquido do Fundo (Valores em R\$1,00)

Composição	2013	2014	2015
Patrimônio Líquido	1.391.245.405	1.778.434.470	1.748.077.085
Cotas da União	971.901.250	971.901.250	571.901.250
Cotas AF CAIXA	166.957.998	210.990.703	262.766.962
Cotas AF BB	8.108.682	23.078.115	36.179.616
Fundo Conta Geral	244.277.474	572.464.402	877.229.256

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS





Em 2015 foram asseguradas 334.723 operações, sendo 269.136 contratadas pela CAIXA e 65.587 pelo Banco do Brasil.

O FGHab alcançou a marca de 1.993.349 operações garantidas no valor de R\$ 150,7 bilhões, assim distribuídas:

Quadro 45 - FGHab (Operações garantidas) (Valores em R\$1,00)

AF	Ativos	Liquidados	Total
CAIXA	1.697.606	92.160	1.789.766
BB	202.576	1.007	203.583
Total	1.900.182	93.167	1.993.349
% Participação	95,33	4,67	100

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS

Existência de 2.361.258 mutuários, média de 1,27 por financiamento ativo, dos quais 57,2% são solteiros e 33.998 com idade superior a 60 anos;

Prazo de amortização de 314 meses para os financiamentos concedidos pela CAIXA e de 354 meses para os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil, com financiamento médio de R\$ 94.196,00 e R\$ 85.107,00, respectivamente.

O quadro a seguir demonstra o consolidado das honras de garantias pelo FGHab, desde sua vigência, em abril de 2009.

Quadro 46 - Consolidado das honras de garantias pelo FGHab

Ano	Consolidado - Valor R\$ Mil						Total
	MIP		DFI		Perda Renda		
	Quant	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
2009/12	1.250	57.880	722	2.418	60	89	60.387
2013	1.190	56.586	421	1.255	8	13	57.854
2014	1.350	68.271	546	2.511	0	0	70.782
2015	2.064	108.372	693	2.620	22	37	111.029
Total	5.854	291.109	2.382	8.804	90	139	300.052

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS

Lucro de R\$ 304.765 mil (-7,14% em relação a 2014);

Desvalorização das Cotas do FI-FGHab em R\$ 25.729 mil, 13,01% inferior em relação a exercício de 2014, por motivo de desvalorização nos títulos NTN-B, devido a marcação a mercado;

Rendas de Comissão Pecuniária no valor de R\$ 270.288 mil, 25,50% superior em relação ao exercício de 2014, em função do aumento de contratos garantidos;

Despesas com MIP no valor de R\$ 111.386 mil, 59,00% superior em relação ao exercício de 2014, por motivo do aumento de sinistros (2015 – 2.064 casos e 2014 – 1.347 casos);

Avaliação atuarial, incremento de R\$ 6.975 mil nas despesas com Reserva Técnica, totalizando R\$ 7.237 mil (+2.662,21% em relação ao exercício de 2014).

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA



### 7.5.1.3 Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 11.604.264/0001-70

Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda

Órgão Gestor: Assembleia de Cotistas

Finalidade e competências institucionais:

O FGCN, fundo privado com seu patrimônio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e do gestor do fundo. Possui direitos e obrigações próprias, pelas quais responde com seu patrimônio, não respondendo o gestor ou os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Fundo destinado a garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações, e o risco decorrente de performance de Estaleiro Brasileiro. Tem natureza privada e suas fontes de recursos se constituem de aportes da União, da compra compulsória de cotas e comissões pecuniárias pagas pelo estaleiro brasileiro e pelo contratante da construção, do resultado das aplicações financeiras dos recursos, e da recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos.

A Lei nº 11.786, de 2008, autoriza a União a aportar até R\$ 5 bilhões em cotas do FGCN. As regras gerais das garantias do FGCN são restritas às embarcações construídas ou produzidas no mercado naval brasileiro, podendo, ser contratadas garantia de risco de crédito e garantia de risco de performance, diferenciando os prazos conforme embarcação.

A garantia de risco de crédito, que corresponde a até 50% do saldo devedor em cada operação de financiamento, está condicionada ao recebimento tempestivo das parcelas do financiamento, atrelando ao cumprimento pelo estaleiro brasileiro do cronograma de construção, podendo ser contratada pelo contratante da construção ou pelo estaleiro brasileiro, e o beneficiário será o agente financeiro.

Com relação à garantia de risco de performance, contratada pelo estaleiro brasileiro cujo beneficiário será o contratante da construção, está relacionada ao cumprimento de todas as obrigações constantes no contrato de construção e a qualidade da embarcação entregue, e o valor da garantia será de, no máximo, 10% do valor constante do Contrato de Construção da embarcação.

Desempenho:

Prejuízo de R\$ 4.281.771 mil (ante resultado positivo de R\$ 436.242 mil no exercício de 2014).

Valorização de TVM no montante de R\$ 438.341 mil, em razão das rendas com títulos de renda fixa no montante de R\$ 330.224 mil e com derivativos no valor de R\$ 720.152 mil que compõem a carteira do FI-FGCN, deduzidos da perda decorrente da desvalorização das ações no montante de R\$ 607.349 mil.



Os valores de atualização monetária e juros alcançaram o montante de R\$ 35.119 mil decorrente do pagamento efetuado pelo FGCN a título de honra de garantia, ocorrido em 27/05/2015.

Constituição de provisão de garantias a honrar no montante de R\$ 4.319.877 mil. No primeiro trimestre de 2015, a Sete e as Sociedades de Propósitos Específicos - SPE se tornaram inadimplentes e em decorrência os beneficiários das garantias do FGCN não prorrogaram as operações de crédito de curto prazo e acionaram as garantias.

Em maio de 2015, após diligências foi honrada a garantia à SPE Joatinga, no valor de US\$ 125 milhões junto ao banco *Standard Chartered Bank*.

Ainda em maio, os demais beneficiários (Banco do Brasil, Bradesco, Santander, Itaú e o FI-FGTS) acionaram as garantias, no montante de R\$ 7,7 bilhões, superior ao PL do Fundo de R\$ 4,3 bilhões, alavancagem permitida pelo regulamento do Fundo.

A CAIXA como gestora do FGCN efetuou diligências focadas nos aspectos: (i) aplicação dos recursos conforme previsão nos contratos dos financiamentos e avanço físico das obras; (ii) evolução do saldo devedor garantido; (iii) conferência e organização dos contratos e (iv) recolhimento de comissões pecuniárias e, ao final, concluiu pela regularidade, excetos alguns valores que foram glosados e a necessidade de constituição de hipoteca para as embarcações com batimento de quilha.

Ao longo do exercício foram celebrados acordos de suspensão de acionamentos judiciais e de prorrogações de pagamentos, chamados *standstil*, com prazo final para o FGCN efetuar os pagamentos em 08/12/2015. No entanto, o pagamento não foi efetivado por definições pendentes: (i) recebimento proporcional ao patrimônio do fundo e (ii) possível subordinação do FI-FGTS.

A não honra em dezembro de 2015 resultou em ações judiciais contra o fundo pelos bancos Santander, Bradesco e Banco do Brasil, e com isso, foram retomadas as negociações até ser celebrado o 5º Termo de prorrogação e repactuação de obrigações de não fazer, em 26/01/2016, estabelecendo em síntese: desistência das ações judiciais, pagamento proporcional ao patrimônio do fundo, incluindo o FI-FGTS até 11/05/2016, o primeiro pagamento até 11/02/2016 sendo aos bancos em espécie e ao FI-FGTS em ações do BB.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

#### 7.5.1.4 Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 03.190.167/0001-50

Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades

Órgão Gestor: Assembleia de Cotistas

Finalidade e competências institucionais:

A CAIXA foi autorizada pela MP nº 1.823, de 1999, convertida na Lei nº 10.188, de 2001, a criar o FAR, fundo financeiro privado com o fim exclusivo de



segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

Em 2009, com a criação do PMCMV, nos termos da Lei nº 11.977, de 2009, o FAR que já atendia a necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra e venda direta, foi autorizado a atuar também no novo Programa do Governo.

Dessa forma, o objetivo do FAR é prover recursos ao PAR e ao PMCMV para a realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação, mediante carteira diversificada de ativos imobiliários, financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

O FAR é regido por Regulamento próprio. O seu patrimônio está dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e do gestor do fundo. Possui direitos e obrigações próprias, pelas quais responde com seu patrimônio, não respondendo o gestor ou os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Para desempenhar o papel institucional do FAR, os recursos do Fundo constituem-se de:

- Recursos oriundos da integralização de cotas pela União;
- Rendimentos obtidos com as ações recebidas pela integralização de cotas pela União, representado pelos dividendos, bonificações, prêmios, juros recebidos e, ainda, pelos ganhos de capital na venda de ações;
- Rendimentos obtidos com a aplicação das disponibilidades financeiras em títulos públicos federais e em ativos com lastros em créditos de base imobiliária;
- Os recursos provenientes da recuperação de prestações honradas com recursos do FAR;
- Outras fontes de recursos.

O FAR é subordinado à fiscalização do BACEN, e sua contabilidade se sujeita às normas do plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, aos princípios gerais da contabilidade, no que couber, às demais normas de contabilidade vigentes no País.

Desempenho:

O Fundo apresentou, no exercício de 2015, resultado líquido negativo na ordem de R\$ 2,66 bilhões, 30,19% acima do apurado no exercício anterior que foi 2,04 bilhões negativo.

Em 31/12/2015 o FAR apresentou R\$ 37,47 bilhões de Patrimônio líquido, registrando 18,80% de variação positiva em relação a dezembro de 2014, decorrente da integralização de R\$ 8,58 bilhões de cotas da União; Ativos na ordem de R\$ 38,44 bilhões e desse montante, cerca de R\$ 20,06 bilhões, que correspondem a 52,18%, referem-se aos imóveis em curso no âmbito do PMCMV, dos quais 77,64% correspondem às operações contratadas junto ao AF CAIXA e 22,36%, às operações com o Banco do Brasil.

O montante das receitas operacionais somou R\$ 1,10 bilhão, 20,94% acima do orçado para o exercício, cerca de R\$ 0,91 bilhão; enquanto as despesas operacionais,



na ordem de R\$ 3,75 bilhões, registraram 42,37 % acima dos R\$ 2,64 bilhões orçados para o mesmo período. Destacam-se, nesses casos, gastos com subsídio do PMCMV que representaram R\$ 1,03 bilhão acima do orçado para o período, previsão de R\$ 1,13 bilhão, impulsionadas pelo aumento dos subsídios mensais e dos casos de calamidade pública.

No âmbito do PMCMV, até 31.12.2015, o total de operações contratadas, compreenderam 3.387 empreendimentos, 1.297.767 Unidade Habitacional - UH, sendo 728.613 entregues aos beneficiários finais, sendo 711.978 do AF CAIXA e 16.635 do AF Banco do Brasil. O montante do investimento é de R\$ 72,90 bilhões, tendo sido desembolsados cerca de R\$ 58,34 bilhões para as obras, o que representa 80,03% do investimento total executado.

Em 2015, a União, por meio do Ministério das Cidades, aportou recursos ao FAR, sob a forma de integralização de cotas, na ordem de R\$ 8,58 bilhões. Com a recente regulamentação de operações do PMCMV, com aporte de subsídios compartilhados entre o FGTS e FAR, conforme MP nº 698, de 2015 e Resolução nº 783, de 2015 do CCFGTS, foram aportados cerca de R\$ 2,95 bilhões de recursos do FGTS para a contratação de 67.026 UH, ao custo médio de R\$ 60.800,00 por UH.

O quadro abaixo demonstra a situação das obras do PMCMV.

Quadro 47 - Situação das obras do PMCMV (Qtd Empreendimentos.)

Situação	BB	CAIXA	Total
Adiantada	68	165	233
Atrasada	49	337	386
Concluída	4	2.263	2.267
Não iniciada	58	21	79
Normal	36	321	357
Paralisada	1	75	76
Sem Medição	0	5	5
Total	216	3.187	3.403

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS

Em 2015, liberação de R\$ 11,039 bi para obras do PMCMV, dos quais R\$ 2,094 bi pelo Banco do Brasil e R\$ 8,945 bi pela CAIXA.

Quadro 48 - Situação geral das UHs do PMCMV (Qtd. de Unidades Habitacionais)

Situação	BB	CAIXA	Total
Adiantada	61.077	105.326	166.403
Atrasada	34.161	195.086	229.247
Concluída	2.115	575.906	578.021
Não iniciada	56.792	34.380	91.172
Normal	17.861	204.172	222.033
Paralisada	572	16.596	17.168
Sem Medição	0	1.852	1.852
Total	172.578	1.133.318	1.305.896

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS

Foram entregues 172.505 unidades em 2015, das quais, 3.895 pelo Banco do Brasil e 168.610 pela CAIXA (89.073 no PMCMV, 67.831 no FAR/FGTS e 11.706 no PAC/Calamidades).

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA



#### 7.5.1.5 Fundo de Desenvolvimento Social - FDS

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 11.455.963/0001-04

Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades

Órgão Gestor: CCFDS

Finalidade e competências institucionais:

O FDS é um fundo contábil de natureza financeira, com prazo indeterminado de existência. Sua instituição foi autorizada pelo Decreto nº 103, de 1991, estando sob a regência da Lei nº 8.677, de 1993.

Os recursos do FDS são provenientes:

- Da aquisição compulsória de quotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da Resolução CMN nº 2.183, de 1995, alterada pela Resolução CMN nº 3.334, de 2005;
- Da aquisição voluntária de quotas de sua emissão por pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- Do resultado de suas aplicações financeiras;
- Do aporte de recursos pela União, para viabilizar as operações habitacionais no âmbito do PMCMV-E.

A missão institucional do FDS é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, bem como equipamentos comunitários, desde que vinculadas aos programas de habitação.

Para atender o objetivo do FDS, foi criado em 2004, o Programa de Crédito Solidário - PCS e em 2009 o PMCMV-E.

Os Programas Habitacionais lastreados com recursos do FDS visam:

- Proporcionar o acesso à moradia regular, à população de baixa renda que não tem capacidade de poupança, mediante crédito com condições especiais e subsidiadas;
- Contribuir efetivamente para a redução do déficit habitacional, atingindo famílias de baixa renda;
- Estimular o regime de cooperativismo habitacional e o princípio de ajuda mútua, garantindo a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns, observadas as necessidades, características, usos e costumes locais.

Desempenho:

Lucro Líquido de R\$ 48.351 mil, resultado 70,56% superior em relação a 2014;

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez atingiu R\$ 108.353 mil, 30,88% superior em relação ao exercício de 2014, decorrente da elevação da taxa SELIC;





Receitas com subvenção – PMCMV – E saldo de R\$ 64.421 mil, 38,63% superior em relação ao exercício de 2014, em função do aumento dos contratos em fase de amortização;

Despesas com subsídio – PMCMV –E saldo de R\$ 58.748 mil, 43,10% superior em relação a exercício de 2014, em função do aumento dos contratos em fase de amortização momento em que se concede o subsídio;

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o valor de R\$ 37.031 mil, 17,46% superior em relação a exercício de 2014;

Despesa de taxa de administração da CAIXA somou R\$ 29.497 mil, 12,41% superior em relação a exercício de 2014, tendo como base de cálculo o total do ativo do Fundo.

Situação da Carteira do PCS:

- 21.990 UH com financiamento de R\$ 392 milhões, em 333 empreendimentos. 274 empreendimentos estão concluídos com 14.438 UH entregues, sendo em 2015 01 empreendimento com 96 UH;
- 10 empreendimentos estão em atraso com a execução das obras e 49 paralisados;
- Dos contratos em amortização 56% encontram-se adimplentes e 27% com atrasos superiores a 90 dias;
- No exercício foram assumidas despesas com 35 horas de garantias, sendo 31 de MIP e 4 DFI.

Situação da Carteira do PMCMV-E:

- 27.386 UH com investimento de R\$ 2,1 bilhão, em 382 empreendimentos, sendo 72 na fase de projeto e 310 em construção;
- 7.507 UH concluídas em 96 empreendimentos, dos quais 23 concluídos em 2015;
- Dos 310 empreendimentos em fase de construção, 73 estão em atraso ou paralisados (24%) e 13 ainda não iniciadas as obras;
- Dos contratos em amortização, 60% encontram-se adimplentes e 16% com atraso superior a 90 dias;
- No exercício, foram assumidas despesas com 48 contratos, sendo 31 por evento MIP e 17 por evento DFI.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

#### 7.5.1.6 Fundo Garantia-Safra – FGS

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: Não se aplica.

Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Órgão Gestor: CGGS

Finalidade e competências institucionais:

O FGS foi criado pela Lei nº 10.420, de 2002, e alterada pelas Leis nºs 10.700, de 2003, 11.775, de 2008 e 12.766, de 2012. O Fundo possui o objetivo de garantir





condições mínimas de sobrevivência, mediante pagamento do Benefício Garantia-Safra, também instituído pela Lei nº 10.420, de 2002, aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Com a publicação da Lei nº 12.766, de 2012, o Fundo poderá atender também agricultores familiares de outros municípios situados fora da região do semiárido brasileiro, desde que também estejam sistematicamente sujeitos a perdas de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico e que tenha disponibilidade orçamentária, após atendimento dos agricultores do semiárido. A expansão do Programa para outros municípios não foi efetivada até 2013.

Podem participar do Programa agricultores que atendam as seguintes condições:

- Renda média bruta familiar mensal nos 12 (doze) meses que antecederem à inscrição não exceder a 1,5 salários mínimos, excluídos os benefícios previdenciários rurais;
- Não detenha, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais. A unidade de medida do módulo fiscal é o hectare e deve dar condições de subsistência para uma família. Assim, a dimensão do módulo é variável em cada município/região, segundo o potencial de produtividade da terra (fertilidade, topografia, microclima etc.);
- A área total plantada com as culturas de feijão, milho, arroz, mandioca e/ou algodão não poderá superar 5 (cinco) hectares, não irrigados. Em virtude da expansão do Programa para municípios não localizados na região do semiárido, o órgão gestor do Fundo poderá definir outras culturas passíveis de cultivo pelos agricultores e cobertas pelo Fundo.

O benefício Garantia-Safra, pago pelo Fundo aos agricultores, é custeado por contribuições destinadas ao próprio Fundo, realizadas por agricultores, Municípios, Estados e União, além da remuneração dos recursos disponíveis.

As contribuições para o Fundo são realizadas a cada safra agrícola, que compreende o período de julho a junho.

Possuem direito ao recebimento do Benefício os agricultores familiares que, tendo aderido ao FGS, mediante pagamento da contribuição, vierem a sofrer perda em razão de estiagem ou excesso hídrico de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão.

O valor do Benefício é definido a cada safra agrícola pelo Comitê Gestor do Garantia-Safra, órgão gestor do Fundo, tendo como limite o teto de R\$ 1.200,00, estabelecido pela Lei nº 12.766, de 2012.

Desempenho:

Lucro líquido de R\$ 554.998 mil, 300,97% superior em relação ao exercício de 2014, que foi de R\$ 138.415).

As receitas registraram variação negativa de R\$ 9.943 mil, em função, basicamente, da redução do aporte efetuado pela União em relação ao exercício de



2014, no montante de R\$ 45.001 mil, motivada pela redução de comprovações de perdas de safra neste exercício.

As despesas registraram, neste exercício, o montante de R\$ 631.283 mil com pagamento benefícios, R\$ 426.526 mil a menor quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, que desembolsou R\$ 1.057.809 mil.

Na Safra 2014/2015, houve um do aumento no montante das contribuições passando de 45% para 52,5% sobre o valor do benefício até atingir, na safra 2015/2016, a 60% conforme definido na Lei. Até a safra 2011/2012 o percentual era de 30%.

Podem participar do programa 1960 municípios, distribuídos em 10 UF e, na safra 2014/2015, aderiram 1248, equivalente a 63,7% próximo ao verificado na safra anterior em 64,4%, sendo este percentual de maior adesão na série histórica de 13 safras. Na presente safra, o Estado do Ceará teve a maior adesão, 98,37% e o Maranhão a menor, 15,21%.

Aderiram ao programa, 1.162.079 agricultores, uma redução de 15.369 equivalente a 1,3% em relação à safra anterior, os estados da BA, MG, PE, e PI, tiveram a maior adesão da respectiva série histórica.

Foram pagos 3.557.468 benefícios, ante 6.318.288 pagos no exercício anterior. Decretada a perda da safra em mais de 50%, o agricultor recebe o benefício de R\$ 850,00 em 5 parcelas de R\$ 170,00, por meio do cartão cidadão, e cada parcela é considerado um benefício.

Na safra 2014/2015, 899 dos 1.248 municípios tiveram perda de safra, o que representa 72% dos municípios participantes. R\$ 30,137 milhões não foram sacados no prazo de 120 dias e, assim, retornaram ao Fundo.

Divulgação: Ministério do Desenvolvimento Agrário e site CAIXA

#### 7.5.1.7 Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

Natureza Jurídica: Programa

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades

Órgão Gestor: CAPMCMV

Finalidade e competências institucionais:

O PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 2009, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 229, de 2012 é integrante do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e tem por finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU ou de financiamento habitacional com recursos FGTS.



O público-alvo do PNHR são os agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados sob a forma coletiva, por intermédio de uma Entidade Organizadora – EO, conforme regulamentação do Programa.

Desempenho:

No período de 2011 a 2015 foram beneficiadas 160.105 famílias.

Aportes ao Programa:

Desde o início do Programa, já foram aportados pela União, por intermédio do Ministério das Cidades, o montante de R\$ 3,9 bilhões.

O comportamento dos aportes de recursos no quadriênio 2011-2014, ficou assim distribuído: até dezembro/2014, R\$ 3,1 bilhões; até dezembro/2013, R\$ 1,7 bilhão; até dezembro/2012, R\$ 715 milhões e até dezembro/2011, R\$ R\$ 181 milhões.

Em 2015, foi aportado o valor de R\$ 786 milhões, que representa 20% do montante desembolsado para todo o Programa.

Quadro 49 - Aporte de Recursos – PNHR 2015 (Valores em R\$)

1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
190.000.000,00	189.292.085,15	197.970.000,00	209.000.000,00	786.262.085,15

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

Transferências de Recursos:

As transferências de recursos realizadas pelo gestor operacional desde o início do programa até dezembro/2015 para os agentes financeiros, CAIXA e Banco do Brasil, totalizam R\$ 3,9 bilhões.

O comportamento das transferências de recursos no quadriênio 2011-2014, ficou assim distribuído: até dezembro/2014, R\$ 3,1 bilhões; até dezembro/2013, R\$ 1,7 bilhão; até dezembro/2012, R\$ 711 milhões e até dezembro/2011, R\$ 181 milhões.

Em 2015, foram transferidos recursos aos agentes financeiros no montante de R\$ 784 milhões, distribuídos conforme o quadro a seguir:

Quadro 50 - Transferência de Recursos OGU - PNHR 2015 (Valores em R\$)

Agente Financeiro	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
CAIXA	169.297.833,39	142.034.905,37	169.023.333,58	147.340.479,39	627.696.551,73
BB	20.510.224,67	44.088.979,25	30.139.384,42	61.286.562,33	156.025.150,67
Total	189.808.058,06	186.123.884,62	199.162.718,00	208.627.041,72	783.721.702,40

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS (SISFIN)

Contrapartida dos agentes financeiros

Os agricultores familiares e trabalhadores rurais beneficiários do PNHR aportarão valor de contrapartida equivalente a 4% (quatro por cento) do valor repassado para fins de edificação ou reforma da unidade habitacional. O valor de contrapartida aportado será recolhido pelos Agentes Financeiros, e creditado em favor do Tesouro Nacional pelo Gestor Operacional.

Quadro 51 - Contrapartida (Valores em R\$)

Agente Financeiro	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
CAIXA	25.424.931,09	37.214.543,03	41.855.687,94	48.024.486,38
BB	1.495.884,85	2.172.489,70	2.763.529,91	3.151.398,36
Total	26.920.815,94	39.387.032,73	44.619.217,85	51.175.884,74

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

Obs.: valores acumulados.

A contrapartida foi recolhida a partir de 2013, assim distribuída:

Quadro 52 - Comportamento do Retorno de Contrapartida (Valores em R\$)

Agente Financeiro	2013	2014	2015	Total
CAIXA	6.124.931,09	19.300.000,00	22.599.555,29	48.024.486,38
BB	0,00	897.550,66	2.253.847,70	3.151.398,36
Total	6.124.931,09	20.197.550,66	24.853.402,99	51.175.884,74

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

## Contratações

Até dezembro de 2015, foram contratadas 160.105 UH, conforme quadro abaixo:

Quadro 53 - Contratações/UH no âmbito PNHR - 2011/2015 (Valores em R\$)

Ano	UH		Valor contratado		Total	
	BB	CAIXA	BB	CAIXA	UH	Valor
2011	-	11.707	-	169.156.673	11.707	169.156.673
2012	164	41.304	4.368.916	1.080.748.790	41.468	1.085.117.706
2013	5.646	52.913	162.675.458	1.589.207.917	58.559	1.751.883.375
2014	6.882	32.246	206.129.416	976.108.133	39.128	1.182.237.549
2015	1.082	8.161	32.640.434	243.500.172	9.243	276.140.606
Total	13.774	146.331	405.814.223	4.058.721.686	160.105	4.464.535.909

Fonte: AF CAIXA e BB

Posição: 31/12/2015

Divulgação: A cargo do Ministério das Cidades

### 7.5.1.8 Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Governo do Estado de São Paulo

Órgão Gestor: Governo do Estado de São Paulo



#### Finalidade e competências institucionais:

O FPHIS, criado pela Lei nº 12.801, de 2008, é vinculado à Secretaria de Habitação cujo objetivo é implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixo poder aquisitivo e viabilizar a produção de unidades habitacionais em programas e ações, a fim de ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, com o escopo de complementar os investimentos em obras e serviços.

Trata-se de gestão de recursos oriunda de Parceria com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Agência Paulista de Habitação Social e da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, para viabilizar a aquisição e produção de unidades habitacionais em programas e ações, a fim de ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, com o escopo de complementar os investimentos em obras e serviços.

Os recursos oriundos da Agência Paulista de Habitação Social são recursos orçamentários e destinam-se a aumentar o poder de compra dos servidores públicos do Estado de São Paulo para aquisição da casa própria. Essa parceria foi formalizada em 14/12/2011, por meio de Termo de Cooperação e Parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Habitação, a Caixa Econômica Federal e o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – Agência Paulista de Habitação Social.

Os recursos aportados pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo são oriundos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS, e destinam-se a beneficiários selecionados pela Secretaria, quando da aquisição da moradia própria, viabilizado por meio de Termo de Compromisso de Cooperação e Parceria entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Habitação, firmado em 12/01/2012.

A parceria com a Secretaria objetiva ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, constituindo apoio financeiro complementar ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, e Apoio financeiro complementar ao PMCMV – Entidades – Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

#### Desempenho:

Quadro 54 - Metas Físicas dos Programas até 2015 (Valores em R\$)

Contas Gráficas	UH	Previsão de Aportes
936 Servidor Público	20.000	320.000.000,00
981 PMCMV FAR	83.000	1.660.000.000,00
1002 PMCMV FDS	10.000	200.000.000,00
1045 PMCMV PNHR	4.000	20.000.000,00
Total	117.000	2.200.000.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (Termos de Cooperação e Parceria, assinados em 14/12/11 e 12/01/12)



## Aportes ao Programa

Desde o início do programa até 31/12/2015, foram aportados pelo FPHIS por intermédio da Agência Paulista de Habitação e Secretaria de Habitação, o montante de R\$ 1.326.317.553,80.

Em 2015 foi aportado o valor de R\$ 201.508.912,00.

Quadro 55 - Aportes (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
963 SERV.PÚBL.	664.376,00	996.564,00	0,00	0,00	1.660.940,00
981 - FAR	0,00	98.769.000,00	49.384.500,00	22.463.472,00	170.616.972,00
1002 - FDS	0,00	24.231.000,00	0,00	0,00	24.231.000,00
1045 - PNHR	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00
Total	664.376,00	123.996.564,00	49.384.500,00	27.463.472,00	201.508.912,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

## Subsídios Repassados

Desde o início do programa até 31/12/2015 o FPHIS, por intermédio da Agência Paulista de Habitação e Secretaria de Habitação, subsidiou o montante de R\$ 1.113.305.028,26.

Em 2015, foi subsidiado o valor de R\$ 442.917.514,38.

Quadro 56 - Pagamento de Subsídios (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
963 SERV.PÚBL.	84.356,57	0,00	271.543,58	0,00	355.900,15
981 - FAR	97.053.127,89	127.817.134,03	118.209.469,63	79.402.688,63	422.482.420,18
1002 - FDS	3.473.245,10	3.586.154,91	3.262.507,61	3.967.298,25	14.289.205,87
1045 - PNHR	2.470.000,00	439.991,04	0,00	2.879.997,14	5.789.988,18
Total	103.080.729,56	131.843.279,98	121.743.520,82	86.249.984,02	442.917.514,38

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

## Atualização Monetária

Desde o início do programa até 31/12/2015, o rendimento dos recursos aplicados pelo FPHIS alcançou o montante de R\$ 151.303.399,88.

Em 2015 a atualização monetária foi de R\$ 59.602.608,85.



Quadro 57 - Atualização Monetária (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
963 SERV.PÚBL.	16.238,99	20.898,59	89.262,28	80.154,83	206.554,69
981 - FAR	11.147.979,15	10.798.925,17	10.442.558,91	12.653.053,33	45.042.516,56
1002 - FDS	3.172.585,80	2.649.935,61	4.125.520,30	4.032.832,16	13.980.873,87
1045 - PNHR	145.963,44	76.253,28	106.136,23	44.310,78	372.663,73
Total	14.482.767,38	13.546.012,65	14.763.477,72	16.810.351,10	59.602.608,85

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

### Taxa de Administração

Desde o início do programa até 31/12/15, o FPHIS pagou à CAIXA o montante de R\$ 2.562.308,84 a título de taxa de administração pela gestão financeira dos recursos nas contas gráficas vinculadas ao Programa.

No ano de 2015 a taxa de administração registrou o montante de R\$ 840.000,00.

Quadro 58 - Taxa de Administração (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
963 SERV.PÚBL.	61.374,00	61.374,00	61.374,00	61.374,00	245.496,00
981 - FAR	49.542,00	49.542,00	49.542,00	49.542,00	198.168,00
1002 - FDS	49.542,00	49.542,00	49.542,00	49.542,00	198.168,00
1045 - PNHR	49.542,00	49.542,00	49.542,00	49.542,00	198.168,00
Total	210.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	840.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

Divulgação: A cargo da Agência Paulista de Habitação Social

#### 7.5.1.9 Casa Paulistana

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Município de São Paulo

Órgão Gestor: Município de São Paulo

Finalidade e competências institucionais:

Trata-se de gestão de recursos oriunda de Parceria com a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo - SEHAB, visando o aporte de recursos orçamentários do





município, para complementação do subsídio destinado ao PMCMV - FAR e FDS, com o objetivo de ampliar a oferta de moradias à população de baixa renda no Município de São Paulo, nos termos da Lei Municipal nº 16.006, de 2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 55.584, de 2014.

O valor unitário da subvenção complementar aos investimentos globais de cada empreendimento, em terreno, obras e serviços, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade habitacional.

O valor total estimado para o aporte da SEHAB no período de 2014 a 2016 é de R\$480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais) e será efetivado por meio de transferências da SEHAB à CAIXA, respeitada a disponibilidade orçamentária, e o desembolso dar-se-á de acordo com o Plano de Trabalho que integra o Termo de Parceria firmado em 24 de outubro de 2014.

Desempenho:

Quadro 59 - Metas Físicas dos Programas até 2016 (Valores em R\$)

Contas Gráficas	QTDE. UH	Previsão Aporte até 2016
1088 - PMCMV FAR	50.000	480.000.000,00
1124 - PMCMV FDS		
Total	50.000	480.000.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (Termo de Cooperação e Parceria assinado em 24/10/2014)

#### Aportes ao Programa

Desde o início do programa até 31/12/2015, foram aportados pela Casa Paulistana, por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo - SEHAB, o montante de R\$ 30.074.561,26.

Cabe ressaltar, que os aportes acontecem de forma não linear e dependem da demanda de beneficiários no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e da disponibilidade de orçamento do município de São Paulo.

Em 2015, foi aportado o valor de R\$ 30.074.561,26, distribuídos nas contas gráficas conforme quadro abaixo.

Quadro 60 - Aportes (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
1088 - PMCMV FAR	0,00	13.668.267,20	0,00	566.294,06	14.234.561,26
1124 - PMCMV FDS	0,00	0,00	0,00	15.840.000,00	15.840.000,00
Total	0,00	13.668.267,20	0,00	16.406.294,06	30.074.561,26

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

#### Subsídios Repassados

Desde o início do programa até 31/12/2015, a Casa Paulistana, por intermédio da SEHAB, subsidiou o montante de R\$ 13.668.267,20.

Em 2015, foi subsidiado o valor de R\$ 13.668.267,20.

Quadro 61 - Pagamentos de Subsídios (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
1088 - PMCMV FAR	0,00	0,00	0,00	13.668.267,20	13.668.267,20
1124 - PMCMV FDS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	13.668.267,20	13.668.267,20

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

### Atualização Monetária

Em 2015 a atualização monetária foi de R\$ 1.187.744,83.

Quadro 62 - Atualização Monetária (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
1088 - PMCMV FAR	0,00	154.057,81	466.284,77	567.402,25	1.187.744,83
1124 - PMCMV FDS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	154.057,81	466.284,77	567.402,25	1.187.744,83

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

### Taxa de Administração

Desde o início do programa até 31/12/15, a Casa Paulistana pagou à CAIXA o montante de R\$ 160.000,00 a título de taxa de administração pela gestão financeira dos recursos nas contas gráficas vinculadas ao Programa.

Quadro 63 - Taxa de Administração (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
1088 - PMCMV FAR	0,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00	160.000,00
1124 - PMCMV FDS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00	160.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2015)

Divulgação: a cargo da SEHAB



#### 7.5.1.10 Fundo Municipal Garantidor dos Projetos de Parceria Público-Privada – FUNGEP

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 14.371.914/0001-73

Órgão de Vinculação: Município de Manaus

Órgão Gestor: Município de Manaus

Finalidade e competências institucionais:

O FUNGEP é entidade contábil, com personalidade jurídica e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público municipal, em virtude de relações jurídico-contratuais firmadas em razão da Lei Municipal nº 1.333, de 2009, na forma de seu Regimento Interno publicado por meio do Decreto nº 1.149, de 2011.

O FUNGEP é gerido pelo Comitê Gestor das Parcerias Público-Privadas - CGP-MANAUS, cujas atribuições principais envolvem:

- O exame das contas do FUNGEP;
- Deliberar sobre as demonstrações financeiras e o relatório de administração apresentado pelo Administrador;
- Aprovação da outorga de garantias; e deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do FUNGEP.

Os atuais membros do CGP-MANAUS foram designados pelo Decreto s/nº de 17/08/2011, os quais representam:

- A Secretaria Municipal de Programas e Projetos Especiais e Gestão Tecnológica e da Secretária Municipal de Finanças;
- O Gabinete Civil;
- A Secretaria Municipal de Administração;
- A Procuradoria Geral do Município;
- A Secretaria Municipal de Saúde.

O FUNGEP é o responsável, com seus próprios recursos, pela garantia das obrigações pecuniárias assumidas pelo Município de Manaus, em face da formulação de projetos de Parcerias Público-Privadas, respondendo por essas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

O CGP-MANAUS é responsável pela aprovação do tipo de garantia e do seu valor máximo para os contratos de parcerias público-privadas, devendo autorizar o FUNGEP a realizar todas as diligências necessárias para a viabilização/disponibilização da garantia.

O valor total do Patrimônio do FUNGEP será de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Em 18/05/2012 a CAIXA foi contratada para atuar como administradora dos recursos do FUNGEP, que terá como atribuições a gestão financeira e gestão das garantias, conforme adiante explicitado.



Desempenho:

O patrimônio do FUNGEP, posicionado em 31/12/2015 tem a seguinte constituição:

Quadro 64 - FUNGEP - Extrato de Movimentação 2015 (Valores em R\$)

Origem dos Recursos	Valor Histórico	Remuneração	(*) Taxa de Administração	Pgto Impostos/ Contraprestação/ Auditoria Externa	Saldo Atual
	Data				Data
Em Espécie – Conta Específica 977	3.548.339,36	436.469,78	20.892,06	3.695.252,65	248.060,43
	01/01/2015				31/12/2015
Bens Imóveis	3.434.000,00	-	20.604,00	-	3.434.000,00
	01/01/2015		-		31/12/2015
Total	6.982.339,36	436.469,78	41.496,06	3.695.252,65	3.682.060,43

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

Observação: (\*) A Taxa de Administração foi demonstrada sobre os valores em espécies e bens imóveis.

Em relação à rentabilidade, o fundo contabiliza atualização monetária mensal, a qual, durante o ano de 2015, acumulou montante abaixo descrito:

Quadro 65 - FUNGEP - Indicador de Rentabilidade 2015 (Valores em R\$)

Soma dos Saldos (R\$)	Soma das Remunerações (R\$)	%
41.120.079,65	412.231,59	1,0025%

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: CGP-MANAUS



#### 7.5.1.11 Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas de Serviços de Saneamento Básico do Município de Macaé - FGPSB

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 17.213.423/0001-92

Órgão de Vinculação: Município de Macaé

Órgão Gestor: Município de Macaé

Finalidade e competências institucionais:

O FGPSB, criado pela Lei Municipal nº 3.665, de 2011, e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 259, de 2012, é entidade contábil, de natureza privada, tem patrimônio próprio e separado do patrimônio do cotista, com personalidade jurídica.

O FGPSB tem por finalidade prestar garantia e/ou realizar pagamentos de obrigações pecuniárias assumidas pelo Município de Macaé/RJ, no âmbito ou em virtude da celebração de contratos de parcerias público-privadas para a prestação de serviços de saneamento básico no Município, conforme disciplinado na Lei Federal nº 11.445, de 2007, sendo vedada qualquer outra utilização ou destinação de seus recursos.

É facultada a constituição de patrimônio de afetação, que não se comunicará com o restante do patrimônio do Fundo, ficando exclusivamente vinculado à garantia da parceria para a qual tenha sido constituído, não podendo ser objeto de acionamento, uso ou constrição judicial com vistas à garantia ou satisfação de outras obrigações do Fundo.

O FGPSB responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes do seu patrimônio, não respondendo o Município de Macaé/RJ e tampouco o Administrador, por qualquer obrigação do Fundo.

O FGPSB tem prazo indeterminado e sua dissolução está condicionada à prévia quitação da totalidade das obrigações garantidas ou a liberação das garantias pelos credores, devendo o saldo existente, se for o caso, reverter aos cofres da Fazenda Municipal.

O Regulamento do FGPSB estabelece que seja administrado e gerido por instituição financeira, designada “Administrador”, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM como prestador de serviços de administração de carteiras, apto a realizar a gestão de recursos de terceiros.

Desempenho:

O patrimônio do FGPSB, demonstrando o ano de 2015, tem a seguinte constituição:



Quadro 66 - FGPSB - Extrato de Movimentação 2015 (Valores em R\$)

Origem dos Recursos	Vlr Histórico	Remuneração	Aporte de Recursos	Pgto Contrapres.	Taxa de Adm	Pgto Auditoria Externa	Saldo Atual
	Data						Data
Em Espécie Cta Específica 991	3.862.486,41						8.220.978,97
	01/01/2015	951.597,42	13.827.409,53	10.328.442,51	58.071,88	34.000,00	31/12/2015
Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.862.486,41	951.597,42	13.827.409,53	10.328.442,51	58.071,88	34.000,00	8.220.978,97

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (Sistema SISFIN)

Em relação à rentabilidade, o fundo contabiliza atualização monetária mensal, a qual, durante o período de 01/01/2014, até 30/06/2014, acumulou montante abaixo descrito:

Quadro 67 - FGPSB Indicador de Rentabilidade 2015 (Valores em R\$)

Soma dos Saldos (R\$)	Soma das Remunerações (R\$)	%
107.689.421,77	951.597,42	0,88365%

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Município de Macaé/RJ

#### 7.5.1.12 Fundo Garantidor de Parceria Público-Privada do Estado do Amazonas - FGPPP/AM

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 20.072.808/0001-91

Órgão de Vinculação: Estado do Amazonas

Órgão Gestor: Estado do Amazonas

Finalidade e competências institucionais:

O FGPPP/AM é entidade contábil, criado pela Lei nº 3.322, de 2008, alterado pela Lei nº 3.716, de 2013, e possui natureza jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, separado de seu cotista, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias.

A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ criou o FGPPP/AM com objetivo de prestar garantia e realizar pagamentos relativos às obrigações pecuniárias assumidas em parceria público-privadas para a construção, fornecimento de equipamentos, manutenção, aparelhamento e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital do Estado conforme descritos no Contrato de Concessão, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores, em especial aquelas decorrentes do Contrato de Concessão.



O Estado é o cotista único do FGPPP/AM, conforme disposto no § 4º, do artigo 1º, do Capítulo I do Regulamento do Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas.

Desempenho:

O valor do patrimônio do FGPPP/AM é de até R\$ 60.000.000,00, oriundos do PROINVESTE e R\$ 20.000.000,00 em imóveis que serão oportunamente avaliados, perfazendo um total de R\$ 80.000.000,00. O órgão gestor do Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas é a SEFAZ.

O contrato para prestação de serviços de administração do FGPPP/AM foi firmado em 26/03/2013 e, durante o ano de 2015, ocorreram remunerações creditadas na Conta Gráfica Específica nº 1034, bem como a cobrança mensal de taxas administrativas debitada da mesma conta.

Durante o ano de 2015 um aporte de R\$ 20.000.000,00, em maio, que era originária de parte do valor a ser aportado para a PPP de construção de presídio que não se concretizou.

Houve pagamento de contraprestações (resgates) no terceiro trimestre de 2015, no valor total de R\$ 10.374.386,27.

Em março de 2016 foi assinado a renovação do contrato por mais um ano, mantendo-se todas as condições anteriormente contratadas.

Desta forma o patrimônio do FGPPP/AM, posicionado em 31/12/2015 tem a seguinte constituição:

Quadro 68 - FGPPP-AM Extrato de Movimentação (Valores em R\$)

Origem dos Recursos	Vlr Histórico	Remuneração Anual	Aporte de Recursos	Taxa de Administração	Pgto Impostos / Contraprestação	Saldo Atual
	Data					Data
Em Espécie – Cta Específica 1034	69.603.216,53	10.583.823,63	20.000.000,00	381.049,42	10.374.386,27	89.431.604,47
	01/01/2015					31/12/2015
Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-
TOTAL	69.603.216,53	10.583.823,63	20.000.000,00	381.049,42	10.374.386,27	89.431.604,47

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Em relação à rentabilidade, o fundo contabiliza atualização monetária mensal, a qual, durante o período de 2015, acumulou montante abaixo descrito, que, conforme a relação com o saldo médio anual, obteve o seguinte índice de rentabilidade:

Quadro 69 - FGPPP-AM Indicador de Rentabilidade 2015(Valores em R\$)

Soma dos Saldos (R\$)	Soma das Remunerações (R\$)	%
1.047.562.473,97	10.583.823,63	1,01033%

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Amazonas





### 7.5.1.13 Fundo Garantidor das Parceria Público-Privada do Paraná - FGP/PR

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 20.625.591/0001-08

Órgão de Vinculação: Estado do Paraná

Órgão Gestor: Estado do Paraná

Finalidade e competências institucionais:

O FGP/PR instituído pelo Decreto nº 12.283, de 2014, autorizado art. 25 da Lei Estadual nº 17.046, de 2012, possui natureza privada e patrimônio próprio, separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito aos direitos e obrigações próprios.

O FGP/PR foi criado com a finalidade de prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos entes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual, dos Fundos Especiais a ela ligados e das demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná, em virtude de contratos que integram o Programa de Parcerias Público Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).

O Estado do Paraná é o cotista inicial do FGP/PR, podendo autorizar a subscrição de cotas a quaisquer entes da administração direta ou indireta do Poder Executivo Estadual, Fundos Especiais e demais entidades controladas pelo Estado, conforme disposto no § 3º, do Artigo 1º, do Capítulo I do Regulamento do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná.

Desempenho:

O patrimônio da Conta Gráfica do FGP/PR, demonstrando o ano de 2015, tem a seguinte constituição:

Quadro 70 - FGP/PR Extrato de Movimentação/Patrimônio 2015 (Conta Gráfica)(Valores em R\$)

Origem dos Recursos	Vlr. Histórico	Remuneração	Tx de Adm / Tx Ag. Fom.	Reembolsos / Transf. FI	Pgto. Ctos Terc. / Recol. Trib. Terc	Saldo Atual
	Data					Data
Em Espécie – Cta Específica 1086	52.000.000,00	6.110.831,16	1.245.893,31	5.907,55	112.620,00	56.221.381,41
	02/01/2015		207.648,89	310.000,00	7.380,00	31/12/2015
TOTAL	52.000.000,00	6.110.831,16	1.453.542,20	315.907,55	120.000,00	56.221.381,41

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (Sistema SISFIN)

Em relação à rentabilidade, o Fundo contabiliza atualização monetária mensal, que durante o ano de 2015, acumulou montante abaixo descrito:

Quadro 71 - FGP/PR - Indicador de Rentabilidade - 2015(Valores em R\$)

Soma dos Saldos (R\$)	Soma das Remunerações (R\$)	%
646.550.634,63	6.764.347,72	1,0462%

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS



No tocante aos valores aportados no FI FGP/PR, demonstrando o ano de 2015, apresenta-se a seguinte constituição:

Quadro 72 - FI FGP/PR Extrato de Movimentação 2015 (Fundo de Investimento – FI FGP/PR)  
(Valores em R\$)

Origem dos Recursos	Ações Companhia		LTN / Operação Compromissada	Tx Adm (valores a pagar)	Dividendos e JCP (valores a receber)	Saldo em caixa	Data
	SANEPAR	COPEL					Saldo
Início	27/02/2015 <sup>(1)</sup>	31/03/2015 <sup>(2)</sup>	31/03/2015 <sup>(3)</sup>	27/02/2015	Total ano 2015	Total ano 2015	27/02/2015
Valor	192.500.000,00	458.952,35	305.736,96	5.089,28			192.494.910,72
Final	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	7.466.312,39	2.341,63	31/12/2015
Valor	117.250.000,00	331.427,70	9.522.096,81	16.516,01			134.555.662,52
Valor total no ano 2015				190.221,33			

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (Sistema SICQL)

- <sup>(1)</sup> O saldo está posicionado no último dia útil do mês, sendo que o aporte das ações no FI ocorreu somente em fevereiro
- <sup>(2)</sup> O saldo está posicionado no último dia útil do mês, sendo que o aporte das ações no FI ocorreu somente em março
- <sup>(3)</sup> O saldo está posicionado no último dia útil do mês, sendo que a primeira compra das LTN's ocorreu somente em março

O FI FGP/PR contabiliza uma variação negativa motivada pela variação do valor das ações pertencentes as empresas SANEPAR e COPEL no mercado (Bolsa de Valores).

Tendo em vista o regulamento do FGP/PR, a administração do FI FGP/PR bem como do FGP/PR não podem realizar ações corretivas (venda e compra de ações), uma vez que não está permitida a negociação das ações consignadas como garantia.

Quadro 73 - FGP/PR Indicador de Rentabilidade 2015 (Valores em R\$)

Posição Inicial do (R\$)	Posição Final do (R\$)	Rentabilidade Anual %
192.494.910,72	134.555.662,52	-32,1433%

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Conselho de Gestão do FGP/PR



#### 7.5.1.14 Contas de Compensação Ambiental - Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAM

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Município de Florianópolis

Órgão Gestor: Município de Florianópolis

Finalidade e competências institucionais:

O Termo de Compromisso celebrado entre a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis/SC – FLORAM e o Empreendedor objetiva o cumprimento da compensação ambiental pela implantação do empreendimento “Linha de Transmissão Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e Linha de Transmissão Reforço Eletroenergético ao Litoral Catarinense”, decorrente do processo de licenciamento ambiental nº 02001.004285/2005-96, cujos recursos foram destinados conforme as prioridades descritas no Decreto nº 4.340, de 2002, visando estabelecer as condições de aplicação desses recursos em favor da(s) Unidade(s) de Conservação Federal(is) previstas no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

O contrato 1041/2009 celebrado entre FLORAM, CAIXA e ICMBio e o 1º aditivo de 19 de novembro de 2014, estende, aos recursos oriundos de empreendimentos licenciados pela FLORAM, a prestação de serviços de gestão financeira de recursos da compensação ambiental pela CAIXA. O valor dessa compensação ambiental foi estipulado em R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

O mecanismo financeiro da compensação ambiental proporciona alocação de capital para aplicação nas ações designadas pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF mantendo disponibilidade conforme as necessidades de caixa monitoradas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a sua rentabilidade por meio de operações que atendem aos comandos normativos incidentes às receitas públicas.

As ações nas quais devem ser aplicados os recursos de compensação revelam a preocupação legal em garantir a criação de espaços preservados de acordo com os diversos níveis de uso possíveis, mas também indicam o interesse em proporcionar adequada proteção e sustentação do modelo escolhido. Nas atividades de manutenção e pesquisa, por exemplo, a disponibilidade de recursos em momento adequado é crucial para alcance dos objetivos pretendidos. Aspectos de sazonalidade e emergências podem interferir de modo negativo se não forem prontamente respondidos, o que exige disponibilidade financeira e capacidade operacional.

Desempenho:

Da mesma forma que em 2014, a Compensação Ambiental Municipal não teve nenhuma execução de recursos em 2015.

Após avaliação do nível de execução e do custo operacional para manutenção das contas gráficas no modelo atual houve conclusão de que havia oportunidade de promover mudanças no intuito de melhor atender a FLORAM, promovendo a



transferência da gestão dos recursos para uma conta corrente na localidade da sede do município.

Para a CAIXA, a migração entre tais mecanismos de execução dos recursos representa a oportunidade de ganho de eficiência operacional adequação a performance do atendimento às necessidades dessa Instituição.

Divulgação: FLORAM

#### 7.5.1.15 Contas de Compensação Ambiental - Licenciamento Ambiental Federal – CCA - ICMBio

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: ICMBio

Órgão Gestor: ICMBio

Finalidade e competências institucionais:

A compensação ambiental, criada por meio da Lei nº 9.985, de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.320, de 2002 e alterada pelos Decretos nºs 6.848, de 2009 e 5.566, de 2005, é essencialmente um mecanismo de ajuste de interesses. Os empreendedores exercem suas atividades econômicas e precisam intervir no ambiente natural aplicando os fatores produtivos a fim de promoverem uma inversão de seus ativos e gerarem riquezas. O meio ambiente exige adequado tipo de uso que permita a sustentação das condições que propiciam a vida. Surgem, então, adversidades que precisam ser equalizadas de modo que seja possível contrabalancear a atividade causadora de externalidade negativa com a preservação e conservação.

As contas de CCA, criadas em virtude do Contrato de Prestação de Serviço firmado entre a CAIXA o ICMBio, em 19.11.2008, destinam-se a receber os aportes de recursos realizados pelos empreendedores obrigados ao cumprimento da compensação ambiental, e possibilitam a gestão dos recursos pressupondo a previsibilidade de aportes, rentabilidade, desoneração do empreendedor quanto à execução das ações compensatórias. O processo ganha agilidade na implementação do plano de trabalho, eficiência e transparência.

O contrato de 2008 entre CAIXA e ICMBio findou sua vigência em 19/11/2014, e para atendimento de recomendações dos órgãos de controle externo e determinação da procuradoria jurídica daquele Instituto, houve abertura do processo licitatório e a CAIXA sagrou-se vencedora do certame.

O edital de pregão eletrônico nº 12 foi publicado em 04/11/2014, tendo por objeto a contratação de instituição bancária para gestão financeira, contábil e execução dos recursos de compensação ambiental, com prazo para apresentação das propostas até 18/11/2014. O respectivo termo de referência, entre outras especificações, trouxe como limites de oferta da taxa de administração -10% e 10% sobre o valor obtido a título de remuneração do saldo depositado, parâmetro para tal rendimento a taxa SELIC, vigência do contrato de 01 ano prorrogável sucessivamente e a necessidade de



subdivisão dos saldos segregando as ações de aplicação dos recursos conforme determinado pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF.

Desempenho:

Quadro 74 - Movimentação Financeira (Valores em R\$)

Descrição	2014*	2015	Total
Aporte de Recursos		27.848.757,89	27.848.757,89
Pagamentos Realizados		19.475.437,31	19.475.437,31
Remuneração		27.750.838,92	27.750.838,92
Taxa de Administração		2.322.751,19	2.322.751,19
Saldo Disponível	207.200.688,44	33.801.408,31	241.002.096,75

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

\* Em 2014 houve o fechamento do contrato 071/2008, quando foram apurados os saldos de cada rubrica e atestado o saldo disponível da CCA

Quadro 75 - Resultado Líquido (Valores em R\$)

Variáveis	2014	2015
Saldo Inicial	204.435.561,50	241.002.340,81
(+) Aportes de Recursos	308.911,44	27.630.832,71
(-) Pagamentos	15.892.767,79	19.475.437,31
(+) Remuneração	20.625.083,18	28.576.770,38
(-) Taxa de Administração	1.511.565,12	2.328.750,00
(=) Resultado	207.965.223,21	275.405.756,59

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: ICMBio e site CAIXA

7.5.1.16 Contas de Compensação Ambiental - Acordo Judicial Entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Paraná e Petrobrás

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

Órgão Gestor: Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

Finalidade e competências institucionais:

Este mecanismo de compensação ambiental cujo apoio financeiro é de responsabilidade da PETROBRÁS decorre de um acordo judicial celebrado entre o MPF; Ministério Público do Estado do Paraná – MPE; o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS, que tem por objeto pôr fim na Ação Civil Pública sob nº 2002.70.08.000260-1 e 0000041-91.2010.404.7008, perante a Vara Federal de Paranaguá – PR.



O compromisso financeiro da Petrobrás refere-se à indenização de R\$ 90 milhões por danos causados com vazamento de óleo na bacia do Rio Iguaçu, ocorrido em abril de 2001, e remediação ambiental da área impactada pelo vazamento, até o limite da realidade técnica e econômica brasileira, atendendo aos parâmetros da regulamentação ambiental do Brasil - mediante a execução, por sua conta e risco, das medidas definidas tecnicamente em conjunto com o IAP, no valor de R\$ 12 milhões.

O arranjo financeiro da compensação ambiental proporciona alocação de capital para aplicação nas ações entendidas como mais relevantes para fazer frente aos danos ambientais, mantendo liquidez conforme as necessidades de caixa monitoradas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a rentabilidade das disponibilidades por meio de operações que atendem aos comandos normativos inerentes às receitas públicas.

As ações nas quais devem ser aplicados os recursos de compensação revelam a preocupação em garantir a recuperação e mitigação dos danos ambientais localizados, a criação de espaços preservados de acordo com os diversos níveis de uso possíveis, mas também indicam o interesse em compatibilizar a preservação com as atividades produtivas. Nas atividades de manutenção e pesquisa, por exemplo, a disponibilidade de recursos em momento adequado é crucial para alcance dos objetivos pretendidos. Aspectos de sazonalidade e emergências podem interferir de modo negativo se não forem prontamente respondidos, o que exige disponibilidade financeira e capacidade operacional fundados no planejamento.

Desempenho:

Quadro 76 - Movimentação Financeira (Valores em R\$)

	Conta 958	Conta 959	Conta 960	Conta 961	TOTAL
Aportes	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-
Remuneração	4.023.388,54	804.677,69	4.828.066,24	4.823.545,87	14.479.678,34
Tx de Administração	199.389,04	39.877,81	239.266,85	239.266,85	717.800,55

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Em 2015 não houve qualquer desembolso por determinação do ofício 7370935 da Vara Federal de Paranaguá.

Divulgação: Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

7.5.1.17 Contas de Compensação Ambiental - Termo de Ajustamento de Conduta Companhia Energética do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal

Natureza Jurídica: Condomínio de Recursos

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

Órgão Gestor: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

#### Finalidade e competências institucionais:

Este mecanismo de compensação ambiental é decorrente de acordo judicial celebrado entre o MPF, MP/SP e a Companhia Energética de São Paulo - CESP, e tem por objeto pôr fim na Ação de Execução consignada nos autos nº 98.1202665-7 e estabelecer o período, o prazo e os valores devidos pela CESP para a implantação do Parque do Rio do Peixe.

O arranjo financeiro da compensação ambiental proporciona alocação de capital para aplicação nas ações entendidas como mais relevantes para fazer frente aos danos ambientais, mantendo liquidez conforme as necessidades de caixa monitoradas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a rentabilidade das disponibilidades por meio de operações que atendem aos comandos normativos inerentes às receitas públicas.

As ações nas quais devem ser aplicados os recursos de compensação revelam a preocupação em garantir a recuperação e mitigação dos danos ambientais localizados, a criação de espaços preservados de acordo com os diversos níveis de uso possíveis, mas também indicam o interesse em compatibilizar a preservação com as atividades produtivas. Nas atividades de manutenção e pesquisa, por exemplo, a disponibilidade de recursos em momento adequado é crucial para alcance dos objetivos pretendidos. Aspectos de sazonalidade e emergências podem interferir de modo negativo se não forem prontamente respondidos, o que exige disponibilidade financeira e capacidade operacional fundados no planejamento.

#### Desempenho:

Quadro 77 - Movimentação Financeira (Valores em R\$)

	2011	2012	2013	2014	2015
Aportes de Recursos	26.732.240	27.964.720	29.373.880	12.683.440	-
Remuneração	4.924.736	5.123.771	6.808.580	9.776.417	10.510.494
Taxa de Administração - GEFUS e SR	1.477.420	1.537.131	2.042.573	2.932.924	3.160.565
Taxa de Administração - SUDES	261.503	169.698	334.224	416.722	780.512

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

O volume contratado em 2015 foi de R\$ 84,3 milhões de reais e contrapartida de R\$ 4,5 milhões, distribuídos conforme o quadro. A variação percentual entre 2014 e 2015 foi de 127% tendo em vista que o volume de contratação em 2014 foi de 37 milhões.

Quadro 78 - Contratos 2015 (Valores em R\$)

Projeto	Repasse	Contrapartida
Ambientais de Interesse Regional	26.556.947,94	3.173.417,35
Ambientais de Interesse Regional e Socioeconômico Municipal	7.008.967,89	24.157,00
Socioeconômicos de Interesse Regional	23.662.600,07	1.012.760,95
Socioeconômicos Municipais	27.132.876,91	386.439,21
Total	84.361.392,81	4.596.774,51

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal





#### 7.5.1.18 Projeto Cerrado Jalapão

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente

Órgão Gestor: Ministério do Meio Ambiente

Finalidade e competências institucionais:

O Projeto Cerrado Jalapão tem por objetivo aprimorar a prevenção e o controle de queimadas irregulares e incêndios florestais no corredor ecológico do Jalapão, visa assim contribuir para a manutenção das funções do cerrado como sumidouro de carbono de relevância global.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, na qualidade de gestor técnico, do projeto, operando no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha, constituiu a CAIXA como sua mandatária para a captação, execução e gestão dos recursos financeiros, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 21/06/2012.

O doador dos recursos é o KfW *Bankengruppe*, agência de implementação do *Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety* - BMUB, e entre seus objetivos está a melhoria sustentável das condições de vida nos aspectos econômico, social e ambiental. Nessa linha há grande aderência com os objetivos empresariais da CAIXA, sendo que a cooperação fortalece a sua missão.

No âmbito do MMA, o DPCD promove as ações necessárias para a coordenação da atuação conjunta dos beneficiários. Dada a amplitude da proposta do projeto as instituições envolvidas têm atribuições fundamentais nos aspectos de aparelhamento das linhas de combate e desenvolvimento de técnicas preventivas.

A relação jurídica entre estes atores é feita através de acordos de cooperação técnica. A relação operacional entre os atores será coordenada por um grupo executivo no qual o MMA e co-participantes terão um representante, e onde a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* - GIZ e KfW participarão como observadores.

São coparticipantes:

- Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade - ICMBio;
- Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Prevfogo/IBAMA);
- Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins;
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE;
- Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Tocantins.



Desempenho:

Quadro 79 - Gestão Financeira 2015 (Valores em R\$)

Rubrica	Total (R\$)
Saldo em Caixa na abertura (31/12/2014)	2.822.895,12
Aporte de Recursos	0,00
Remuneração	286.747,32
Pagamentos Efetuados	1.009.802,47
Recursos Devolvidos	0,00
Taxa de Administração Caixa	0,00
Saldo em Caixa no fechamento (31/12/2015)	2.099.839,97
Saldo Final	2.099.839,97

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Ministério do Meio Ambiente e site CAIXA

#### 7.5.1.19 Projeto Car – Kfw - Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: n/a

Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente e Banco Alemão KFW

Órgão Gestor: Ministério do Meio Ambiente

Finalidade e competências institucionais:

O CAR é um instrumento criado pelo Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que objetiva integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como o combate ao desmatamento. Esse cadastro é obrigatório e viabilizará o acesso a políticas públicas e sua ausência implicará em diversas sanções, vedação ao crédito rural inclusive.

Com foco no incremento do cadastro, o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Alemão KFW firmaram um acordo de cooperação financeira que abrangerá 50 municípios da Região Norte, estruturado em quatro componentes representando uma relação estreita entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, assim como com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Buscará, por meio da viabilização de condições necessárias à inscrição e validação do CAR, elaboração e aprovação de Planos de Recuperação, assim como da estruturação dos Centros de Referência em Restauração.

Além de ampliar os esforços de inscrição no CAR priorizando o apoio aos pequenos proprietários e posseiros rurais, o projeto também espera contribuir de forma expressiva para facilitar o cumprimento de etapas posteriores à inscrição, por meio da



estruturação de Unidades de Transferência de Tecnologia e de programas de capacitação continuada.

A CAIXA assumiu a gestão financeira e parte das atividades operacionais, cujos desembolsos alcançam € 33 milhões de euros no período de 04 anos, e receberá 5,3% dos valores aplicados como taxa de administração.

Desempenho:

O Projeto está em fase preparatória da execução.

Divulgação: Ministério do Meio Ambiente e site CAIXA

#### 7.5.1.20 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

A Caixa Econômica Federal, enquanto Banco Público, exerce o importante papel de gestora de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Na qualidade de Agente Operador do FGTS, a CAIXA tem a competência legal de exercer as seguintes atribuições:

- Centralizar os recursos do FGTS, participar da rede incumbida de sua arrecadação, manter e controlar as contas vinculadas e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes;
- Definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana e ao cumprimento das resoluções do Conselho Curador e dos atos normativos do Gestor da aplicação do FGTS;
- Expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos Agentes Financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;
- Viabilizar as análises jurídica e econômico-financeira, dos projetos de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;
- Encaminhar ao gestor das aplicações do FGTS os descritivos técnicos, os pareceres conclusivos das análises jurídica e econômico-financeira, além de outros documentos concernentes às operações, aos pedidos de suplementação e aos projetos;
- Avaliar a capacidade econômico-financeira dos agentes executores de projetos;
- Conceder os créditos para as operações consideradas viáveis e eleitas, responsabilizando-se pelo acompanhamento da execução e zelando pela correta aplicação dos recursos;



- Formalizar convênios com a rede bancária para recebimento e pagamento do FGTS;
- Celebrar convênios e contratos, visando à aplicação dos recursos do FGTS;
- Elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Gestor da Aplicação do FGTS;
- Apresentar relatórios gerenciais periódicos e, sempre que solicitadas, outras informações, com a finalidade de proporcionar ao Gestor da Aplicação do FGTS meios para avaliar o desempenho dos programas, nos seus aspectos físicos, econômico-financeiros, sociais e institucionais, e a sua vinculação às diretrizes governamentais;
- Implementar os atos emanados do Gestor da Aplicação relativos à alocação e à aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador;
- Garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas;
- Dar cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador; e
- Emitir Certificado de Regularidade do FGTS.

O Fundo de Garantia é regido pelas disposições da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, do Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, e das normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, este composto por representações dos trabalhadores, empregadores e de órgãos e entidades do Governo Federal.

O FGTS tem por finalidade assegurar ao trabalhador a formação de pecúlio, sendo tal reserva financeira constituída por recolhimentos compulsórios dos empregadores, para ser utilizado, especialmente, em momentos de desemprego involuntário e fortuito e demais situações previstas em lei. Cabe ainda ao FGTS o importante papel de financiar empreendimentos nas áreas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal.

O FGTS, nas suas particularidades, possui natureza trabalhista própria de recurso destinado privativamente ao trabalhador, contudo, esses recursos são de usufruto de toda a sociedade brasileira. Não se caracteriza o Fundo como órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, não sendo dotado de estruturas administrativa e operacional próprias, ficando a cargo do Conselho Curador do FGTS, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério das Cidades, da CAIXA e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em consequência de previsão legal, a representação do Fundo de Garantia no desempenho das funções e atividades relativas à sua gestão.

Considerando que o FGTS consta como unidade prestadora de contas no Anexo I da DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2014, o Relatório de Gestão do FGTS, referente ao exercício 2015, apresentará as medidas empreendidas na curatela do FGTS e os resultados relevantes decorrentes da gestão econômico-financeira, operacional, orçamentária e administrativa do Fundo.

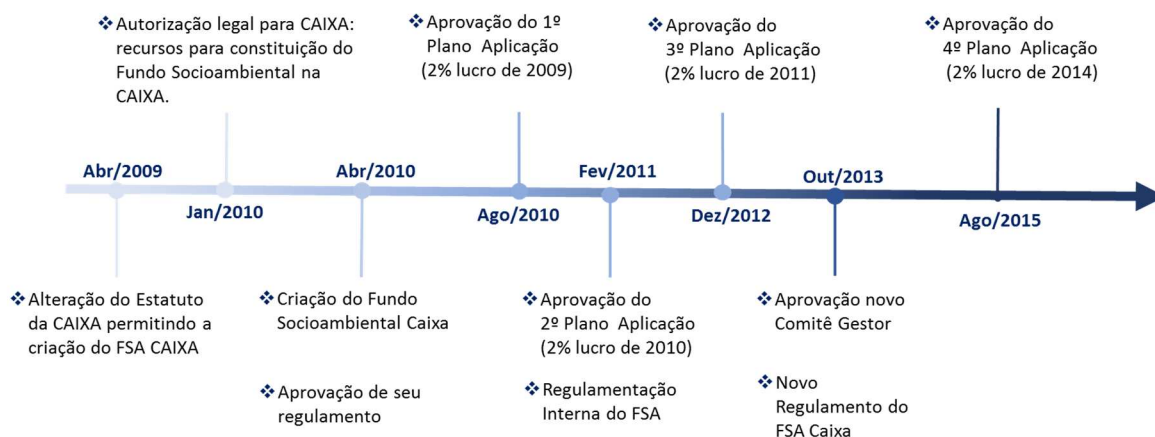
## 7.5.2 Informações sobre o Fundo Socioambiental

### 7.5.2.1 Criação, Objetivo, Origem dos Recursos, Estrutura, Plano de Aplicação, Modalidades

Desde sua criação, em 2010, o FSA CAIXA vem apoiando financeiramente, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, projetos socioambientais voltados para o desenvolvimento integrado e sustentável que beneficiam prioritariamente a população de baixa renda e estejam alinhados às estratégias da empresa e às diretrizes do Fundo.

Figura 05 - Linha do Tempo FSA

#### FSA CAIXA



Fonte: CAIXA/ Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA

### Objetivo

O Fundo Socioambiental CAIXA - FSA CAIXA tem como objetivo efetuar aplicações não reembolsáveis ou reembolsáveis ainda que parcialmente, destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental, que se enquadrem em programas e ações da CAIXA, principalmente nas áreas de:

- Habitação de interesse social;
- Saneamento ambiental;
- Gestão ambiental;
- Geração de trabalho e renda;
- Saúde, educação, esporte e cultura;
- Justiça, alimentação e desenvolvimento institucional;
- Desenvolvimento rural;
- Desenvolvimento sustentável;
- Ações sociais que beneficiam a população de baixa renda.



O FSA CAIXA é um fundo financeiro específico, com prazo de duração indeterminado, estruturado sob a forma de fundo de caixa, e visa também receber e aplicar recursos em conformidade com as disponibilidades financeiras e de acordo com as disposições normativas.

### **Origem dos Recursos**

Os recursos do FSA CAIXA são originários das dotações orçamentárias das seguintes fontes:

- Até 2% do lucro líquido ajustado da CAIXA, relativo ao ano anterior, apurados após a dedução dos dividendos devidos ao Tesouro Nacional, acrescido do saldo orçamentário não realizado no ano anterior;
- Doações e transferências efetuadas à CAIXA para as finalidades do FSA CAIXA;
- Repasses de fundos externos, públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações da parcela de suas disponibilidades sujeita a remuneração;
- Retorno de aplicações reembolsáveis.

### **Estrutura do FSA CAIXA**

Para garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na aplicação dos recursos, a gestão do FSA CAIXA é estruturada em dois níveis, sendo um de gestão exercido pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - RSA e o outro técnico-operacional exercido pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA.

O Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – Comitê RSA é um órgão autônomo, de natureza estratégica e caráter deliberativo e propositivo com atuação em âmbito nacional que tem por finalidade assegurar a articulação entre as diversas áreas da CAIXA no processo de desenvolvimento, implantação, avaliação e acompanhamento da Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental na CAIXA alinhada aos seus negócios.

A operacionalização do Fundo conta também com as unidades técnicas regionais da CAIXA as quais, analisam, acompanham e avaliam os projetos e as prestações de contas, e ainda promovem o relacionamento institucional que é realizado em conjunto com os canais de atendimento.

### **Plano de Aplicação**

O Plano de Aplicação do FSA CAIXA define a(s) Linha(s) Temática(s), os Eixos de Atuação e áreas de interesse para aplicação dos recursos. O Plano é elaborado pela área de apoio técnico-operacional o qual é exercido atualmente pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA, validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e aprovado pelo Conselho Diretor da CAIXA.



Desde 2012, de forma alinhada aos Objetivos Empresariais Estratégicos da CAIXA, os investimentos do FSA CAIXA são aplicados em projetos vinculados à Linha Temática Cidades Sustentáveis, de forma a canalizar recursos para ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

### Modalidades de Aplicações dos Recursos

- Seleção Pública: modalidade de escolha de um conjunto limitado de projetos, nos segmentos ambientais e sociais, selecionados a partir de critérios divulgados em regulamentos específicos, elaborados com base nas diretrizes e linhas temáticas definidas no Plano de Aplicação do exercício.
- Apoio a Políticas Internas: caracteriza-se pela proposição de projetos estratégicos por entidades externas, doadores ou repassadores de recursos diretamente ao FSA CAIXA, nos segmentos ambientais e sociais, de acordo com as diretrizes e as linhas temáticas definidas pelo Plano de Aplicação aprovado no exercício.
- Incentivo financeiro a negócios sustentáveis: modalidade destinada a contemplar as demandas oriundas das áreas de produto da CAIXA, caracterizadas por solicitação de incentivo financeiro para ampliação de oferta de crédito, em projetos que comprovem adicionalidades socioambientais, os quais devem ser encaminhados ao FSA CAIXA para análise.

#### 7.5.2.2 Valores Comprometidos e Desembolsados no Exercício por Linha Temática

Quadro 80 - Valores FSA CAIXA Comprometidos por Planos de Aplicação e Linhas Temáticas

	Plano de Aplicação 2010 (2% do lucro de 2009)	Plano de Aplicação 2011 (2% do lucro de 2010)	Plano de Aplicação 2012 (2% do lucro de 2011)	Plano de Aplicação 2015 (2% do lucro de 2014)
	R\$ 39.734.019,96	R\$ 48.654.708,54	R\$ 35.274.713,13	R\$ 16.207.940,00
<b>Total Aprovado (A)</b>	<b>R\$ 139.871.381,63</b>			
Linha Temática	Valor comprometido	Valor comprometido	Valor comprometido	Valor comprometido
Cidades Sustentáveis	R\$ 8.081.219,48	R\$ 42.043.814,59	R\$ 36.572.741,86	R\$ 8.000.000,00
Biodiversidade	R\$ 8.595.460,94	R\$ 0,00	R\$ 9.212.549,94	R\$ 0,00
DLS-ODM	R\$ 5.910.987,00	R\$ 2.712.189,90	R\$ 999.595,00	R\$ 0,00
<b>Total Comprometido<sup>1</sup> (B)</b>	<b>R\$ 122.128.558,71</b>			
<b>Saldo (A-B)</b>	<b>R\$ 17.742.822,92</b>			

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (Posição: DEZ/2015)

<sup>1</sup>O valor total comprometido corresponde ao somatório dos valores dos acordos assinados e acordos aprovados em fase ajustes para assinatura.





Quadro 81 - Valores FSA CAIXA Comprometidos e Desembolsados – ACF<sup>2</sup> assinados e com desembolso em 2015

<b>Linha Temática</b>	<b>Valor comprometido - ACF assinados</b>	<b>Total desembolsado no exercício/2015</b>	<b>Total desembolsado até dez/2015</b>
Cidades Sustentáveis	R\$ 28.902.990,21	R\$ 9.982.303,39	R\$ 21.176.261,91
Biodiversidade	R\$ 9.400.289,54	R\$ 2.306.219,44	R\$ 4.217.785,63
DLS-ODM	R\$ 3.037.573,03	R\$ 1.095.482,25	R\$ 2.531.875,03
<b>Total</b>	<b>R\$ 41.340.852,78</b>	<b>R\$ 13.384.005,08</b>	<b>R\$ 27.925.922,57</b>
<b>Valor a desembolsar</b>	<b>R\$ 13.414.930,21</b>		

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA (Posição: DEZ/2015)

<sup>2</sup>ACF: Acordo de Cooperação Financeira

7.5.2.3 Detalhamento dos projetos em andamento no exercício a que as contas se referem, informando, no mínimo, valor comprometido, valor desembolsado, data da assinatura do acordo, instituição beneficiada.

O detalhamento dos projetos referentes ao exercício de 2015, estão apresentados no Quadro 82 - Detalhamento dos projetos em andamento no exercício de 2015, Anexo VI.

7.5.2.4 Destaque para alguns resultados alcançados no período (efetividade/impacto das ações).

a) Projeto: Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - ICES

Local: Vitória/ES

Instituição: Instituto Pólis

A ICES é uma metodologia desenvolvida pelo BID, aplicada em diversas cidade da América Latina e Caribe, incluindo 5 cidades no Brasil, dentre as quais destaca-se a cidade de Vitória/ES. Com uma abordagem multidisciplinar para lidar com desafios, busca integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal, o desenvolvimento urbano e a governança. A metodologia possui foco em três dimensões: desenvolvimento ambiental, urbano e fiscal. A dimensão ambiental e mudanças climáticas incide sobre a gestão ambiental e o controle da poluição local (incluindo poluição da água e do ar, gestão de resíduos sólidos e prevenção de desastres naturais); mitigação das mudanças climáticas (por meio da eficiência energética, entre outras medidas); redução da vulnerabilidade climática e medidas de adaptação. A dimensão do desenvolvimento urbano é dedicada ao desenho da cidade e a sua capacidade de controlar seu formato, a desigualdade social e distribuição equilibrada de serviços públicos, a eficiência do transporte urbano, a competitividade econômica, e o nível de segurança pública. A dimensão de sustentabilidade fiscal está relacionada com a capacidade do governo local de priorizar e financiar os investimentos necessários, custeando os serviços adequadamente, com ampla cobertura e controle, tomando decisões de maneira transparente, planejada e eficaz.



No âmbito da parceria CAIXA e BID as cidades selecionadas foram: João Pessoa/PA, Vitória/ES, Florianópolis/SC e Palmas/TO. A escolha dessas cidades foi baseada nos seguintes requisitos: capacidade institucional, população entre 200 mil e 2 milhões de habitantes e indicadores de dinamismo social e crescimento econômico.

Valor do Projeto:

FSA CAIXA: R\$ 958.283,86

Contrapartida: R\$ 70.701,85

Total: R\$ 1.028.985,71

Resultados alcançados até hoje (efetividade/impacto das ações):

**Fase 1** – Durante a Fase 1 da metodologia, que compreende a análise e diagnóstico, a cidade de Vitória apontou a existência de políticas públicas bem desenhadas e compatíveis com as necessidades e características do município. Os temas relacionados à infraestrutura urbana de água, esgotamento sanitário, drenagem e energia apresentaram todos seus indicadores positivos, assim como o acesso a saúde, a conectividade e o uso do solo. A Gestão Pública de maneira geral também foi analisada de forma positiva, embora questões relativas à capacidade de arrecadação de impostos e autonomia financeira do município apresentaram um cenário preocupante. Os temas que apareceram como alerta, apontando a necessidade de monitoramento, uma vez que representam desafios para o médio e longo prazo, são: competitividade da economia, emprego e gestão do gasto público. O mesmo ocorreu com os temas de educação, desigualdade urbana e os temas que perpassam questões climáticas como vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática, tais como qualidade do ar, problemas com ruído e gestão de resíduos sólidos, principalmente no contexto mundial atual que aponta para necessidade das cidades se prepararem para as mudanças climáticas e ambientais do futuro próximo. Os temas que apareceram como críticos, que mostram a necessidade de intervenções mais imediatas e incisivas, uma vez que representam desafios de forte impacto negativo na vida da cidade são aqueles relacionados à Segurança Pública e Mobilidade Urbana, que apareceram como destaques negativos tanto na avaliação quantitativa, feita por meio da coleta de indicadores, como na avaliação dos cidadãos, realizada por meio da pesquisa de opinião pública.

A primeira linha estratégica que se destaca diz respeito aos Polos de Geração de Desenvolvimento, com foco no incremento da área econômica, no turismo e desenvolvimento territorial. O foco dessa linha de ação é a integração entre o tema de competitividade econômica e desenvolvimento territorial, concentrando as novas atividades nas regiões da cidade que necessitam de maior desenvolvimento. Para que isso aconteça, novos territórios de desenvolvimento econômico devem ser definidos com a priorização de investimentos em projetos de desenvolvimento econômico, assim como projetos de desenvolvimento territorial, como reestruturação de áreas precárias.

**Fase 2** – Nesta fase, trata-se de estabelecer a prioridade das áreas críticas para a sustentabilidade da cidade identificadas na fase anterior. Com isso, os temas priorizados para o Plano de Ação Vitória Sustentável foram: Mobilidade e Transporte; Segurança; Uso do solo/ordenamento territorial; Gestão de Resíduos Sólidos; Mitigação da mudança climática e Competitividade da Economia.



**Fase 3** – Essa fase inclui a identificação, o desenvolvimento e a seleção de estratégias e/ou ações para cada uma das áreas definidas como prioritárias nas fases anteriores do processo. São parte do Plano de Ação Vitória Sustentável, e vão orientar a gestão municipal na elaboração de projetos, na aplicação de recursos e investimentos.

Foram definidas ações nas seguintes linhas estratégicas:

- Linha Estratégica 1 – Polo de Geração de Desenvolvimento
- Linha Estratégica 2 – Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano
- Linha Estratégica 3 – Mobilidade e Transporte
- Linha Estratégica 4 – Desenvolvimento Ambiental Sustentável
- Linha Estratégica 5 – Segurança Cidadã
- Linha Estratégica 6 – Governança e Sustentabilidade Fiscal

A linha estratégica de Desenvolvimento Urbano, Uso do Solo e Habitat Urbano está totalmente integrada a proposição de Polos de Geração de Desenvolvimento e prevê ações como a reurbanização de áreas precárias, requalificação da área central e dos parques urbanos de Vitória e o planejamento integrado metropolitano. Esta linha de ação é fundamental para o Plano de Ação na medida em que propõe intervenções estruturais para a execução de todas as ações definidas para o desenvolvimento sustentável de Vitória.

Outra linha estratégica muito importante para a cidade de Vitória é a Mobilidade e Transporte, em especial na interface que integra o sistema local e o Metropolitano. A localização geográfica e a relação entre Vitória e os municípios vizinhos faz com que o tema mobilidade apresente ênfase no cenário da metrópole. Por tratar-se de um plano de desenvolvimento voltado para o município de Vitória, optou-se por adotar uma linha estratégica que organizou as obras viárias prioritárias e as diretrizes para intervenções de infraestrutura, assim como os sistemas e serviços de transporte coletivo de modo a explorar as interfaces da integração metropolitana nos diferentes sistemas de mobilidade urbana. As intervenções propostas na área de mobilidade serão, também, responsáveis por criar a conectividade urbana e de serviços necessários para que os polos de desenvolvimento sejam integrados ao restante da cidade e aos demais municípios que compõem a Região Metropolitana.

A Linha Estratégica Segurança Cidadã surgiu a partir de evidências que demonstram que os altos índices de criminalidade e de insegurança impõe entraves significativos para o pleno desenvolvimento econômico e social da região. Tendo em mente esse diagnóstico e os dados de pesquisas recentes, que colocam Vitória entre uma das cidades com as mais altas taxas de homicídios do país, faz-se necessário elencar a segurança pública como uma linha estratégica prioritária. Foi denominada segurança cidadã pelo entendimento expresso de que a segurança pública deve estar associada à garantia de direitos, à liberdade que resulta dessa condição e à construção permanente de coesão social. É nesse contexto, de fortalecimento das políticas integradas de prevenção da violência, que o papel da cidade ganha destaque.

A Linha Estratégica de Desenvolvimento Ambiental e Sustentável tem como foco as questões de mitigação das mudanças do clima de modo a propor estudos e intervenções para redução dos impactos da elevação do nível do mar e na gestão de resíduos sólidos que tem profundo impacto sobre as questões ambientais, tema que em Vitória aparece ainda como um importante componente do saneamento ambiental a ser enfrentado.



Por último, a linha estratégica Governança e Sustentabilidade Fiscal perpassa diferentes temas e áreas da municipalidade por tratar-se de uma dimensão que envolve aspectos relativos à gestão municipal. Essa linha estratégica tem o objetivo de garantir a sustentabilidade administrativa do município para que as outras ações propostas possam ser implementadas com ferramentas modernas para a cidade e seus gestores. Ela impõe um grande desafio na medida em que necessita de grande empenho político das lideranças municipais para garantir o sucesso de sua implementação. Tendo em vista também a vocação tecnológica de Vitória, evidenciada por seus bons indicadores e reforçada pelos estudos de base deste Plano de Ação, essa linha estratégica também oferece ações que visam a aprimorar a gestão dos serviços da cidade por meio da tecnologia.

**Fase 4 – Plano de ação e sua implementação:** O município de Vitória têm algumas operações contratadas com a CAIXA para ações que constam nos Planos de Investimentos, em especial no tema de Mobilidade Urbana. Adicionalmente, os Planos de Ação apresentam outras áreas que poderão contar com o apoio técnico e financeiro da CAIXA em diversos outros temas: saneamento básico, uso do solo, modernização da gestão pública e vulnerabilidades ambientais, infraestrutura e habitação, diversificação da economia, geração de emprego e renda, energia, educação, segurança e competitividade.

O aporte CAIXA para o plano de investimento de cada cidade é de aproximadamente: R\$ 178 milhões de reais. Além da CAIXA, o município conta com apoio de programas do BID (parceiro na implantação da ICES no local) com aporte no valor de R\$ 300 milhões.

b) Projeto: Reciclando Entulhos

Local: Hortolândia/SP

Instituição: Prefeitura de Hortolândia

Esta iniciativa prevê a implantação de seis Pontos de Entrega Voluntárias - PEV's, que proporcionarão o descarte adequado de resíduos da construção e demolição, evitando assim impactos ao meio ambiente como degradação de áreas mananciais, proliferação de agentes transmissores de doenças, assoreamento de rios, dentre outros, contribuindo para estética urbana e evitando o descarte irregulares no município. Dos seis PEV'S previstos, cinco já foram implantados e estão em pleno funcionamento.

O PEV é um espaço fechado e seguro, com portaria, zeladoria, paisagismo e manutenção diária onde a população pode descartar correta e gratuitamente entulhos de construção, isopor, plástico PET, eletroeletrônicos, sofás, colchões velhos e outros materiais recicláveis. No local, é proibido o descarte de lixo orgânico, resíduos industriais e os provenientes de serviços de saúde.

Cada morador pode descartar, por mês, até 1m<sup>3</sup> de resíduos da construção (1.300kg). A medida equivale a cerca de 26 sacos de rafia de 50kg, ao volume de uma caixa d'água de 1.000 litros e ao conteúdo de 44 carrinhos de mão.

**Objetivo:** Implantação de 6 (seis) Ponto de Entrega Voluntária de resíduos da construção e demolição e realização de ações de educação ambiental.



Valor do Projeto:

FSA CAIXA	R\$ 1.056.521,10
Contrapartida	<u>R\$ 309.517,71</u>
Total:	R\$ 1.366.038,81

Resultados alcançados até hoje (efetividade/impacto das ações):

- Implantação do PEV Jardim Auxiliadora;
- Implantação do PEV Interlagos;
- Implantação do PEV Parque Gabriel;
- Implantação do PEV Adelaide;
- Implantação do PEV Vila Real;

c) Projeto: Embarca Marajó- Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos municípios atendidos pela Agência Barco Marajó

Local: Ilha do Marajó/PA

Instituição: IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil

O projeto “Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento Sustentável no Marajó”, executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, juntamente com o Instituto Peabiru e o Instituto Vitória Régia, nos 10 municípios trafegados pela Agência Barco Ilha de Marajó. Entre esses municípios está Melgaço, o pior IDH-M do Brasil.

O projeto “Embarca Marajó” realiza ações que contemplam, necessariamente, os seguintes eixos de atuação:

- Parcerias governamentais e não governamentais
- Educação, cultura e cidadania
- Geração de trabalho e renda

Entre as ações desenvolvidas em 2015, destaca-se o assessoramento para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar de organizações locais, que envolveu a articulação de parceiros institucionais (EMATER, CODETEM, AMAM, STTR, entre outros) e lideranças comunitárias.

Outra ação de destaque é a criação de dois bancos comunitários – Curralinho e Muaná - que também funcionarão como correspondentes bancários CAIXA.

Por meio das ações empreendidas pelo projeto na região, a CAIXA consolida sua presença e tem a oportunidade de fortalecer seus negócios ao levar produtos financeiros e benefícios sociais à região com vistas ao empoderamento econômico das pessoas, comunidades e municípios.

Valor do Projeto:

FSA CAIXA	R\$ 2.999.990,95
Contrapartida	<u>R\$ 574.887,47</u>
Total:	R\$ 3.574.878,42



Resultados alcançados, no período de janeiro a dezembro de 2015 (efetividade/impacto das ações):

- Valorização das boas práticas socioprodutivas sustentáveis:
  - Implantação do Centro de Difusão de Boas Práticas (DIBOA)
  - 16 oficinas de capacitação de extrativistas em Currálinho (açáí) e Salvaterra (andiroba), com participação de 74 pessoas
- Fomento a geração de trabalho e renda por meio de economia solidária:
  - 7 oficinas realizadas, com participação de 465 pessoas;
  - Assessoramento de 4 fundos comunitários solidários, com envolvimento de 185 pessoas.
  - 2 bancos comunitários abertos, em Currálinho e Muaná.
  - 9 pessoas capacitadas para atuar nos bancos comunitários.
- Fomento a educação, capacitação e assessorias:
  - 4 oficinas realizadas, com participação de 73 pessoas;
  - 41 gestores públicos municipais (prefeitos e secretários) capacitados;
  - 36 lideranças comunitárias instituições e entidades parcerias capacitadas em elaboração de projetos sociais;
  - 8 pessoas do projeto Lupa Marajá capacitadas em gestão, captação de recursos e execução de projeto.

### 7.5.3 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

#### 7.5.3.1 Identificação

Quadro 83 - Identificação Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS

Poder e Órgão de vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de vinculação: Ministério da Fazenda	
Nome completo	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
Denominação abreviada	FAS
Código SIORG	Não se aplica.
Código na LOA	Não se aplica.
Situação operacional	Inativa
Natureza jurídica	Outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisoras ou gestores e os bancos operadores desses fundos. (DN-TCU 062/04, de 27/10/2004)
Principal atividade econômica	Execução de Política Pública
Telefones/fax de contato	(61) 3206-4992   (61) 3206-9576
E-mail	<a href="mailto:gcoo@caixa.gov.br">gcoo@caixa.gov.br</a>
Página na internet	<a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>
Endereço postal	Caixa Econômica Federal Vice-Presidência de Governo - VIGOV Superintendência Nacional de Saneamento e Infra-Estrutura - SUSAN Gerência Nacional de Gestão de Contratos Saneamento e Infraestrutura - GECO SBS QUADRA 4 – Lotes 3 e 4 – 12º andar – Ed- Sede Matriz I, 70.092-900 – Brasília - DF
Normas de criação e normas relacionadas à gestão e estrutura da UJ	Lei 6.168, de 03/12/1974, regulamentado pelo decreto 75.508 de 18/03/1975
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ	Manual de Normas e Procedimentos Operacionais - MN SA059
Códigos e nomes das Unidades Gestoras no Sistema SIAFI	Nome: FAS   Código: 170380/Gestão 17911

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN

#### 7.5.3.2 Finalidade e competências institucionais

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, criado pela Lei nº 6.168, de 09 de dezembro de 1974, constituiu um importante instrumento de apoio financeiro a programas e projetos sociais integrantes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND. Em seu campo de atuação, o FAS tinha como finalidade atender os setores mais carentes da população, fazendo gestão junto às áreas de saúde, previdência e assistência social, trabalho, justiça, educação e cultura.





A referida Lei dispôs, também, que o plano de aplicações do FAS ficaria a cargo do Presidente da República, após proposta do Conselho de Desenvolvimento Social – CD. À CAIXA foi atribuída a competência das aplicações dos recursos do Fundo, dentro das normas estabelecidas pelo Poder Executivo.

Entretanto, a Constituição em 1988, no artigo 36, determinou que os fundos existentes na data de sua promulgação, excetuados aqueles resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessassem à defesa nacional, seriam extintos se não fossem ratificados pelo Congresso Nacional, no prazo de dois anos.

Com edição da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata da Organização da Seguridade Social, bem como do seu Plano de Custeio, dispôs, no artigo 26, que as receitas líquidas de quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas nos âmbitos federais, estaduais, Distrito Federal e municipal, se constituíam receita da Seguridade Social. Os recursos canalizados para o FAS foram redirecionados à Seguridade Social, sendo garantido, apenas o repasse à CAIXA dos valores necessários ao cumprimento dos contratos até então assinados.

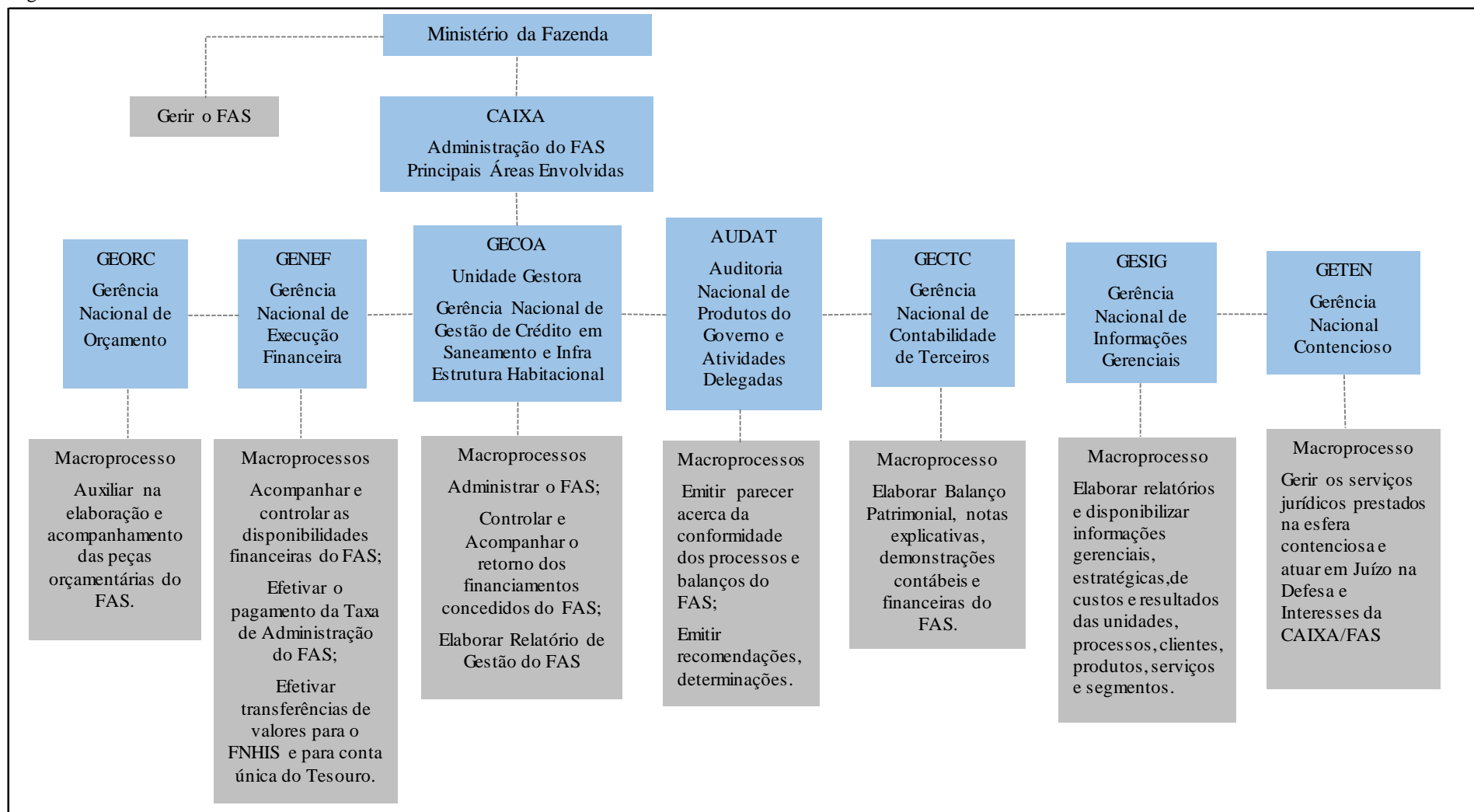
Os recursos destacados para compor o referido Fundo tiveram suas origens na renda líquida das Loterias Esportivas e Federal, nas parcelas destacadas para esse fim nos Orçamentos Operacionais da CAIXA, nos montantes consignados nas dotações da União e outros de origem interna e externa, inclusive os provenientes de repasses e financiamentos.

#### 7.5.3.3 Organograma Funcional do FAS

Os procedimentos operacionais relacionados à gestão do FAS são realizados na GECOA – Gerência Nacional de Crédito Saneamento e Infraestrutura - GECOA, unidade pertencente à estrutura da Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN.

A disposição da estrutura funcional do FAS apresenta-se, conforme figura a seguir, que também descreve sucintamente os macroprocessos de cada unidade envolvida, diretamente ou na forma de suporte ao gestor.

Figura 06 - Estrutura funcional FAS



Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN

#### 7.5.3.4 Situação atual do FAS

As operações do FAS foram suspensas em 1991, com edição da Lei nº 8.212/91, que trata da Organização da Seguridade Social, redirecionando os recursos canalizados para o Fundo para a Seguridade Social.

Na condição de extinto, ou seja, sem novas concessões desde 1991, a gestão do Fundo, no exercício de 2015, concentrou-se basicamente nas tarefas de controle e acompanhamento do retorno dos financiamentos concedidos e demais atividades relacionadas a sua administração, bem como nas tratativas junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN para recebimento dos contratos do ex-Território de Roraima.

No decorrer do exercício de 2015, as operações do FAS evoluíram dentro da normalidade, a exemplo dos anos anteriores, sem eventos que justificassem mudanças no seu processo de administração.

Para a condução das atividades pertinentes à administração do FAS, são utilizados recursos materiais e humanos da CAIXA, na condição de Administradora do Fundo, sendo que os custos decorrentes são cobertos pela taxa de administração a qual a CAIXA faz jus.

Em linhas gerais, o comportamento do patrimônio do Fundo, que apresenta evolução estável ao longo dos últimos exercícios, permite projetar um cenário pouco otimista quanto a redução do índice de inadimplência das suas operações de crédito uma vez que a totalidade das cobranças das operações do segmento setor privado encontra-se na esfera judicial, muitas delas com baixa possibilidade de recuperação, e algumas outras do segmento do setor público que também se encontram no aguardo de decisões judiciais.

Em 2015, não houve fato relevante nas operações remanescentes do FAS e nenhuma ocorrência referente a denúncias recebidas pela CAIXA, quanto a sua atuação na administração do acervo do Fundo. Dessa forma, não houve registro de nenhum apontamento por parte dos Órgãos de Controle Internos atinente à matéria.

As movimentações financeiras, em 2015, limitaram-se à transferência R\$ 3.855 mil de suas disponibilidades para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, conforme previsto no Decreto nº 5.796, de 06 de junho de 2006.

Quanto às operações do ex-Território Federal de Roraima, cuja assunção da dívida pela União está sedimentado no processo 10168.003897/96-07, corroborado pelo Ofício nº 4729 – STN/COPARP/DICRE, que apresenta o reconhecimento da dívida e posiciona-a em 08/01/1998, bem como pelo Relatório de Auditoria Especial 002/98, que faz a verificação e a apuração do “quantum”, a CAIXA ainda não obteve sucesso no recebimento dos valores junto à União.

Em manifestação recente, a Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, informou à CAIXA que essas obrigações foram registradas no Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em 2015, passando a compor o Balanço Geral da União – BGU.

### 7.5.3.5 Resumo Contábil

Neste subitem serão apresentados os comentários a respeito dos principais itens patrimoniais e de resultado.

Em 2015, o FAS totalizou Ativo no valor de R\$ 29.730 mil, conforme relacionado abaixo:

Quadro 84 - Ativo FAS (Exercício 2015)

ATIVO	2015	2014	Variação R\$	Variação %
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>9.018</b>	<b>11.302</b>	<b>(2.284)</b>	<b>(20,21)</b>
Conta Única - UNIÃO	968	854	114	13,35
Depósitos - CAIXA	6.565	7.088	(523)	(7,38)
Depósitos CAIXA - Escola Rural	1.485	3.360	(1.875)	(55,80)
<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>20.712</b>	<b>20.081</b>	<b>631</b>	<b>3,14</b>
Financiamentos	20.712	20.081	631	3,14
<b>Totais</b>	<b>29.730</b>	<b>31.383</b>	<b>(1.653)</b>	<b>(5,27)</b>

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN

As contas de Depósitos Remunerados registraram uma redução da ordem de R\$ 2.284 mil, em relação ao exercício anterior, em decorrência das seguintes movimentações:

Quadro 85 - Movimentação financeira FAS (Exercício 2015)

Movimentação do Exercício 2015	Depósitos Conta Única	FAS	Escola Rural	Totais
<b>Saldo Inicial</b>	<b>854</b>	<b>7.088</b>	<b>3.360</b>	<b>11.302</b>
Remuneração de Depósitos	114	121	26	261
Repasse Contratos BNDES/FINSOCIAL	0	0	1.954	1.954
Taxa de Administração	0	(638)	0	(638)
Transferência Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	0	(6)	(3.855)	(3.861)
<b>Saldo Final</b>	<b>968</b>	<b>6.565</b>	<b>1.485</b>	<b>9.018</b>
<b>Variações</b>	<b>114</b>	<b>(523)</b>	<b>(1.875)</b>	<b>(2.284)</b>

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento – DESAN (Sistema Financeiro – SISFIN e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI)

Em abril de 2015, houve repasse ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, no montante de R\$ 3.855 mil, referente às disponibilidades não aplicadas pelo FAS.

As Operações de Crédito registraram variação positiva de R\$ 631 mil, em comparação ao exercício de 2014, em virtude da capitalização ao saldo da atualização monetária no valor de R\$ 362 mil e dos juros no valor de R\$ 269 mil.

O Passivo e o Patrimônio Líquido totalizaram R\$ 29.730 mil, em 2015, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 86 - Passivo e PL FAS (Exercício de 2015)

<b>PASSIVO E PL</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Variação R\$</b>	<b>Variação %</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>1.482</b>	<b>3.386</b>	<b>(1.904)</b>	<b>(56,23)</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>1.482</b>	<b>3.386</b>	<b>(1.904)</b>	<b>(56,23)</b>
Saldos Credores		6	(6)	(100)
Taxa de Administração	51	48	3	6,25
Valor a Repassar do FNHIS	1.431	3.332	(1.901)	(57,05)
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>28.248</b>	<b>27.997</b>	<b>251</b>	<b>0,90</b>
CAPITAL SOCIAL	23.148	23.148		0
FUNDO CONTA GERAL	5.100	4.849	251	5,18
Totais	29.730	31.383	<b>(1.653)</b>	<b>(5,27)</b>

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN

As Outras Obrigações apresentaram variação negativa de R\$ 1.904 mil motivada, principalmente, pelos valores repassados ao FNHIS.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da taxa de administração no exercício de 2015:

Quadro 87 - Movimentação da taxa de administração no exercício de 2015

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>48</b>
Provisões de Jan a Dez 2015	641
Pagamento da Taxa de Administração de Dez/2014 a Nov/2015	(638)
Totais	51

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN

A conta Valores a Repassar ao FNHIS refere-se aos valores de disponibilidades não aplicadas pelo FAS, no montante de R\$ 3.855 mil e que serão transferidos ao FNHIS no próximo exercício, conforme Decreto N° 5.796 de 06 de junho de 2006.

No exercício de 2015, houve recebimento de R\$ 1.954 mil advindos dos contratos firmados entre a CAIXA e o BNDES nos termos do voto 10/92, e repasse ao FNHIS no montante de R\$ 3.855 mil.

O resultado apurado no exercício foi positivo, no montante de R\$ 251 mil, em função das receitas e despesas demonstradas a seguir:

Quadro 88 - Resultado FAS (Exercício de 2015)

	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Variação R\$</b>	<b>Variação%</b>	<b>Acumulado</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>892</b>	<b>5.321</b>	<b>(4.429)</b>	<b>(83,24)</b>	<b>892</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	631	433	198	45,73	631
Rendas de Financiamentos	631	433	198	45,73	631
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	261	163	98	60,12	261
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	261	163	98	60,12	261
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		4.725	(4.725)	(100,00)	0
Recuperação de Crédito		4.725	(4.725)	(100,00)	0
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>641</b>	<b>643</b>	<b>(2)</b>	<b>(0,31)</b>	<b>641</b>
COMISSÕES E TARIFAS	641	643	(2)	(0,31)	641
Taxa de Administração	641	643	(2)	(0,31)	641
<b>RESULTA DOS LÍQUIDOS</b>	<b>251</b>	<b>4.678</b>	<b>(4.427)</b>	<b>(94,63)</b>	<b>251</b>

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN

As receitas operacionais somaram R\$ 892 mil, variação de 83,24% inferior em relação ao exercício anterior, decorrente principalmente, da receita da recuperação de

créditos ocorrida em março de 2014 referente à finalização da negociação com o Tomador Sociedade Evangélica de Londrina, no valor de R\$ 4.725 mil, reduzida dos juros e atualização monetária sobre os financiamentos e das rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez, vinculadas à Taxa Referencial - TR que apresentou índice acumulado de 17,95% em 2015 (2014 - 8,59% a.a.).

As despesas operacionais totalizaram R\$ 641 mil em razão das despesas com taxa de administração, decorrente dos custos administrativos do FAS incorridos pela CAIXA.

As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

Quadro 89 - Contas de compensação (Exercício de 2015)

	2015	2014	Variação R\$	% Variação
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA</b>	<b>90.374</b>	<b>84.736</b>	<b>5.638</b>	<b>6,65</b>
<b>CUSTÓDIA DE VALORES</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Valores em Garantia	1	1	0	0,00
<b>CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO</b>	<b>5.962</b>	<b>5.962</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Créditos Baixados como Prejuízo	5.962	5.962	0	0,00
<b>OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA</b>	<b>63.699</b>	<b>58.692</b>	<b>5.007</b>	<b>8,53</b>
Encargos por Atraso	60.862	56.122	4.740	8,45
Ações Judiciais	2.837	2.570	267	10,39
<b>OPERAÇÕES DE RISCO</b>	<b>20.712</b>	<b>20.081</b>	<b>631</b>	<b>3,14</b>
Oper. de Créd. Nível de Risco "AA"	20.712	20.081	631	3,14
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA</b>	<b>90.374</b>	<b>84.736</b>	<b>5.638</b>	<b>6,65</b>
<b>CUSTÓDIA DE VALORES</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Depósitos de Valores em Garantia	1	1	0	0,00
<b>BAIXA DE CREDITOS LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA</b>	<b>5.962</b>	<b>5.962</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Baixa de Créditos Liquidação Duvidosa	5.962	5.962	0	0,00
<b>OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA</b>	<b>63.699</b>	<b>58.692</b>	<b>5.007</b>	<b>8,53</b>
Encargos em Atraso	60.862	56.122	4.740	8,45
Ações Judiciais	2.837	2.570	267	10,39
<b>CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS</b>	<b>20.712</b>	<b>20.081</b>	<b>631</b>	<b>3,14</b>

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva de Infraestrutura e Saneamento - DESAN

#### 7.5.3.6 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS estão apresentadas no Anexo VII.

#### 7.5.3.7 Auditorias Interna e Externa

No exercício de 2015 não houve nenhuma recomendação do TCU para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS. De forma similar, as Auditorias Internas e Externas consideraram em seus respectivos Pareceres que a condução do FAS foi regular não ensejando, por isso, nenhum apontamento ou recomendação.

## 7.6 CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

A Gerência Nacional Execução Financeira - GENEFF, subunidade da CAIXA, na qualidade de Gestor Financeiro da UG 179104/0001 é responsável por efetuar as transferências dos valores das devoluções de recursos aos contribuintes, referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, do INSS e da Receita Federal do Brasil - RFB e demais órgãos, para a conta de reserva bancária da CAIXA.

### 7.6.1 Identificação

Quadro 90 - Identificação CEF /Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

Poder e Órgão de Vinculação		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda		<b>Código SIORG:</b> 1929
Identificação da subunidade da CEF		
<b>Denominação Completa:</b> Caixa Econômica Federal		
<b>Denominação Abreviada:</b> CAIXA		
<b>Código SIORG:</b> 0091	<b>Código na LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> Não se aplica
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Empresa Pública		<b>CNPJ:</b> 00.360.305/0001-04
<b>Principal Atividade:</b> Serviços Financeiros		<b>Código CNAE:</b> 6423-9
<b>Telefones/Fax de Contato:</b> (61) 3206-9000 / (61) 3206-9817 / (61) 3206-9732		
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:presidencia@caixa.gov.br">presidencia@caixa.gov.br</a>		
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.caixa.gov.br">http://www.caixa.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, CEP: 70092-900, Brasília - DF		
Identificação da Unidades Gestora		
<b>Denominação completa:</b> Caixa Econômica Federal/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais		
<b>Denominação abreviada:</b> CEF/ Dep. Jud. e Extr.		
<b>Código SIORG:</b> 1929	<b>Código na LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 179104
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		<b>CNPJ:</b> -
<b>Principal Atividade:</b> Executora – mandatária da União		<b>Código CNAE:</b> Não se aplica
<b>Telefones/Fax de contato:</b> (61) 3206-9532 / (61) 3206-9749 / (61) 3206-9712		
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:genef@caixa.gov.br">genef@caixa.gov.br</a>		
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.caixa.gov.br">http://www.caixa.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> SBS Quadra 4, lotes 03/04, Ed. Matriz I, 2º andar, CEP: 70092-900, Brasília - DF		

Fonte: CAIXA/Superintendência Nacional de Administração Financeira - SUAFI

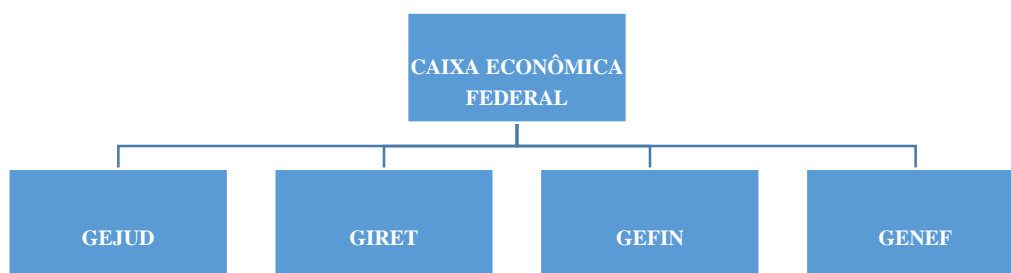


Quadro 91 - Áreas responsáveis CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gerência Nacional Poder Judiciário - GEJUD	Responsável pela manutenção do índice SELIC e dos códigos (RFB, demais Órgãos e dos depósitos do INSS); pela gestão do cadastro e pela prestação de contas dos depósitos e levantamentos aos órgãos.	Brasil Cabral Filho	Gerente Nacional	Jan a Dez/2015
Gerência de Retaguarda - GIRET	Responsável pela operacionalização das alterações, conferências, acertos e conciliações dos sistemas SIGDJ e SIADJ.	Alexandre Rodrigues Ribeiro	Gerente de Filial	Jan a Dez/2015
Gerência Nacional Administração Financeira - GEFIN	Recebe as informações das arrecadações da RFB, demais órgãos e INSS e repassa à Conta Única da União por meio de mensagens TES (Identificador de modalidade de mensagens ao Tesouro Nacional).	Saulo Farhat Paiva	Gerente Nacional	Jan a Dez/2015
Gerência Nacional Execução Financeira - GENEF	Executora da Secretaria do Tesouro Nacional. É responsável pelas devoluções de recursos das contribuições do INSS e RFB por meio da emissão de Ordens bancárias – OBR para conta de reserva Bancária da CAIXA.	Ricardo Magno Paula Ramos	Gerente Nacional	Jan a Dez/2015

Fonte: CAIXA/Superintendência Nacional de Administração Financeira - SUAFI

Figura 07 - Áreas responsáveis CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais



Fonte: CAIXA/Superintendência Nacional de Administração Financeira - SUAFI

### 7.6.2 Base normativa relacionada aos depósitos judiciais e extrajudiciais

Os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, provenientes de ações ajuizadas perante a Justiça Federal relativas a tributos e contribuições judiciais administradas pela SRF, e as contribuições sociais, administradas pelo INSS, são depositados e administrados pela CAIXA, conforme condições estipuladas pela Lei nº. 9.703, de 17 de novembro de 1998 e Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001.

Com a promulgação das Leis nº 12.058/09 e nº 12.099/09, foi ampliado o escopo e as datas dos depósitos, que passaram a abranger os depósitos judiciais e extrajudiciais, conforme segue:

- a) Referentes a tributos, contribuições federais e seus acessórios, inclusive os depósitos relativos aos débitos inscritos na Dívida Ativa da União, administrados pela RFB e pelo INSS;
- b) Não tributários relativos à União e os tributários e não tributários relativos a fundos públicos, autarquias, fundações públicas e demais entidades federais integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Esses depósitos são repassados pela CAIXA à Conta Única do Tesouro Nacional no mesmo prazo fixado para o recolhimento dos tributos e contribuições federais, que ocorre no primeiro dia útil posterior ao recebimento do depósito.

Após o encerramento da lide ou do processo litigioso mediante ordem de autoridade judicial, ou no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor é devolvido ao depositante, pela CAIXA, no prazo mínimo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável, ou transformado em pagamento definitivo, quando a sentença da devolução ou decisão for favorável à Receita Federal ou ao INSS.

Além das Leis nº 9.703/98, nº 12.058/09 e nº 12.099/09, também regulamentas a administração desses recursos, as seguintes normas: Instrução Normativa SRF nº 421, de 10/05/2004 e Portaria MF nº 479, de 29/12/2000.

Internamente, os procedimentos operacionais executados pela CAIXA estão disciplinados nos manuais normativos MN CO059 – Depósitos Judiciais (Lei 9.703/98) e MN CO283 – Depósitos Extrajudiciais (Lei 9.703/98).

### 7.6.3 Informações sucintas do relacionamento com a Secretaria do Tesouro Nacional para o gerenciamento do fluxo de trabalho de operacionalização dos depósitos

- STN: Responsável em estabelecer os procedimentos para a execução financeira das devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais, bem como receber o produto da arrecadação dos depósitos judiciais.
- COFIN: Acompanha a execução orçamentária e financeira dos recursos da União, disponibilizando-os quando solicitado pela CAIXA nas devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.



Para a operacionalização dessas devoluções, foi estipulado pela STN, por meio da Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001, e de acordo com o previsto no Art. 3º da Lei nº 9.703, os procedimentos para a execução financeira das devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.

De acordo com o estabelecido na mencionada Portaria, a CAIXA, na qualidade de executora da STN, é responsável pela devolução dos valores de depósitos judiciais e extrajudiciais, por meio da emissão de OBR, na UG 179104, no SIAFI.

Para viabilizar essa execução financeira, foi criada a UG, no SIAFI, denominada CEF/DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, código 179104, Gestão Tesouro (00001), vinculada ao MF.

A CAIXA, na qualidade de executora dos Depósitos Judiciais e Extrajudiciais, UG 179104/Gestão 00001, observadas as normas legais e regulamentares, compete:

- Formalizar as solicitações de limites de saques e seus ajustes, por meio de programação financeira - PF, detalhados pelos códigos de vinculação específicos para as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais à STN;
- Promover as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais, por meio de emissão de OBR, para a Conta de Reserva Bancária da CAIXA;
- Comprovar que os recursos disponibilizados foram restituídos aos respectivos depositantes;
- Prestar à STN, quando solicitada, informações sobre as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.

#### 7.6.4 Gestão de riscos e controles instituídos para garantir o desempenho da CAIXA na gestão dos depósitos

A gestão de risco operacional envolve aspectos como identificação, avaliação, mensuração, mitigação e reporte do risco operacional em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

O modelo de três linhas de defesa, estabelece o papel e responsabilidade de cada área dentro do sistema de gerenciamento de risco operacional:

- A primeira linha de defesa é responsável pelo gerenciamento do risco operacional em cada unidade gestora, sob a responsabilidade do gestor da unidade;
- A segunda linha de defesa é responsável por definir a política de risco operacional, os padrões mínimos e diretrizes, e que estejam em acordo com a estrutura de risco operacional e está sob a responsabilidade da Superintendência Nacional de Risco Corporativo - SUCOR/Gerência Nacional de Risco Operacional - GEROP;
- A terceira linha de defesa provê verificação independente sobre a robustez do modelo de risco operacional e inclui a Auditoria.



Nesse contexto, cabe aos gestores de produtos, serviços e processos a responsabilidade de identificar os riscos e implementar melhoria de controles que representem medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão.

Adicionalmente, a GEROP definiu que as atividades priorizadas pela Resolução 179/2012 do Comitê Delegado de Riscos e Capital, deverão ser avaliadas anualmente. Na GEJUD, a atividade priorizada pelo critério de impacto na continuidade de negócios é a administração de depósitos judiciais. Em 2014, foi aplicada a metodologia de auto avaliação de riscos operacionais e em 2015, foi criada junto com o gestor a Matriz GUT, ferramenta de priorização de riscos com a categorização da Gravidade, Urgência e Tendência. Consta no planejamento para o primeiro semestre de 2016, a criação dos indicadores para monitoramento dos riscos operacionais associados à atividade.

Além das normas internas, o Sistema de Administração de Depósitos Judiciais - SIADJ da CAIXA tem passado por uma série de melhorias a fim de minimizar as ocorrências de erro, bem como auxiliar na gestão de riscos e controles. As ações de melhoria e controle de risco são acompanhadas no Sistema de Relatórios de Controle Interno.

#### 7.6.5 Demonstração do fluxo financeiro dos depósitos no exercício, comparativamente ao anterior, demonstrando também, de forma gerencial, os quantitativos de depósitos

O saldo existente em 31 de dezembro de 2014, no montante de **R\$ 1.228.104,19** (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, cento e quatro reais e dezenove centavos), foi transferido para execução no exercício de 2015, sendo **R\$ 604.763,01** (seiscentos e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e um centavo) na fonte de recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950) destinados às devoluções judiciais relativas à SRF, e **R\$ 623.341,18** (seiscentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e um reais e dezoito centavos) na Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

No exercício de 2015, para a realização da devolução dos depósitos judiciais e extrajudiciais, a STN disponibilizou recursos financeiros na UG 179104/Gestão 00001, conta contábil n°. 112160400 – “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, no montante de **R\$ 9.413.300.000,00** (nove bilhões, quatrocentos e treze milhões e trezentos mil reais), sendo **R\$ 7.991.600.000,00** (sete bilhões, novecentos e noventa e um milhões e seiscentos mil reais) na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950), destinados às devoluções judiciais relativas à SRF, **R\$ 1.371.700.000,00** (um bilhão, trezentos e setenta e um milhões e setecentos mil reais) na Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS e **R\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de reais) na Fonte de Recursos 0151000000 (vinculação de pagamento 960), também relativa ao INSS.

A CAIXA, na qualidade de executora da STN, na UG 179104, realizou devolução dos valores referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, pela emissão de OBR, tendo como favorecida a Instituição Financeira CAIXA, por meio de crédito em sua Conta de Reservas Bancárias, no valor total de **R\$ 9.172.703.578,78** (nove bilhões, cento e setenta e dois milhões, setecentos e três mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos), sendo **R\$ 7.844.836.179,79** (sete bilhões, oitocentos e quarenta

e quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil cento e setenta e nove reais e setenta e nove centavos) referentes à SRF, **R\$ 1.327.867.398,99** (um bilhão, trezentos e vinte e sete milhões, oitocentos e sessenta e sete mil trezentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos) referentes ao INSS.

Na disponibilidade financeira ficou um saldo para 2016 de **R\$ 241.859.036,62** (duzentos e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo **R\$ 147.403.094,43** (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e três mil, noventa e quatro reais e quarenta e três centavos) na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950), **R\$ 44.455.942,19** (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos) na Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960) e **R\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de reais) na Fonte de Recursos 0151000000 (vinculação de pagamento 960).

O quadro a seguir demonstra o comparativo da movimentação financeira dos exercícios 2014 e 2015

Quadro 92 - Movimentação financeira CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (Exercício 2015)

	2014	Quantidades de OBR	2015	Quantidades de OBR
Saldo no Exercício anterior	17.665.539,18	3613	1.228.104,19	3574
Saldo devolvido ao Tesouro	11.086,44		Não houve	
Recursos Extraorçamentários Recebidos	-		38.334,87	
Recursos disponibilizados pela STN no exercício	6.131.124.479,30		9.413.300.000,00	
Total devolvido pela SRF	5.138.063.847,50		7.844.836.179,79	
Total devolvido pelo INSS	1.009.486.980,35		1.327.867.398,99	
Despesas Extraorçamentárias	-		3.823,66	
Saldo disponível do Exercício transferido para o exercício seguinte	1.228.104,19		241.859.036,62	

Fonte: CAIXA/Superintendência Nacional de Administração Financeira - SUAFI (SIAFI)

#### 7.6.6 Principais auditorias e fiscalizações realizadas na gestão dos depósitos judiciais e extrajudiciais no exercício, pela auditoria interna da CAIXA ou externa, informando as constatações e conclusões dos auditores

Foi realizado no ano de 2015 trabalho de auditoria no âmbito da GN Poder Judiciário - GEJUD com o objetivo de avaliar o processo Depósitos Judiciais, relativo ao recebimento e administração de depósitos provenientes de ações ajuizadas perante as Justiças Federal, Trabalhista e Comum.

O resultado do referido trabalho foi reportado à GEJUD, com cópia à SN Produtos PJ Pública e Judiciário, por meio do RA AUDIR/BR 0138/15 que apresentou diversas recomendações de melhoria, para as quais foram elaborados planos de ação pelo gestor.



As ações corretivas encontram-se registradas no Sistema de Auditoria, sendo que algumas já foram concluídas e outras encontram-se na situação “aguarda confirmação de regularização pela unidade auditada”.

Dentre as ações de melhoria registradas destacamos alterações normativas para inclusão de definição de responsabilidades entre as áreas envolvidas; elaboração de aditivo contratual referente arrecadação de receitas federais; estabelecimento e normatização de rotinas operacionais com o objetivo de criar controles e mitigar novos riscos de inconsistências contábeis; abertura de demandas para ajustes sistêmicos e inclusão de ações educacionais referentes ao Segmento Judiciário na Escola de Governo.

Para a Unidade Gestora 179104/00001 – CEF/Depósitos Judiciais/Extrajudiciais não houve nenhum apontamento de auditoria.

#### 7.6.7 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da UG CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais estão apresentadas no Anexo VIII.

## 8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU, consubstanciadas em acórdãos e que possuam determinações e/ou recomendações à CAIXA, são atendidas, em sua totalidade, por diversos Gestores.

O controle das deliberações e o respectivo atendimento se dá conforme fluxo a seguir:

- a) Acompanhamento dos acórdãos emitidos no site do TCU;
- b) Identificação dos acórdãos com determinação e/ou recomendação à CAIXA;
- c) Acompanhamento da recepção no protocolo da CAIXA dos ofícios enviados pelo TCU, com os acórdãos em anexo;
- d) Encaminhamento do referidos ofícios dos Gestores responsáveis pelo atendimento das determinações e/ou recomendações;
- e) Registro das determinações e/ou recomendações em sistema automatizado;
- f) Acompanhamento do registro das ações saneadoras pelo Gestor responsável pela atendimento da demanda;
- g) Acompanhamento da homologação da ações propostas pela Unidade hierarquicamente superior ao Gestor responsável pelo atendimento;
- h) Validação do Plano de Providências proposto pelo Gestor;
- i) Acompanhamento da finalização das ações propostas;
- j) Emissão de relatórios com as ações pendentes e regularizadas no exercício;
- k) Encaminhamento dos relatórios às unidades da CAIXA.

### 8.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

As recomendações da Controladoria Geral da União - CGU, consubstanciadas em Relatórios e Notas de Auditoria e que possuam recomendações à CAIXA, são atendidas, em sua totalidade, por diversos Gestores.

O controle das deliberações e o respectivo atendimento se dá conforme fluxo a seguir:

- Recepcionamento de ofícios ou mensagens eletrônicas, contendo Relatórios e Notas de Auditorias, emitidos pela CGU;
- Encaminhamento do referidos ofícios dos Gestores responsáveis pelo atendimento das determinações e/ou recomendações;
- Registro das determinações e/ou recomendações em sistema automatizado;



- Acompanhamento do registro das ações saneadoras pelo Gestor responsável pela atendimento da demanda;
- Acompanhamento da homologação da ações propostas pela Unidade hierarquicamente superior ao Gestor responsável pelo atendimento;
- Validação do Plano de Providências proposto pelo Gestor;
- Acompanhamento da finalização das ações propostas;
- Emissão de relatórios com as ações pendentes e regularizadas no exercício;
- Encaminhamento dos relatórios às unidades da CAIXA.

### 8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Em caso de constatação de dano à CAIXA, é providenciada a abertura de Apuração de Responsabilidade conforme constante de manual normativo interno MN AE079 - Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil, sob gestão da Corregedoria e, uma vez identificados os responsáveis, o processo é encaminhado à unidade de origem das ocorrências para adoção das medidas de cobrança no âmbito administrativo, judicial e, quando couber, proceder à recuperação de danos ou prejuízos causados à CAIXA conforme critérios estabelecidos no manual normativo interno MN RH062 - Recuperação de Danos ou Prejuízos Causados à CAIXA, também de responsabilidade da Corregedoria.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas:

- No ano de 2015 foram instaurados, com decisão pela responsabilização civil, 232 processos de apuração de responsabilidade.

Tomadas de Contas Especiais:

- Não instauradas – Dispensadas – Débito < R\$75.000,00:

Quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º, Inciso I, da IN TCU nº 71/2012, ou seja, em função do valor: 97 processos foram dispensados a abertura de TCE.

Instauradas – Remetidas

- Quantidades de tomadas de contas especiais instauradas no exercício de 2015, remetidas ao TCU: 07 TCE foram instauradas em 2015 e remetidas ao TCU no mesmo ano:

Nenhuma TCE que foi instaurada em 2015 deixou de ser remetida ao TCU até o final do mesmo ano.

Quadro 93 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Tomadas de Contas Especiais								
Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
232 processos de apuração de responsabilidade	97 Processos dispensados de abertura de TCE							07 TCE instauradas e remetidas ao TCU

Obs.: Nenhuma TCE que foi instaurada em 2015 deixou de ser remetida ao TCU até o final do mesmo ano.

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva Gestão de Pessoas - DEPES e Corregedoria

#### 8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações conforme disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os contratos firmados pela CAIXA para o fornecimento de bens e serviços estabelecem cronograma financeiro de desembolso com os respectivos prazos de pagamento, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

Os controles instituídos para garantir o cumprimento destes cronogramas decorrem de norma interna específica de pagamentos a fornecedores, o manual normativo MN AD103 - Pagamentos a Fornecedores, cujas orientações demandam estrita observância dos prazos determinados contratualmente, em consonância com o que dispõe a Lei 8.666/93, em seu Art. 5º.

## 8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

### 8.5.1 Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

Em 2015, do total de contratos vigentes, apenas cinco foram beneficiados pela desoneração da folha de pagamento.

- Em 2012, instituiu-se Grupo de Trabalho, por meio de Portaria da Vice Presidência Operações Logísticas (Portaria VILOG n.º 1137/2012, de 13/11/2012, prorrogada pela Portaria VILOG n.º 266/2013), com o objetivo de revisar os contratos de Tecnologia da Informação - TI, Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e *Call Center*.
- Realização de *benchmarking* junto ao Banco do Brasil, BRB, BACEN e Petrobrás.
- Apresentação dos estudos realizados pela CAIXA, em Audiência Pública, realizada em 16/04/2013, com a participação de 88 representantes de empresas do setor de TI, TIC e *Call Center*.
- Apresentação da metodologia e procedimentos utilizados pela CAIXA à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU - SELOG.
- Realização de Consulta Jurídica e Consulta Tributária acerca da correta aplicação da legislação.
- Análise formal da planilha de composição de custos, adequando os itens “INSS”.
- Contratos sem planilha: solicitação da composição de custos com base na obrigação contratual de prestação de esclarecimentos solicitados pela CAIXA, com prazo de 5 dias úteis para tanto.
- Diante do silêncio ou recusa da contratada: comparação do objeto contratual com os seus similares, seguido de cálculo do percentual de redução aplicável à avença.
- Consulta Especializada TI: relacionamento entre os contratos, considerando cada objeto.
- Audiência Pública, em 16/04/2013, com participação de 88 representantes de empresas contratadas.
- Alteração unilateral dos valores diante da ausência de manifestação por parte da empresa:

Art.58. O regime jurídico dos contratos administrativos[...] Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

- Posteriormente, a desoneração foi expandida para outros objetos contratuais, e, no ano de 2015, em continuidade às ações elencadas acima, a CAIXA identificou cinco contratos enquadrados na lei de desoneração de folha de pagamento, sendo ajustados por meio de reequilíbrio contratual (art. 65 da Lei nº 8.666/93).

8.5.2 Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Não foram identificados valores pagos a maior para os contratos já encerrados.

8.5.3 Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

A economia (redução de valor contratual) obtida foi de R\$ 931.545,04, conforme quadro de detalhamento apresentado a seguir:

Quadro 94 - Contratos (vigentes e encerrados) revisados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012

Contrato	Unidade	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Inicial	Vigência Final	Redução (R\$)	Redução (%)	Observação
6150/2012	GILOG/FO	Catavento refrig. e serv. gerais LTDA	03.534.028/0001-05	Serviço de manutenção Preventiva e corretiva integral de sistemas de climatização de ambientes, etc.	27/11/2012	10/01/2016	241.509,51	12,46%	Encerrado
1561/2013	GILOG/BU	Engeforma eng. indústria e comércio LTDA.	18.981.068/0001-64	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, execução de Serviços de Adequação e Ampliação - PSAA e Serviços Comuns de Engenharia - SCE, em Unidades da CAIXA atendidas pela GILOG Bauru/SP.	15/07/2013	14/07/2014	403.964,86	4,50%	Encerrado
2227/2014	GILOG/BU	Engfrio refrig. e ar condic. LTDA EPP	17.741.081/000183	Serviços de manutenção preventiva e corretiva integral de sistemas de climatização e ventilação mecânica, com assistência técnica execução de Pequenos Serviços de Adequação de Climatização nos imóveis de uso da CAIXA atendidos pela GILOG/BU na região da SR Piracicaba/SP.	03/07/2014	02/07/2015	18.048,01	2,85% sobre o valor fixo mensal	Prorrogado até 02/07/2016
6188/2014	GILOG/BU	Lealteck serv. especializados EIRELI- EPP	03.215.234/0001-44	Serviços de operação e manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA na Av. Francisco Glicério nº 1480, Campinas/SP.	03/11/2014	20/12/2015	103.192,63	6,29%	Prorrogado até 19/06/2016
0146/2014	GILOG/SP	Equisystem serv. informática e manutenção LTDA.	10.458.785/0001-02	Serviços manutenção preventiva e corretiva, com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA, o na Avenida Paulista, 2.300, andares 7º, 11º, 12º, 13º e 14º, SP no âmbito da GILOG/SP.	16/04/2014	15/04/2016	164.830,03	8,10%	Em vigor
Total							931.545,04		

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de Operações Corporativas - DEOPE

## 8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

As campanhas publicitárias da CAIXA são desenvolvidas de forma a dar suporte ao planejamento estratégico da empresa na divulgação dos produtos e serviços oferecidos aos clientes, fortalecendo seu posicionamento de banco comercial e agente de políticas públicas.

Fatores como, as características de seus produtos, a qualidade de seu atendimento e seu posicionamento perante o mercado e a sociedade, também corroboram para os resultados financeiros e a construção de sua imagem perante o público.

A CAIXA, assim como seus concorrentes, se vale de pesquisas de mercado que trazem informações sobre os meios de comunicação (audiência, circulação, visibilidade etc.) e hábitos de consumo dos públicos específicos.

Com isso é possível recomendar os meios de comunicação (TV, revista, rádio, jornal, *internet*, etc.) e direcionar os recursos públicos para uma menor dispersão e maior retorno no atingimento do público alvo. Contudo, o impacto da comunicação na evolução mercadológica dos produtos e serviços não pode ser mensurado somente por este aspecto.

Também é importante que os produtos/serviços sejam mais atrativos e vantajosos em relação à concorrência, tenham maior capilaridade em seus pontos de venda e apresentem amplitude de região e público-alvo, dentre outros aspectos.

Como um dos objetivos da Publicidade, a melhoria da visibilidade da marca CAIXA pode ser dimensionada, por exemplo, pelo resultado da pesquisa *Top Of Mind*, realizada anualmente em âmbito nacional, pelo Instituto Datafolha, que avalia as marcas mais lembradas do País.

A CAIXA ocupa a 4ª posição no ranking atual de banco mais lembrado pelo consumidor, a posição da CAIXA frente à concorrência evoluiu de 7%, da amostra em 2004, para 15% em 2015.

Além disso, semestralmente, são realizadas pesquisas de Avaliação de Imagem, que permitem medir a imagem que a população tem da CAIXA, considerando-se que uma imagem favorável e adequada aos objetivos negociais é propulsora de melhor performance negocial.

Para o acompanhamento da efetividade das campanhas publicitárias, são realizadas de forma sistemática, pesquisas mensais que buscam medir e avaliar o desempenho das propagandas televisivas veiculadas pela CAIXA junto ao público e em relação aos bancos concorrentes, denominada *Tracking* de Comunicação.

São objetivos específicos desta pesquisa:

- Comparar a receptividade, percepção, compreensão das propagandas da CAIXA e dos concorrentes pelo público;
- Fornecer subsídio para posicionamento das ações de comunicação da CAIXA frente à concorrência;
- Avaliar as principais campanhas de comunicação lançadas no mês, que estejam no ar pelo período mínimo de 15 dias;

- Verificar se há impacto das campanhas na imagem da empresa na percepção do público;
- Fornecer indicadores que permitam comparabilidade periódica;
- Qualificar o comportamento do público e suas preferências quanto à propagandas.

Essas ferramentas de pesquisa permitem avaliar a eficiência da comunicação publicitária, sendo os resultados negociais o objetivo final desses esforços de comunicação.

O quadro a seguir apresenta os valores orçados e realizados em 2015, nas rubricas de publicidade:

Quadro 95 – Despesa com publicidade

Rubrica	Programa/Ação Orçamentária	Orçado (*)	Realizado (*)
Publicidade Institucional	Não se Aplica	74.598.814,00	80.275.888,77
Publicações Oficiais/Legais		16.131.002,00	12.470.897,58
Publicidade Mercadológica		285.899.566,00	283.333.852,18
Propaganda Utilidade Pública		2.000,00	1.833,20
Totais		376.631.382,00	376.082.471,73

Fonte: CAIXA/ Diretoria de Marketing e Comunicação - DEMAC

Os dados referentes aos contratos firmados com as agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 96 - Contratos firmados com as agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda

Agência de Publicidade	Nº Contrato	Vigência	Total Contrato	Pago (*)
Artplan Comunicação S.A.	1035/2013	22/04/2015 a 21/04/2016	558.005.000,00	116.675.202,67
Heads Propaganda LTDA	1029/2013	22/04/2015 a 21/04/2016		172.934.422,57
Novas B Comunicação LTDA	1034/2013	22/04/2015 a 21/04/2016		118.480.113,01
PROPEG Comunicação S.A. **	11620/2015	19/11/2015 a 18/11/2016		0,00
Borghi Lowe Propaganda e Marketing LTDA***	1027/2013	22/04/2014 a 21/04/2015	0,00	30.654.303,61
Totais			558.005.000,00	438.744.041,86

Fonte: CAIXA/Diretoria de Marketing e Comunicação - DEMAC (SISFIN Data: 18/03/2016)

\*Valores pagos no período de 01/01/2015 a 31/12/2015

\*\*Agência contratada por determinação judicial

\*\*\*Contrato finalizado em 21/04/2015 não prorrogado





## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo I**

#### **Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

Quadro 01 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação - início
Conselho de Administração	Órgão de orientação geral dos negócios da CAIXA, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar os seus resultados.	Reinaldo Busch Alves Carneiro	Presidente C Auditoria	26/06/2015
AUDIT – Auditoria Geral	Comprovação da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos.	Edmundo Augusto Chamon	Superintendente Nacional	01/07/2010
	Avaliação da eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital, do controle e das práticas de Governança Corporativa.			
	Execução e controle das determinações do Comitê de Auditoria.			
	Gestão das ações estratégicas de auditoria.			
PRESI – Presidência	Gestão estratégica, planejamento, organização, processos e governança da CAIXA.	Miriam Aparecida Belchior	Presidente	23/02/2015
	Representação jurídica e institucional da CAIXA.			
	Comunicação, marketing e imagem da CAIXA.			
	Coordenação e supervisão das Vice-Presidências			
GAPRE – Gabinete da Presidência	Assessoramento à atuação do Presidente.	Camila Hermana de Andrade	Chefe de Cerimonial	04/05/2015
	Cerimonial da Presidência.			
DIJUR – Diretoria Jurídica	Contencioso e Assessoramento jurídico.	Jailton Zanon da Silveira	Diretor Executivo	19/04/2011
DEMAC – Diretoria Executiva Marketing e Comunicação	Comunicação	Ana Cristina Ribeiro da Cunha	Diretor Executivo	01/06/2015
	Marketing.			
	Promoções e patrocínios			
CORED – Corregedoria	Gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, compreendendo regras relacionadas ao processo, análise preliminar, instauração e instrução do processo.	Girлана Granja Peixoto Moreira	Superintendente Nacional	03/02/2014
	Gestão da ética e do regime disciplinar.			
	Prevenção de irregularidades e danos, monitoração do cumprimento de penalidades.			
	Gestão dos conselhos disciplinares, planejamento e suporte à gestão desses colegiados, proposição para criação/extinção de instâncias decisórias disciplinares.			
	Prospecção, sinalização, recomendações, orientações e prevenção de incidentes mais comuns.			
	Sinalização para melhorias de processos e de capacitação, fomento à educação/cultura.			
	Controle de ocorrências disciplinares.			
Controle da recuperação de danos/cobrança.				

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação - início
DEORE – Diretoria Executiva Organização e Estratégia	Modelo de gestão	Maria Elisabeth Villela Gouveia	Diretor Executivo	22/05/2013
	Organização, Planejamento e Estratégia			
	Governança			
	Processos			
	Inovação			
	Inteligência corporativa			
	Ouvidoria			
OUVID – Ouvidoria	Representação do cliente na CAIXA.	Maurilio Braz Santana Junior	Ouvidor	27/03/2013
	Canal de comunicação e mediação de conflitos entre o cliente e a CAIXA.			
	Relacionamento com o BACEN, FEBRABAN, PROCON e outros órgãos de atendimento ao cliente.			
	Controle do tratamento das denúncias recebidas.			
	Interlocação entre a CAIXA, órgãos reguladores e Ouvidoria Geral da União.			
VIFIC – Vice-Presidência Finanças e Controladoria	Gestão e controle econômico-financeiro da CAIXA.	Marcio Percival Alves Pinto	Vice-presidente	04/07/2007
	Centralização e interlocação junto à STN para recebimento dos créditos da CAIXA com a União			
DEFIN – Diretoria Executiva Finanças	Planejamento, Gestão e Execução Financeira	Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante	Diretor Executivo	22/05/2013
DECON – Diretoria Executiva Controladoria	Controladoria, Orçamento e Controles Econômico- Financeiros.	Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa	Diretor Executivo	22/05/2013
VIOPE – Vice-Presidência Operações Corporativas	Infraestrutura, segurança, operações logísticas, processos bancários e responsabilidade socioambiental.	Rubens Rodrigues dos Santos	Vice-presidente	29/09/2015
DEOPE – Diretoria Executiva Operações Corporativas	Infraestrutura, Bens e Serviços	Lucas Jose Palomero	Diretor Executivo	27/05/2015
	Segurança			
	Serviços Bancários			
VICOR – Vice-Presidência de Riscos	Gestão dos controles internos, dos riscos tomador e riscos corporativos da CAIXA.	Roberto Derzie de Santanna	Vice-presidente	20/10/2015
DECOR – Diretoria Executiva Riscos	Execução das Estratégias de Riscos	Fábio Soares da Silva	Diretor Executivo	26/10/2015
VIPES – Vice-Presidência Gestão de Pessoas	Política de gestão de pessoas.	Marcos Fernando Fontoura Santos Jacinto	Vice-presidente	26/08/2015
DEPES – Diretoria Executiva Gestão de Pessoas	Desenvolvimento e Retenção de Talentos.	Marcia Guimaraes Guedes	Diretor Executivo	22/05/2013
	Maior efetividade da interlocação entre RH e Negócios/Funções			

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação - início
VITEC – Vice-Presidência Tecnologia da Informação	Construção, manutenção e disponibilização de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para sustentar as atividades de negócio e funcionais da CAIXA.	Joaquim Lima de Oliveira	Vice-presidente	17/08/2010
DETEC – Diretoria Executiva Tecnologia da Informação	Construção, Manutenção e Disponibilidade de Soluções de TIC's.	Roberto Nogueira Zambon	Diretor Executivo	22/05/2013
VIVAR – Vice-Presidência Varejo e Atendimento	Atendimento, estratégia e produtos para os clientes varejo	Jose Henrique Marques da Cruz	Vice-presidente	07/04/2011
DECEV – Diretoria Executiva Clientes e Estratégia De Varejo	Inteligência de cliente.	Glauber Marques Correa	Diretor Executivo	24/08/2015
	Fábrica de Produto.			
DEGAN – Diretoria Executiva Rede	Garantir a execução da estratégia	Valter Goncalves Nunes	Diretor Executivo	22/05/2013
	Atingimento de metas na ponta			
DESCO – Diretoria Executiva Estratégia de Canais e Operações de Varejo.	Mix de canais	Edilo Ricardo Valadares	Diretor Executivo	22/05/2013
	Operações da VP Varejo			
VICOP – Vice-Presidência Corporativo.	Atendimento, estratégia, produtos e serviços para clientes médias e grandes empresas.	Antonio Carlos Ferreira	Vice-presidente	16/07/2014
DECOP – Diretoria Executiva Banco Corporativo.	Garantir a execução de Estratégia.	Hermínio Basso	Diretor Executivo	02/07/2014
	Atingimento de metas			
VINER – Vice-Presidência Negócios Emergentes.	Estratégia e produtos de Cartões, Agronegócio, Veículos e Seguros.	Fabio Lenza	Vice-presidente	26/02/2003
DECAR – Diretoria Executiva Cartões Meios de Pagamento Eletrônicos.	Inteligência de clientes	Mario Ferreira Neto	Diretor Executivo	22/05/2013
	Fábrica de Produto			
	Operações			
DENSE – Diretoria Executiva Negócios com Seguradoras	Estratégia de Produtos.	Aristóteles Alves de Menezes Junior	Diretor Executivo	12/09/2013
	Operações			
VIHAB – Vice-Presidência Habitação.	Atendimento, estratégia e produtos de habitação para os clientes pessoa física e jurídica.	Nelson Antonio de Souza	Vice-presidente	26/08/2015
DEHAB – Diretoria Executiva Habitação.	Estratégia de clientes	Teotônio Costa Rezende	Diretor Executivo	22/05/2013
	Produtos de habitação			
VIGOV – Vice-Presidência Governo	Atendimento, estratégia, produtos e serviços para clientes pessoa jurídica pública e de saneamento e infraestrutura.	Paulo José Galli	Vice-presidente	26/08/2015



Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação - início
DEFAB – Diretoria Executiva Bolsa Família e Benefícios Sociais.	Agente de políticas públicas	Roberto Barros Barreto	Diretor Executivo	22/05/2013
	Parceiro no desenvolvimento Urbano e Social do País.			
DESAN – Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura.	Financiamento para Saneamento e Infraestrutura.	Rogério de Paula Tavares	Diretor Executivo	22/05/2013
VITER – Vice-Presidência Gestão de Ativos de Terceiros.	Gestão dos ativos de terceiros.	Marcos Roberto Vasconcelos	Vice-presidente	04/07/2007
DETER – Diretoria Executiva Ativos de Terceiros.	Gestão da estratégia para ativos de terceiros.	Flávio Eduardo Arakaki	Diretor Executivo	22/05/2013
VIFUG – Vice-Presidência Fundos De Governo e Loterias	Administração dos Fundos e Seguros de Governo delegados à CAIXA.	Fabio Ferreira Cleto	Vice-presidente	De 07.04.2011 até 10.12.2015 Não há registro de titular em 31.12.2015 no SISRH
	Administração das Loterias Federais e da distribuição gratuita de prêmios.			
DEFUS – Diretoria Executiva Fundos de Governo	Agente operador do FGTS e Fundos de Governo.	Deusdina dos Reis Pereira	Diretor Executivo	22/05/2013

Fonte: CAIXA/ Diretoria Executiva Gestão de Pessoas - DEPES



## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo II**

#### **Macroprocessos finalísticos**

Quadro 02 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Gestão de Participações Societárias	Ampliar capacidade comercial e operacional da CAIXA por meio de parcerias.	Estratégia integrada e complementares. Produtos e serviços desenvolvidos e implementados.	CA PRESI Subsidiárias CD	PRESI Subsidiárias	UN/UF com relacionamento juntos às empresas	Informações das participações para alinhamento estratégico.
Gestão Estratégica	Definir, implementar, controlar e avaliar os instrumentos que compõem o processo de Gestão CAIXA.	Plano Estratégico e Plano de Negócios; Modelo Organizacional e Governança; Controle Empresarial; Avaliação e ajustes no rumo da organização.	CA CD Comitês PRESI Subsidiárias	CA PRESI AUDIT VICOR Subsidiárias VIFIC	VIOPE VIPES VITEC Todas as Unidades CAIXA	Governo Federal Banco Central CA PRESI Subsidiárias
Gestão Financeira	Gerir e controlar as disponibilidades financeiras da CAIXA.	Planejamento e gestão econômico-financeira; Orçamento; Execução financeira; Contabilização, informações gerenciais e apuração de resultados.	CA PRESI SUBSIDIÁRIAS Todas as Unidades CAIXA	CA CD PRESI VIFIC Subsidiárias VIOPE	VIOPE VIPES VITEC Todas as Unidades CAIXA	Governo Federal Banco Central CA PRESI Subsidiárias Órgãos reguladores e controladores
Gestão de Risco	Determinar limites de crédito ao tomador e gerir os riscos aos quais a CAIXA está exposta de modo a manter sustentabilidade dos negócios.	Nível de risco do tomador e da operação; Cálculo de limites de crédito ao tomador; Controle de exposição aos riscos de crédito, mercado, operacional, câmbio e liquidez; Plano de continuidade de negócios: segurança da informação; Gestão de capital.	Todas as Unidades CAIXA PRESI CA	Todas as Unidades CAIXA	VIOPE VIPES VITEC Todas as Unidades da CAIXA	Judiciário. Banco Central. Órgãos reguladores e controladores. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal. PRESI CA
Gestão de Garantias	Realizar a gestão de integrada de garantias das operações de crédito.	Gestão de garantias das operações de crédito.	Todas as Unidades CAIXA	VIVAR VIGOV VICOR VIOPE DIJUR VIHAB VICOP	UN	BACEN



Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Captação	Captar recursos.	Operações de captação, tais como: Depósitos; Aplicações; Fundos de Investimento; LH; RDB; CDB Renda Fixa; Tesouro Direto; Fundo Imobiliário.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública Judiciário	VIVAR VICOP VINER VIFIC VIGOV VIHAB	Banco Central Governos Federal Federal VITER	Banco Central Governos Federal VIOPE VIPES VITEC
Serviços	Prospectar e satisfazer as necessidades de todos os clientes Pessoa Jurídica, com o desenvolvimento, implementação e manutenção de serviços de convênios em canais apropriados.	Serviços e convênios para clientes Pessoa Jurídica.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública Judiciário Organismos Internacionais VIFIN VIVAR VIGOV	VIVAR VICOR VIFIC VICOP VIGOV VIHAB	VIPES VITEC VIOPE	Entes Públicos Entes Internacionais PRESI VINER VIFIC VIVAR VICOR VIPES VITEC VIOPE
Fundos de Governo	Administrar e operar Fundos e Seguros Habitacionais, Garantidores Sociais no âmbito do Governo.	Fundos do Governo administrados e operados.	Pessoa Jurídica Pública	VIFUG VIFIC	Banco Central Governos Federal Federal	Banco Central Governos Federal PRESI VINER VIVAR VICOP VITER VIOPE VIPES VITEC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Empréstimos	Aplicar e recuperar recursos financeiros.	Concessão de crédito, tais como: crédito PF e PJ; Antecipação de desconto de recebíveis; Capital de Giro; Crédito rotativo; Financiamentos; Repasses e transferências de recursos.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VIVAR VICOP VICOR VINER VITER VIFIC VIOPE VIGOV VIHAB	Banco Central Governos Federal	Banco Central Governos Federal VITEC VIPES
Habitação	Desenvolver, comercializar e manter produtos de habitação.	Habitação comercial, Programa Minha Casa Minha Vida, Habitação Rural.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada	VIHAB VIFIC VICOR VIFUG VIVAR VIGOV	Governos Federal. Poder Público Estadual e Municipal. Entidades representativas as BRANES. HABITAR VICOP	Banco Central Governos Federal VITEC VIPES VIOPE
FGTS	Administrar e operar FGTS.	FGTS operado conforme determinações legais.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VIFUG VIVAR VITER VIFIC	Banco Central Governos Federal	Banco Central Governos Federal VITEC VIPES VIOPE Empresas

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Cartões de crédito	Desenvolver, comercializar e manter cartões de crédito.	Cartão de crédito para correntistas e não correntistas.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VINER VICOP VICOR VIFIC VIOPE VITER VIVAR PRESI	VIPES VITEC	BACEN ABECS ACREFI FEBRABAN FENABRAVE Panamericano Bandeiras Adquirentes Emissor Gateways
Loterias	Fornecer produtos e serviços que utilizem a rede de lotéricos como canal de atendimento.	Jogos lotéricos. Serviços bancários relativos a pagamentos diversos.	Pessoa Física. Pessoa Jurídica Privada.	VIFUG VIFIC DEMAC VIVAR	VIOPE VITEC VIPES	Banco Central Governo Federal Órgãos reguladores e controladores.
Programas Sociais	Oferecer soluções ao Governo para administrar e operar programas sociais, cadastros sociais, e programas de transferência direta de renda.	Benefícios ao trabalhador. Transferência direta de renda. Cadastros Sociais.	Cidadãos brasileiros, sejam correntistas ou não correntistas. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal	VIGOV VIFIC VIVAR	VIOPE VIPES VITEC Poder Público Estadual e Municipal. Governo Federal.	Judiciário. Banco Central. Órgãos reguladores e controladores. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal
Saneamento e infraestrutura	Financiar e repassar recursos oriundos de órgãos públicos e instituições de desenvolvimento visando viabilizar programas de saneamento e infraestrutura.	Empreendimentos de saneamento. Empreendimentos voltados para infraestrutura. Assistência técnica voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.	Cidadãos brasileiros. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal.	VIGOV VICOR VIFIC PRESI VICOP	VIOPE VIPES VITEC VIOPE VIPES VITEC	Judiciário. Banco Central. Órgãos reguladores e controladores. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Seguros	Desenvolvimento, comercialização e manutenção de Seguros.	Seguros para correntistas e não correntistas (exceto seguros sociais).	Pessoa física Pessoa Jurídica Privada Concessionárias/ Revendedoras PAR Corretora Banco PAN	VINER VIVAR VICOR VIFIC VITEC PRESI	VIPES VIOPE VITEC	Seguradoras (incluindo CAIXA Seguros) Corretoras Panamericano
Transferência de recursos públicos	Executar programas e repasses definidos pelo Governo Federal por meio de contratos de prestação de serviços atuando em atividades como habitação, saneamento, infraestrutura urbana e programas relacionados a agricultura, entre outros.	Transferência de recursos para Empreendimentos e Programas de Governo Assistência técnica voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.	Áreas de relacionamento com a VIGOV para venda de seus produtos	VIGOV VICOR	VIOPE VIPES VITEC	VINER VIVAR VICOP VIFUG VITER VIFIC Governo Federal Judiciário. Banco Central Órgãos reguladores e controladores. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Marketing	Tornar públicas as ações de interesse da CAIXA.	Imagem institucional valorizada; Produtos e serviços mercadologicamente posicionados; Ações de comunicação com o público interno efetivadas.	Todas as unidades da CAIXA. Governo Federal.	VIVAR VICOP VIHAB VINER VIFUG VIGOV VITER VIPES DEMAC	VIOPE VIPES VITEC	
Jurídico	Orientar e defender a CAIXA nas questões jurídico-legais.	Orientações jurídicas. Instrumentos de defesa dos interesses da CAIXA.	Todas as Unidades CAIXA PRESI CA	PRESI UN UF DIJUR	Judiciário Banco Central Governo federal, estadual e municipal	Judiciário Governo federal, estadual e municipal TCU Órgãos reguladores e controladores Banco Central
Pessoas	Prover a CAIXA de corpo funcional adequado às suas necessidades e gerir as relações de trabalhos de seus empregados.	Provimento e Gestão de Recursos Humanos. Desenvolvimento e Capacitação. Remuneração e Benefícios. Relacionamento Sindical.	Todas as Unidades da CAIXA. Aposentados. Sindicato e associações.	UN UF VIPES	Judiciário Banco Central Governo federal, estadual e municipal Sindicatos.	Judiciário Banco Central Governo federal, estadual e municipal Sindicatos e Associações.
Operações Corporativas	Fornecer e manter infraestrutura, bens e serviços a toda a Empresa	Infraestrutura Bens e serviços.	Todas as Unidades da CAIXA PRESI CA	VIOPE VIFIC UN UF	VIPES VITEC	Judiciário Governo federal, estadual e municipal TCU Órgãos reguladores e controladores Banco Central

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Tecnologia da informação	Fornecer e manter a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a sustentação dos negócios e atividades administrativas da CAIXA.	Soluções desenvolvidas e mantidas de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Armazenamento, processamento e disponibilização de soluções de TIC com desenho adequado.	Órgãos reguladores, Fiscalizadores, Controladores e Normativos Entidades representativas Governo, MPOG, MF, PRES, REP Auditoria independente PRESI AUDIT UN/UF VICOR VIVAR	VITEC UN UF	VIOPE VIPES	Órgãos reguladores, Fiscalizadores, Controladores e Normativos Entidades representativas Governo, MPOG, MF, PRES, REP Auditoria independente. Fornecedores de TI. CPMBraxia Capgemini CA PRESI UF VICOR AUDIT

Fonte: CAIXA/Superintendência Nacional de Organização, Governança e Processos - SUORG



## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo III**

#### **Gestão de riscos e controles internos**



## GESTÃO DE CONTROLES INTERNOS E RISCOS

### PREMISSA PARA O SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

#### OBJETIVOS E METAS

O AvCAIXA monitora o desempenho das unidades componentes de todos os subsistemas da empresa, quais sejam, Matriz, Filiais e Rede; e as premissas que norteiam a metodologia de avaliação das unidades da CAIXA são:

- Modelo conceitual *Balanced Scorecard*, orientando a Instituição para perceber a existência de causa e efeito entre os negócios, estratégias e processos.
- Permitir uma visão geral sistêmica, demonstrando assim o desdobramento de objetivos entre os níveis organizacionais.
- Refletir o direcionamento estratégico da organização por meio de um sistema ponderado, em que os indicadores podem assumir pesos diferenciados.

Conforme Resolução do Conselho Diretor nº 6958/2015, a avaliação de desempenho das Redes Negociais, estrutura-se a partir da composição do Resultado Negocial e dos Itens de Gestão, enquanto o modelo de avaliação aplicável as unidades da Matriz e Filiais, aprovado mediante Resolução do Conselho Diretor nº 6806/2014, prevê a composição dos resultados dos Pilares: Resultado Negocial, Gestão e Itens Prioritários.

Os indicadores negociais, evidenciam às responsabilidades de cada área (mandato), sendo composto por metas de produção, alinhadas ao Plano de Negócios CAIXA, além de objetivos financeiros e de itens voltados aos atendimento e relacionamento com os clientes.

Os desempenhos são reportados periodicamente ao Conselho Diretor.

O movimento de estabelecimento de indicadores e metas, bem como a revisão periódica, conta com a participação dos gestores para que estes tragam os subsídios necessários, a fim de se estabelecer objetivos que sejam desafiadores e factíveis, ao mesmo tempo.

Os objetivos negociais contidos na avaliação de desempenho de unidades são revistos, quando da Reprogramação Orçamentária da Instituição, a fim de manter o alinhamento da avaliação de unidades com o Plano de Negócios estabelecidos pela Empresa. Além das revisões dos objetivos negociais que podem ocorrer ao longo do

ano, a avaliação de desempenho pode ser revista a qualquer tempo, desde que haja motivo para tal, e ao final de cada período avaliativo.

Em relação ao reporte de desempenho, informamos que o sistema de avaliação pode ser consultado por qualquer empregado da CAIXA, no intuito de dar ampla transparência aos resultados alcançados; periodicamente, a Diretoria Executiva de Controladoria – DECON apresenta no Conselho Diretor, a performance do desempenho CAIXA face o planejado para o período (Panorama Semanal).

## **CAPÍTULO I – AMBIENTE DE CONTROLE**

### **1.1 COMPROMISSO COM A ÉTICA E A INTEGRIDADE**

O Código de Ética da CAIXA – MN RH103 - está em conformidade com o Código de Ética da Administração Pública Federal, Decreto nº 1.171/1994, e alinhado à Resolução CMN nº 2.554/1998 - art. 4º, que incumbiu às Diretorias de Instituições Financeiras a promoção de elevados padrões éticos, de integridade e de cultura organizacional sobre a importância dos controles internos a todos os funcionários.

O MN RH103, que se encontrava, em 31/12/2015, na versão 035, foi publicado pela primeira vez em 16/08/2002, identificando como valores da Empresa: Respeito; Honestidade; Compromisso; Transparência; e Responsabilidade.

O comportamento esperado dos empregados é balizado pelos seguintes documentos institucionais: o Código de Ética da CAIXA - MN RH103, o Regulamento de Pessoal - MN RH053 e o Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA – MN RH200.

As sanções passíveis de aplicação na eventualidade de ocorrências estão disciplinadas em normativos CAIXA, como: MN RH062 – Recuperação de Danos ou Prejuízos Causados à CAIXA; MN AE079 – Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil; e MN RH098 – Contrato de Trabalho – Rescisão por Justa Causa.

As situações que violam o Regime Disciplinar, previstas no Regulamento de Pessoal, são analisadas pelas Comissões de Apuração e encaminhadas para os Conselhos Disciplinares, responsáveis por aplicar as penalidades.

### **1.2 COMPETÊNCIA TÉCNICA**

#### **1.2.1 Modelo de Competências**

O Modelo de Competências CAIXA consiste em um conjunto de conceitos e práticas criado para alinhar o comportamento das pessoas às estratégias empresariais, integrando à gestão, com base no conhecimento sobre os empregados e a Organização – missão, visão e desafios estratégicos – para estruturar, integrar, orientar e acompanhar ações de provimento, seleção, desempenho, reconhecimento, capacitação, retenção em busca do melhor desempenho para a Organização e para os empregados.

Esse modelo identifica e fortalece as competências que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da CAIXA. Desse modo, é possível não apenas identificar oportunidades de desenvolvimento, mas, principalmente, reconhecer e valorizar os conhecimentos, habilidades e atitudes que cada colaborador dispõe para potencializar os resultados da Empresa.

As normas referentes ao Modelo de Competências CAIXA são definidas no MN RH071.

A CAIXA parte da Missão (a razão de ser da Empresa), da Visão (aonde quer chegar) e da análise do seu Mapa Estratégico para definir as Competências Corporativas, que sinalizam focos de recursos a serem alocados para que a Empresa desenvolva qualidades organizacionais capazes de diferenciá-la no mercado.

As Competências das Pessoas consistem na mobilização recorrente que o empregado faz das suas capacidades (conhecimentos, habilidades, atitudes), agregando valor à empresa e a si mesmo. Dividem-se em Fundamentais e Específicas:

- Competências Fundamentais – que são essenciais para atuação profissional em todas as áreas da Empresa. Estão divididas em Fundamentais de Liderança e Fundamentais de Equipe.
- Competências Específicas – que se referem a competências requeridas em um determinado eixo de atuação.

As competências Fundamentais de Liderança, definidas para todos os empregados com função gratificada gerencial são: Lidera pelo Exemplo, Domina seus Assuntos, Desenvolve a si mesmo e a Equipe, Atua como Dono da CAIXA, Foca o Cliente e Incentiva e Pratica a Inovação.

Para os empregados sem função ou com função gratificada não gerencial foram definidas as competências Fundamentais de Equipe, quais sejam: Age como Exemplo, Domina seus Assuntos, Desenvolve a si mesmo, Atua como Dono da CAIXA, Foca o Cliente e Incentiva e Pratica a Inovação.

### 1.2.2 Competências no Recrutamento

As competências requeridas pela estratégia são verificadas no recrutamento e seleção interna conforme descrito no MN RH040 – Programa de Seleção Interna por Competências – que tem por objetivo identificar empregado com as competências necessárias ao exercício de Função Gratificada objeto do certame, para composição e manutenção de equipes qualificadas para o alcance dos resultados da CAIXA, em conformidade com o MN RH071 – Modelo por Competências CAIXA e de acordo com a especificidade da área.

### 1.2.3 Modelo de Competências e Desenvolvimento/Capacitação

A rotina de identificação das competências requeridas a cada função gratificada/cargo está descrita no MN RH071 – Modelo de Competências CAIXA, sendo o SIGDP – Sistema de Gestão do Desempenho de Pessoas - utilizado para o mapeamento de competências, que gera como resultado a identificação do nível de desenvolvimento nas competências.

O Modelo de Competências identifica e fortalece as competências que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da CAIXA, com base em oportunidades de desenvolvimento e, principalmente, no reconhecimento e valorização dos conhecimentos, habilidades e atitudes de que cada colaborador dispõe para potencializar os resultados da Empresa.

### 1.2.4 Contrato de Experiência e Avaliação Periódica para Promoção por Mérito

O MN RH002 – Admissão – define que, durante o contrato de experiência, o qual tem duração de 90 dias consecutivos, o empregado é avaliado formalmente em



dois momentos, sendo a primeira avaliação de 20 a 25 dias após o início das atividades em sua unidade e a segunda de 10 a 25 dias após a primeira avaliação.

Estas avaliações visam subsidiar a decisão do gestor quanto à permanência ou não do empregado na CAIXA e devem ser realizadas, preferencialmente, pela mesma equipe de avaliação, de forma a possibilitar maior fidedignidade do processo evolutivo do empregado. Esclarecemos que estas ações são de responsabilidade da SUSEC - SN Serviços Compartilhados de Gestão de Pessoas/GERET - GN Relações do Trabalho e Provitamento.

A sistemática de Promoção por Mérito é o conjunto de critérios, regras e etapas que deve ser observado para a concessão das referências salariais. Sua estrutura se baseia na acumulação de pontos para a obtenção de até dois deltas (níveis de referência) de merecimento. Este processo está sob gestão da GEADE - GN Avaliação de Desempenho, conforme RH 176 – Promoção por Sistemática Anual.

### 1.3 TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL - RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Universidade CAIXA disponibiliza Trilhas de cursos construídas para orientar a aprendizagem com foco em competências essenciais à trajetória desejada, sendo que, dentre estes cursos, destacam-se os assuntos para formação de conhecimento relacionados a Controles Internos, Gestão de Risco, Práticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Autorregulação Bancária, Gestão de Competências, Planejamento Estratégico e Segurança da Informação.

O curso de Controles Internos compõe a Trilha Fundamental CAIXA e tem o objetivo de capacitar o empregado quanto à importância do Sistema de Controles Internos e à prática de controles em suas atividades diárias, bem como conhecer os principais instrumentos de controle utilizados pela CAIXA. O curso específico sobre Risco Operacional compõe a Trilha Fundamental CAIXA e tem o objetivo de disseminar a todos os empregados da CAIXA o que é Risco Operacional e a metodologia de gestão de risco na Empresa. O Módulo Avançado, que compõe a Trilha Fundamental Conhecimentos em Gestão, é direcionado preferencialmente ao corpo gerencial e agrega a importância do papel do gestor na mitigação de riscos na sua unidade.

### 1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As 25 Políticas institucionais, no Tomo PO - Políticas, e as 3 Políticas na CAIXA Participações S.A., no Tomo XP - CAIXAPAR, têm por objetivo guiar a atuação e a tomada de decisão da administração das empresas do Conglomerado.

A formulação de Políticas tem como pressuposto, dentre outros, minimizar os efeitos da descontinuidade administrativa, sendo, portanto, divulgadas por meio do SISMN.

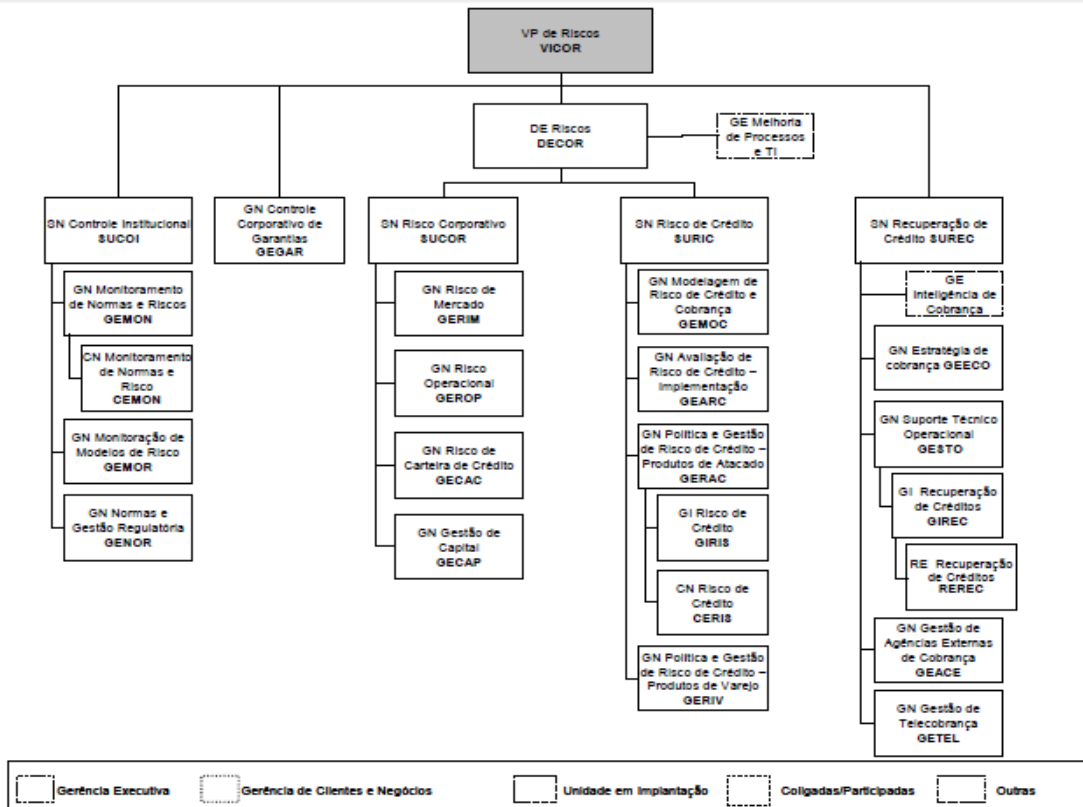
A elaboração e publicação de Políticas seguem o definido no MN PO001 - Elaboração, Formalização e Implementação de Políticas CAIXA, que institui critérios e regras, de forma a estabelecer padrões para a elaboração, formalização e implementação de Políticas de atuação da CAIXA.

## 1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

### 1.5.1 Estrutura organizacional do Sistema de Controles Internos

Consta do MN OR005 o desenho da estrutura da VICOR - VP de Riscos, que tem como mandato a “gestão dos controles internos, dos riscos tomador e riscos corporativos da CAIXA”, bem como o fluxo do macroprocesso “Gestão Estratégica”, no qual está prevista na fase Planejar: “Definir o Sistema de Controle”.

A VICOR está estruturada conforme o organograma a seguir:

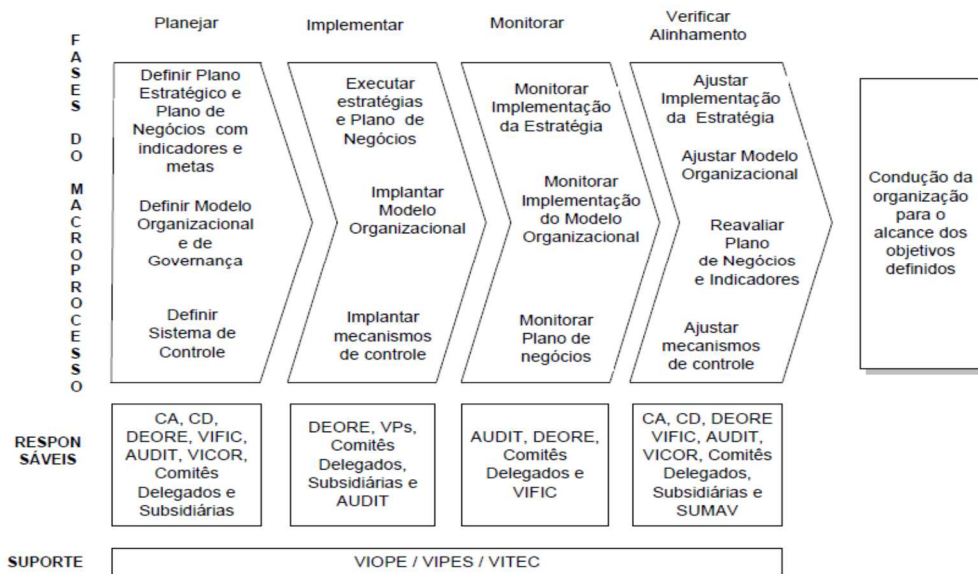


Fonte: MN OR005095

O macroprocesso “Gestão Estratégica” tem por objetivo definir, implementar, controlar e avaliar os instrumentos que compõem o processo de gestão da CAIXA e apresenta como produtos: Plano Estratégico e Plano de Negócios; Modelo Organizacional e Governança; Controle empresarial; Avaliação e ajustes nos rumos da Organização.

As áreas responsáveis e de suporte envolvidas na Cadeia de Valor – Gestão Estratégica – estão demonstradas a seguir:

**Cadeia de Valor - Gestão Estratégica**



Fonte: MN OR005095

### 1.5.2 Estrutura organizacional da Unidade de Controle Institucional

A área responsável pela gestão do SCI é a SUCOI, vinculada diretamente à VICOR. A seguir, as responsabilidades das áreas vinculadas à SUCOI:

- GEMOR – GN Monitoração dos Modelos de Risco: Monitoramento e validação dos modelos de cobrança e de avaliação dos riscos operacional, de mercado e de crédito e liquidez da CAIXA.
- GENOR – GN Normas e Gestão Regulatória: Controle da adequação dos processos e normas internas da CAIXA à regulamentação externa; Prevenção e combate a ilícitos de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção; Gestão do *Compliance*; Conformidade do lançamento, reposicionamento e extinção de produtos; Gestão do Padrão Normativo Interno.
- GEMON – GN Monitoramento de Normas e Riscos: Gestão do Sistema de Controle Interno; Monitoramento de normas e riscos; Monitoramento de controle interno da subsidiária integral; Monitoramento do plano de previdência complementar patrocinado; Monitoramento das requisições dos órgãos de supervisão; Gestão do monitoramento de 2ª Linha de Defesa.
- CEMON - Centralizadora Nacional de Monitoramento de Normas e Risco: Execução do monitoramento de 2ª linha de defesa; Execução do Monitoramento de riscos relevantes.

### 1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUDIT - AUDITORIA GERAL

A Auditoria Interna vincula-se ao Conselho de Administração e se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controles Internos do Poder Executivo, e seu titular é designado ou dispensado por proposta do Presidente da CAIXA, aprovada pelo Conselho de Administração.



Os fundamentos, a regulamentação e as diretrizes de relacionamento institucional da auditoria estão definidos no MN AE001 – Auditoria Interna.

A Auditoria Interna tem como finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar a eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital, do controle e das práticas de governança corporativa, além de executar e controlar as determinações do COAUD - Comitê de Auditoria.

É atribuição do auditado, possibilitar ao auditor o livre acesso a quaisquer dependências, documentos, processos, informações, sistemas e pessoas relacionadas ao trabalho em execução.

#### 1.7 CONSELHOS, COMITÊS E COMISSÕES

Além dos Conselhos Fiscal, Diretor e de Administração, estão constituídos os comitês, conselhos e comissões a seguir listados:

DENOMINAÇÃO
Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros (órgão de administração)
Conselho de Fundos Governamentais e Loterias (órgão de administração)
Comitê de Auditoria
Comitê de Remuneração
Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro
Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação (Pelo OR004, são 5 Comitês: das Agências e Postos de Atendimento; das Superintendências Regionais; das Plataformas Regionais de Negócios; das Superintendências Grandes Empresas e da Matriz.)
Comitê de Compras e Contratações (Pelo OR 004, são 2 Comitês: das Gerências de Filiais Logística e da Matriz)
Comissão de Ética
Comitê Delegado de Risco e de Capital
Comitê Delegado Corporativo
Comitê Delegado de Governo
Comitê Delegado de Varejo
Comitê Delegado de Atendimento
Comitê Delegado de Ativos e Passivos
Comitê Delegado de Crédito e Negócios
Comitê Delegado de Eficiência



DENOMINAÇÃO
Comitê Delegado de Pessoas
Comitê Delegado de Tecnologia
Comitê Delegado de Compra e Contratações
Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
Comitês de Reconhecimento e Valorização
Comitês da VITER

#### 1.9 ENVOLVIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO COM FOCO NAS QUESTÕES DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Estatutariamente, o Conselho Diretor deve aprovar e apresentar ao Conselho de Administração, por meio do Presidente da CAIXA, o Sistema de Controles Internos e suas revisões periódicas, apresentando semestralmente os relatórios de situação ao Conselho de Administração, que irá avaliá-los. O Conselho Diretor conta com a obrigatoriedade de participação do Vice-Presidente responsável pelas funções de controle e do Diretor Jurídico, ou os seus substitutos para deliberação colegiada.

O Conselho de Administração aprova e revisa as políticas de atuação da CAIXA, inclusive as políticas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital da CAIXA e manifesta-se acerca das ações a serem implementadas para correções tempestivas de eventuais deficiências de controle e de gerenciamento de riscos, bem como, é o responsável pelas informações divulgadas no relatório anual a respeito da estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital da CAIXA.

## CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

### 2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA EM GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos e de capital da CAIXA está pautado em boas práticas de mercado e no cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, sendo realizado por meio de estruturas de gerenciamento de riscos e de capital compatíveis com a dimensão da exposição aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta.

O conglomerado CAIXA e cada uma das subsidiárias reconhecem que a assunção e o gerenciamento de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades e que a gestão rigorosa e abrangente de riscos produz estabilidade nos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

Além dos riscos de crédito, operacional, de mercado e de liquidez, também são considerados relevantes os riscos de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental.



O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Vinculado ao Conselho Diretor, a CAIXA possui o Comitê Delegado de Risco e de Capital – CDRC, onde delibera-se sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA, garantindo o alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas, estabelecidas em seu Regimento Interno.

A Vice-Presidência de Riscos tem mandato de gestão dos controles internos, de recuperação de créditos, do risco do tomador e dos riscos corporativos, sendo estes dois últimos subordinados à Diretoria Executiva de Riscos.

A Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos considerados relevantes pela CAIXA, e possui unidades de Gerenciamento de Capital, de Risco Operacional, de Risco de Crédito de Carteira e de Risco de Mercado e de Liquidez.

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da CAIXA é composta pela estrutura organizacional, pelos processos, normas, ferramentas e recursos necessários para a realização das funções que lhe foram atribuídas. Os processos de identificação de riscos são amparados por Políticas e Normativos da área, sendo que os modelos são validados pela SUCOI/GEMOR.

A Auditoria Interna é responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas e procedimentos implantados para medir, monitorar, controlar e reportar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.<sup>4</sup>

O Comitê Delegado de Riscos e de Capital aprova novos modelos para mensuração do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, e também, as alterações nos modelos vigentes.

Também, cabe a esse Comitê coordenar a construção do apetite de risco com demais áreas da CAIXA e subsidiar a decisão do Conselho Diretor.

Em 24/04/2015, foi aprovada pelo Conselho Diretor a Declaração Geral de Apetite a Risco da Caixa Econômica Federal, tendo sido emitida a RD nº 7.024/2015, a qual foi apreciada pelo Conselho de Administração em 27/05/2015 - Resolução nº 222/2015.

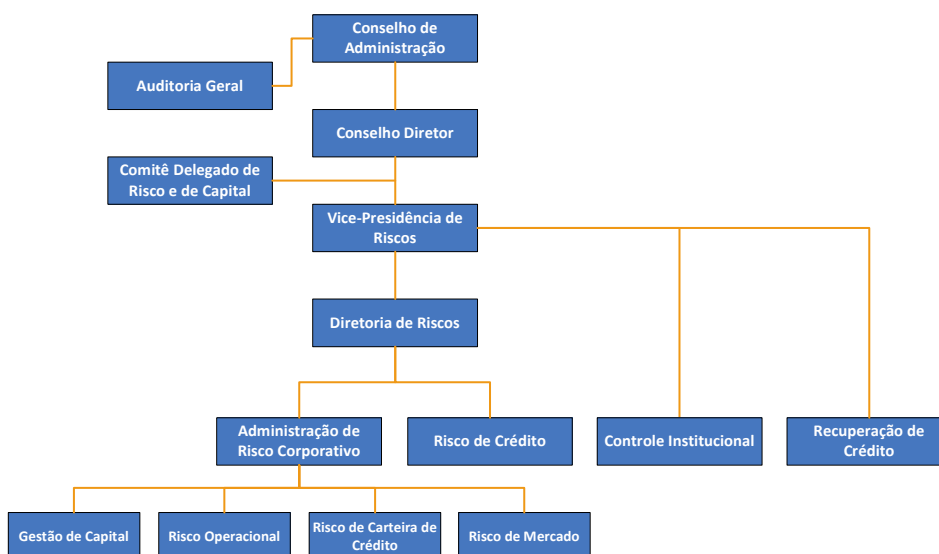
Segundo a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, modelos de risco de crédito, mercado/liquidez e operacional utilizados no processo de gerenciamento de riscos da instituição são validados antes da entrada em produção e monitorados continuamente, a fim de que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos. O processo de monitoração e validação é exercido por unidade segregada daquelas que desenvolvem e utilizam os modelos.

Esta validação independente tem por objetivo verificar a adequação e conformidade dos modelos às finalidades a que se propõe, e, consonância com as

normas internas e externas de forma a preservar o capital intelectual da Caixa e viabilizar a monitoração dos resultados. O processo avalia elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os cálculos usados para o desenvolvimento do modelo e testes realizados, entradas e saídas de dados, avaliação do entorno tecnológico e toda documentação descritiva da modelagem.

Os modelos são inventariados e acompanhados continuamente quanto a sua adequação, conformidade, desempenho e parâmetro de aceitação de acurácia, e os resultados reportados periodicamente à Alta Administração. Testes e estudos de acompanhamento de desempenho segundo melhores práticas do mercado são aplicados na monitoração, observando os parâmetros do órgão regulador e de limites de exposição.

A figura a seguir evidencia a estrutura organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital, não refletindo, necessariamente, o organograma completo da CAIXA.



### 2.1.1 Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Política de Gerenciamento de Riscos da CAIXA visa promover a gestão dos riscos de crédito, operacional, de mercado de liquidez, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental, visando manter a exposição a esses riscos em níveis considerados aceitáveis pela administração da Instituição, por meio de limites claramente definidos.

Essa política unifica e alinha o gerenciamento dos riscos, tornando efetiva e tempestiva a revisão pelas áreas responsáveis, inclusive no que tange à sua avaliação pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração, uma vez que consolida os princípios, diretrizes e responsabilidades no mesmo documento.

A identificação, avaliação e gestão de riscos encontram-se previstas no MN PO003 – Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, com a última revisão publicada em 26/06/2015.

Estatutariamente, a CAIXA respeita os princípios constitucionais – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e entre os demais

preceitos, ressalta-se o da administração de negócios direcionada pelo gerenciamento de risco.

A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco, têm atuação efetiva do gestor responsável, e, quando se tratar de exposição relevante, toda decisão tem a anuência por parte do Comitê Delegado de Risco e de Capital ou colegiado pertinente – PO003.

A CAIXA estabelece limites de exposição e de perdas para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado.

As regras e os limites de exposição a riscos são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, no mercado financeiro, na capacidade de cada subsidiária de assumir riscos e suportar perdas e na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA justifiquem.

Esses limites são revisados, no mínimo, anualmente e de acordo com a estratégia e o ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade de cada subsidiária de assumir riscos e suportar perdas.

A Resolução do Conselho Diretor nº 6.558, de 27/08/2013 e a Resolução do Conselho Diretor Ata nº 2.370, DA 11, de 19/11/2013 aprovaram a revisão da metodologia de apuração do limite para risco operacional, com a consequente atualização do MN CR173, em 11/08/2014.

A violação de limites de exposição estabelecidos para a liquidez e para as operações classificadas na carteira de negociação é reportada ao Comitê Delegado de Risco e de Capital em até 24 horas após a identificação da ocorrência, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente. E a extrapolação de limites para as operações não classificadas na carteira de negociação é comunicada ao referido Comitê na reunião do mês subsequente ao da ocorrência.

A Política de Gerenciamento de Capital da CAIXA estabelece os princípios e diretrizes que norteiam o gerenciamento de capital do seu conglomerado.

As políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos e de capital do conglomerado CAIXA são revisadas e aprovadas pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração no mínimo anualmente, com o objetivo de mantê-las adequadas à natureza, complexidade e dimensão das exposições a riscos e compatíveis com os objetivos estratégicos da CAIXA.

Com relação à administração de recursos de terceiros, os limites de exposição a riscos e valores máximos admitidos de prejuízo potencial (perdas) para os Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, visando preservar a solvência, a liquidez e a rentabilidade, se encontram normatizados no MN CR245 - Limites de Exposição aos Riscos de Mercado, Crédito e Líquidos para Recursos de Terceiros, atualizado em 27/11/2014.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.988/2011, a efetiva implementação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) foi concluída no 1º semestre de 2013.

## 2.2 ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco de crédito, operacional, mercado e liquidez adequadas à natureza e complexidade de suas operações e produtos, e à dimensão de sua exposição a cada tipo de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

As novas estratégias, produtos, serviços, processos, canais e atividades têm seus riscos avaliados previamente e é analisada sua adequação ao nível de risco aceito e aos controles da Instituição.

A tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco têm atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante toda decisão tem a anuência do Comitê Delegado de Risco e de Capital ou do colegiado pertinente.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela Alta Administração e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na sua capacidade de geração de resultado e no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, considerando a relação custo-benefício decorrente de sua implantação.

Os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos utilizados no processo de gerenciamento de riscos na CAIXA são previamente validados e monitorados de forma sistemática e criteriosa para garantir a qualidade do modelo e conformidade às normas internas e externas.

A validação e o monitoramento são realizados de forma contínua e, caso apresentem resultados que não sejam satisfatórios às boas práticas e normas internas e externas, são revistos e adequados para que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos.

Os parâmetros de aceitação da acurácia dos modelos de risco são estabelecidos de acordo com os testes de acurácia realizados nos modelos de risco, em sintonia às boas práticas e em conformidade às normas internas, e são revisados anualmente.

Os modelos de gerenciamento de riscos são documentados de forma padronizada, íntegra, abrangente e adequada ao tipo de modelo, com nível de detalhamento necessário para o completo entendimento e preservação do capital intelectual da CAIXA.

A implementação desses modelos é realizada prioritariamente em solução tecnológica, observados requisitos de segurança de acesso, com validação e testes precedentes à liberação para geração de avaliações e monitoramento sistemático que visa detectar e corrigir eventuais inconsistências.

As informações sobre o gerenciamento de riscos são geradas periodicamente e fornecidas aos gestores de produtos, serviços, processos e canais, às instâncias deliberativas, ao regulador e ao mercado.

Os relatórios gerados a partir dos modelos de risco são divulgados, conforme sua natureza, diária, semanal e mensalmente, e apresentam informações qualitativas e quantitativas sobre os resultados apurados de forma a subsidiar a tomada de decisão dos gestores da CAIXA na condução dos negócios da empresa.

## 2.3 RISCO DE CRÉDITO

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação das exposições a esse risco, compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A CAIXA possui unidades especializadas na modelagem e avaliação do risco dos tomadores de crédito, novos ou em carteira, além de unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito, pelo monitoramento dos indicadores de risco do portfólio e cumprimento dos limites de exposição vigentes.

O ciclo do crédito é complementado com a unidade de cobrança e recuperação de crédito, cujas políticas e estratégias de atuação retroalimentam o processo contínuo de análise, concessão, manutenção e finalização das operações de crédito.

Além disso, existe estrutura independente de validação e monitoramento dos modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito, visando, dessa forma, evitar conflitos de interesse e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

### 2.3.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.721, de 30/04/2009, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A CAIXA adota modelos de avaliação, classificação e mensuração do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, aplicados às propostas de crédito, à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos, conforme o segmento e natureza da avaliação de risco e decisão técnica da área de risco de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito engloba o processo de desenvolvimento, implantação, calibração e manutenção de modelos de cálculo das exposições a essa categoria de risco, geradas pelas operações com característica de crédito.

A avaliação do risco de crédito considera diversos fatores como a carteira de crédito, o tomador ou emissor dos títulos/valores mobiliários, os dados demográficos, o histórico de comportamento de crédito, a capacidade econômico-financeira, o cenário



macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a estrutura da operação e a liquidez e suficiência das garantias, entre outros.

Para essa finalidade são utilizadas informações disponibilizadas pelo mercado, por bureau de informações, pelas agências de classificação de risco especializadas, por bancos oficiais federais, pelo Banco Central, além de informações prestadas pelo próprio tomador e dados internos da CAIXA.

O gerenciamento do risco de crédito adota como pressuposto o zelo e o sigilo das informações coletadas/disponibilizadas pelos clientes, visando resguardar a confidencialidade e o sigilo dos tomadores de crédito.

Todas as avaliações de risco de crédito do tomador e da operação possuem prazo de validade, que visam promover a integridade dos resultados gerados pelos modelos de risco de crédito.

O risco de crédito é reavaliado periodicamente em observância às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, contemplando a natureza, prazo, situação do contrato e relevância da operação.

A unidade de risco de crédito possui Comissões de Classificação do Risco de Crédito, para estabelecimento de rating, definição de conglomerado/grupo econômico, limites máximos de crédito e enquadramento do modelo de análise, segregadas por instâncias decisórias, de acordo com o valor das operações e características do tomador de crédito.

Os níveis de classificação do risco de crédito utilizados pela CAIXA são aplicados conforme regulamentação legal estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

A descrição dos níveis de classificação do risco de crédito é realizada tanto para o tomador quanto para a operação.

Os limites máximos de crédito são definidos considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado.

Ainda que o monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito seja realizado em periodicidade mensal, a área de risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

A violação de qualquer limite de exposição deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais depende de aprovação formal do Conselho de Administração.

As regras e os limites de exposição a riscos são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA justificarem.



São disponibilizados relatórios periódicos sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

A perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas.

A cobrança e a recuperação dos créditos em atraso são realizados em conformidade com a Política de Cobrança e Recuperação da CAIXA, cujo objetivo é estabelecer princípios e diretrizes norteadores da gestão da cobrança e recuperação de crédito que promovam o retorno do ativo aplicado, a geração de resultados sustentáveis e o cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA, englobando operações de crédito do portfólio Caixa adimplidas/inadimplidas/vencidas e adiantamento a depositantes, originadas de pessoas físicas e jurídicas, observando ainda a perda real de capacidade de pagamento do tomador, com o acompanhamento dos níveis de inadimplência.

A cessão de crédito é utilizada quando identificada como alternativa viável para recuperação de créditos em atraso.

Os processos de provisionamento e de lançamento a prejuízo de operações de crédito de liquidação duvidosa cumpre a regulamentação vigente e está alinhado às boas práticas de gestão de risco.

A definição de regras de provisão para devedores duvidosos tem como resultado níveis de provisão alinhados aos níveis de perda da carteira e solidez financeira da Instituição.

Cabe à área de risco corporativo disponibilizar relatórios periódicos ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, Conselho Diretor e Conselho de Administração sobre o nível de provisão para devedores duvidosos com base nos modelos vigentes

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive, garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado atualmente utilizado pela Instituição é realizada no escopo do cálculo da parcela de Ativos Ponderada pelo Risco de Crédito – RWACPAD, conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

### 2.3.2 Modelos e Gestão

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no gerenciamento das exposições a risco de crédito são analisados e validados previamente à implantação e têm sua capacidade preditiva permanentemente monitorada, por unidade interna e segregada funcionalmente da unidade de desenvolvimento, de forma a garantir a

segregação de atividades e a independência na decisão sobre a adequação desses modelos ao perfil de risco da CAIXA.

A diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito sem comprometer sua expansão, alinhada às políticas de risco e de crédito, exige aprimoramento contínuo dos processos relacionados à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito – EGRC.

A CAIXA utiliza modelos para concessão de empréstimos e financiamentos e reavaliação do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, de acordo com o segmento, natureza e/ou porte de faturamento do proponente e aplicados às propostas de crédito ou à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

Os métodos utilizados são:

- Método Estatístico – é o conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que utilizam a Estatística para análise de informações com o objetivo de fazer inferências em situações sujeitas a incertezas.
- Método Especialista – metodologia de avaliação de risco de crédito utilizada quando não se obtém informações suficientes para o desenvolvimento de um modelo estatístico. Nesta avaliação, o conhecimento especializado é fundamental para a realização de um julgamento, onde são atribuídos pesos aos fatores avaliados, com a finalidade de classificar o tomador e/ou operação.
- Análise Fundamentalista – forma de mensurar e classificar o risco do tomador/operação de crédito, que não pode ser representada por um modelo padronizado. Caracteriza-se por avaliações qualitativas e quantitativas baseadas na experiência do analista, e referenciadas em manuais internos de procedimentos operacionais. Neste caso, a avaliação baseia-se nos fundamentos da empresa. Destina-se à mensuração do equilíbrio econômico-financeiro, fluxo de caixa e cadastro das empresas tomadoras de crédito e seus sócios dirigentes. Nesta análise, são atribuídos pesos a cada fator apurado para a decisão final.

A avaliação do risco do tomador/operação de crédito compreende o tipo de pessoa, os dados demográficos, as informações cadastrais, o histórico de comportamento de crédito interno e externo, as condições do crédito pleiteado, a capacidade econômico-financeira, as demonstrações contábeis, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a governança corporativa e as garantias oferecidas.

A avaliação pode se utilizar de informações de mercado, fornecidas por bureau de informações, por dados de agências de classificação de risco especializadas, pela central de risco do BACEN, além das informações colhidas e pesquisadas do tomador. Para cada fase do ciclo de crédito são utilizadas metodologias diferenciadas para a estratégia de modelagem.

Na concessão de crédito são utilizados modelos de *Application Scoring* compostos por variáveis de perfil cadastral, experiência de crédito externa com base em informações de *bureaus*, capacidade de poupança, informação patrimonial, dentre outras

que possibilitam identificar por meio de uma nota ou escore, a probabilidade de pagamento da proposta de crédito.

No processo de desenvolvimento desses modelos são utilizadas diferentes metodologias, a exemplo da Regressão Logística de resposta binária, cujas fórmulas obtidas são testadas por meio de *backtesting* na base de tomadores que já obtiveram crédito, para avaliar a acurácia do modelo em acertar a previsão.

Dentre as fórmulas geradas, é escolhida aquela que obtém os melhores resultados dos indicadores estatísticos de avaliação de qualidade do modelo, dentre os quais destacam-se o teste de *Kolmogorv-Smirnov* – KS para duas amostras, *Area under Receiver Operating Characteristic* – AUROC, que são bem difundidos para mensurar a capacidade do modelo em separar os bons dos maus pagadores.

Os proponentes que tiveram crédito concedido são acompanhados mensalmente por meio do modelo de *Behaviour Scoring*, que se diferencia do *Application Scoring* por se utilizar de variáveis que identificam o comportamento de pagamento e utilização dos produtos de crédito contratados.

Assim como os modelos de *Application Scoring*, os modelos de *Behaviour Scoring* são testados quanto à acurácia e capacidade de predição por meio de *backtesting*.

Para identificação do nível de risco do tomador e da operação, a CAIXA se utiliza de uma escala de rating, que traduz a expectativa de risco em diferentes cenários para o tomador/exposição.

Para créditos em atraso é utilizado o modelo de *Collection Scoring* que utiliza variáveis que refletem a situação de risco do cliente interna e externamente, com o objetivo de mensurar a probabilidade de pagamento das dívidas com a CAIXA. Esse modelo é utilizado para segmentar os devedores e subsidiar as estratégias de cobrança, com foco em utilização de ações que evidenciem o menor custo e a maior efetividade na recuperação do crédito para a CAIXA.

Periodicamente, a perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas, que tem reconhecido impacto em projeções desse gênero.

Os modelos de mensuração do risco da carteira de crédito se fundamentam nos parâmetros de risco que influenciam a ocorrência de perda.

No processo de validação realizado pela unidade desenvolvedora, as etapas de desenvolvimento do modelo são replicadas no todo ou em parte, utilizando-se de dados obtidos por meio de amostragem *out-of-time*, ou seja, de um período diferente daquele utilizado para desenvolver o modelo, e *out-of-sample*, do mesmo período utilizado para desenvolver o modelo mas composto de outros dados que não foram utilizados no desenvolvimento.

Tanto o processo de desenvolvimento quanto o de validação são documentados e ficam à disposição da Alta Administração, Auditorias interna e externa e da autoridade reguladora/supervisora para fins de comprovação e avaliação do processo e preservação do capital intelectual da CAIXA.

Quando do lançamento e reposicionamento de produtos ou da análise de proposta de novas exposições em produtos já existentes, é obrigatório o posicionamento das unidades relacionadas ao ciclo de crédito, sendo avaliados os aspectos de conveniência, oportunidade, perda e demais indicadores de risco de crédito a serem considerados em sua precificação, além do capital regulatório exigido. No caso de novas exposições, são ainda verificados os limites de exposição.

A área responsável pelo controle e acompanhamento do risco de crédito monitora mensalmente as carteiras de crédito da CAIXA, realizando análises a partir de indicadores de exposição, atraso, provisão e perda, possibilitando a adoção de medidas tempestivas de gestão, caso sejam identificados indícios de deterioração, como aumento da inadimplência. As ações adotadas podem envolver medidas de cobrança, a adoção de postura mais conservadora ou de rotinas especiais, suspendendo as contratações para as unidades ou regiões com maior deterioração nos indicadores.

Também são avaliadas rotineiramente a qualidade da carteira e sua capacidade de geração de resultados frente aos riscos incorridos, servindo de referencial para a otimização dos seus resultados.

A resposta dos indicadores de monitoramento às alterações no ambiente de negócios e no cenário econômico é simulada, sendo os resultados considerados no processo de revisão dos limites de exposição e, caso necessário, se constituem em subsídios para a revisão das políticas.

A exposição ao risco de crédito é mitigada por meio da estruturação de garantias, adequando, a partir das características do tomador e da operação, o nível de risco a ser incorrido.

O monitoramento e o controle das exposições ao risco de crédito abrangem todas as fontes relevantes desse risco. Soma-se a isso a emissão de relatórios tempestivos à Alta Administração da Instituição.

São atribuídas responsabilidades para os órgãos e unidades envolvidas no processo de gerenciamento do risco de crédito, cabendo à unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito:

- Identificar, mensurar, monitorar, reportar e propor alternativas de mitigação do risco de carteira de crédito das operações comerciais, habitacionais e de saneamento, em condições normais e de estresse;
- Desenvolver e implementar instrumento de análise e acompanhamento de alocação de capital econômico e regulamentar para risco de crédito;
- Desenvolver e implementar teste de estresse e de aderência para gestão de riscos de crédito da carteira CAIXA;
- Identificar e gerir a exposição a risco de crédito dos recursos oriundos de Fundos e Programas administrados pela CAIXA;
- Monitorar e reportar os limites de crédito definidos pelos Órgãos Reguladores e os limites de exposição a riscos de crédito de carteira estabelecidos na política de riscos da CAIXA.

A cobrança e a recuperação dos créditos em atraso são realizadas em conformidade com a Política de Cobrança e Recuperação da CAIXA, cujo objetivo é estabelecer princípios e diretrizes norteadores da gestão da cobrança e recuperação de

crédito que promovam o retorno do ativo aplicado, a geração de resultados sustentáveis e o cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA, englobando operações de crédito do portfólio Caixa adimplidas/inadimplidas/vencidas e adiantamento a depositantes, originadas de pessoas físicas e jurídicas, observando ainda a perda real de capacidade de pagar do tomador, com o acompanhamento dos níveis de inadimplência.

As práticas, os processos, os procedimentos, os modelos, os parâmetros e as réguas de cobrança são fundamentados nas boas práticas bancárias do mercado nacional e internacional.

Cabe à unidade responsável pela recuperação de crédito:

- Propor e rever periodicamente as políticas de cobrança e recuperação de crédito;
- Desenvolver estratégias de cobrança e recuperação de crédito;
- Prospectar, desenvolver e customizar soluções, meios e canais de cobrança;
- Desenvolver metodologias e modelos de segmentação da cobrança;
- Promover a implantação de ferramentas que deem suporte ao processo de cobrança e recuperação;
- Contratar e gerir empresas terceirizadas de cobrança administrativa.

### 2.3.3 Limites de Exposição e de Concentração

A CAIXA estabelece limites de exposição e de concentração de risco de crédito, por cliente, garantia, produto e segmento.

São monitoradas as exposições por tomador pessoa jurídica ou conglomerado econômico-financeiro considerando a totalidade das operações *on balance e off balance* e para o percentual de exposição por tomador pessoa física nas contratações das operações de agronegócios, considerando a totalidade das operações *on balance e off balance*.

As exposições off-balance são compromissos ou direitos não registrados em contas patrimoniais (ativo ou passivo), mas geralmente em contas de compensação. São exemplos desses registros os derivativos financeiros, fianças, seguros, prestação de garantias, inclusive via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Fundo de Investimento do FGTS – FI-FGTS ou carteiras administradas do FGTS – residencial de saneamento e transporte e limites de crédito. As exposições *on balance* referem-se a exposições a risco de crédito registradas em balanço, como operações de crédito.

A CAIXA também estabelece limites de risco e exposições para aquisição de ativos financeiros, carteira de crédito, setor de atividade econômica e segmento de atuação.

São estipulados ainda, limites de risco e exposição para operações que envolvam o FGTS em que a CAIXA atue como agente financeiro ou como repassador de recursos, ou que preste garantia ao FI-FGTS ou às suas carteiras administradas – residencial, de saneamento e de transportes.

O monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito é realizado em periodicidade mensal. Entretanto, a área de Risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

Caso se constate violação de qualquer limite de exposição, este deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais depende de aprovação formal pelo Conselho de Administração.

As regras e limites de exposição a riscos devem ser revisados, no mínimo, anualmente ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da caixa justificarem.

A Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo – SUCOR disponibiliza relatórios periódicos sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

#### 2.3.4 Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, conforme definição constante na Circular BACEN nº 3.547/2011, decorre do risco bilateral de perda relacionado à incerteza do valor de mercado da operação e suas oscilações associadas ao movimento dos fatores subjacentes de risco ou à deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive, garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A contraparte deve possuir condição cadastral e, via de regra, resguardadas as características e demais garantias de cada operação, patrimônio suficiente para a cobertura do equivalente ao valor do principal mais os encargos decorrentes do empréstimo/financiamento.

Ainda que se trate de um risco típico de Pilar 2, a norma padronizada exige alocação de capital para o risco de contraparte. A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado atualmente utilizado pela Instituição é realizada no escopo do cálculo da parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco relativos às exposições ao risco de crédito – RWACPAD, conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

Cabe destacar que o valor das exposições referentes ao risco de contraparte não é significativo quando comparado às demais exposições, uma vez que a maior parte é realizada com o Tesouro Nacional, Sistema de Liquidação e Câmaras e Instituições Financeiras, sendo ainda, lastreadas por títulos públicos.





O cálculo da qualidade creditícia da contraparte – CVA é realizado utilizando-se a fórmula simplificada permitida pela Circular BACEN nº 3.644/2013.

As operações de swap na CAIXA atualmente são realizadas em câmaras de compensação, as quais não atuam como contraparte central. A requisição de garantias junto às contrapartes é definida individualmente através de contratos assinados que estabelecem a obrigatoriedade de depósito de títulos públicos em conta caução da contraparte do valor devedor do swap, após um determinado limite. Caso a contraparte devedora não honre o pagamento devido do swap, o credor tem o direito de resgatar os títulos públicos depositados.

No caso das operações compromissadas a entrega e o recebimento do dinheiro e das garantias são realizados automaticamente no sistema Selic ou CETIP no formato de liquidação DVP (*delivered versus payment*).

Todas as garantias dadas em títulos públicos têm *haircut* definido pela metodologia da Resolução PU550, não possuindo a CAIXA acordos para compensação e liquidação de obrigações Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros e de Securitização

A CAIXA objetiva a maximização do resultado operacional e a ampliação de *market share* nas carteiras de crédito.

A aquisição de carteiras, entre outras, de Crédito Consignado, *Home Equity*, Veículos, Crédito Imobiliário de outras Instituições Financeiras, visa à complementação dos processos e atividades desenvolvidas pela CAIXA, propiciando o crescimento em setores considerados estratégicos nos quais ela não está inserida ou possui menor participação.

Tais operações estão alinhadas à Visão de Futuro da CAIXA de “Estar entre os três maiores bancos brasileiros até 2022, mantendo a liderança como agente de políticas públicas” e com os objetivos estratégicos de “Ter Processos Eficientes”, “Maximizar a Eficiência Organizacional”, “Desenvolver Novos Negócios”, “Estabelecer Associações Estratégicas”.

A cessão de ativos financeiros é um recurso utilizado, de forma estratégica e diversa, para tratamento da carteira de crédito não performados, ou seja, créditos de difícil recuperação, após esgotados os esforços de cobrança da instituição, possibilitando entrada de recursos imediatos, bem como melhor gestão na carteira de crédito, alinhada às boas práticas do mercado e de governança, e atendendo aos preceitos legais, em especial às Resoluções CMN nº 3.721/2009 e nº 2.836/2001.

A aquisição de ativos financeiros obedece às mesmas políticas de crédito estabelecidas para as carteiras originadas na CAIXA, onde as decisões são pautadas pela avaliação objetiva do risco de crédito dos devedores.

## 2.4 RISCOS DE LIQUIDEZ

### 2.4.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em





relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, em conformidade às Resoluções CMN nº 4.090/2012 e 4.388/2014.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

#### 2.4.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições a esta categoria de risco visam preservar a solvência, liquidez, rentabilidade e adequada estrutura de capital em consonância à estratégia e ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade da CAIXA de assumir riscos e suportar perdas.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de

liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As novas operações, produtos ou atividades têm seus riscos avaliados previamente e analisada sua adequação ao nível de risco de liquidez aceito pela Instituição.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

## 2.5 RISCOS DE MERCADO

### 2.5.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA, em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.388/2014, abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco, compreende tanto operações incluídas na carteira de negociação quanto as demais posições e é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a essa categoria de risco e segrega suas operações em classificadas e não classificadas na carteira de negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.354/2007..

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA, em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014, abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco e segrega suas operações em classificadas e não classificadas na carteira de negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.354/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A mensuração do risco de mercado desta carteira é realizada diariamente e sua principal métrica é o VaR.

As operações não classificadas na carteira de negociação são preponderantemente provenientes do negócio bancário. Tem, como princípios gerais, a sua manutenção até o vencimento e horizonte de tempo de médio e longo prazos.



A CAIXA adota a metodologia *Economic Value of Equity* – EVE para o cálculo da perda de valor do patrimônio econômico destas operações a partir da aplicação de variações nas taxas de juros.

São realizados testes de estresse, inclusive da quebra de premissas, cujos resultados são considerados na revisão da política de riscos, dos limites e da adequação de capital da CAIXA.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de mercado estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

### 2.5.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições ao risco de mercado visam minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, bem como preservar a adequada estrutura de capital.

O nível de risco de mercado aceito pela Instituição é definido por meio de um conjunto de limites de exposição aprovados pela Alta Administração.

As estratégias e os limites de risco de mercado são revisados no mínimo anualmente, a fim de manter sua aderência aos objetivos institucionais e empresariais e as exposições em níveis adequados às estratégias de negócios, aos resultados e à estrutura de capital da CAIXA.

Os riscos de mercado associados a novos produtos ou operações são identificados previamente ao seu lançamento ou reposicionamento, quando é realizada análise da necessidade de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição.

### 2.5.3 Carteira de Negociação

O início da mensuração do risco de mercado das operações classificadas na carteira de negociação ocorre com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos.

Para que a marcação a mercado seja realizada, é necessário identificar todas as posições mantidas pela Instituição, calcular seus fluxos de caixa e descontá-los pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio de estruturas a termo de taxas de juros, que são estimadas a partir de informações de taxas ou de preços obtidas em fontes primárias, e tem como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Para os papéis de baixa ou nenhuma liquidez são utilizadas taxas que buscam refletir da melhor forma possível o provável preço de negociação, de maneira conservadora e observando as melhores práticas de mercado.

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

Para este cálculo, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados *Exponentially Weighted Moving Average* – EWMA, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro lambda escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por *Kupiec*.

É considerada violação o resultado negativo, perdas não realizadas, maior que o VaR projetado para o dia, devendo a contagem destes resultados em determinado período estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido pelo modelo.

Os testes são realizados a partir dos resultados efetivos, que consideram as variações diárias dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e dos ganhos ou perdas resultantes das compras e vendas, e hipotéticos, calculados a partir das variações diárias das curvas de mercado.

O programa de testes de aderência é importante ferramenta para a melhoria contínua dos modelos de VaR e da metodologia de marcação a mercado.

Uma vez que o VaR apresenta reconhecidas limitações como modelo único de mensuração de risco, principalmente porque envolve apenas cenários de normalidade, os testes de estresse complementam a visão fornecida pelo cálculo do VaR, possibilitando entender potenciais perdas em situações específicas cuja probabilidade de ocorrência é menor, mas cujas perdas podem ser expressivas.

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens tanto de cenários históricos quanto prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas, respectivamente.

Para o período compreendido entre 2000 e 2003 os cenários de estresse históricos são vinculados a datas conhecidas nas quais ocorreram eventos que geraram variações significativas no mercado de juros, com a construção de cenário pré-definido de choques multiplicativos para cada data, que são aplicados às curvas de mercado da data para cálculo do VaR de Estresse.

A análise de cenários históricos posteriores a 2003 se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto no valor do portfólio da Instituição.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo consiste em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria – VIFIC com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê Delegado de Risco e de Capital, para que possam alimentar os modelos de risco.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Adicionalmente, a CAIXA realiza análises de sensibilidade, que podem ser definidas como uma técnica que permite verificar as variações no valor da carteira de negociação com o uso de um modelo de simulação a partir de alterações nas taxas dos fatores primitivos de risco. É realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

#### 2.5.3.1 Limites de Exposição

A CAIXA estabelece limites de exposição e concentração a risco de mercado em zonas temporais, por fator primitivo de risco e valor em risco de mercado – VaR de mercado.

Os limites de exposição aos riscos de mercado da carteira de negociação são monitorados diariamente e as violações devem ser reportadas pela SN Administração de Risco Corporativo, no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência, ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

#### 2.5.4 Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II e III, as operações compromissadas, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura e as operações passivas de captações e depósitos.

As operações ativas das carteiras comercial e de saneamento e infraestrutura são agrupadas de acordo com suas características comuns, enquanto que as ativas da carteira habitacional são agrupadas de acordo com suas regências de evolução.

São denominadas operações passivas com vencimento definido aquelas para as quais existe a condição de pagamento em data pré-estabelecida e os rendimentos prefixados ou pós-fixados são definidos.

Os fluxos de caixa dessas operações são obtidos mediante decomposição das operações em uma estrutura temporal equivalente de recebimentos e pagamentos, considerando as datas de vencimento contratadas.

As operações passivas sem vencimento não apresentam definição da condição de pagamento em data pré-estabelecida ou, apesar de apresentarem uma data de pagamento pré-estabelecida, têm uma característica de perpetuação do volume captado, podendo, em ambos os casos, ser acrescidas de rendimentos nos termos do contrato.

O modelo de previsão dos fluxos das operações sem vencimento utiliza técnicas específicas para fins de mensuração do nível de exposição da CAIXA ao risco de mercado.

Para as operações de caderneta de poupança optou-se pela técnica da carteira replicante pela ótica do ativo para a estimação dos fluxos, onde se busca investir os recursos captados segundo as regras de direcionamento dos recursos da poupança.



Um dos benefícios desta técnica é a aderência às características e ao comportamento histórico desses depósitos.

Para as demais operações passivas sem maturidade definida, em sua maioria depósitos judiciais e à vista, optou-se por aplicar técnica de esgotamento do saldo, diferente da utilizada para a poupança. Essa escolha fundamenta-se no fato desses depósitos não possuírem regras de direcionamento de recursos como os da poupança e apresentarem uma menor estabilidade de seus saldos, dificultando a alocação em ativos de médio e longo prazos (carteira replicante).

Os valores dos ativos e passivos que compõem os fluxos de caixa compreendem o principal, os juros e os demais valores relacionados a cada operação, devendo estes fluxos serem marcados a mercado mediante a utilização da estrutura temporal das taxas de juros que represente as taxas em vigor no mercado no dia útil imediatamente anterior.

Para mensurar o risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, a CAIXA adota a metodologia Economic Value of Equity – EVE, que calcula a perda de valor do patrimônio econômico em risco, a partir da aplicação de variações nas taxas de juros.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

#### 2.5.4.1 Limites de Exposição

Os limites de risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação são estabelecidos para exigência de capital, fator primitivo de risco e zonas temporais.

O monitoramento dos limites de exposição das operações não classificadas na carteira de negociação é explicitado por meio de relatórios mensais e as extrapolações reportadas ao Comitê Delegado de Risco e de Capital pela SN Administração de Risco Corporativo na reunião do mês subsequente à ocorrência.

#### 2.5.5 Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos

A CAIXA utiliza os Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD registrados em contas patrimoniais e contas de compensação destinados a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

As operações com derivativos são mantidas exclusivamente para hedge das operações ativas e passivas, predominantemente da carteira de negociação.

O hedge deve ser efetivado com a utilização de derivativos, por meio de operações de compra ou de venda de contratos futuros, operações de swap e/ou com ativos ou passivos que tenham fluxo de pagamentos compatível com o fluxo do ativo ou passivo objeto de hedge.

Em relação ao risco de mercado associado às variações de taxas de juros, a CAIXA opera no mercado de derivativos financeiros, principalmente com contratos futuros de DI de 1 dia e swap, visando aumentar a rentabilidade da carteira de negociação, se beneficiando das oscilações de preço dos ativos em mercado, tendo



como base os cenários elaborados pela área de planejamento financeiro e das consultorias contratadas pela CAIXA, assim caracterizando um hedge financeiro.

## 2.6 RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco operacional está integrada à gestão dos demais riscos, com o objetivo de mitigar a exposição da CAIXA a riscos e reduzir perdas financeiras, e está alicerçada nas seguintes linhas de defesa: atuação do gestor do produto/área, atuação independente na gestão corporativa do risco operacional e submissão a revisões independentes pela auditoria interna e externa.

A gestão do Risco Operacional envolve aspectos como identificação, avaliação que pode ser qualitativa e quantitativa, mensuração, monitoramento, controle, mitigação e reporte do risco operacional em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

### 2.6.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

A Resolução CMN nº 3.380, de 29/06/2006, define o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de Sistema Corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em Manuais Normativos na CAIXA.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crises, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente a possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

### 2.6.2 Ambiente Adequado e Processo de Gerenciamento

A estrutura de gerenciamento do risco operacional da CAIXA é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição e as macroatividades executadas a fim de garantir o efetivo gerenciamento são:

- Desenvolver metodologias para identificar, mapear e controlar os riscos operacionais existentes nos processos, produtos, serviços, canais e projetos;
- Identificar e mapear os riscos operacionais existentes na CAIXA;
- Propor e criar ações de mitigação do risco operacional nos processos, produtos, serviços, canais e projetos;



- Calcular a alocação de capital econômico e regulamentar para risco operacional;
- Controlar, propor limites e reportar a exposição da CAIXA aos riscos e às perdas operacionais, desenvolver e aplicar metodologias para mensurar a exposição ao risco operacional;
- Definir padrão e método para identificação dos riscos de interrupção dos negócios;
- Propor, implantar, manter e controlar a efetividade do Programa de Continuidade de Negócios CAIXA;
- Gerir a Segurança da Informação da CAIXA;
- Coordenar o Grupo de Gestão de Crise.

### 2.6.3 Disseminação da Cultura de Gerenciamento do Risco Operacional

Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional na CAIXA, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade CAIXA, sendo um módulo básico e outro avançado.

Também fazem parte dessa disseminação cursos presenciais em Gestão de Continuidade dos Negócios e Segurança da Informação, ministrados conforme demanda das unidades. Desde 2013 noções sobre estes temas são repassadas aos novos empregados no curso de integração (treinamento realizado por todos os funcionários contratados antes de direcionamento à primeira unidade de lotação física).

Estão disponíveis, ainda, normas internas referentes à Política de Segurança da Informação, Política de Continuidade dos Negócios, além de outros normativos sobre os procedimentos associados ao ciclo de gestão do risco operacional e aos planos de ação para mitigação desse risco.

### 2.6.4 Programa de Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade dos Negócios – PCN é um programa evolutivo contínuo e tem por objetivo assegurar a redução dos riscos corporativos a níveis razoáveis e reiniciar os processos de negócios críticos, antes que impactos e prejuízos financeiros, operacionais e de imagem atinjam níveis inaceitáveis.

Desde sua criação, baseia-se nas boas práticas de mercado, nas normas ISO 22301 e NBR 15999, e nos modelos adotados pelos institutos internacionais *Disaster Recovery Institute International* – DRII e *Business Continuity Institute* – BCI.

O PCN CAIXA é composto por um grupo de ações estruturadas que visam conhecer a organização, definir as estratégias de continuidade dos negócios, desenvolver e implementar ações para respostas tempestivas a interrupções, realizar testes e manter os planos, promovendo as revisões necessárias e desenvolver cultura de continuidade dos negócios.

O desenvolvimento destas ações, de forma sistemática, possibilita que a CAIXA atue preventivamente, por meio da prospecção de cenários e do desenvolvimento de planos e de mecanismos que reduzem a exposição aos riscos, possibilitando atuação rápida e eficaz quando da ocorrência de uma interrupção, garantindo aos clientes alto grau de disponibilidade dos serviços e segurança nos negócios realizados.

O PCN CAIXA define as necessidades de pessoal, de infraestrutura, de recursos tecnológicos e documenta os procedimentos operacionais e de contingência que permitem à CAIXA manter sua capacidade de funcionamento mesmo após a ocorrência de um desastre.

#### 2.6.5 Exigência de capital para Risco Operacional

O cálculo da exigência de capital para risco operacional no Brasil pode ser realizado por uma das três metodologias definidas pelo BACEN: Abordagem do Indicador Básico – BIA, Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

Na Abordagem BIA, a exigência de capital é estabelecida pela média do resultado bruto positivo dos três últimos exercícios, ponderado por um fator alfa de 15%.

Na Abordagem ASA, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do Indicador Alternativo de Exposição – IAE, saldo positivo das linhas de negócio comercial e varejo e do Indicador de Exposição – IE, resultado, positivo das demais linhas de negócio, ambos multiplicados por um fator de ponderação beta definido para cada uma dessas linhas, conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas nas linhas de negócio, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação e, se uma operação não puder ser distribuída em uma das linhas de negócio, essa operação é alocada em uma das linhas de negócio cujo fator de ponderação beta corresponda a 0,18.

Na Abordagem ASA2, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do IAE positivo das linhas de negócio comercial e varejo agregadas e um IE positivo das demais linhas de negócio multiplicadas, respectivamente pelos fatores 0,15 e 0,18. A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas entre o IAE e o IE, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação.

A CAIXA desenvolveu os três modelos de cálculo em ferramenta interna e adota a metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa – ASA. A partir de janeiro de 2015, as instituições financeiras estão também obrigadas a calcular a exigência de capital para risco operacional do Conglomerado Prudencial com o objetivo de melhor refletir as posições econômica, financeira e patrimonial dos grupos financeiros e os riscos decorrentes das operações consolidadas.

Os métodos avançados são baseados em metodologia desenvolvida pela própria Instituição com base em critérios qualitativos e quantitativos estabelecidos pelo BACEN, sendo que a adoção dessa abordagem requer um estágio avançado de gestão de risco operacional, período de avaliação dos resultados e prévia autorização do órgão regulador.

A CAIXA pretende migrar para utilização de modelo interno e, para tanto, desenvolve uma metodologia baseada na *Loss Distribution Approach* – LDA, em que as distribuições de frequência e severidade dos eventos de risco operacional são usadas para o cálculo da alocação de capital.

O cálculo de alocação de capital pelo método avançado pressupõe a combinação de quatro elementos-chave: base de dados interna de perdas decorrentes de



eventos de risco operacional; base de dados externa; realização de análise de cenários; e indicadores de ambiente de negócios e de controle interno.

Nesse sentido, a CAIXA está desenvolvendo o sistema Rating de Risco Operacional, ferramenta que tem por objetivo quantificar os indicadores de ambientes de negócios e de controles internos, além de servir de base para a gestão da exposição das suas unidades ao risco operacional. O sistema de Rating é o primeiro passo para a integração dos quatro elementos no modelo interno de mensuração de capital.

A CAIXA está desenvolvendo sistema corporativo modulado destinado à mensuração e ao gerenciamento do risco operacional. Os módulos Base de Dados Interna – BDI, Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – BEICF, Cenários estão em produção.

Este sistema está estruturado de modo que as informações qualitativas e quantitativas sejam mantidas em uma única ferramenta e em um ambiente tecnológico comum, permitindo que haja a interação entre a área gestora do risco operacional e as diversas áreas fornecedoras de informações gerenciais desse risco.

## 2.7 DEMAIS RISCOS RELEVANTES

### 2.7.1 Risco de Estratégia

De acordo com a Circular BACEN nº 3.547/11, o risco de estratégia decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas de decisão.

Na visão da CAIXA, quanto mais consistentes as ferramentas de monitoramento e controle do Plano Estratégico e quanto melhor for sua capacidade de adequar-se às mudanças do ambiente de negócios para continuar cumprindo sua missão rumo à visão de futuro, menor será o seu risco de estratégia.

Neste sentido, o risco de estratégia na CAIXA é mitigado por meio das ferramentas e instrumentos de monitoramento e controle do Planejamento Estratégico.

O monitoramento e aferição dos resultados do planejamento estratégico levam, sempre que necessário, a revisões e correções de rumo, tanto no nível estratégico como no operacional. Essa atividade tem a capacidade de minimizar os efeitos de mudanças adversas no ambiente de negócios da CAIXA fazendo com que a instituição adote medidas específicas para assegurar sua sobrevivência, impondo revisões periódicas de seus Planos Estratégicos.

Considerando os resultados da CAIXA nos últimos anos e diante das evidências acerca da consistência da estrutura do Planejamento Estratégico da CAIXA, atrelados a um processo de monitoramento contínuo que possibilita identificar possíveis mudanças adversas no ambiente de negócios e implementar ações estratégicas capazes de transformar ameaças em oportunidades, até o momento, não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura do Risco de Estratégia.

### 2.7.2 Risco de Reputação

Reputação é o ato de inspirar credibilidade, confiança, sendo esta última relacionada não somente com atitudes concretas e objetivas, mas também com a percepção dos outros em relação a elas.



Para a CAIXA, o risco de reputação decorre da percepção dos seus clientes internos e externos em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

A mitigação do risco de reputação da CAIXA é essencialmente preventiva, ancorada em ações e políticas de relacionamento que contribuem para otimizar a percepção dos seus *stakeholders* em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

No ano de 2015 a Caixa foi apontada como a marca mais amada do Brasil no segmento Bancos, segundo pesquisa realizada pela *Officina Sophia da holding HSR*.

Ainda em 2015, a Caixa repetiu o feito de 2014, sendo eleita a marca de maior prestígio do setor financeiro do Brasil, segundo estudo realizado pelo Jornal Estado de São Paulo e a empresa Troiano Branding. Mesmo em um cenário adverso com aumento nos saques na caderneta de poupança, a Caixa manteve seu *Market Share* em 2015.

Assim, diante da sólida imagem da instituição e das ações que as diversas áreas da CAIXA realizam para mitigar o risco de reputação, até o momento não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura deste risco.

### 2.7.3 Risco Atuarial

Entre demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência geridos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de plano de saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos planos de benefícios.

A CAIXA considera o Risco Atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo, por meio de processo licitatório contratou empresa de consultoria especializada para auxílio na elaboração do modelo de risco atuarial. O projeto encontra-se em fase de validação interna.

### 2.7.4 Risco Socioambiental

Para a CAIXA, o risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de potenciais danos socioambientais relacionados aos produtos, serviços e processos da Instituição. As ações de controle do risco socioambiental implementadas na CAIXA estão atreladas às estratégias da empresa e compõem a gestão do risco dos seus negócios.

A CAIXA entende que o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades é considerado, identificado e mitigado dentro dos processos e operações das diversas áreas da empresa e reconhece que a



construção da “cultura de sustentabilidade” dentro da organização é o caminho para alcançar a adequada gestão e controle dessa categoria de risco.

A permanente atualização das suas normas de conteúdo que busquem a proteção do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos e do trabalho, e o atendimento aos protocolos nacionais e internacionais, evidenciam que a CAIXA mitiga o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades.

Neste sentido, em FEV/15 a Caixa publicou a nova Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/2014.

O objetivo da Política é assegurar a atuação sustentável da CAIXA e suas subsidiárias, a partir da integração das dimensões social e ambiental na sua estratégia, garantindo a incorporação dos princípios e diretrizes desta Política nos negócios, processos e relacionamentos com as partes interessadas.

Assim, a CAIXA adota práticas de governança que tem possibilitado o desenvolvimento de um modelo de gestão compatível com os desafios centrais das organizações modernas, onde o desenvolvimento socioambiental é responsabilidade de todas as áreas e prática de todos os empregados, como tema transversal que atinge tanto a Alta Administração como o corpo funcional.

## 2.8 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A Resolução CMN nº 3.988, de 30/06/2011, define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A Alta Administração da CAIXA e das empresas do conglomerado reconhecem que o gerenciamento de capital é parte integrante e fundamental para o atingimento dos objetivos estratégicos.

A CAIXA considera os seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência do capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e da elaboração de Plano de Capital no horizonte de 3 anos, adotando, portanto, uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A CAIXA avalia e, quando necessário calcula, a necessidade de capital para cobertura do risco de crédito, mercado, operacional, taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, crédito de contraparte, concentração, liquidez, estratégia, reputação, socioambiental e demais riscos relevantes a que o conglomerado está exposto.

A CAIXA efetua simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) para avaliação de seus impactos no capital, considerando o resultado das simulações na definição dos limites de capital e na elaboração do Plano de Capital.

A CAIXA elabora relatórios periódicos sobre a adequação de capital para a Alta Administração, relatório anual com a descrição da estrutura de gerenciamento de capital, de acesso público, e fornece informações periódicas sobre capital para o



supervisor, considerando a regulamentação e prazos vigentes para a devida evidenciação.

A CAIXA, periodicamente, valida o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital por unidade de validação independente e avalia o processo de gerenciamento de capital por unidade de auditoria interna.

#### 2.8.1 Adequação do Capital

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) foi regulamentado no Brasil pela Resolução CMN nº 3.988, de 30 de junho de 2011, que dispõe sobre a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos e parâmetros relativos ao Icaap foram, então, normatizados pela Circular BACEN nº 3.547, de 7 de julho de 2011.

O Icaap foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na norma e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da disponibilização ao BACEN.

Resumidamente, o Icaap compreende dois aspectos principais: a identificação e mensuração dos riscos incorridos (cálculo da necessidade de capital) e a avaliação da suficiência do capital para suportar tais riscos (comparação entre o capital efetivamente mantido pela Instituição e a sua necessidade de capital), considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A CAIXA avalia a suficiência do seu capital por meio da 1) avaliação e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito, mercado, operacional, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito da contraparte e de concentração; 2) avaliação da necessidade de cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, 3) simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (testes de estresse).

## **CAPÍTULO III – ATIVIDADES DE CONTROLE E CONFORMIDADE**

### 3.1 SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES

A Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA – MN PO003, republicada em dezembro/2014, em virtude da Resolução de Diretoria 6.887/2014, de 04/11/2014, com última atualização em 26/06/2015, entre outros princípios relacionados, estabelece o princípio de “Segregação de Atividades” onde as atividades de gerenciamento de riscos são segregadas das atividades negociais e da auditoria interna, mantendo unidades independentes de desenvolvimento e de validação e monitoramento de seus modelos de forma a preservar a imparcialidade dos trabalhos executados e evitar conflitos de interesses.

A CAIXA prevê em seu Estatuto - Decreto nº 7.973, de 28/03/2013 - regras específicas de segregação a fim de evitar o conflito de interesses, como se observa no § 2º, inciso III do Art. 8º, do Capítulo Da Administração e Organização, que entre outras situações, prevê que as unidades responsáveis pela formulação de políticas e gestão de risco de crédito devem ser segregadas das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.



O Estatuto da CAIXA define, em seu art. 24º, inciso IX, que a competência para aprovar as alçadas propostas pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, é do Conselho Diretor, exceto as relativas à gestão de ativos de terceiros e de administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluindo o FGTS. É reservado ao Conselho Diretor deliberar sobre qualquer operação, independente dos limites de Alçadas fixados, ao seu exclusivo critério.

Em consonância ao MN PO002 - Política de Controles Internos e *Compliance*, em particular, relacionado à diretriz que trata da “segregação de funções”, o SISMN dispõe do Tomo AL – Regime de Alçadas que apresenta o conjunto de valores que definem os limites atribuídos à decisão da autoridade competente, em função da natureza da operação, com vistas ao ordenamento dos negócios da CAIXA - MN AL001, hoje constituído por 41 normativos.

Estatutariamente, a prestação de contas anual é apresentada segregada, com detalhamento dos investimentos e custos das áreas de negócios da CAIXA, destacando especialmente os custos sociais e públicos assumidos pela Empresa e relacionados a programas e serviços delegados pelo Governo Federal, sendo sua forma de elaboração orientada pelo MN OR124.

Os Vice-Presidentes responsáveis pelas áreas segregadas não integram o Conselho Diretor e não respondem pelas demais atividades da CAIXA e deliberações daquele Colegiado, sendo suas atividades, contudo, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos Conselhos de Administração, de Gestão de Ativos de Terceiros e de Fundos Governamentais e Loterias.

O Comitê de Compras e Contratações é um órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e decidir, nos limites de sua competência, sobre as compras e as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação específica, e opinar sobre a deflagração de processos licitatórios cuja alçada seja do Conselho Diretor.

O Conselho Diretor (CD), em reunião de 17/07/2013, Resolução nº 6.528/2013, aprovou a Implantação dos Comitês Delegados do CD, com objeto e composição específicos, garantindo agilidade à tomada de decisão, retificada em 07/05/2014, pela Resolução 6.737/2014.

Dentre os Comitês, o de Crédito e Negócios recebeu delegação para deliberar sobre operações de crédito, negócios e renegociação dentro de sua alçada, assumindo atribuições que estavam sob a responsabilidade do antigo Comitê de Ativos e Passivos da Matriz (CAP), e parte da alçada do CD para operações de crédito.

O Comitê delegado de Compras e Contratações recebeu delegação para deliberar sobre compras e contratações, e sobre deflagração de processos licitatórios, observada a legislação específica, assumindo parte das alçadas então estabelecidas para o CD.

### 3.2 POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

#### 3.2.1 ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS E REGULAMENTOS EXTERNOS

A identificação e monitoração de mudanças em leis, regulamentos externos são acompanhados por meio de divulgações no Diário Oficial da União e correios recebidos do BACEN, em que a unidade é instada a se manifestar se há impacto nas





suas atividades por meio da ferramenta “Roteiro Padrão” aberto pela área SUCOI/GENOR, informando no caso de impacto as ações de adequação, detalhando o tipo de adequação seja no normativo interno, ou sistema e/ou rotinas. Após identificação do impacto por meio da ferramenta Roteiro Padrão, o apontamento é incluído e também acompanhado na ferramenta Sistema de Relatório de Controles Internos (SIRCI).

As adequações também ocorrem por meio de solicitações de auditoria de órgãos externos. Assim, os requisitos para atendimento às demandas legais identificados pelas respectivas unidades afetas e quando aplicáveis às rotinas da CAIXA são internalizados em orientações normativas internas de cada segmento de atuação. Por meio de processo interno esses normativos são submetidos a avaliação das demais unidades da CAIXA impactadas pelos ajustes implementados, por meio da ferramenta Roteiro Padrão, citada anteriormente.

A garantia de conformidade aos requisitos externos (legais e normativos) ocorre ao longo dos processos instituídos na CAIXA. Tais processos são operacionalizados na estrutura organizacional da CAIXA que conta com Unidades Administrativas com papéis, responsabilidades e atribuições específicas. Além disso a CAIXA possui comitês estatutários que tem a responsabilidade de avaliar e aprovar, dentro de alçadas pré-estabelecidas. Esses procedimentos são regulados por normativos internos e são produzidos documentos (Pareceres e notas técnicas) detalhados, além de contar com avaliação pelas equipes jurídicas dos aspectos legais, quando o caso requer.

Como medida adicional, por amostragem, são realizadas auditorias internas com foco em avaliar se todos os requisitos estabelecidos (normas internas) foram cumpridos com o rigor necessário, atuando como indutor na melhoria continuada do processo.

Dentro de suas atribuições, a GENOR acompanha as ações informadas pelo gestor no projeto aberto para avaliação da norma, até que seja identificada ou informada como concluída, sendo reportadas semestralmente no RCI (Relatório de Controles Internos) as normas de maior relevância que se encontram vigentes e não estão plenamente atendidas, até a conclusão de todas as ações necessárias ao seu atendimento.

Caso seja identificada a insuficiência de alguma informação a unidade e/ou empregado responsável, em tempo de tramitação do processo, é instado a complementar e/ou retificar as informações prestadas. No momento posterior, caso seja identificada alguma imprecisão, são elaborados Planos de Ação e implementados ajustes nas rotinas operacionais para que o episódio não volte a ocorrer.

### 3.2.2 DIVULGAÇÃO INTERNA DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

Com a criação da Intranet CAIXA, a partir de 16/11/1999, a distribuição das normas e procedimentos internos, que seguem o padrão normativo definido, passou a ser realizada de forma eletrônica, por meio do SISMN, que foi a primeira aplicação corporativa da Intranet CAIXA.

A qualificação e atualização das normas internas revela a preocupação da empresa com a clareza e completude da norma, uma vez que possibilita análise e validação prévia das minutas de normativos antes da sua publicação no SISMN.

Há processo de verificação proativa das normas a serem divulgadas internamente, por meio do Roteiro Padrão, por ele transitam os normativos novos, aqueles que passam por ‘revisão geral’ ou por reestruturação da norma e normativos que definam ou alterem regras/procedimentos a serem observados por outras unidades. Excluem-se da verificação os normativos de maior sigilo (#30 ou #20), de cunho estratégico, que tratem de Políticas, Alçadas e modelos de Risco e normativos em que as unidades corresponsáveis e a unidade gestora são vinculadas a mesma Superintendência Nacional.

### 3.3 ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS – CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS

#### 3.3.1 Relatórios Mandatórios

O MN OR065 - Elaboração de Relatórios Mandatórios - tem como objetivo o estabelecimento dos procedimentos para elaboração dos relatórios mandatórios de forma a otimizar tempo, recursos e qualidade das informações e dados. Para elaboração dos relatórios financeiros, a CAIXA segue as normas publicadas pelo CMN, BACEN e diretrizes emitidas pela CVM e CFC.

Os princípios e práticas contábeis, segundo as normas brasileiras de contabilidade para instituições financeiras, encontram-se divulgadas internamente no MN CR251 – Princípios e Práticas Contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade para Instituições Financeiras e os princípios e práticas contábeis, segundo as normas internacionais de contabilidade – IFRS, estão disponíveis no MN CR250 - Princípios e Práticas Contábeis segundo as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Por sua vez, os procedimentos a serem observados pelas unidades da CAIXA, no que diz respeito à utilização, emissão, assinatura e ao arquivamento dos documentos e relatórios contábeis, encontram-se descritos no MN CR082 - Documentação Contábil.

Estão estabelecidos procedimentos, diretrizes e responsabilidades que devem ser observados pelas GEINC – GN Contabilidade CAIXA e GICET – Gerências de Filial Contabilidade e Tributos quando da disponibilização da especificação contábil para análise dos aspectos inerentes ao processo de conciliação, controle e sistemas, bem como quando da solicitação de cadastro de parâmetros nos sistemas de gestão da SUCON – SN Contabilidade e Tributos, em observância às normas externas, tais como: Circular BACEN nº 1.273/1987, Lei 6.404/1976, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009 – MN NS137.

Também, estão estabelecidos os procedimentos, diretrizes e responsabilidades que devem ser cumpridas pelos gestores dos diversos segmentos de atuação da CAIXA com vistas a assegurar o fornecimento de informações operacionais de forma a viabilizar a correta definição e homologação de procedimentos contábeis – MN CR256.

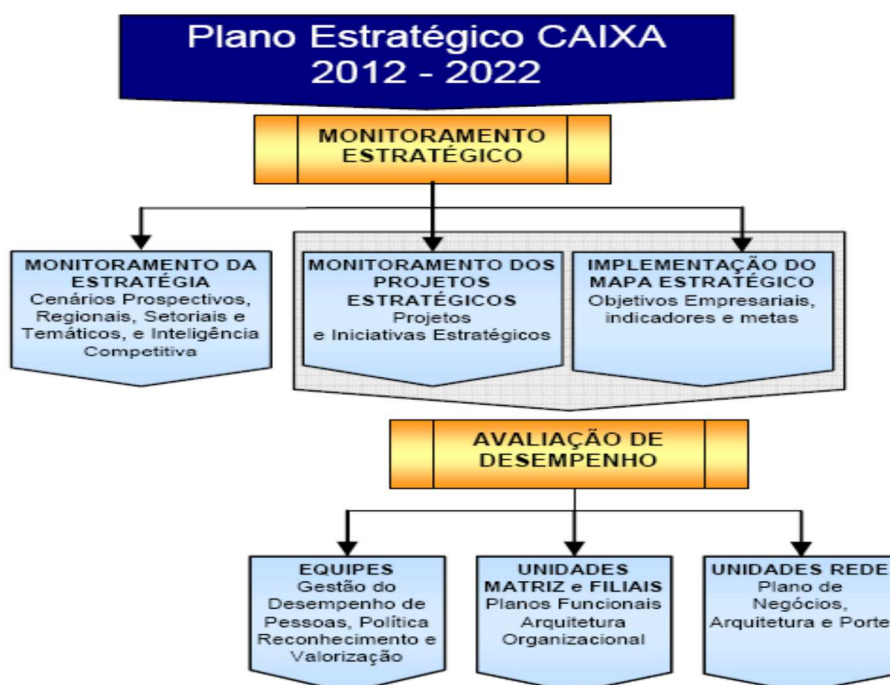
O MN NS165 – Registro das Informações Contábeis da CAIXAPAR tem o objetivo de assegurar que as informações contábeis da subsidiária integral CAIXAPAR sejam fornecidas seguindo padrões estabelecidos pela GECTC – GN Contabilidade de Terceiros.

À GEIFI – GN Controle e Informações Financeiras cabe o registro e o controle financeiro das operações ativas e passivas da CAIXA e de Fundos e Programas por ela administrados; a gestão de depósitos compulsórios e Fundo Garantidor de Crédito – FGC; o controle de *funding* habitacional, rural e microcrédito; o controle dos lastros LCI, LCA, DII, CIR e DIM; e as informações financeiras mandatárias e das participações societárias da CAIXA.

### 3.3.2 Avaliações de Resultados

O Modelo de Gestão CAIXA está estruturado em cinco elementos: (i) Estrutura Organizacional; (ii) Governança; (iii) Planejamento Estratégico; (iv) Processos; e (v) Cultura Organizacional.

A Política de Monitoramento e Avaliação Estratégica - MN PO035 - determina a elaboração semestral, de reporte, com análise estratégica sobre o alcance dos Objetivos Empresariais, ao Conselho Diretor. Essa Política tem como principal referência o Plano Estratégico CAIXA 2012 - 2022, composto por duas vertentes: Monitoramento Estratégico e Avaliação de Desempenho, conforme a figura a seguir:



O Sistema de Planejamento – MN OR093 - tem o objetivo de cumprir a Missão, materializar Visão de Futuro, alcançar os Objetivos Empresariais, integrar todos os segmentos da Empresa, permitir maior controle da implementação da estratégia e monitoramento dos resultados CAIXA.

A avaliação estratégica é composta pela análise dos ambientes externo e interno e, avaliação dos resultados CAIXA e entrevistas com a alta gestão. Neste momento é construída a Matriz de Avaliação Estratégica ou Matriz SWOT, que apresenta o resultado de análise, onde foram identificadas as Oportunidades e Ameaças e as Forças e Fraquezas, base para a construção do Direcionamento Estratégico.

O desdobramento do Plano Estratégico<sup>5</sup> consiste, em sequência, na elaboração do Plano Executivo, estratégia de mercadologia pelas áreas de negócios, definição de Plano de Metas em conjunto com a Rede de Atendimento e elaboração de Plano Financeiro Orçamentário com a SUPLA - SN Planejamento Financeiro; SUMAV - SN Monitoramento e Avaliação de Resultados; e SUCOR - SN Administração de Risco Corporativo.

O controle da execução do Plano Estratégico é efetuado por meio de indicadores<sup>6</sup> e metas definidas para os Objetivos Empresariais, base para a implementação da gestão focada na performance organizacional.

Os indicadores têm como possíveis funções: a de traduzir a estratégia e as políticas relacionadas ao Objetivo Empresarial; a de orientar os projetos / iniciativas estratégicas que levem ao alcance do Objetivo Empresarial; e a de ser um instrumento de avaliação e monitoramento dos avanços do Plano Estratégico.

A sistemática de acompanhamento de indicadores do Plano Estratégico CAIXA está em processo de revisão diante da homologação da ferramenta BSC Oracle que sistematizará o processo de monitoramento dos indicadores.

O mapa estratégico CAIXA foi aprovado pelo Conselho Diretor em 10/01/2012, conforme destaque nº 13 da Ata 1.288, e, o Plano Estratégico, foi revisado para o período de 2012-2022, e aprovado pelo Conselho Diretor, em 05/06/2012, conforme RD 5.961/2012.

A avaliação, a correção de desvios da estratégia e sua disseminação são tratados como processo de Monitoramento e Avaliação Estratégica, normatizado pelo MN PO035 - Política de Monitoramento e Avaliação Estratégica, complementado pelo MN OR082 - Diretrizes para o Desenvolvimento de Projetos na CAIXA, e realizado conforme as etapas a seguir:

- Monitoramento da Estratégia, por meio de:
  - Construção de cenários prospectivos, temáticos e setoriais, que orientam o Plano Estratégico, suas premissas, bem como a estratégia desenhada para cumprir a Missão e atingir a Visão de Futuro da CAIXA;
  - Monitoramento de cenários e inteligência competitiva que permitem que a Alta Administração afira a efetividade do Plano Estratégico, vislumbrando correções de rumo eventualmente necessárias bem como a identificação de estratégias emergentes capazes de viabilizar o cumprimento da Missão e a materialização da Visão de Futuro, seja por impactos no Plano Estratégico ou nos Planos Executivo e de Negócios;
  - Inteligência competitiva: processo sistemático, ético e formal de monitoramento do ambiente de negócios, precedido de identificação e planejamento de temas, tópicos e questões específicas, coleta de dados primários e secundários, análise de informações e geração de

---

<sup>5</sup> Disponível no endereço: <http://intranet.caixa/areas-da-caixa/presidencia/deore/arquivos/MAPAESTRATGICO.pdf>

<sup>6</sup> Disponível no endereço: [http://intranet.caixa/areas-da-caixa/presidencia/deore/arquivos/004\\_MapadosIndicadoresEstratgicos.pdf](http://intranet.caixa/areas-da-caixa/presidencia/deore/arquivos/004_MapadosIndicadoresEstratgicos.pdf)

conhecimento, passando pela disseminação de produtos e pela avaliação contínua do processo e de seus resultados.

- Monitoramento dos Projetos Estratégicos e Corporativos, por meio de:
  - Verificação do nível de implementação dos principais Projetos e Iniciativas Estratégicas contidos no Plano Executivo, conduzidos pela Organização, com o objetivo de aferir a eficácia por meio do alcance dos objetivos empresariais a eles associados, uma vez que o portfólio de projetos e iniciativas é instrumento de inovação e suporta a implementação da estratégia.
- Implementação do Mapa Estratégico, por meio de:
  - Aferição da eficácia do Plano Estratégico, com avaliação quantitativa e qualitativa do nível de implementação dos Objetivos Empresariais, envolvendo a aferição dos indicadores a eles associados, bem como da agregação de aspectos qualitativos que busquem identificar os fatores facilitadores e possíveis dificuldades para a obtenção do nível de implementação aferido.
- Disseminação por meio de:
  - Reportes ao Conselho de Administração, Conselho Diretor e/ou Comitês Delegados e Diretores Executivos com o objetivo de: (a) informar sobre o desempenho da estratégia e (b) apontar a necessidade de eventuais correções de desvios ou ajustes de Objetivos Empresariais, indicadores, metas e projetos estratégicos e corporativos, por meio de comparação de resultados previstos versus realizados, de resultados históricos ‘versus’ tendências e análise circunstanciada ao mercado;
  - Resoluções e Destaques de Ata emanados pelo Conselho de Administração, Conselho Diretor e ou Comitês Delegados.

### 3.4 PROCESSOS DE REVISÃO E CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

#### 3.4.1 Pendências Operacionais e Contábeis

O Relatório Mensal da Conciliação Contábil CAIXA, elaborado pelas SUCON - SN Contabilidade e Tributos e SUBAN - SN Processo Bancários, apresenta um panorama da conciliação contábil na CAIXA, a evolução da quantidade de registros incoerentes por segmento, com destaque para os principais problemas e soluções implantadas no período, e, também, relaciona as ações e demandas de tecnologia a serem executadas com vistas à redução das incoerências.

O Novo Modelo de Conciliação Contábil da CAIXA contempla: definição de conceitos e critérios; definição de responsabilidades dos agentes envolvidos no processo de conciliação; política de consequências; fluxo de informações; definição de controles efetivos; capacitação e reciclagem das equipes que desempenham a atividade; elaboração de normativos; indicadores de desempenho; definição de prazos para envio de informações; definição de prazos para regularização de registros pendentes de conciliação.

#### 3.4.2 Conciliação Contábil x Inspeção Física - Ativos

A CAIXA prevê o registro, por meio da verificação física dos bens e valores de propriedade da CAIXA e de terceiros, em custódia, garantia, cobrança e controle, em



poder ou sob responsabilidade da agência ou de unidades que operem com valores, que devem ser inventariados, utilizando-se do Termo de Verificação de Valores – TVV - conforme orientações definidas no MN CR060.

No caso de agência, o TVV é confeccionado por comissão composta por no mínimo 03 empregados de áreas distintas daquela a ser verificada, nomeada pelo Gerente Geral da agência, ou pelo responsável pela unidade.

As unidades providenciam, obrigatoriamente:

- a verificação dos valores disponíveis, mensalmente, e emitem dois TVV, sendo um em data incerta, a ser definida pelo Gerente Geral ou Gerente responsável pela Agência e outro no último dia útil de cada mês, após o encerramento do movimento, e deve abranger os itens: Dinheiro em Caixa, Moedas Estrangeiras Disponíveis e Cheques Devolvidos pela COMPE, exceto o item dinheiro em ATM/CD, cujo levantamento é efetuado de acordo com o MN OR099 – Autoatendimento Manutenção;
- a verificação dos valores em custódia na unidade, semestralmente, e emitem um TVV no último dia útil de cada semestre civil, após o encerramento do movimento;
- a verificação dos valores em garantia, semestralmente, e emitem um TVV no último dia útil de cada semestre civil, após o encerramento do movimento diário.

O levantamento das garantias do PENHOR para o TVV, nas Agências com a guarda compartilhada e centralizada é realizado semestralmente, sendo realizado de forma que cada Agência seja verificada pelo menos uma vez no semestre.

Quando ocorre sinistro, desativação/absorção de Agência/PA ou substituição do Gerente Geral, Gerente responsável pela agência/PA ou substituição do responsável pelas garantias, a confecção do TVV é obrigatória e abrange todos os itens, podendo ser considerado o TVV realizado em data incerta na unidade no mês.

As diferenças apontadas no campo conciliação, exceto numerário, são regularizadas/justificadas até o 10º dia útil do mês subsequente, e quando estas diferenças forem a menor, são recolhidas conforme MN RH053, item 12.3.1, do ANEXO I – Regulamento de Pessoal.

Caso, até o 10º dia útil do mês subsequente, a regularização da ocorrência registrada no levantamento do TVV não seja efetuada, o gestor de vinculação do empregado onde foi constatada a diferença instaura processo disciplinar e civil, conforme AE079 – Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil, até o 15º dia útil do mês subsequente.

### 3.5 CONTROLES RELATIVOS AO GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA – MN PO003 - institui 8 indicadores de efetividade, relacionados ao índice de monitoramento dos limites de exposição a riscos e de perdas; reporte interno; reporte externo; desempenho dos modelos de risco de crédito; desempenho dos modelos de risco de mercado; validação dos modelos dos riscos; monitoramento dos modelos de riscos; e de monitoramento de avaliação dos riscos relevantes.

Os limites máximos de crédito são definidos considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado, e têm como premissa fundamental a capacidade de pagar, considerando as operações contratadas, compromissadas e a contratar.

No MN CR173 - Limites de Exposição a Risco de Mercado, de Carteira de Crédito, de Liquidez e Operacional, a CAIXA estabelece limites de:

- Exposição e de concentração de risco de crédito, por cliente, garantia, produto e segmento;
- Exposição e concentração a riscos de mercado e de liquidez em zonas temporais, por fator primitivo de risco, valor em risco de mercado - VaR de mercado, nível de liquidez e alocação de capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação;
- Perdas decorrentes de risco operacional em relação ao resultado bruto, apurado conforme os métodos básico e padronizado do Novo Acordo de Capitais da Basileia.

As regras para identificar, avaliar, mensurar, mitigar e acompanhar o risco do tomador de crédito, em consonância com a Política de Risco da CAIXA, estão disciplinadas no MN CR172 – Risco do Tomador de Crédito.

## 3.6 SEGURANÇA FÍSICA

### 3.6.1 Agências/PA

As regras e medidas de segurança física que devem ser observadas pelas instituições financeiras encontram-se regulamentadas e fundamentadas na Lei 7.102/83 e Portaria DPF 3.233/2012, que estabelece, com destaque no Capítulo V – Da Fiscalização da Segurança de Estabelecimentos Financeiros, os requisitos do Plano de Segurança, com os elementos constitutivos do sistema de segurança das Instituições Financeiras.

### 3.6.2 Tecnologia da Informação – TI - Projeto Alta Disponibilidade – Migração dos Sistemas

O Projeto Alta Disponibilidade – Migração dos Sistemas viabilizou a migração dos sistemas da CAIXA para dois datacenters (Datacenter Cidade Digital e o Centro Tecnológico CAIXA), consolidando um ambiente tecnológico que possibilitasse a manutenção dos níveis adequados de disponibilidade e desempenho requisitados pelos gestores de negócios, promovendo a atualização de processos e recursos tecnológicos e mantendo a conformidade normativa, com vistas a viabilizar a realização de negócios com níveis de disponibilidade e desempenho requisitados ao atendimento das demandas dos clientes e dos órgãos controladores.

O Complexo Datacenter Cidade Digital, localizado no Parque Tecnológico Capital Digital, em Brasília, completou dois anos em 20/03/2015, com 100% de disponibilidade e sem qualquer parada causada por falha.

O Complexo Datacenter garante segurança para mais de 12 milhões de operações efetuadas por dia pelo segundo site mais acessado do Brasil, assim como para mais de 15 milhões de pagamentos mensais do Bolsa família e mais de 11 milhões de operações diárias efetuadas nos terminais de autoatendimento, o que permite a melhoria nos negócios, no atendimento e nos canais presenciais e eletrônicos.





O complexo permitiu centralizar o processamento dos serviços de tecnologia da CAIXA.

O Datacenter dispõe de geradores com capacidade de manutenção da instalação por até dois dias e dupla conexão de fibra ótica, interligando-o com o Centro Tecnológico CAIXA (CTC), também em Brasília. A instalação garante que a CAIXA opere mesmo em situações extremamente críticas de indisponibilidade de infraestrutura externa.

### 3.6.3 Prevenção contra Fraudes

A rotina de alertas de segurança na abertura de contas de depósito envolve dois sistemas: SICOW – Sistema de Controle de Ocorrências Web/Módulo Informações de Segurança - e SIACN – Sistema de Acompanhamento da Conformidade. O SICOW é uma solução sob a gestão da GESED – GN Segurança Eletrônica e Documental – que abriga 3 módulos para consulta das seguintes ocorrências: Informações de Segurança; Notificação – Proibição de Contratar com o Poder Público e Interdição Judicial; Pessoa Politicamente Exposta – PEP.

O módulo Informações de Segurança é um módulo do SICOW que disponibiliza informações de segurança cadastradas para CPF/CNPJ, que possuam ou não relacionamento com a CAIXA, sinalizando possíveis indícios de fraude/golpe em documentos, dados cadastrais e/ou na movimentação da conta depósito e sua titularidade que possam comprometer a segurança de produtos e serviços da CAIXA, incluindo lista de pessoas falecidas.

O SIACN consiste na verificação de conformidade de abertura de contas, sob a gestão da GEBAN - GN Padrão para Processos Bancários, onde foi inserida a geração de “alerta de segurança” para os CPF/CNPJ que constam nas ocorrências do “Módulo de Segurança do SICOW”.

O SICOD, com uso normatizado pelo AD164, é uma ferramenta que sistematiza a conferência de características e padrões de RG e disponibiliza *links* para bases externas de consulta a outros documentos de identificação, auxiliando o empregado na tomada de decisão no que se refere à conferência e validação do documento apresentado pelo cliente.

Para minimizar as fraudes em produtos e serviços a SUSEG - SN Segurança Empresarial utiliza o programa de prevenção contra fraudes. A CESEG - Centralizadora de Prevenção, Monitoramento e Combate à Fraude atua na mitigação de risco de fraude nas transações eletrônicas em conta de depósito, mediante ações operacionais de prevenção, monitoramento, combate e recuperação de valores, bem como análise técnica de processos com indícios de fraude. As ações realizadas contribuem para a redução de fraudes eletrônicas originadas no uso do Cartão de Débito e do Internet Banking CAIXA - IBC.

## 3.7 PLANOS DE CONTINUIDADE E DE CONTINGÊNCIA

Na CAIXA são adotados planos de continuidade dos negócios com o objetivo de garantir a capacidade de operar da CAIXA, de forma a reduzir possíveis perdas, minimizando impactos e prejuízos decorrentes da interrupção de suas atividades.

Há estratégia de continuidade para as unidades dos Edifícios do Matriz I e Matriz II – Brasília e Ed. São Luis Gonzaga – São Paulo, com a publicação dos Planos de Resposta a Emergência e dos Planos de Continuidade Operacional das unidades.

Quanto às ações de TI relacionadas ao assunto, estão sob a responsabilidade da GESET – GN Segurança e Continuidade de Negócios em TI.

### 3.7.1 Planos de Continuidade

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio do Programa de Continuidade dos Negócios da CAIXA, que permite a atuação frente a possíveis interrupções nos serviços e atividades, com o objetivo de preservar ou recompor a capacidade de realizar negócios da CAIXA.

A Política de Continuidade dos Negócios da CAIXA - MN PO013 - tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes norteadores da Gestão de Continuidade dos Negócios na CAIXA, visando assegurar a continuidade de suas atividades críticas na ocorrência de eventos que impossibilitem a utilização, parcial ou total, de sua infraestrutura operacional e de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações, no intuito de evitar que os prejuízos financeiros e os impactos negativos à imagem institucional atinjam níveis inaceitáveis.

A GEROP elabora o PCC – Plano de Continuidade Corporativo - contendo informações e procedimentos que preparam e orientam todas as unidades ou um conjunto de unidades da CAIXA para o enfrentamento de uma crise.

A identificação, elaboração e testes de planos de continuidade para os processos críticos aos negócios da CAIXA são ações contidas na diretriz dos controles preventivos, e na sua execução, para garantir o restabelecimento imediato das atividades, inclusive registros eletrônicos ou físicos, em caso de interrupções imprevistas, como diretriz dos controles reativos.

### 3.7.2 Planos de Contingência

Conforme o MN PO003, a gestão do risco operacional está integrada à gestão de crises, continuidade de negócios e segurança da informação, com o objetivo de mitigar a exposição da CAIXA a riscos, reduzir perdas financeiras e assegurar que o atendimento ao público/clientes e a realização das atividades e operações, consideradas críticas, ocorra de forma ininterrupta.

O Plano de Contingência de Liquidez encontra-se disponível no MN CR221 – PCL - Plano de Contingência de Liquidez da CAIXA e tem como objetivo aumentar a capacidade da CAIXA de identificar situações de crise de liquidez, definir procedimentos para a tomada de decisão durante as crises e levantar alternativas para a saída da situação, visando minimizar as perdas financeiras e de imagem decorrentes, e garantir o funcionamento da Instituição.

O MN PO039 – Política de Gerenciamento de Capital - estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam o gerenciamento de capital do Conglomerado CAIXA, que considera os seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência do capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e da elaboração de Plano de Capital no horizonte de 3 anos.

Para definir os procedimentos alternativos a serem adotados nos casos de impedimento de utilização dos sistemas de avaliação de risco de crédito do tomador e de operação, tem-se o MN CR190 – Manual de Procedimentos para Situações de Contingência dos Sistemas de Risco de Crédito.

### 3.8 CONTROLE - PREVENÇÃO CONTRA CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO

Esta atividade é desenvolvida com o objetivo de evitar que a Empresa seja utilizada para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro especificados em lei e normas decorrentes.

A GENOR atua na Prevenção à Lavagem Dinheiro por meio de uma célula específica, composta por trinta e quatro empregados, sendo três gerentes e trinta e um técnicos. Restam, ainda, para alocação na célula, 4 (quatro) empregados, sendo duas vagas de Assistente Executivo Máster e outras duas de Assistente Executivo Sênior, com Processo de Seleção já em andamento

A CAIXA possui, ainda, o Comitê Estatutário de Prevenção contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro - CPLD, órgão autônomo, de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e deliberar sobre matérias que tratem sobre o tema no âmbito da Instituição.

O Comitê foi criado em 16/05/2002, conforme Resolução de Diretoria (RD) – Ata nº 1.582, e, a partir do Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, passou a ser estatutário e composto por até cinco membros indicados pela Presidência da CAIXA, conforme determina o §1º do Art. 32 do referido Decreto, que aprovou o Estatuto da CAIXA.

A CAIXA conta, também, com o Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro - SIPLA, desenvolvido pela própria Empresa para detectar e controlar as ocorrências com indícios de lavagem de dinheiro.

A área gestora, GENOR, define os parâmetros do SIPLA, os quais detectam automaticamente as movimentações com indício de lavagem de dinheiro transitadas em conta de depósito, aplicações financeiras e loterias.

O Sistema permite, ainda, o cadastramento manual de ocorrências consideradas como suspeitas, inclusive propostas, e possui módulo específico para tratamento das detecções envolvendo Pessoas Expostas Politicamente (PEP), ações *on line*, cartões de crédito e loterias.

No tocante ao processo de monitoramento, as Agências e as Superintendências Regionais são responsáveis pela análise das movimentações em contas de depósito detectadas pelo SIPLA e a GENOR, além de supervisionar o trabalho de análise, centraliza as comunicações de operações com indícios de lavagem de dinheiro aos órgãos supervisores.

Como forma de qualificar e modernizar as rotinas de prevenção à lavagem de dinheiro foi desenvolvido o novo sistema de PLD, o SIPLD, o qual possui interfaces com diversos sistemas corporativos. O sistema está em produção, na fase de testes em piloto, antes de sua liberação às Agência/PA, com previsão de expansão em março/2016.

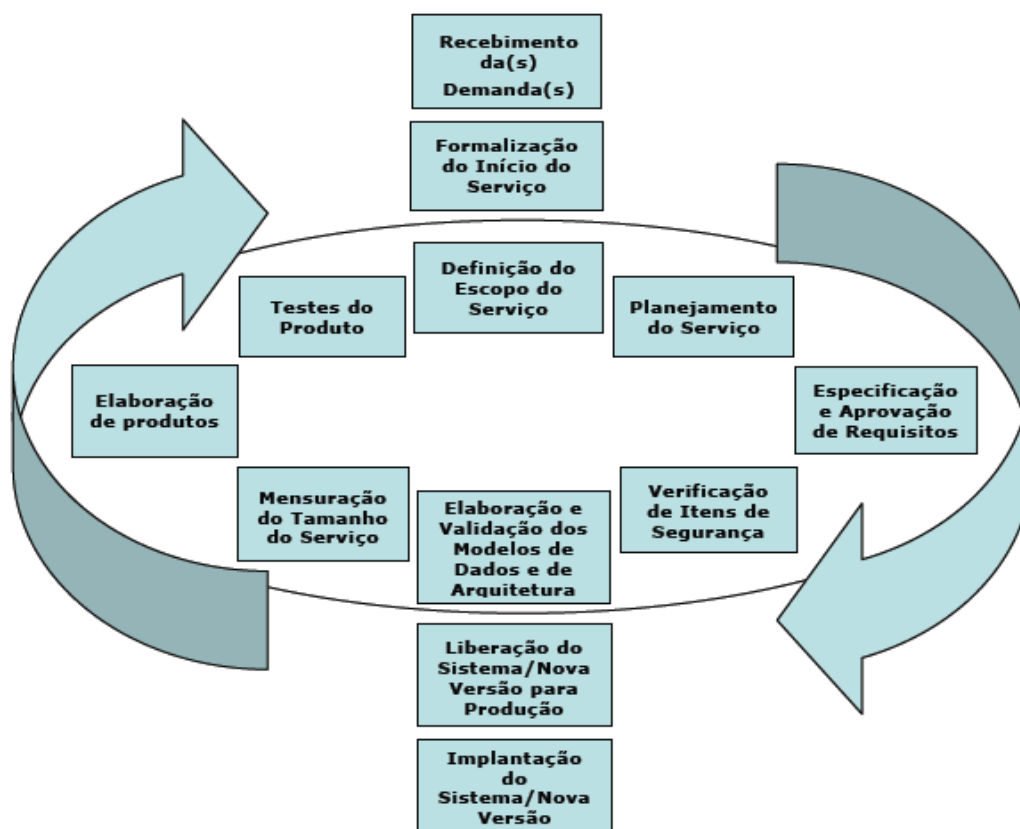
Na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo – PO006 constam os princípios de Autenticidade; Confidencialidade; Conformidade; Conheça seu cliente; Conheça seu empregado; *Due Diligence*; Efetividade e Ética.

As normas e procedimentos relacionados ao assunto encontram-se descritos nos MN AD006 - Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro e MN CO325 - Pessoas Expostas Politicamente – PEP.

## CAPÍTULO IV – INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

### 4.1 SEGURANÇA DOS SISTEMAS

A CAIXA estabelece diretrizes e controles institucionais de processo para a execução de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, disponível no MN TE177 - Diretrizes e Controles do Processo de Desenvolvimento de Sistemas, conforme esquema abaixo.



A Política de Segurança da Informação da CAIXA – MN PO027 - contém princípios e diretrizes para proteção e disciplina do uso dos ativos de informação da CAIXA ou sob sua custódia, assegurando a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade.

O processo de qualificação de dados na CAIXA adota a metodologia PrQD – Processo de Qualificação de Dados, descrita no MN TE178.

Para o Processo de Qualificação de Dados em bases corporativas compreende-se que o Gestor da Informação é o responsável pela geração da informação interna ou externa à CAIXA, definição dos perfis de acesso e classificação da informação dos sistemas sob sua responsabilidade; representado por unidade que responde por um ou mais segmentos de negócio da Empresa.

#### 4.1.1 Processamento de informações – Contabilidade CAIXA

A descrição a seguir corresponde à migração dos dados dos sistemas operacionais para o Sistema de Contabilidade - SICTB, identificação de sistemas de baixa/alta plataforma e sua interface - *batch/online* - e arrazoado sobre as exceções - rotina operacional; processo de conferência – automática ou não – dos dados coletados,



de tal forma que assegurem a qualidade das informações contábeis frente aos registros operacionais.

As operações diárias da CAIXA originam-se em diversas unidades, principalmente nas Agências, Agentes Lotéricos e Correspondentes Bancários. Os sistemas operacionais -transacionais - que tratam as operações realizadas nas diversas unidades da CAIXA são de responsabilidade dos gestores de negócios, os quais devem garantir sua integridade e qualidade. São aproximadamente 103 sistemas operacionais que disponibilizam dados para o processo contábil, tais como: SISAG - Sistema Automação do Ponto de Venda; SIDEC - Sistema de Depósitos; SISPL - Sistema de Loterias; SIAPI - Sistema de Aplicações; SIACI - Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliário; SIAPF - Sistema de Acompanhamento de Programas de Fomento.

As entradas de dados são realizadas em baixa plataforma interconectadas com os sistemas de grande porte da CAIXA e tem migração eletrônica automática para a plataforma IBM. Os sistemas operacionais têm crítica própria de digitação e consistência e seu processamento se dá no período noturno nos sites de grande porte da CAIXA: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (UNISYS/Datamec).

Esses sistemas geram em processo *batch*, normalmente noturno, interfaces para registro contábil, os quais são recepcionados e processados pelo SINAF - Sistema de Interfaces da Área Financeira, em processo *batch* noturno. Do processamento desses dados resulta a contabilização dos fatos operacionais associados a eventos contábeis previamente cadastrados, contabilidade por eventos, e dentro de *layout* padrão de entrada de dados. No processamento diário do SINAF, os movimentos recebidos são submetidos a uma série de críticas internas que visam dar consistência ao registro, observando os dados gerados pelo sistema operacional e também com base nas tabelas cadastrais internas, tais como: Plano de Contas, Tabela de Roteiros Contábeis, Tabela de Eventos Contábeis, Tabela de Produtos, Tabela de Unidades. Após as críticas alguns registros podem não atender aos requisitos estabelecidos, podendo ocorrer duas destinações: registros a regularizar e registros rejeitados.

A segurança dos sistemas segue ao padrão de segurança estabelecido pela TI CAIXA, com controle de acesso em camadas, autenticação de usuário de rede seguido de autenticação na aplicação. Em conformidade com a normatização da Empresa, a Matriz de Acessos dos sistemas de contabilidade é revisitada e validada a cada 6 meses ou em caso de mudança substancial em aplicação do sistema.

Os registros que podem ser objeto de regularização são armazenados na Base de Dados SINAF – Tabela de Registros a Regularizar, onde é permitido comando de correção do dado não acatado e o registro é novamente submetido ao processo de crítica. Para os lançamentos rejeitados, por se tratar de erros impeditivos, não é permitida a regularização, devendo, nestes casos, ser solicitada a geração de novo movimento pelo sistema operacional.

O SINAF processa diariamente, em D+1, cerca de dezesseis milhões de registros, os quais são armazenados na Base de Dados SINAF - Tabela de lançamentos, por um período de 20 anos, considerando informações *on-line* e arquivadas pela TI. Os dados contábeis armazenados ficam disponíveis para os sistemas usuários, quais sejam: SICTB - Sistema de Contabilidade CAIXA; SICRS - Sistema de Apuração Custos, Receitas e Resultados; SIPLO - Sistema de Execução Orçamentária; SIMCN - Sistema de Conciliação Contábil; SINAT - Sistema de Administração Tributária; SICOF - Sistema de Contabilidade de Fundos Administrados.





Após a atualização do SINAF, os sistemas usuários da informação buscam os movimentos do dia e atualizam suas bases de dados próprias e executam as rotinas específicas de cada sistema.

O SINAF é a base da contabilidade da CAIXA, no que se refere a escrituração dos lançamentos. Os sistemas da contabilidade recebem dados exclusivamente do SINAF, que efetua críticas e gera base de dados onde o SICTB busca informações necessárias para atualização ou apuração dos saldos e a geração dos demonstrativos contábeis e relatórios de acompanhamento.

Como ferramenta auxiliar do processo de consistência de registros e de saldos contábeis, o sistema de conciliação contábil - SIMCN - busca do SINAF os registros de contas que são objeto de conciliação e efetua a conciliação automática destes registros ou aponta, para as unidades responsáveis pela conciliação, os registros incoerentes para tratamento, além de efetuar eletronicamente o batimento do saldo contábil, representado em contas contábeis, com o saldo informado pelo sistema operacional.

O processo contábil é constituído de algumas fases de verificação da consistência dos dados recebidos pelo SINAF, ocorrendo, na primeira etapa, as críticas automáticas do sistema e a separação dos eventos que carecem de análise individual pelo responsável pela rotina contábil, ou seja, os movimentos a regularizar.

Numa segunda fase, há a conciliação contábil dos registros em subcontas que caracterizam movimentos a classificar, repassar, comandar ou contas de natureza semelhante em sua grande maioria. Para o grupo de subcontas que tem por natureza a manutenção de saldo, há a comparação da posição operacional com a contábil, por meio do batimento de saldos operacionais e contábeis.

Por fim, na elaboração dos balancetes, há a verificação da coerência da variação dos saldos contábeis, mediante comparação com as informações operacionais, nos casos em que a oscilação extrapole os parâmetros estabelecidos para determinada subconta. Em qualquer destas fases, quando detectada alguma anomalia, o responsável pelo controle da subconta na SUCON é acionado, para que providencie a regularização da pendência ou a apresentação de justificativa para o fato ocorrido.

O SICTB trata somente saldos e é a contabilidade oficial da CAIXA, sendo responsável pela geração de todas as informações prestadas a órgãos internos, externos e fiscalizadores.

As unidades de retaguarda são responsáveis pelo tratamento do movimento das agências, além de comandos operacionais, estas unidades são responsáveis pela conciliação das contas contábeis movimentadas pelas agências e acertos contábeis de situações ocorridas nestes movimentos. São ao todo 78 unidades de retaguarda, que consolidam agências de uma determinada região do país.

#### 4.2 PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS

A Política de Controles Internos e *Compliance* da CAIXA, em sua versão atual, foi aprovada pelo Conselho Diretor, em 19/10/2010, por meio da RD 4.887/2010, e pelo Conselho de Administração, em 11/11/2010, Ata 231, na forma de Resolução e se encontra divulgada por meio do MN PO002 – Política de Controles Internos e *Compliance*, tendo por objetivo estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da CAIXA.

O MN PO001 – Elaboração, formalização e implementação de Políticas CAIXA - institui que o escopo da política deve ser claramente delimitado e esta deve conter entre seus elementos “indicadores de efetividade”. O indicador estabelecido para a Política de Controles Internos é obtido a partir da atividade de Monitoramento do SCI, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores que são mensurados e pontuados, semestralmente, baseado nos 5 componentes do COSO, entre eles, o que é relacionado à Informação & Comunicação.

#### 4.3 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS E CAPITAL

Periodicamente são produzidos relatórios de risco para a Alta Administração, sejam estes relacionados ao risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, além de relatório de gerenciamento de capital.

A área gestora do risco de crédito de carteira reporta mensalmente e tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e Capital e gestores de produtos de crédito o comportamento da carteira de crédito e dos produtos, em relação aos indicadores de risco, incluindo informações sobre a evolução e volume da exposição, provisão e sua composição, atraso, perda e concentração, além de limites, apontando sugestões e recomendações quanto à mitigação do referido risco.

Ainda, nos relatórios de risco de crédito de carteira apresentados à Alta Administração são abordadas informações quanto a qualidade do crédito concedido, perda realizada, perda esperada, capital alocado para o risco de crédito, matriz de transição do risco, de forma comparativa e evolutiva por segmento de crédito. Assim, permanecem disponíveis informações nas diversas granularidades de monitoramento de risco.

São elaborados relatórios sobre os riscos de mercado e de liquidez apresentando posição de risco, VaR, instrumentos por categoria, Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWAJUR, títulos de tesouraria, fluxo de liquidez, dentre outras informações relevantes, com periodicidade pré-estabelecida e encaminhados para a Alta Administração e gerências que participam de processos/rotinas relacionadas aos riscos de mercado e de liquidez, além de encaminhar as informações regulamentares ao BACEN nos prazos estabelecidos.

A exposição ao risco de liquidez é comunicada às Vice-Presidências de Riscos e de Finanças e Controladoria por meio de relatórios diários.

Semanalmente, o Conselho Diretor recebe relatório detalhado dos Programas de Testes de Aderência e de Estresse e da Análise de Sensibilidade dos modelos de risco de mercado.

Trimestralmente, é disponibilizado ao Conselho de Administração o Relatório de Gerenciamento de Riscos com demonstração dos níveis de exposição e dos riscos de mercado e de liquidez assumidos pela CAIXA, considerando cenários de normalidade e de estresse, e sua adequação aos limites estabelecidos pela Alta Administração.

Os relatórios de risco operacional trazem informações quanto aos principais trabalhos de identificação e análise de risco, as perdas mais relevantes de forma comparativa e evolutiva, por evento, mostrando a situação atual e a projeção para o ano, as ações de mitigação realizadas e os resultados esperados.

Mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de Sumário Executivo com o objetivo de apresentar os fatos relevantes, a situação atual





e os resultados das medidas adotadas em relação aos riscos operacionais, a análise dos indicadores de perda e risco, e a avaliação sobre a necessidade da adoção de medidas pelos conselhos superiores.

Especificamente quanto ao risco operacional, mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de um Painel de Perdas, que apresenta a evolução e a variação, bem como os indicadores e as projeções.

Trimestralmente são apresentados relatórios de Risco Operacional que contém informações quanto aos principais trabalhos de identificação e análise de risco, as perdas mais relevantes de forma comparativa e evolutiva, por evento, as ações de mitigação realizadas e os resultados esperados.

Adicionalmente, esses relatórios abordam as ações de Gestão de Continuidade de Negócios, as ações relativas à gestão de crises, os valores relativos à alocação de capital e os métodos de cálculo do capital necessário para fazer frente aos riscos operacionais que a CAIXA está exposta.

Em um cenário hipotético de violação do limite de perdas operacionais estabelecido, é realizado reporte extraordinário ao Comitê Delegado de Risco e Capital, explicando as causas que deram origem à extrapolação, bem como plano de ação para regularização da situação. Ainda, se as perdas atingirem a faixa de contingência estabelecida, será feito um alerta de Risco Operacional explicando as causas e processos envolvidos.

Os relatórios de gerenciamento de capital demonstram o comportamento do capital, principais eventos para variação do PR, Margem e RWA, bem como os principais parâmetros e indicadores (Basileia, Nível I, Capital Principal), apresentando análise das variações. Estes reportes evidenciam, também, a composição do RWA total e projeção de comportamento para os próximos meses em um horizonte de um ano a partir do Plano de Capital e das possibilidades relacionadas à gestão de capital, comparando o projetado com o realizado para o período de referência.

Além de relatórios mensais sobre o gerenciamento de capital, são elaborados Informes de Capital ao Comitê Delegado de Risco e de Capital caso haja necessidade de esclarecimentos sobre mudanças normativas e/ou operações que possam refletir no gerenciamento de capital da instituição e/ou implicar em mudanças no Plano de Capital estabelecido.

Os reportes internos são levados às diversas instâncias envolvidas e fornecem à Alta Administração subsídio para a tomada de decisão, inclusive de ordem estratégica, constituindo também uma das formas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

Para operações e negócios superiores aos limites estabelecidos nas políticas e alçadas estabelecidas, a área de risco corporativo é instada a emitir parecer para a Alta Administração com análise ampla sobre os riscos e eventuais reflexos no capital.

Os processos e procedimentos, modelos, metodologias e indicadores de gerenciamento dos riscos e de capital estão documentados em normativos internos, disponíveis a todos os empregados.

## CAPÍTULO V – MONITORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

### 5.1 ATUALIZAÇÃO DE PREMISSAS, DAS METODOLOGIAS E DOS MODELOS DE GESTÃO DE RISCOS

A GN Monitoração dos Modelos de Risco – GEMOR – possui o mandato de “monitoramento e validação dos modelos de cobrança e de avaliação dos riscos operacional, de mercado, de crédito e liquidez da CAIXA”.

As atividades de validação e monitoração dos modelos de risco utilizados na CAIXA observam, entre outros, os princípios de segregação das atividades e de revisão independente e são desempenhadas pela GEMOR, cujos normativos estabelecem princípios, requisitos mínimos, padrões e procedimentos para validação e monitoração dos modelos, a saber:

- CR166 – Gerenciamento do Risco de Modelagem dos Modelos de Risco de Crédito, Carteira de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional;
- CR146 – Manual Operacional de Validação Prévia e Tratamento da Documentação dos Modelos de Risco;
- CR145 – Sistema de Mensuração do Risco de Mercado – Carteira de Negociação: Validação e Monitoramento;
- CR192 – Monitoração dos Modelos de Risco de Crédito;
- CR262 – Validação dos Sistemas Utilizados nos Modelos de Riscos da CAIXA;
- CR260 – Parâmetros de Aceitação da Acurácia dos Modelos de Risco de Crédito, Mercado e Operacional.

Os Normativos de Documentação dos Modelos de Gerenciamento de Risco têm por finalidade consolidar o conjunto de informações teóricas, técnicas e práticas usadas, bem como as metodologias que fundamentam a construção/alteração do modelo, a fim de manter o registro histórico e preservar o capital intelectual da CAIXA.

A GEMOR realiza avaliação do conteúdo e abrangência dos relatórios estratégicos de mensuração de risco de crédito, carteira de crédito, mercado, liquidez e operacional quando elaborados para atender à Alta Administração da CAIXA: Comitê de Risco, Conselho Diretor e Conselho de Administração.

Os relatórios estratégicos são registrados no Normativo de Inventário dos Modelos de Risco da CAIXA.

O processo de validação prévia do Modelo, módulo e procedimento de gerenciamento de risco, consiste em avaliar se o modelo da CAIXA ou adquirido, está adequado às finalidades a que se propõe, por meio da análise da consistência da documentação encaminhada pelo gestor e práticas de mercado aplicadas.

Tanto os resultados das validações prévias quanto os resultados da monitoração têm por destinatários primários os respectivos gestores dos modelos de risco e reporte mensal, elaborado pela GEMOR, à Alta Administração (Comitê Delegado de Risco e Capital) contendo síntese desses trabalhos.

#### 5.1.1 Monitoramento de Modelos de Risco

A monitoração ou validação contínua consiste em um conjunto de rotinas sistemáticas e técnicas aplicadas com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho

dos modelos por meio da comparação entre os resultados previstos e aqueles observados (medida de acurácia), além da avaliação face aos limites de exposição definidos, histórico de comportamento, adequação do entorno tecnológico e documentação do modelo. As monitorações podem ter periodicidade mensal, anual, bienal ou outra determinada pelas características inerentes a cada modelo.

Ressalta-se a publicação da versão 006 da PO003 - Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, em 06/06/2015, devido à inclusão do termos operacionais na métrica do indicador “Índice de Monitoramento dos Limites de Exposição a Riscos e de Perdas”, em atendimento a apontamento de Auditoria.

O princípio da “Validação Prévia”, do MN PO003, é o processo de verificação da adequação e conformidade dos modelos, inclusive modelos adquiridos, às finalidades a que se propõem antes da entrada em produção de implantação ou alteração de modelos.

O regimento interno do Comitê de Risco de Capital (Comitê Delegado do Conselho Diretor) dentre suas competências aprova novos modelos para mensuração do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, assim como, as alterações nos modelos vigentes.

#### 5.1.2 Validações Prévias

No MN CR146, estão estabelecidos critérios e padrões para a elaboração dos Normativos de Documentação dos Modelos de Gerenciamento de Risco de Crédito, Carteira de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional para consolidar o conjunto de informações que fundamentaram a construção do modelo, módulo/funcionalidade ou procedimento.

#### 5.2 AUDITORIA INTERNA – ATRIBUIÇÕES RELATIVAS AOS CONTROLES INTERNOS, À GESTÃO DE RISCOS E À FREQUÊNCIA DOS TRABALHOS DE AUDITORIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Para atender ao BACEN, em função das exigências do CMN, aí incluídas as inerentes ao Acordo de Basiléia, e cumprir o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT, aprovado pela CGU/SFC e pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna avalia, semestralmente, dentre outros itens de auditoria, o Sistema de Controles Internos e, anualmente, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado e operacional.

As ações com vistas à solução das ocorrências apontadas em Relatórios de Auditoria - RA, e os respectivos prazos para sua implantação, são informados pela unidade auditada em plano de ação no SIAUD - Sistema de Auditoria de Unidades, tendo acompanhamento das AUDIR – Auditorias Regionais.

O SIAUD inclui o acompanhamento das ações da patrocinada – FUNCEF dos apontamentos/recomendações efetuados pela Auditoria da CAIXA.

#### 5.3 ATIVIDADES DE MONITORAMENTO CONTÍNUO REALIZADAS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

##### 5.3.1 Monitoramento do SCI

O monitoramento do SCI tem por objetivo avaliar o cumprimento dos princípios da Política de Controles Internos e *Compliance* – MN PO002 - e sua estrutura básica de indicadores está em conformidade com a estrutura do COSO: Ambiente de

Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Comunicação & Informação e Monitoramento.

A avaliação é semestral e permite evidenciar o nível de maturidade do SCI da CAIXA. A implementação dos indicadores ocorre de forma gradual, considerando a disponibilidade, tempestividade, atualização, consistência e aplicabilidade das informações.

O Relatório de Monitoramento do SCI – MSCI - compõe o Relatório de Controles Internos da CAIXA e dos 68 indicadores necessários para que a avaliação contemple todos os aspectos previstos em normas externas e documentos de melhores práticas do mercado, 52 foram mensurados, o que representa 76,47% da abrangência requerida para avaliação do SCI em sua completude, na 14ª fase do Monitoramento do SCI – 1º semestre de 2015.

### 5.3.2 Matriz de Conformidade

Instrumento que tem o objetivo de avaliar e divulgar o índice de Conformidade das Unidades de Matriz e de Rede nos indicadores definidos, com a finalidade de estimular a melhoria contínua, a disseminação da cultura de controle e *compliance* e a busca para atingir a meta de 100% de conformidade. Na Matriz de Conformidade, quanto maior a pontuação atribuída a uma UG, maior o seu nível de conformidade e, portanto, menor o nível de exposição da CAIXA a riscos. A SUCOI divulga a Matriz de Conformidade até o 10º dia útil do mês subsequente, no endereço <http://www.sucoi.mz.caixa>.

## 5.4 TESTES PERIÓDICOS DE SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES, EM ESPECIAL DOS MANTIDOS EM MEIO MAGNÉTICO

### 5.4.1 Segurança para o Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas

As Vice-Presidências, a partir do Novo Modelo de Gestão, passaram a contar com Gerências Executivas para aprimoramento dos processos, o que vem a contribuir para o desenvolvimento e manutenção de sistemas. No Novo Modelo de Gestão, a Tecnologia da Informação é um “macroprocesso” com o objetivo de fornecer e manter a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, para a sustentação dos negócios e atividades administrativas da CAIXA.

Abaixo, destacam-se alguns normativos com diretrizes e procedimentos que abrangem as atividades de manutenção e desenvolvimento de novos sistemas:

- MN PO027 – Política de Segurança da Informação da CAIXA - estabelece princípios e diretrizes para proteção e disciplina do uso dos ativos de informação da CAIXA ou sob sua custódia, assegurando a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade;
- MN TE197 – Segurança para o Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas - estabelece diretrizes de desenvolvimento seguro, guiando e promovendo a aplicação das melhores práticas de segurança no ciclo de desenvolvimento de sistemas e na obtenção, paga ou não, de aplicativos de negócios;
- MN TE177 – Diretrizes e Controles do Processo de Desenvolvimento de Sistemas - estabelece as diretrizes e controles institucionais para o

processo de desenvolvimento de sistemas, ao qual esta norma complementa com as diretrizes de segurança.

As Unidades de Negócios (UN) e as Unidades Funcionais (UF), por meio de suas atribuições comuns, participam da Cadeia de Valor – Tecnologia da Informação, conforme MN OR005 – Arquitetura do Conglomerado CAIXA.

Por outro lado, têm-se as atuações da AUDTI – Auditoria Nacional Processos e TI quando da prestação de serviços que enfocam: (i) Tecnologia da Informação; (ii) Ativos; (iii) Arquitetura; (iv) Inovações; (v) Projetos; (vi) Operações; (vii) Serviços de segurança de TI; (viii) Desenvolvimento de sistemas; (ix) Processo de certificação digital.

#### 5.4.2 Comunicação do Processo de Monitoração de Incidentes Tecnológicos

A CAIXA possui uma Equipe de Acompanhamento de Incidentes e Gestão de Crises na GESET - GN Segurança e Continuidade de Negócios em TI, vinculada à SUGTI - SN Governança de TI, denominada GRIST – Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança Tecnológica, responsável por centralizar e auxiliar na divulgação das informações de incidentes tecnológicos, com tempestividade e adequado tratamento, e tem o objetivo de minimizar o impacto nas operações de negócios, ou seja, esta comunicação tem o propósito de estabelecer rotinas e fluxo de informações para o processo de gerenciamento de incidentes tecnológicos verificados nos ambientes computacionais, detectados de forma manual ou automática.

As rotinas e fluxos de tratamento desses incidentes estão descritas no MN TE132 - Plano de Comunicação do Processo de Monitoração de Incidentes Tecnológicos.

#### 5.4.3 GRIST – Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança Tecnológica

A CAIXA, por meio do GRIST, procura atuar, de forma proativa, na neutralização de ameaças de Segurança Tecnológica e, de forma reativa, na eliminação ou redução dos impactos causados por incidentes dessa natureza direcionados ao ambiente tecnológico.

Essa atuação compreende avaliar falhas de segurança em sistemas operacionais e mecanismos de proteção da rede, com intuito de aumentar a capacidade de resistência da rede a ataques externos, bem como reduzir as possibilidades de ataques originários do ambiente interno de rede de comunicações da CAIXA.

O GRIST une as informações colhidas do ambiente de acesso com as informações geradas pela análise dos computadores supostamente afetados e, em caso de incidentes complexos, elabora o RAI – Relatório de Análise de Incidentes – que é o documento do processo de análise do incidente, bem como a conclusão baseada nas evidências registradas sobre o caso.

#### 5.4.4 Testes de Segurança dos Sistemas de Informações

A ferramenta SIEM - *Security Incident and Event Management*, sistema de correlação de eventos, encontra-se implantada desde o início do 2º semestre de 2012, sendo utilizada no gerenciamento de eventos (logs) e na segurança da informação, com foco na monitoração da segurança tecnológica. Por meio da correlação de eventos originados em diversas fontes, tais como: roteador, firewall, IPS, antivírus, *Active Directory*, o SIEM gera alertas de incidentes que são tratados pela equipe GRIST/COS,

por meio de notificações. O SIEM ainda fornece subsídios no tratamento de outros incidentes que dependam de algum log armazenado em sua base.

A CAIXA adquiriu, por meio de pregão, ferramenta de gestão de vulnerabilidade, cujo objetivo é a atuação preventiva aos incidentes de segurança tecnológica pelo GRIST. A solução vencedora foi a “*McAfee Vulnerability Manager*”, fornecida pela empresa *Fast Help*. A instalação foi concluída em abril/2014 e o processo está em execução, conforme o MN TE168.

O processo de gestão de vulnerabilidade, implementado com base em uma ferramenta de análise de vulnerabilidades, possibilita o acompanhamento da “saúde” dos ativos de TI no que diz respeito a atualização de versões, *patches* e outros pacotes de segurança fornecidos pelos respectivos fabricantes. Por meio de relatórios é possível saber se a situação está estável, se melhorou ou se piorou dentro de um determinado período. A ferramenta mantém o histórico das vulnerabilidades identificadas, permitindo, assim, o acompanhamento das correções aplicadas pelas equipes operacionais.

A ferramenta de monitoração de log DB2 (*Guardium*), para controle dos Administradores de Banco de Dados – DBA - foi implantada nas CN Operações de TI - CEPTI/BR, CEPTI/RJ e CEPTI/SP. O processo de instalação pela equipe CAIXA foi finalizado em junho/2014.

## VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguem as considerações exaradas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente e Superintendência Nacional de Controle Institucional, que apresentam as avaliações em relação aos Controles Internos da Instituição, referente ao 1º semestre de 2015, uma vez que a consolidação das informações referentes ao 2º semestre de 2015 ainda não foi concluída (previsão: março/2016).

### 6.1 PARECER DA AUDITORIA INTERNA

No parecer emitido pela Auditoria Interna, ANEXO IX do RCI CAIXA do 1º semestre de 2015, são destacados os seguintes pontos:

▪ **Governança Corporativa:**

- Publicada em 13/07/2015 a versão 001 do normativo OR134 onde está composto o fluxo decisório da CAIXA;
- Revisão da dinâmica de funcionamento do conglomerado CAIXA, com vista a aprimorar o modelo de gestão vigente, culminando na aprovação do sistema de governança e gestão do Conglomerado;
- Criação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação CAIXA, aprovado pelo CD em 14/04/2015, o qual subsidia o Comitê Delegado de Risco e de Capital, com o objetivo de identificar, priorizar e tratar riscos de segurança da informação e comunicação e garantir o cumprimento de regulamentos, normas e práticas de segurança da informação e comunicação internas e externas, e definir processos para identificação, priorização e tratamento de riscos da informação e



comunicações.

▪ **Evolução do SCI na CAIXA:**

- O CD apresentou a base conceitual do sistema de linhas de defesa em 14/04/2014, criou a Centralizadora de Normas e Riscos (CEMON), vinculada a VICOR, e a Centralizadora de Operações de Varejo (CEVOP), vinculada à VIVAR;
- Realizado teste do Sistema de Linhas de Defesa com o produto Crédito Consignado, com piloto aplicado em dois convênios, Comando do Exército e Ministério da Educação, encerrado em janeiro/2015 com a adoção do monitoramento do percentual de contratos não averbados, como atividade de 2ª linha de defesa na CEMON, englobando todos os convênios monitorados pela CEVOP;
- No contexto de implantação de linhas de defesa, vem sendo estruturado a partir da criação de redes negociais para as VP Habitação (VIHAB), VP Corporativo (VICOP) e VP Governo (VIGOV) e VIVAR, com piloto em andamento nos estados de Goiás e Rio Grande do Sul;
- O CD criou a Gerencia Nacional Controle Corporativo de Garantias (GEGAR) em janeiro/2015, vinculada à VICOR, com responsabilidade de controlar, de forma corporativa, as garantias e convenants das operações de crédito da CAIXA;
- A Administração da CAIXA, em constante preocupação com o aprimoramento do SCI, implementou as ações descritas a seguir:
  - ✓ A fim de garantir a implementação dos conceitos de ética, conformidade, retidão, honestidade e responsabilidade, a VIVAR no 3º trimestre de 2014 liderou, com a participação de diversas unidades, um grupo de ações emergências baseada nos princípios, conduta e forma de atuação esperada dos empregados e gestores;
  - ✓ Com objetivo de disseminar a importância da Conformidade na geração dos negócios da CAIXA, com vistas à sustentabilidade dos resultados, considerando a consolidação da cultura da Conformidade e de Fazer do Jeito Certo da Primeira Vez, o Programa CAIXA Conforme busca resgatar nos empregados o senso de responsabilidade pelo controle, conceito essencial das linhas de defesa;
  - ✓ Visando aprimorar a qualidade da originação e o desempenho da carteira de crédito, principalmente pela redução da inadimplência, foram criados os Projetos Crédito com Qualidade e Carteira Sustentável, iniciados em setembro de 2014.

Quanto aos testes realizados pela Auditoria em unidades vinculadas à Rede, observa-se a permanência de um elevado número de testes (82%) que apontam controles fragilizados devido a falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades. Na análise dessas auditorias, os eventos de risco operacional mais frequentes estão relacionados a “Descumprimento não intencional de normas legais” e “Falha na recepção, controle e manutenção de documentação do cliente e das garantias”. No universo de testes realizados em unidades vinculadas à Matriz destaca-se que os eventos de risco operacional mais recorrentes (79%), estão relacionados a



“descumprimento não intencional de normas legais” (70%) e a “falha na recepção, controle e manutenção de documentação do cliente e das garantias” (7%).

Dentre as situações que constam do parecer, destacam-se as auditorias de processos, nas quais foram identificadas fragilidades de controle, pela relevância, conforme segue:

- Auditoria com o objetivo de avaliar o estágio de implantação da 2ª linha de defesa da CAIXA;
- Auditoria realizada no processo Microcrédito Produtivo Orientado (MPO);
- Trabalho de auditoria executado no processo de concessão e manutenção de empréstimos às pessoas físicas sob a forma de penhor;
- Auditoria no processo Habitação Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR);
- Auditoria executada no processo de contratação e manutenção dos Correspondentes CAIXA AQUI (CCA) Master e o substabelecimento à rede de varejo, ou estabelecimento comercial para contratação de produtos/serviços;
- Auditoria efetuada nos processos Conta Corrente Pessoa Física e Cesta de Serviços Pessoa Física;
- Trabalho de auditoria executado no processo de Locação de Imóveis na CAIXA;
- Auditoria no processo de provimento, guarda e distribuição de insumos lotéricos e bilhetes das Loterias Federal e Instantânea;
- Auditoria aplicada no processo Gestão do Passivo Trabalhista;
- Auditoria efetuada no processo de cobrança e recuperação de crédito na CAIXA;
- Trabalho de auditoria executado no processo “*produzir informações contábeis*”;
- Trabalho de auditoria realizado no processo de precificação;
- Auditoria executada no processo de coordenação da emissão de títulos de dívida da CAIXA no mercado de capitais internacional;
- Auditoria efetuada no processo tributário “CAIXA Contribuinte”.

Considerações finais registradas pela Auditoria no referido Parecer:

*“[...]É fundamental que o SCI evolua alinhado a toda a estratégia de ações para o cumprimento dos desafios empresariais e para a permanência de forma sustentável da CAIXA “entre os três maiores bancos brasileiros até 2022, mantendo a liderança como agente de políticas públicas”, visão de futuro alcançada pela Empresa.*

*É nossa opinião que os controles existem e estão instalados, porém carecem da integração entre áreas e processos, o que pode ser*

*alcançado com a evolução satisfatória do modelo das 3 linhas de defesa.*

*A implantação e consolidação do sistema de Linhas de Defesa da CAIXA em âmbito nacional contribuirá para avaliações mais abrangentes e suficientes, viabilizando a identificação das falhas e oportunizando ajustes entendidos como necessários[...]*”.

## 6.2 CONSIDERAÇÕES DA SUCOI – SN DE CONTROLE INSTITUCIONAL

Conforme Parecer da Auditoria Interna, do 1º semestre de 2015, sobre a avaliação do Sistema de Controles Internos da CAIXA (subitem 5.2 do RCI CAIXA do 1º semestre de 2015), em que pese as ações desenvolvidas pela CAIXA buscando robustecer os controles internos existentes, a estrutura de controle não tem acompanhado o crescimento dos negócios, os controles existem e estão instalados, porém carecem da melhor integração entre áreas e processos, o que pode ser alcançado com a implementação satisfatória do modelo das 3 linhas de defesa. A implantação e consolidação do Sistema de Linhas de Defesa da CAIXA em âmbito nacional contribuirá para avaliações mais abrangentes e suficientes, viabilizando a identificação das falhas e oportunizando ajustes entendidos como necessários.

Assim, corroborando com a conclusão consignada pela Auditoria em seu Parecer, entendemos que a efetividade do Sistema de Controles Internos da Instituição, em face do aumento do volume de negócios, da base de clientes, da quantidade de Agências/PA e, conseqüentemente, da maior exposição a riscos operacionais decorrentes deste crescimento, requer a revisão e aprimoramento dos processos para que se adequem aos cenários e às exigências de mercado, a manutenção e intensificação de esforços constantes por parte dos gestores, para que sejam reforçados os controles, o monitoramento e o gerenciamento de riscos.

Como exemplo destes esforços, destaquem-se algumas iniciativas em andamento:

- Continuidade da implementação da CEMON, responsável pelo monitoramento dos riscos relevantes, compondo a estrutura de monitoramento de 2ª linha de defesa;
- O Piloto das Redes Negociais, envolvendo as redes negociais da VICOP, VIGOV, VIHAB E VIVAR, abrangendo as unidades de Goiás e Rio Grande do Sul, que trata do Plano de Implantação das operações no conceito de Linhas de Defesa.
- Criação da GN Controle Corporativo de Garantias – GEGAR, que apresentou, na reunião do Conselho Diretor de 28/04/2015, o Plano de Ação, para a gestão corporativa de garantias, com previsão de conclusão de todas as ações até agosto/2017;
- Desenvolvimento da Declaração Geral de Appetite a Riscos da CAIXA, prevista para ser implementada ainda em 2015 (VICOR/DECOR/SUCOR);

- Tratamento dos apontamentos relevantes e recorrentes junto às Vice-Presidências responsáveis pelas ações corretivas, sob monitoramento da VICOR/SUCOI, com apresentação periódica ao COAUD e CD.

Reforçamos, ainda, a necessidade de:

- Manutenção de ações de aprimoramento dos controles internos, capazes de solucionar definitiva e tempestivamente as irregularidades, deficiências e fragilidades de controle identificadas e que constituem objeto de constante monitoramento;
- Intensificação das ações de monitoramento que possam detectar, com maior efetividade, a existência de deficiências e fragilidades nos processos da empresa, mitigando-se as situações de exposição a riscos, inclusive os de imagem e reputacional, podendo ocorrer a partir da estruturação do conceito de Linhas de Defesa, a partir de uma atuação conjunta da Área de Riscos e de Controle Institucional.



**Relatório de Gestão – Exercício 2015**

## **Anexo IV**

**Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de  
cargos da unidade**

Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante: Caixa Econômica Federal						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2009	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às unidades da CAIXA.	05.515.258/0001-44	14/12/09	31/05/15	M	E
2009	Prestação de serviços técnicos especializados de Controle, Qualidade, e Conformidade - item III: REROP/SP, conforme especificações dos serviços, forma e local de execução, constantes do Edital: Anexo I - Termo de Referência, Anexo II - Especificações, Proposta Comercial da CONTRATADA e demais Anexos do Edital, que passam a integrar este contrato.	59.057.992/0001-36	16/12/2009	26/07/2015	S	E
2010	Prestação de serviços de apoio às unidades vinculadas à SR Centro-Oeste de Minas.	10.668.049/0001-70	21/12/10	31/05/15	F/M	E
2010	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR BH Norte, Norte de Minas e Leste de Minas.	10.668.049/0001-70	09/08/10	31/03/15	M	E
2010	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às unidades da CAIXA.	09.542.711/0001-67	12/02/10	31/05/15	M	E
2010	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da Caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às unidades da CAIXA no estado da Paraíba.	02.355.633/0001-48	22/12/2010	21/06/2016	M	P
2010	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura para o Ed. sede e site.	03.581.297/0001-14	13/04/10	14/10/15	M	E
2010	Contrato de parceria público-privada entre a CAIXA e a GBT S.A. - Concessionária de infraestrutura predial e de serviços de TI.	11.738.966/0001-47	15/03/10	14/03/28	F/M/S	A
2010	Prestação vigilância ostensiva às unidades vinculadas à SR Paraíba.	17.428.731/0001-35	09/04/2010	08/04/2016	M	P
2011	Prestação de serviços de apoio às unidades do ES.	01.238.482/0001-85	17/01/11	16/01/16	F/M	E
2011	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sul de Minas.	10.668.049/0001-70	01/11/11	28/02/15	M	E
2011	Bombeiro Profissional Civil - Áreas Adm MG.	42.515.478/0001-02	16/04/11	16/04/15	M	P
2011	Prestação de serviços de transporte de pessoas e pequenos volumes, para atendimento às unidades da CAIXA no Distrito Federal e no entorno.	12.075.456/0001-08	20/07/2011	20/07/2016	M	P
2011	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, para atendimento das unidades da CAIXA no estado do Paraná, Item I – Curitiba e Leste do Paraná.	05.762.657/0001-00	01/02/12	31/01/15	M	E
2011	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, para atendimento das unidades da CAIXA no estado do Paraná.	05.605.742/0001-64	01/02/12	31/01/15	M	E
2011	Recepção SAA.	73.281.404/0001-74	01/11/2011	31/10/2016	M	P

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços de copa, recepção, portaria, operador de máquina de reprografia, carregador, ascensorista e telefonista para atendimento às unidades da CAIXA no estado da Paraíba.	01.238.482/0001-85	27/02/2011	27/03/2016	Não se aplica	P
2011	Prestação de serviços de copa, recepção, portaria, operador de máquina de reprografia, carregador, ascensorista e telefonista para atendimento às unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Norte.	07.442.731/0001-36	31/03/2012	31/01/2017	Não se aplica	P
2011	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, garçom, recepção, portaria, operador de máquina copiadora, carregador, carregador eventual, ascensorista, zelador, garagista e telefonista.	00.482.840/0001-38	04/11/2011	03/11/2016	M	P
2011	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, contemplando o fornecimento de materiais para as unidades da CAIXA no estado do Piauí.	02.685.728/0001-20	19/02/2012	19/02/2016	M	P
2011	Serviços de produção de cópias, plotagens, digitalização e encadernações para atendimento às unidades do Rio de Janeiro.	00.845.661/0001-18	13/08/2011	12/08/2016	M	P
2011	Prestação de serviços de apoio administrativo - ascensorista, telefonista, copeira e porteiro para atender as unidades vinculadas às superintendências regionais entro, este e sul fluminense no estado do Rio de Janeiro.	78.533.312/0010-49	01/05/2011	30/04/2016	F/M	P
2011	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para as unidades vinculadas às superintendências regionais: oeste e sul fluminense.	78.533.312/0010-49	01/03/2011	29/02/2016	Não se aplica	P
2011	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para as unidades vinculadas às superintendências regionais: centro, norte e norte fluminense.	78.533.312/0010-49	01/03/2011	28/02/2017	Não se aplica	P
2011	Manutenção predial com ambientes críticos.	16.099.194/0001-64	11/11/11	10/11/16	M	P
2011	Prestação de serviços técnicos de Engenharia e Arquitetura, para assessoria, coordenação, especificações, estudo de viabilidade técnica, orçamentos, fiscalização de obras, laudos, levantamentos, projetos, pareceres, vistorias.	01.693.698/0001-30	25/02/11	24/02/16	M/S	P
2011	Prestação de serviço de manutenção predial e corretiva de instalação civis sist. equip. eletr. e eletrônicos, sist. de ar condicionado e vent. Mecânica incluindo repos. e subst. de mat. e peças ou equip. elet. nos imóveis listados no processo.	16.099.194/0001-64	15/12/11	14/12/16	F	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços, para distribuição de documentos, materiais e volumes, abrangendo os serviços de recepção e expedição de malotes, documentos, materiais e volumes, incluindo a triagem, o preparo, o acondicionamento, a postagem e o encaminhamento para o transporte, a serem realizados nas dependências da CONTRATADA, para atendimento às unidades vinculadas à unidade de distribuição da CAIXA em Brasília/DF.	34.181.354/0001-00	01/06/2011	01/06/2016	M	A
2011	Serviços de distribuição de documentos, materiais e volumes para atendimento às unidades vinculadas à distribuição BH/MG.	24.807.471/0001-74	08/12/2011	07/12/2016	M	A
2011	Prestação de serviços de manuseio de documentos, materiais e volumes, a serem realizados nas dependências da contratada, abrangendo os serviços de recepção e expedição de malotes, documentos, materiais e volumes, incluindo a triagem, o preparo, o acondicionamento e a entrega para postagem e/ou o transporte para atendimento às unidades vinculadas à unidade de distribuição da CAIXA em São Paulo/SP, excluído o transporte de documentos e/ou pequenos volumes abrangidos pelo monopólio postal da União (Lei 6.538/78).	03.058.637/0001-27	08/07/2012	07/07/2016	M	P
2011	Distribuição de documentos, materiais e volumes para atendimento às unidades vinculadas à unidade de distribuição da CAIXA em Curitiba/PR (todas as unidades no PR e outras 8 unidades em SC).	85.490.746/0001-83	11/11/2012	10/11/2016	M	P
2011	Vigilância Ostensiva.	31.546.484/0001-00	16/12/2015	15/12/2016	F	P
2011	Vigilância Ostensiva.	31.546.484/0001-00	16/12/2015	15/12/2016	F	P
2011	Prestação de serviço de vigilância ostensiva e serviços de segurança privada a pessoas, bem como serviço de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves.	32.834.491/0001-62	10/09/2011	09/09/2016	F	A
2011	Vigilância Ostensiva.	67.803.726/0001-33	15/12/2011	26/02/2016	F	P
2011	Vigilância Ostensiva.	67.803.726/0001-33	16/12/2011	26/02/2016	F	P
2011	Prestação de serviços técnicos especializados de suporte a ambiente, conforme especificações dos serviços, forma e local de execução constantes do Edital.	67.726.505/0001-09	15/03/2011	14/03/2016	M/S e Pós	P
2011	Contratação de empresa para prestação do serviço de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos de TIC instalados na região de abrangência da GITEC/BE que atende aos estados do PA e AP, no período de 24 meses.	20.914.172/0001-88	07/11/2015	06/11/2016	Não se aplica	P
2011	Contratação de empresa para prestação de serviço de assistência e suporte visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, instalados na região de abrangência da GITEC/BU.	00.308.141/0001-76	18/11/2011	06/02/2016	Não se aplica	P
2011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando disponibilidade e pleno uso dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.	00.308.141/0001-76	01/05/2011	30/04/2016	Não se aplica	P



Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC instalados na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico de Porto Alegre/RS.	93.645.588/0001-11	26/03/2011	25/03/2016	Não se aplica	P
2011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para pleno uso dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC instalados na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico do Rio de Janeiro, pelo prazo de 24 meses, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que é parte integrante deste contrato, bem como observará os padrões mínimos de qualidade exigíveis.	67.726.505/0001-09	01/08/2011	31/07/2016	Não se aplica	P
2011	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, às centrais telefônicas PABX, aparelhos telefônicos digitais, IP e analógicos, mesa operadora, <i>headset</i> e aparelhos de fac-símile, de propriedade da CAIXA, instalados nas unidades da CAIXA sediadas no Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.	09.174.281/0001-73	14/11/2011	13/11/2016	Não se aplica	P
2011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC instalados na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico de Brasília/DF e Entorno, pelo prazo de 24 meses, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, que é parte integrante deste contrato, bem como observará os padrões mínimos de qualidade exigíveis.	67.726.505/0001-09	01/03/2011	28/02/2016	Não se aplica	P
2011	Licenciamento temporário de uso de <i>softwares</i> , serviço de manutenção, atualização e atendimento de demandas, <i>star-up</i> (customização, implantação e treinamento), prestação de serviços de assistência técnico-operacional e suporte técnico on-site, que no conjunto compõe uma solução de prevenção a fraudes e segurança digital para clientes e usuários do <i>Internet Banking</i> da CAIXA, denominada Solução G-Buster, por um período de 24 meses.	37.129.194/0001-30	10/05/2011	10/05/2016	Não se aplica	P
2011	Adm. e implantação de ações ref. ao projeto de arte educação "Gente Arteira".	02.074.570/0001-51	20/06/11	19/06/16	M	P
2012	Contratação de empresa especializada em gerenciamento de viagens ( <i>Travel Management Company</i> – TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de auto agendamento ( <i>selfbooking</i> ), para atendimento aos empregados da CAIXA nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima e, eventualmente, em outros estados.	95.870.069/0001-82	19/01/2013	18/01/2017	M	P
2012	Prestação de serviços de limpeza e controle biológico de pragas com fornecimento de materiais para unidades do estado do Acre.	01.044.652/3001-10	08/01/2012	07/01/2017	F	P
2012	Prestação de serviços de limpeza e controle biológico de pragas com fornecimento de materiais para unidades do estado do Amazonas e Roraima.	01.044.652/3001-10	01/11/2012	30/06/2016	F	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à BH Sul e Centro de Minas.	10.668.049/0001-70	01/10/12	31/05/15	M	E
2012	Limpeza.	10.668.049/0001-70	01/09/12	07/06/15	F	E
2012	Limpeza.	08.529.535/0001-66	01/11/12	31/10/16	F	P
2012	Limpeza.	04.482.840/0001-38	01/10/12	30/09/16	F	P
2012	Limpeza.	04.482.840/0001-38	01/12/12	30/11/16	F	P
2012	Prestação de serviços terceirizados na área de apoio administrativo e atividades auxiliares para atendimento às unidades da CAIXA localizadas no Distrito Federal.	01.238.842/0001-85	11/05/2012	06/05/2016	F/M	P
2012	Bombeiros Civis.	42.515.478/0001-02	10/09/2012	09/09/2016	M	P
2012	Limpeza e controle de pragas.	78.533.312/0001-58	01/06/2012	31/05/2016	F	P
2012	Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos.	01.802.239/0001-48	18/08/2015	17/08/2016	M	P
2012	Prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio, treinamento de brigada voluntária com disponibilização de materiais de primeiros socorros, por meio de bombeiro profissional civil em unidades da CAIXA sediadas no estado de Pernambuco.	02.279.318/0001-89	11/11/2012	10/11/2016	M	P
2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de produção de fotocópias em preto e branco em tamanho A-4, reduções, ampliações e encadernações em geral em tamanho A-4, cópias em grandes formatos, cópias por metro linear e encadernações (espiral) em tamanho A-4, compreendendo a disponibilização pela contratada de equipamentos compatíveis com a produção das quantidades de cópias estimadas, sua instalação em espaço cedido pela unidade da CAIXA no Ed. Empresarial 02 de Julho, na cidade de SALVADOR/BA, bem como a manutenção corretiva/preventiva, o fornecimento de papel reprográfico, todo o material necessário para encadernação em espiral, peças, componentes e materiais utilizados na operação e limpeza dos equipamentos, além da mão-de-obra para sua operação.	96.709.209/0001-06	16/05/2012	30/10/2015	F	E
2012	Prestação de serviço de recepcionista 8H para as salas de autoatendimento da CAIXA no estado de Sergipe.	02.685.728/0001-20	10/10/2014	09/10/2015	M	P
2012	Prestação de serviço de recepcionista 8H para as salas de autoatendimento da CAIXA no estado de Sergipe.	02.685.728/0001-20	10/10/2015	09/10/2016	M	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para as unidades da CAIXA.	60.902.939/0001-73	12/01/2012	11/01/2017	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, ascensorista, garagista e telefonista abrangendo os polos regionais ABC, Baixada Santista e Ipiranga.	60.902.939/0001-73	26/03/2012	25/03/2016	M	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para as unidades da CAIXA, abrangendo a região 1 (ABC, Baixada Santista e Ipiranga).	02.202.705/0001-17	12/01/2012	11/01/2017	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços especializados de prevenção e combate a incêndio, treinamento de brigada voluntária, com disponibilização de materiais de primeiros socorros, por meio de BPC – bombeiro profissional civil.	03.022.122/0001-77	01/09/2012	31/08/2016	M/S	P
2012	Agenciamento de viagens.	24.929.614/0001-10	12/09/2012	11/09/2016	Não se aplica	P
2012	Contratação de empresa especializada em gerenciamento de viagens ( <i>Travel Management Company</i> – TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de auto agendamento ( <i>selfbooking</i> ), para atendimento aos empregados da CAIXA nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará.	95.870.069/0001-82	30/10/2012	29/10/2016	S	P
2012	Prestação de serviços especializados de prevenção e combate a incêndio, treinamento de brigada voluntária, com disponibilização de materiais de primeiros socorros, por meio de BPC-Bombeiro Profissional Civil, em eventos e unidades da CAIXA sediadas no estado do Ceará.	02.279.318/0001-89	03/08/2012	02/08/2016	M	P
2012	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, e/ou pequenos volumes e documentos para atendimento às unidades da CAIXA no estado do Piauí.	14.487.384/0001-23	27/09/2012	26/09/2016	M	P
2012	Prestação serviços apoio administrativo - ascensorista, telefonista, copeira, porteiro, carregador e zelador- unidades vinculadas às Superintendências Sul, Norte, Centro Leste Fluminense e Norte Fluminense no estado do Rio de Janeiro.	78.533.312/0010-49	13/08/2012	12/08/2016	F/M	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para o Ed. Sede, CAIXA Cultural RJ e Teatro Nelson Rodrigues.	78.533.312/0010-49	01/03/2011	28/02/2017	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta <i>online</i> de auto agendamento ( <i>selfbooking</i> ), para atendimento aos empregados da CAIXA no RJ e em outros Estados da Federação.	31.563.034/0001-18	15/11/2012	14/11/2016	M	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e combate de pragas para o estado de Goiás	78.533.312/0001-58	25/07/2012	24/07/2016	M	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e combate de pragas para o estado do Mato Grosso.	00.482.840/0001-38	01/04/2012	30/09/2016	M	P
2012	Manutenção preventiva e corretiva integral, com assistência técnica e reposição de peças e materiais de consumo dos sistemas de climatização de ambientes, condicionadores individuais e ventilação mecânica, instalados em Unidades da CAIXA.	03.215.234/0001-44	03/12/12	02/12/16	M	A
2012	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva, nos Edifícios Sede localizados em Curitiba.	81.777.203/0001-90	06/11/2012	05/05/2016	M	P
2012	Manutenção predial – Fortaleza.	12.067.103/0001-58	10/12/2012	09/12/2016	M	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Manutenção predial - SR Norte e sul do Ceará.	10.458.785/0001-02	03/12/2012	02/06/2016	M	P
2012	Prestação de serviços técnicos de Engenharia e Arquitetura, para assessoria, coordenação, especificações, estudo de viabilidade técnica, pareceres, dos imóveis de missão crítica, de uso da CAIXA.	01.693.698/0001-30	21/09/12	20/09/16	M/S	P
2012	Prestação de serviços de gerenciamento de viagens ( <i>Travel Management Company - TMC</i> ) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta <i>online</i> de auto agendamento ( <i>selfbooking</i> ), para atendimento aos empregados da CAIXA no Distrito Federal em outros Estados da Federação inclusive nos casos de reserva de hospedagem em Brasília.	01.017.250/0001-05	09/02/2015	08/02/2017	M	P
2012	Serviços de distribuição de documentos na cidade de São Luís/MA.	02.517.814/0001-23	06/12/2012	05/12/2017	Não se aplica	P
2012	Distribuição de documentos, materiais e volumes para atendimento às unidades vinculadas a unidade de distribuição da CAIXA em Porto Alegre/RS (todas as unidades no RS).	75.171.827/0023-75	15/04/2012	14/04/2016	M	P
2012	Distribuição documento.	85.490.746/0001-83	01/08/2012	31/07/2017	M	P
2012	Vigilância Ostensiva.	31.546.484/0001-00	18/01/2016	17/01/2017	F	P
2012	Vigilância Ostensiva.	31.546.484/0001-00	20/08/2015	20/08/2016	F	P
2012	Vigilância Ostensiva.	04.155.247/0001-38	30/04/2012	29/04/2015	F	E
2012	Vigilância ostensiva, segurança privada a pessoas, atendimento de disparo de alarme, abertura e fechamento, custódia de chaves e segurança eletrônica em pontos de atendimento e centrais de monitoramento.	92.653.666/0001-67	09/02/2012	08/02/2017	M	P
2012	Vigilância Ostensiva.	02.717.460/0002-41	21/01/2012	20/01/2017	M	P
2012	Vigilância Ostensiva.	02.717.460/0002-41	04/05/2012	03/05/2017	M	P
2012	Prestação de serviço de vigilância ostensiva e serviços de segurança privada a pessoas, bem como serviço de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves.	02.534.128/0001-60	11/02/2012	30/11/2016	F	A
2012	Vigilância Ostensiva.	05.457.677/0001-77	19/05/2012	30/11/2016	F	P
2012	Vigilância Ostensiva.	05.457.677/0001-77	11/02/2012	14/12/2016	F	P
2012	Vigilância Ostensiva.	66.700.295/0001-17	19/05/2012	26/02/2016	M	P
2012	Prestação de serviço de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA.	08.491.024/0001-00	01/07/2015	30/06/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de suporte técnicos e operacional aos terminais instalados em canais de AA da CAIXA.	08.491.024/0001-00	01/01/2013	30/06/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de suporte técnico aos terminais instalados em canais de autoatendimento.	54.083.035/0001-60	01/01/2013	01/06/2016	Não se aplica	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região Sul - Item III.	02.215.004/0001-12	01/07/2015	30/06/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA.	02.215.004/0001-12	01/01/2013	30/06/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento de sistemas da GITEC/FL.	05.085.461/0001-28	15/10/2012	14/10/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA.	67.726.505/0001-09	01/01/2013	30/06/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicações de dados incluindo instalação manutenção, suporte conforme edital.	17.708.759/0001-26	20/03/2013	19/03/2016	Não se aplica	A
2012	Serviços de suporte a <i>hardware</i> , <i>software</i> e TP em ambiente de telecomunicações e equipamentos de microinformática, instalados nas dependências da CAIXA (AC, AM, RO e RR).	20.914.172/0001-88	02/04/2012	01/04/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes em centrais telefônicas PABX e telefonia em geral, no ambiente da CAIXA, nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.	20.914.172/0001-88	01/08/2012	31/07/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de telecomunicações, destinados a suportar aplicações de dados, incluindo, ainda, a instalação, a manutenção e suporte.	76.535.764/0001-43	20/03/2013	19/03/2016	Não se aplica	A
2012	Prestação de serviços de telecomunicações, destinados a suportar aplicações de dados incluindo, ainda, a instalação, manutenção e suporte.	33.530.486/0001-29	14/01/2013	13/01/2016	Não se aplica	A
2012	Prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, compreendendo o desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de sistemas de informação, em regime de fábrica de <i>software</i> , por empresa que detenha também conhecimento especializado e experiência em sistemas administrativo e de cadastros, para atendimento de demandas do portfólio de sistemas que sustentam o segmento "sistemas administrativos e cadastro" da CAIXA.	15.834.768/0001-38	30/07/2012	29/07/2016	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA.	54.083.035/0001-60	01/01/2013	30/06/2016	Não se aplica	P
2012	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação em regime de fábrica de <i>software</i> , para atendimento de demandas do portfólio de sistemas que sustentam o segmento "Canais de Atendimento" da CAIXA.	17.201.995/0001-51	14/12/2012	13/12/2016	Não se aplica	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de operação, monitoração, manutenção e suporte técnico, com cobertura integral de hardware e software, para a Solução de Contact Center da CAIXA - Telesserviços CAIXA, incluindo reposição de hardware e/ou atualização automática de software, quando necessário, para todas as Centralizadoras de Atendimento da CAIXA, integradas em âmbito Nacional.	80.043.904/0001-33	31/08/2012	28/02/2017	Não se aplica	P
2012	Prestação de serviços de coordenação/supervisão técnica, iluminação, sonoplastia, operador de maquinaria cênica, montagem de exposições e manuseio de obras de arte, atendente cultural, portaria e bilheteria, para atendimento das demandas da CAIXA Cultural Fortaleza.	28.596.955/0001-72	08/08/2012	07/08/2016	M	P
2012	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coordenação/supervisão técnica, iluminação, sonoplastia, operação de maquinaria cênica, montagem de exposições e manuseio de obras de arte, atendente cultural, portaria e bilheteria no espaço da CAIXA CULTURAL Recife/PE.	28.596.955/0001-72	14/01/2015	13/01/2016	F/M	P
2012	Atendimento técnico.	28.596.955/0001-72	09/03/2013	08/03/2016	M/S	P
2013	Prestação de serviços de transporte pessoas a serviço da CAIXA, e/ou pequenos volumes e documentos, para atendimento às unidades da CAIXA no âmbito dos estados do Amazonas e Roraima.	08.713.403/0001-90	12/04/2013	11/04/2016	M	P
2013	Prestação de serviços especializados de prevenção e combate a incêndio, treinamento de brigada voluntária, com disponibilização de materiais de primeiros socorros, por meio de Bombeiro Profissional Civil - BPC, no Edifício Sede da CAIXA, sediada no município de Belém/PA.	42.515.478/0001-02	11/03/2013	10/03/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria recepcionistas de autoatendimento, no estado do Amazonas e Roraima.	08.940.297/0001-87	19/07/2013	18/07/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria recepcionistas de autoatendimento, no estado do Amazonas e Roraima.	08.940.297/0001-88	19/07/2013	18/07/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria recepcionistas de autoatendimento, no estado do Acre.	10.446.523/0001-10	19/07/2013	18/07/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria: copeira, recepcionista, garagista e carregador nos estados do Amazonas e Roraima.	02.282.245/0001-84	13/12/2013	12/12/2016	M	P
2013	Prestação de serviços remanescente de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, contemplando o fornecimento de material para Unidades da CAIXA, localizados no estados do Pará e Amapá.	00.151.847/8001-70	04/12/2013	03/06/2016	F	P
2013	Prestação de serviços de apoio às unidades vinculadas à SR Sul de Minas.	08.529.535/0001-66	01/07/13	30/06/16	F/M	P
2013	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Centro-Oeste de Minas e Triângulo Mineiro.	01.238.482/0001-35	23/08/13	08/08/16	M	P

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de táxi para transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às unidades no âmbito de Brasília.	18.992.233/0001-83	09/12/2013	09/12/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e controle biológico de pragas em agências e Pabs.	02.685.728/0001-20	01/02/2013	31/01/2017	F	P
2013	Serviço de limpeza, jardinagem e controle de pragas.	60.902.939/0001-73	01/07/13	30/06/2017	F	P
2013	Prestação de serviço de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, incluindo a locação de veículos, para atendimento das unidades no âmbito da Superintendência Regional Campos Gerais, no Paraná.	12.075.456/0001-08	01/04/13	31/03/15	M	E
2013	Limpeza e controle de pragas.	78.570.397/0001-44	13/05/2013	31/05/2017	F	P
2013	Apoio administrativo.	00.482.840/0001-38	20/05/2013	19/05/2018	M	A
2013	Prestação de serviço de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes das unidades da CAIXA do estado do Rio Grande do Sul	05.605.742/0001-64	02/12/2013	04/03/2016	M	P
2013	Prestação de serviço de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes das unidades GIDUR, na CAIXA no âmbito do estado do Rio Grande do Sul.	15.626.876/0001-15	18/01/2014	17/01/2018	M	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas.	78.533.312/0001-58	01/08/2015	31/07/2016	F	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Porto Alegre.	78.533.312/0001-58	03/02/2015	02/02/2016	F	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Leste Gaúcho.	78.533.312/0001-58	04/02/2015	03/02/2016	F	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, com fornecimento de material, em unidades da caixa no estado de Pernambuco.	00.323.090/0001-51	16/08/2013	15/08/2016	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, com fornecimento de material, em unidades da CAIXA no estado da Paraíba.	09.281.162/0001-10	14/03/2014	13/03/2016	Não se aplica	P
2013	Contratação de empresa especializada em gerenciamento de viagens ( <i>Travel Management Company</i> - TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e eventos, neles compreendidos os de assessoramento, programação, reserva, emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, <i>check in</i> , utilização de salas <i>vips</i> , bem como reserva de hospedagem e infraestrutura para eventos, compreendendo locação de espaços em hotéis ou em local indicado pela CAIXA.	00.591.754/0001-56	01/05/2013	31/10/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais para as unidades da CAIXA.	00.323.090/0001-51	01/06/2013	31/05/2016	F	P



Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços especializados de prevenção e combate a incêndio, e treinamento de brigada voluntária, com disponibilização de materiais de primeiros socorros, por meio de Bombeiro Profissional Civil – BPC, em eventos e unidades da CAIXA, na cidade de Salvador/BA - Item II.	02.279.318/0001-89	03/01/2013	02/01/2017	F	P
2013	Prestação de serviços especializados de prevenção e combate a incêndio, e treinamento de brigada voluntária, com disponibilização de materiais de primeiros socorros, por meio de Bombeiro Profissional Civil - BPC, em eventos e unidades da CAIXA, na cidade de Maceió/AL - Item I.	42.515.478/0001-02	16/01/2013	15/01/2017	F	P
2013	Prestação de serviço de recepcionista 8H para as salas de autoatendimento da CAIXA no estado de Alagoas.	01.238.482/0001-85	20/01/2014	19/01/2015	M	A
2013	Prestação de serviço de recepcionista 8H para as salas de autoatendimento da CAIXA no estado de Alagoas.	01.238.482/0001-85	20/01/2015	19/01/2016	M	P
2013	Prestação de serviço de apoio logístico nas unidades da CAIXA sediadas no estado de Sergipe.	01.238.482/0001-85	02/05/2014	01/05/2015	F/M	P
2013	Prestação de serviço de agenciamento de viagens e eventos em AI, BA e SE.	34.253.146/0001-60	01/04/2013	31/03/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, ascensorista, garagista e telefonista.	01.238.482/0001-85	13/09/2013	25/03/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA e/ou pequenos volumes.	06.027.497/0001-18	09/04/2013	08/04/2018	M	P
2013	Prestação de serviços de transporte de altos executivos a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes.	06.027.497/0001-18	08/04/2013	07/04/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento dos pontos de atendimento da CAIXA.	03.891.177/0001-13	13/08/2013	12/08/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento dos pontos de atendimento da CAIXA.	07.129.258/0001-31	08/08/2013	07/08/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento dos pontos de atendimento da CAIXA.	78.533.312/0001-58	19/08/2013	18/08/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio logístico na categoria recepcionista, em agências da CAIXA no estado do Ceará.	02.685.728/0001-20	01/11/2013	31/10/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio logístico na categoria recepcionista, em agências da CAIXA no estado do Maranhão.	02.279.318/0001-89	02/12/2013	01/12/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio logístico na categoria recepcionista, em agências da CAIXA no estado do Piauí.	09.281.162/0001-10	21/10/2013	20/10/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de copeira, recepcionista porteiro, operador de máquina copadora, carregador, ascensorista, telefonista e zelador, para unidades da CAIXA no estado do Ceará.	34.181.354/0001-00	06/05/2013	28/04/2016	F	P

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de copeira, garçom, recepcionista, porteiro, operador de máquina copiadora, carregador, ascensorista, telefonista e zelador, para unidades da CAIXA no estado do Piauí.	05.695.725/0001-65	02/05/2013	01/05/2016	F/M	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, contemplando o fornecimento de materiais para as unidades da CAIXA no estado do Maranhão.	03.071.710/0001-09	03/02/2014	02/02/2016	M	P
2013	Transporte de altos executivos a serviço da CAIXA.	05.477.173/0001-19	30/12/2013	01/07/2016	M	A
2013	Transporte de pessoal e pequenos volumes para a CAIXA - Região Metropolitana do RJ.	09.546.840/0001-29	30/12/2013	01/07/2016	M	A
2013	Prestação de serviços apoio administrativo, recepcionista ambiente de autoatendimento, para atendimento agências no estado do Rio de Janeiro.	78.533.312/0010-49	18/11/2013	17/11/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de remoção de lixo orgânico e inorgânico diversos, com fornecimento de recipientes em regime de comodato para as unidades da CAIXA no município de Niterói, inclusas as dependências do Ed. sede Niterói.	03.788.266/0001-39	18/04/2013	17/04/2016	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços de recepcionistas Sala de Autoatendimento - SAA, para as unidades CAIXA do estado de Goiás.	07.129.258/0001-31	24/10/2013	23/10/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de recepcionistas Sala de Autoatendimento - SAA, para as unidades CAIXA.	01.238.482/0001-85	01/08/2013	31/07/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de recepcionistas Sala de Autoatendimento - SAA, para as unidades Caixa do estado de Mato Grosso.	07.129.258/0001-31	22/08/2013	21/08/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de telefonista para o estado de Mato Grosso.	01.030.016/0001-00	03/02/2014	02/02/2018	M	P
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo (copa, telefonista, recepção, ascensorista, carregador, garagista e operador de máquina reprografia) para o estado de Rondônia.	07.129.258/0001-31	17/07/2013	16/07/2016	M	P
2013	Prestação de serviços de recepcionistas Sala de Autoatendimento - SAA, para as unidades CAIXA do estado de Tocantins.	02.685.728/0001-20	20/08/2013	19/08/2017	M	P
2013	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA no Edifício Sede Belém.	58.720.178/0001-97	13/05/2013	12/05/2017	F	P
2013	Serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de serviços de adequação e ampliação (psaa) e serviços comuns de engenharia (sce), em unidades da CAIXA localizadas no estado do PIAUÍ.	07.803.361/0001-15	01/02/2013	31/01/2017	M	P
2013	Prestação de telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem e tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e sistemas sob gestão da CAIXA, pelo período de 24 meses, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat, etc.), na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	30.161.814/0001-79	10/04/2014	09/04/2016	M	A

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Vigilância Ostensiva.	00.360.305/0001-04	01/12/2013	30/11/2016	F	P
2013	Vigilância Ostensiva.	43.035.146/0001-85	31/10/2013	31/12/2016	F	P
2013	Vigilância Ostensiva.	43.035.146/0001-85	01/09/2013	31/08/2016	F	P
2013	Vigilância Ostensiva.	02.576.238/0001-95	25/12/2015	24/02/2016	F	P
2013	Vigilância ostensiva e serviços de segurança a pessoas, segurança eletrônica em PA's, atendimento de disparo de alarme e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves - SR Campos Gerais PR.	10.852.997/0001-61	04/01/2013	03/01/2017	F	A
2013	Serviços de vigilância ostensiva.	03.229.363/0001-91	21/12/2013	20/12/2017	M	P
2013	Vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento e serviços de abertura, fechamento com a custódia de chaves - SR Curitiba Leste e SR Curitiba Oeste.	76.764.448/0001-43	10/10/2013	09/10/2017	M	P
2013	Vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento e serviços de abertura, fechamento com a custódia de chaves - SR Vale do Itajaí.	07.168.167/0001-05	26/02/2013	25/01/2016	M	E
2013	Solução de segurança privada, que inclui vigilância ostensiva, atendimento de disparo de alarme, abertura e fechamento e custódia de chaves.	87.060.331/0001-03	06/05/2013	05/05/2017	F	P
2013	Prestação vigilância ostensiva unidades vinculadas à SR Recife.	04.008.185/0001-12	27/01/2013	26/01/2017	M	P
2013	Prestação vigilância ostensiva unidades vinculadas à SR Centro Oeste de Pernambuco.	04.008.185/0002-12	23/07/2013	22/07/2017	M	P
2013	Prestação de serviço de vigilância ostensiva e serviços de segurança privada a pessoas, bem como serviço de segurança eletrônica em centrais de monitoramento, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura e fechamento e custódia de chaves.	02.534.128/0001-60	15/07/2013	14/07/2017	F	A
2013	Prestação de serviço de vigilância ostensiva e serviços de segurança privada a pessoas, bem como serviço de segurança eletrônica em Centrais de Monitoramento, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura e fechamento e custódia de chaves.	02.534.128/0001-60	27/07/2013	26/07/2017	F	A
2013	Vigilância ostensiva.	05.457.677/0001-77	01/02/2014	31/01/2018	F	P
2013	Contrato de prestação de serviços técnicos especializados de suporte a ambiente.	65.599.953/0001-63	07/02/2013	07/02/2016	M/S e Pós	A
2013	Prestação de serviços técnicos especializados de processamento de sistemas para Centralizadora Nacional de Operações de TI - São Paulo.	67.726.505/0001-09	22/11/2013	21/11/2016	M/S e Pós	A

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e e-mails facilitadas, as centrais telefônicas PABX e centrais telefônicas PABX IP, aparelhos telefônicos digitais, IP, analógicos e ata (adaptador de telefone analógico), mesa operadora, interfaces GSM, <i>headset</i> e aparelhos fac-símile de propriedade da CAIXA, nos estados do Pará e Amapá, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.	10.743.460/0001-63	04/06/2013	15/06/2016	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicação de dados, incluindo ainda, a instalação, manutenção e suporte.	18.298.093/0001-48	01/07/2013	30/06/2016	Não se aplica	A
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicação de dados, incluindo instalação manutenção e suporte.	02.558.157/0001-62	13/08/2013	12/08/2016	Não se aplica	A
2013	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica às centrais PABX centrais telefônicas PABX virtual e centrais PABX IP para atendimento das unidades CAIXA nos estados do MS e MT.	10.743.460/0001-63	01/03/2013	29/02/2016	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicações.	17.708.867/0001-07	05/04/2013	05/04/2016	Não se aplica	A
2013	Serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, instalados no estado do Paraná.	09.174.281/0001-73	18/11/2013	17/11/2016	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades às centrais telefônicas PABX e telefônicas PBX IP.	09.174.281/0001-73	01/03/2013	29/02/2016	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicação para transmissão de dados entre os Canais de Atendimento - CA e os Centros de Tecnologia da CAIXA, localizados em São Paulo e Brasília, com abrangência nacional (REDE 1). / Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicações de dados, incluindo a instalação, a manutenção e o suporte para a região de Fortaleza (Item V).	16.890.621/0001-28	05/04/2013	04/04/2016	Não se aplica	A
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicação de dados incluindo instalação manutenção e suporte.	33.530.486/0001-29	19/04/2013	18/04/2016	Não se aplica	A
2013	Prestação de serviços de suporte técnico aos terminais instalados em canais de autoatendimento.	67.726.505/0001-09	01/01/2013	30/06/2016	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC instalados na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico de Salvador/BA, pelo prazo de 12 meses, tudo em conformidade com as disposições do Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam.	05.887.610/0001-72	25/10/2013	24/10/2016	Não se aplica	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviço especializado de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação, conforme ambiente especificado neste termo de referência, com vistas a atendimento ao núcleo regional desenvolvimento descentralizado de sistemas, num total de 6.000 pontos de função.	01.645.738/0001-79	18/07/2015	17/07/2017	Não se aplica	A
2013	Prestação de serviços de telecomunicações, destinados a suportar aplicações de dados, incluindo ainda, a instalação, manutenção e suporte (Item IV do PE 183/2012).	02.558.157/0001-62	07/05/2013	06/08/2016	Não se aplica	A
2013	Prestação de serviços especializados de suporte e <i>service-desk</i> por intermédio da CETEC dentro dos padrões aplicados na CAIXA pelo prazo de 24 meses.	58.069.360/0001-20	03/10/2013	02/10/2017	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços técnicos especializados de operação e suporte à operação de sistemas na CETEC - DF.	01.162.636/0001-00	09/12/2013	08/12/2016	Não se aplica	P
2013	Serviços de comunicação de videoconferência, incluindo serviço centralizado de infraestrutura multiponto, suporte para as salas de videoconferência e dispositivos móveis, transferência de conhecimento e disponibilização de 1.000 (hum mil) licenças permanentes para habilitar dispositivos móveis para os serviços de videoconferência na rede CAIXA.	58.619.404/0001-48	21/01/2013	20/01/2018	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviços especializados em métodos e processos do desenvolvimento de <i>software</i> e suporte à Gerência de Projetos nas Centralizadoras Nacionais de TI da CAIXA.	19.132.964/0001-11	06/11/2013	05/11/2017	Não se aplica	P
2013	Prestação de serviço especializado técnico ao desenvolvimento de soluções de TI, compreendendo os serviços de suporte a laboratórios e testes, suporte à governança e integração de dados e informações, suporte a tecnologias especialistas, arquitetura e segurança tecnológica, monitoração das centrais de incidentes, gestão de problemas e suporte a ambientes tecnológicos das Centralizadoras Nacionais de TI da CAIXA.	19.345.720/0001-17	03/12/2013	02/12/2017	Não se aplica	P
2013	Gestão técnica dos espaços da CAIXA Cultural Curitiba.	02.074.570/0001-51	02/01/14	01/01/16	M	A
2014	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA e/ou pequenos volumes e documentos, no âmbito dos estados do Pará e Amapá, pelo período de 12 meses.	03.105.598/0001-71	08/12/2014	07/12/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria: copeira, recepcionista, garagista e carregador no estado do Acre.	73.613.655/0001-09	18/03/2014	17/03/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria: copeira, recepcionista, garagista e carregador nos estados do Pará e Amapá.	01.238.438/0001-85	08/07/2014	07/07/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de apoio às unidades vinculadas à SR Sudeste de Minas.	08.605.317/0001-63	01/03/15	28/02/17	F/M	P
2014	Prestação de serviços de apoio às unidades vinculadas à SR Sudeste de Minas.	08.144.738/0001-34	16/05/14	28/02/15	F/M	E
2014	Prestação de serviços de apoio às unidades vinculadas à SR Triângulo Mineiro.	08.529.535/0001-66	16/05/14	30/06/16	F/M	P
2014	Prestação de serviços de apoio às unidades vinculadas à SR BH Norte, SR Norte de Minas e áreas Adm.	08.529.535/0001-66	16/05/14	01/01/17	F/M	P

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de Serviços de apoio às unidades vinculadas à SR Leste de Minas.	08.529.535/0001-66	03/09/14	02/09/16	F/M	P
2014	Prestação de serviços de apoio às unidades vinculadas à SR BH Sul e SR Centro de Minas/MG.	10.668.049/0001-70	21/02/14	31/05/15	F/M	E
2014	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sudeste de Minas.	08.144.738/0001-34	01/04/14	28/02/15	M	E
2014	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências do estado do Espírito Santo.	12.423.368/0001-41	16/05/14	31/05/15	M	E
2014	Limpeza.	01.238.482/0001-35	01/09/15	15/10/16	F	P
2014	Prestação do serviço de transporte de altos executivos a serviço da CAIXA, mediante locação de veículos, incluindo motorista executivo, combustível e demais insumos.	05.515.258/0001-44	06/05/2014	05/01/2016	M	P
2014	Prestação de serviço de recepção de autoatendimento para atuar nas agências da CAIXA, do Distrito Federal.	01.238.842/0001-85	23/05/2014	01/07/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de brigada contra incêndio, com disponibilidade de materiais de primeiros socorros em unidades CAIXA sediadas em Brasília.	00.588.541/0001-82	23/10/2014	22/10/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para Ed. Matriz I, Anexo e Matriz II.	07.084.096/0001-62	01/09/2014	31/08/2016	F	P
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para edifícios administrativos.	02.843.359/0001-56	01/09/2014	31/08/2016	F	P
2014	Prestação de serviço de limpeza, conservação, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais para unidades CAIXA lotadas no ed. Sede III.	78.533.312/0001-58	28/04/2014	27/04/2017	F	P
2014	Serviços de transporte tipo van executiva para as unidades da CAIXA em Brasília.	72.597.966/0001-69	26/03/2014	25/03/2017	M	P
2014	Serviços de apoio administrativo.	78.533.312/0001-58	13/05/14	12/08/2016	M	P
2014	Serviços de apoio administrativo.	56.419.492/0001-09	13/05/14	01/07/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos, e/ou pequenos volumes, incluindo a locação de veículos, para atendimento às unidades da CAIXA no estado do Paraná.	12.075.456/0001-08	29/09/14	28/09/16	M	A
2014	Prestação de serviços de transporte de pessoas à serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes por meio de locação de veículos com condutores, para atendimento das unidades sediadas na região de abrangência da Superintendência Regional Sul de Santa Catarina.	15.626.876/0001-15	03/03/14	02/03/16	M	A
2014	Brigadistas Civis.	18.194.725/0001-53	24/07/2014	31/08/2015	M	E
2014	Recepção SAA.	04.970.088/0001-25	24/06/2014	23/06/2016	M	A

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Apoio Administrativo.	05.443.410/0001-20	13/10/2014	12/10/2016	F/M	A
2014	Apoio Administrativo.	70.928.973/0001-70	01/07/2014	30/06/2016	F/M	A
2014	Apoio Administrativo.	05.025.180/0001-80	03/11/2014	02/11/2016	M	P
2014	Apoio Administrativo.	05.025.180/0001-80	28/11/2014	27/11/2016	M	P
2014	Recepção SAA.	04.970.088/0001-25	10/11/2014	09/11/2015	M	E
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo, ascensorista, carregador, copa, fotocopista, portaria, recepção e telefonista, para unidades da CAIXA no âmbito das Superintendências Regionais Porto Alegre, Leste Gaúcho e Extremo Sul.	00.482.840/0001-38	03/11/2015	02/11/2016	M	P
2014	Prestação dos serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Sul, Item 02 – SR SERRA GAÚCHA E NORTE GAÚCHO.	01.238.482/0001-85	03/11/2015	02/11/2016	M	P
2014	Serviços de apoio administrativo, categoria recepcionista de autoatendimento.	08.940.297/0001-87	01/10/2014	30/09/2016	M	P
2014	Serviços de apoio administrativo, categoria recepcionista de autoatendimento.	07.442.731/0001-36	01/09/2014	31/08/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, com fornecimento de material, em unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Norte.	07.442.731/0001-36	01/10/2014	30/09/2016	Não se aplica	P
2014	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Norte.	03.105.598/0001-71	22/03/2014	21/03/2016	M	P
2014	Prestação dos serviços de limpeza, jardinagem controle biológico de pragas em geral, contemplando o fornecimento de materiais às unidades da CAIXA localizadas no estado da Bahia.	01.238.482/0001-85	26/09/2014	24/03/2015	F	E
2014	Prestação de serviço de recepcionista 8H para as salas de autoatendimento da CAIXA no estado da Bahia.	07.633.003/0001-01	29/10/2014	28/10/2015	M	A
2014	Prestação de serviço de recepcionista 8H para as salas de autoatendimento da CAIXA no estado da Bahia.	07.633.003/0001-01	29/10/2015	28/10/2016	M	P
2014	Prestação de serviço de apoio logístico nas unidades da CAIXA sediadas no estado de Alagoas.	01.238.482/0001-85	31/10/2015	30/10/2016	F/M	P
2014	Prestação de serviço de apoio logístico nas unidades da CAIXA sediadas no estado de Bahia.	01.238.482/0001-85	01/07/2014	30/06/2015	F/M	A
2014	Prestação de serviço de apoio logístico nas unidades da CAIXA sediadas no estado de Bahia.	01.238.482/0001-85	01/07/2015	30/06/2016	F/M	P
2014	Agenciamento de serviços de aquisição de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos para a CAIXA no Paraná e Santa Catarina.	95.870.069/0001-82	01/09/2014	31/08/2016	M	P



Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, e/ou pequenos volumes e documentos para atendimento às unidades da CAIXA no estado do Ceará.	00.437.810/0001-00	20/06/2014	19/06/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de copeira, garçom, recepcionista, porteiro, operador de máquina copiadora, carregador, ascensorista, telefonista e zelador, para unidades da CAIXA no estado do Maranhão.	02.685.728/0001-20	12/11/2014	11/11/2016	F	P
2014	Prestação de serviço de táxi para transporte de empregados da CAIXA.	30.523.112/0001-98	23/12/2014	22/12/2016	Não se aplica	A
2014	Transporte de pessoal e pequenos volumes para a CAIXA - Região Interiorana.	02.228.225/0001-25	21/07/2014	20/06/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo no edifício sede da CAIXA do Rio de Janeiro, conjunto cultural Rio de Janeiro, teatro Nelson Rodrigues, jurídico Rio de Janeiro e, em eventuais representações da CAIXA no âmbito da Região Metropolitana no R.J.	04.607.444/0001-40	03/11/2014	02/11/2016	F/M	A
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para as unidades vinculadas às Superintendências Regionais: Centro Leste Fluminense e Sul.	05.576.482/0001-46	01/04/2015	31/01/2016	Não se aplica	E
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo (copa, recepção, ascensorista, carregador, garagista e operador de máquina reprografia) para o estado de Goiás.	14.513.052/0001-76	15/12/2014	14/12/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de telefonista para o estado de Goiás.	14.513.052/0001-77	15/12/2014	14/12/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo (copa, telefonista, recepção, ascensorista, carregador, garagista e operador de máquina reprografia) para o estado de Mato Grosso do Sul.	01.238.482/0001-85	12/05/2014	14/07/2018	M	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo (copa, telefonista, recepção, ascensorista, carregador, garagista e operador de máquina reprografia) para o estado de Mato Grosso.	01.030.016/0001-00	03/02/2014	02/02/2018	M	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo (copa, recepção, ascensorista, carregador, garagista e operador de máquina reprografia) para o estado do Tocantins.	02.685.728/0001-20	22/09/2014	21/09/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de telefonista para o estado de Tocantins.	08.940.297/0001-87	22/09/2014	21/09/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e combate de pragas para o estado de Rondônia.	07.990.946/0001-91	02/03/2014	01/03/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e combate de pragas para o estado do Mato Grosso do Sul.	02.282.245/0001-84	01/03/2013	28/02/2016	M	P
2014	Prestação de serviços comuns de manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de pequenos serviços de adequação e ampliação (PSAA) nas unidades do Ed. Sede da CAIXA em Manaus/AM.	02.717.546/0001-93	01/05/2014	30/04/2016	F	P
2014	Manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de serviços de adequação e ampliação (PSAA) e serviços comuns de engenharia (SCE), em Edifícios Sedes.	10.458.785/0001-02	22/04/14	21/04/16	F/M	A

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva.	81.777.203/0001-90	30/09/2014	29/09/2016	M	P
2014	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA no Ed Sede Contorno.	16.099.194/0001-64	10/09/2015	09/09/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e pequenos serviços de adequação e ampliação nas unidades da CAIXA vinculada à SR Centro de Minas.	05.080.967/0001-44	01/11/2015	31/10/2016	M	P
2014	Contratação de empresa para a prestação de serviços compreendendo a coordenação e execução de serviços de: manutenção predial, climatização, elevadores e mobiliário; conservação e limpeza; apoio administrativo; e serviços de bombeiros civis (brigada); incluindo os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços de forma integrada e conjunta; visando atender à Edificação denominada Centro Empresarial José Alencar Gomes da Silva.	04.768.702/0001-70	07/07/2014	06/07/2017	F	A
2014	Manutenção preventiva e corretiva, compreendendo instalações prediais e climatização, com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de pequenos serviços nas instalações da CAIXA no Ed. Administrativo em Fortaleza.	07.039.948/0001-08	02/01/2015	01/01/2016	M	P
2014	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA.	81.777.203/0001-90	04/09/14	03/09/16	M/S	A
2014	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial.	08.220.952/0001-22	18/09/14	17/09/16	M	A
2014	Prestação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura, para assessoria, coordenação, especificações, estudo de viabilidade técnica, orçamentos, fiscalização, laudos, levantamentos, projetos, pareceres e vistorias.	01.693.698/0001-30	10/04/14	09/04/16	M	A
2014	Contratação de empresa, pelo período de 20 meses prorrogáveis nos termos legais, para a prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, compreendendo instalações prediais e climatização; com reposição e substituição de materiais, bem como execução de pequenos serviços, nas instalações da CAIXA nos edifícios administrativos Matriz I e Anexo; Matriz II e Matriz III.	07.474.287/0001-30	03/10/14	02/06/16	F	A
2014	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA.	10.458.785/0001-02	21/02/14	20/02/16	M/S	A
2014	Prestação de serviços de manuseio de malotes bancários, contendo documentos, e materiais, a serem realizados nas dependências da CONTRATADA, abrangendo as atividades de recepção, abertura, preparo, triagem, encaminhamento, conferência, fechamento, registro e expedição para transporte e/ou postagem.	90.739.624/0001-18	07/02/2015	06/02/2017	M	A

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de manuseio de malotes bancários, contendo documentos, e materiais, a serem realizados nas dependências da contratada, abrangendo as atividades de recepção, abertura, preparo, triagem, encaminhamento, conferência, fechamento, registro e expedição para transporte e/ou postagem.	90.739.624/0001-18	08/02/2015	07/02/2017	M	A
2014	Prestação de serviços de manuseio de malotes de documentos materiais.	02.517.814/0001-23	16/02/2014	15/02/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de manuseio de malotes de documentos.	53.628.947/0006-12	29/08/2014	28/08/2016	M	A
2014	Serviços de distribuição de documentos na cidade de Belém/PA.	02.517.814/0001-23	05/11/2014	04/11/2019	Não se aplica	P
2014	Prestação de serviços de manuseio de malotes bancários, contendo documentos e materiais a serem realizados nas dependências da contratada para atender as unidades vinculadas a unidade de distribuição da CAIXA em Vitória/ES.	02.517.814/0004-76	18/08/2014	17/08/2016	M	A
2014	Prestação de Serviços de manuseio de malotes bancários contendo documentos e materiais a serem realizados nas dependências da contratada, abrangendo as atividades de recepção, abertura, preparo, triagem, encaminhamento, conferência, fechamento, registro e expedição para transporte e/ou postagem, atendendo às unidades vinculadas à unidade de distribuição da CAIXA em Fortaleza, excluído o transporte de documentos e/ou pequenos volumes abrangido pelo monopólio Postal da União (Lei 6538/78), com abrangência nos estados Ceará e Piauí.	75.171.827/0001-67	01/08/2014	31/07/2016	M	A
2014	Distribuição de documentos, materiais e volumes para atendimento às unidades vinculadas à unidade de distribuição da CAIXA em Florianópolis/SC (unidades localizadas no estado de Santa Catarina).	90.739.624/0001-18	27/09/2014	26/09/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de atendimento, monitoramento e suporte operacional e tecnológico aos produtos, serviços e sistemas utilizados pela CAIXA, incluindo a geração, tratamento de informações gerenciais e atividades acessórias de suporte e gestão do atendimento, na Centralizadora Nacional de Atendimento Integrado, na cidade de Brasília/DF.	07.073.027/0001-53	01/09/2014	31/08/2016	M	A
2014	Prestação de telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem e tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e sistemas sob gestão da CAIXA, pelo período de 24 meses, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat, etc.), na Centralizadora Nacional de Telesserviços situada na cidade de Belo Horizonte/MG.	78.533.312/0001-58	01/09/2014	31/08/2016	M	A
2014	Prestação de Telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem e tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e sistemas sob gestão da CAIXA, pelo período de 24 meses, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat, etc.) na Centralizadora Nacional de Telesserviços situada na cidade de Brasília/DF.	01.644.731/0001-32	01/10/2014	31/09/2016	M	A

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem e tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e sistemas sob gestão da CAIXA, pelo período de 24 meses, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat, etc.), na Centralizadora Nacional de Telesserviços situada na cidade de Fortaleza/CE.	78.533.312/0001-58	14/10/2014	13/10/2016	M	A
2014	Prestação de telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem e tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e sistemas sob gestão da CAIXA, pelo período de 24 meses, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat etc.) na Centralizadora Nacional de Atendimento em Telesserviços Salvador.	73.663.114/0001-95	26/01/2014	25/02/2016	M	P
2014	Prestação de telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem e tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e sistemas sob gestão da CAIXA, pelo período de 24 meses, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat, etc.), na cidade de São Paulo/SP.	01.645.738/0001-79	24/11/2014	23/11/2016	M	A
2014	Vigilância Ostensiva.	07.945.678/0003-58	19/02/2014	19/02/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	10.398.803/0001-08	01/10/2014	30/09/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	04.113.174/0001-11	09/02/2014	09/02/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	02.692.187/0001-67	02/09/2014	02/09/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	00.086.576/1001-06	02/01/2014	03/01/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	05.457.677/0001-77	01/06/2014	01/06/2016	M	A
2014	Vigilância Ostensiva.	08.818.229/0001-40	20/06/2014	20/06/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	66.700.295/0001-17	29/11/2014	29/11/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	67.803.726/0001-33	28/08/2014	28/08/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	67.803.726/0001-33	19/09/2014	19/09/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	06.069.276/0001-02	17/10/2014	17/10/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	07.447.264/0001-37	29/04/2015	29/04/2017	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	18.827.379/0001-73	24/06/2015	23/06/2016	F	A
2014	Vigilância ostensiva e serviços de pronto atendimento e serviços de abertura, fechamento com a custódia de chaves - SR Norte e SR Noroeste PR.	10.852.997/0001-61	10/02/2014	09/02/2016	F	A
2014	Vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento - SR Sul SC.	82.949.652/0001-31	01/09/2014	31/08/2016	F	A
2014	Vigilância ostensiva, segurança privada a pessoas e Pronto Atendimento - SR Florianópolis.	07.168.167/0001-05	01/04/2015	31/03/2017	M	A
2014	Vigilância ostensiva, segurança privada a pessoas e Pronto Atendimento - SR Norte SC.	07.168.167/0001-05	04/09/2014	02/02/2016	M	E

**Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Vigilância ostensiva, segurança privada a pessoas e Pronto Atendimento - SR Oeste SC.	07.168.167/0001-05	01/09/2014	31/08/2016	M	A
2014	Prestação vigilância Ostensiva unidades vinculadas à SR Fortaleza.	86.960.598/0001-86	05/10/2014	04/10/2016	M	A
2014	Prestação vigilância Ostensiva unidades vinculadas à SR Maranhão.	05.920.248/0001-94	19/10/2014	18/10/2016	M	A
2014	Vigilância Ostensiva.	02.717.460/0002-41	01/04/2014	20/01/2017	M	P
2014	Vigilância Ostensiva.	02.717.460/0002-41	01/05/2014	04/05/2017	M	P
2014	Vigilância Ostensiva.	17.428.731/0001-35	16/01/2014	15/01/2016	M	E
2014	Vigilância Ostensiva.	36.040.947/0001-73	28/01/2014	30/11/2015	M	E
2014	Prestação de serviço de vigilância ostensiva e serviços de segurança privada a pessoas, bem como serviço de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves.	17.428.731/0166-43	26/12/2014	25/12/2016	F	A
2014	Vigilância Ostensiva.	00.332.087/0001-02	30/05/2014	30/05/2016	F	A
2014	Contrato para prestação de serviços técnicos especializados de processamento de sistema para Centralizadora Nacional de operações de TI de Brasília.	65.599.953/0001-63	16/05/2014	16/05/2017	M/S e Pós	A
2014	Prestação de serviços de manutenção e atualização tecnológica com técnicos dedicados, aos equipamentos IBM instalados nos Centros Computacionais CAIXA, nas condições estabelecidas nos Anexos I-A, B e C deste contrato e de acordo com a proposta comercial L9-TOAKE0K-002.	33.372.251/0001-56	23/12/2014	22/12/2017	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços especializados de Processamento de Sistemas para a Centralizadora Nacional de Operações de TI do Rio de Janeiro/RJ, pelo período de vigência de 36 meses.	65.599.953/0001-63	16/05/2014	15/05/2017	M/S e Pós	A
2014	Prestação de serviços técnicos especializados de Suporte à Ambiente para a CEPTI/RJ, com vigência de 36 meses.	65.599.953/0001-63	21/03/2014	20/03/2017	M/S e Pós	A
2014	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando à disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC instalados na região de abrangência da Unidade de Suporte Tecnológico de Belo Horizonte/MG.	93.645.588/0001-11	01/07/2014	30/06/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de Serviços de Manutenção, Suporte, Assistência Técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP, utilizando arquitetura proprietária ou baseada em arquitetura de código aberto, aparelhos telefônicos e demais periféricos, nas Unidades da CAIXA atendidas pela Filial de Suporte Tecnológico de Belo Horizonte/MG - GITEC/BH.	10.743.460/0001-63	16/10/2014	15/10/2016	Não se aplica	A

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e eventual fornecimento de componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades para as centrais telefônicas - PABX analógicas, digitais, híbridas e IP (utilizando arquitetura proprietária baseada em arquitetura de código aberto), aparelhos telefônicos e demais periféricos instalados nas agências e demais unidades da Caixa atendidas pela Gerência de Filial Suporte Tecnológico Bauru.	68.299.239/0001-48	16/09/2014	16/06/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de Serviços de Assistência e Suporte Técnico, incluindo remanejamento de ramais, programação e demais serviços à Centrais Telefônicas.	09.174.281/0001-73	01/11/2015	30/10/2016	Não se aplica	A
2014	Serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, às centrais telefônicas.	03.219.328/0001-91	19/09/2014	18/09/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e eventual fornecimento de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades para as centrais telefônicas PABX, aparelhos telefônicos e demais periféricos.	01.996.385/0001-51	01/10/2014	30/09/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação, com vistas a atendimento ao núcleo regional de desenvolvimento descentralizado de sistemas de Fortaleza/CE	10.573.068/0001-13	18/11/2014	17/11/2016	Não se aplica	P
2014	Prestação de serviço de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, às centrais telefônicas PABX, PABX IP e/ou PABX VIRTUAL, aparelhos telefônicos digitais, IP, analógicos e sem fio, ATA (Adaptador de Telefone Analógico), mesa operadora, <i>headset</i> e aparelhos de fac-símile de propriedade CAIXA conectados às Centrais em Garantia, nos Estados de GOIÁS e TOCANTINS.	10.743.460/0001-63	01/05/2014	30/04/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC de propriedade da CAIXA nos Estados atendidos pela GITEC/RE (AL, PB, PE e RN).	07.073.027/0044-93	21/11/2014	20/11/2016	Não se aplica	P
2014	Manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças/componentes, do parque de telefonia de propriedade da CAIXA nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.	09.174.281/0001-73	15/05/2014	14/05/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços de telecomunicação para transmissão de dados entre os Canais de Atendimento e os Centros de Tecnologia da CAIXA.	16.890.621/0001-28	03/10/2012	02/10/2017	Não se aplica	P
2014	Prestação de Serviço Telefônico Local, Serviço Telefônico de Longa Distância Nacional (LDN) e Serviço Telefônico de Longa Distância Internacional (LDI), destinado ao uso público em geral, Item I - Região Sudeste, exceto o Estado de São Paulo.	33.530.486/0001-29	16/04/2014	15/04/2019	Não se aplica	A

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP, utilizando arquitetura proprietária ou baseada em arquitetura de código aberto, aparelhos telefônicos e demais periféricos, no âmbito de atuação da GITEC/SP.	09.174.281/0001-73	15/11/2014	14/11/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços de telecomunicações por meio de enlaces de dados em anéis ópticos metropolitanos (projeto e-CAIXA/Rede 4), região do interior do estado de São Paulo.	01.778.972/0001-74	25/07/2014	24/07/2019	Não se aplica	A
2014	Contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de atualização tecnológica, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses e transferência de conhecimento para o ecossistema de software livre, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam	04.491.152/0001-95	23/07/2014	22/07/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte e assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP utilizando arquitetura proprietária ou baseado em arquitetura de código aberto, aparelhos telefônicos e demais periféricos pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.	05.221.579/0001-36	01/09/2014	31/08/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e documentação de Sistemas de Informação na região de abrangência da Unidade da GITEC/RE.	06.214.736/0001-49	25/03/2014	05/03/2016	Não se aplica	A
2014	Prestação de serviços de administração e implantação das ações referentes ao Programa Educativo CAIXA Gente Arteira, com fornecimento de material, a ser realizado nas dependências dos espaços da CAIXA Cultural de Brasília, bem como em outros espaços do Distrito Federal, quando necessário e em ações associadas ao Programa.	10.762.976/0001-55	31/07/2014	30/07/2016	S	P
2014	Prestação de serviços de administração e implantação das ações referentes ao programa educativo caixa gente arteira.	04.224.923/0001-88	07/05/2014	06/05/2016	M	P
2014	Prestação de serviços de gestão técnica dos espaços da caixa cultural no rio de janeiro nas unidades chile e barroso, que compreendem coordenação, supervisão, de eventos, iluminação cênica, bilheteria, projeção cinematográfica e técnico em museologia, pelo período de doze meses, de acordo com as especificações e condições constantes do edital do pregão eletrônico nº 053/7074-2014	19.153.343/0001-14	04/12/2014	03/12/2016	M	P
2014	Traslado Gente Arteira	15.235.799/0001-72	26/05/2014	25/05/2016	M	A
2014	Prestação de serviços de administração e implantação das ações referentes ao Programa Educativo Caixa Gente Arteira	10.762.976/0001-55	26/05/2014	25/05/2016	S	P
2014	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de supervisão de evento, auxílio à supervisão de evento e de atendimento cultural.	28.596.955/0001-72	19/05/2014	18/05/2016	M/S	P



Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da Caixa e/ou pequenos volumes e documentos pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento às unidades da Caixa no âmbito do estado do Acre/AC.	00.744.686/8001-69	01/10/2015	30/09/2016	M	A
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria recepcionistas de autoatendimento, no Estado do Pará e Amapá.	11.815.892/0001-03	20/07/2015	19/07/2016	M	A
2015	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Centro-Oeste de Minas	08.605.317/0001-63	01/06/15	30/05/17	F/M	P
2015	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR BH Sul e SR Centro de Minas/MG	08.529.535/0001-66	01/06/15	20/02/17	F/M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências do Estado do Espírito Santo	04.712.320/0001-25	01/06/15	31/05/17	M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR BH Norte, Norte de Minas e Leste de Minas	04.712.320/0001-25	01/04/15	31/03/17	M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sul de Minas	04.712.320/0001-25	01/03/15	28/02/17	M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sudeste de Minas	07.129.258/0001-31	01/03/15	28/02/17	M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sul de Minas	08.605.317/0001-63	01/06/15	30/09/16	M	P
2015	Limpeza	07.123.895/0001-09	08/06/15	31/08/16	F	P
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo para as unidade da CAIXA do Entorno do Distrito Federal.	02.685.728/0001-20	06/03/2015	06/03/2017	M	P
2015	Prestação de Serviços de Limpeza, Jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para edifícios críticos (site)	02.843.359/0001-56	01/02/2015	31/08/2016	F	P
2015	Prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de auto agendamento (selfbooking), para atendimento aos empregados da caixa no estado de São Paulo e em outros estados da federação, inclusive nos casos de reserva de hospedagem no âmbito de atendimento da Gerência de Filial de Logística de BAURU/SP – GILOG/BU	03.667.498/0001-39	01/11/15	31/10/2016	M	A
2015	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos, e/ou pequenos volumes, incluindo a locação de veículos, para atendimento às unidades da CAIXA no estado de Santa Catarina.	09.245.682/0001-77	01/06/15	31/05/17	M	A
2015	Recepcionista SAA	07.129.258/0001-31	11/11/2015	09/11/2016	M	A

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Recepcionista SAA	07.129.258/0001-31	12/11/2015	09/11/2016	M	A
2015	Prestação dos serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das Unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Sul	01.238.482/0001-85	04/11/2015	03/11/2016	M	P
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Centro Gaúcho	00.482.840/0001-38	07/06/2012	06/06/2016	F	A
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Norte Gaúcho	00.482.840/0001-38	25/05/2015	24/05/2016	F	A
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Extremo Sul	01.238.482/0001-85	01/12/2015	30/06/2016	F	P
2015	Prestação de serviços de copa, recepção, portaria, operador de máquina de reprografia, carregador, ascensorista e telefonista para atendimento às unidades da CAIXA no Estado de Pernambuco.	02.685.728/0001-20	01/02/2016	31/01/2017	Não se aplica	A
2015	Serviços de apoio administrativo, categoria Recepcionista de Autoatendimento	02.685.728/0001-20	01/01/2016	31/12/2016	M	A
2015	Prestação de serviços de Prevenção e Combate a Incêndio, treinamento de brigada voluntária com disponibilização de materiais de primeiros socorros, por meio de bombeiro profissional civil em unidades da CAIXA sediadas no Estado da Paraíba.	08.057.165/0001-01	08/08/2015	07/08/2016	M	A
2015	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da Caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às unidades da caixa no Estado de Pernambuco.	05.762.657/0001-00	22/05/2015	21/05/2016	M	A
2015	Prestação dos serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas em geral, contemplando o fornecimento de materiais, para as Unidades da CAIXA localizadas no Estado da Bahia	01.238.482/0001-86	25/03/2015	20/09/2015	F	E
2015	Prestação dos serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas em geral, contemplando o fornecimento de materiais, para as Unidades da CAIXA localizadas no Estado da Bahia	01.238.482/0001-87	21/09/2015	20/11/2015	F	E
2015	Prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de auto agendamento ( <i>Selfbooking</i> ), para atendimento aos empregados da CAIXA no estado de São Paulo e em outros estados da Federação, inclusive nos casos de reserva de hospedagem no âmbito de atendimento da Gerência de Filial de Logística de São Paulo/SP, mais especificamente nas regiões de abrangência na cidade de São Paulo, Grande São Paulo e Baixada Santista (esta última incluindo o Vale do Ribeira).	95.870.069/0001-82	27/05/2015	27/05/2017	M	P
2015	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da Caixa, e/ou pequenos volumes e documentos para atendimento às unidades da Caixa no Estado do Maranhão.	00.437.810/0001-00	03/07/2015	11/04/2016	M	P

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, contemplando o fornecimento de materiais para as unidades da Caixa no Estado do Ceará	02.685.728/0001-20	03/11/2015	01/05/2016	M	P
2015	Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de lixo orgânico, inorgânico e entulhos diversos, com fornecimento de recipientes em regime de comodato para unidades da CAIXA nos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias.	09.423.108/0001-61	14/04/2015	13/04/2017	Não se aplica	A
2015	Prestação de Serviços de Limpeza, Jardinagem e Combate de Pragas pra o estado do Tocantins	09.016.469/0001-93	01/06/2015	31/05/2017	M	A
2015	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças bem como execução de serviços de adequação e serviços comuns de engenharia na CERAT/BH	16.099.194/0001-64	01/01/2016	31/12/2016	M	A
2015	Serviço de manutenção prev. e corretiva predial, de climatização e equip. de transp. vertical, c/ reposição e substituição de peças e a execução de serv. sob demanda, em unidades da caixa, vinculadas à (SR) MARANHÃO.	80.464.753/0001-97	11/01/2016	10/01/2018	M	A
2015	Manutenção de climatização Ceará	86.870.805/0001-01	11/06/2015	10/10/2016	M	P
2015	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva com reposição e substituição de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA	08.220.952/0001-22	16/10/15	15/10/16	M/S	A
2015	Prestação de serviços de manuseio de malotes bancários, contendo documentos, materiais e volumes, a serem realizados nas dependências da CONTRATADA, abrangendo, mediante controle informatizado por leitura de código de barras, as atividades de recepção, abertura, preparo, triagem, encaminhamento, conferência, fechamento, registro e expedição para transporte, atendendo às unidades vinculadas à Unidade de Distribuição da CAIXA no Rio de Janeiro, excluído o transporte de documentos e/ou pequenos volumes abrangido pelo monopólio postal da União (Lei 6538/78)	75.171.827/0001-67	01/07/2015	30/06/2017	M	A
2015	Prestação de serviços de distribuição de documentos, materiais e volumes, abrangendo a recepção, preparo, triagem, acondicionamento, postagem e encaminhamento para transporte, a serem realizados nas dependências da CONTRATADA, para atendimento às unidades vinculadas à Unidade de Distribuição da CAIXA em Manaus/AM.	02.517.814/0001-23	05/01/2016	04/01/2018	M	A
2015	Distribuição de Documentos.	90.739.624/0001-18	16/09/2015	15/09/2017	M	A

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa especializada para a prestação de Telesserviços/telemarketing no atendimento, a usuários e não usuários do produto cartão de crédito, pelo período de 24 meses, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat, etc.), transferência de conhecimento de tecnologia da informação e de negócios, em ambiente externo, na Centralizadora Nacional de Telesserviços.	07.073.027/0001-53	09/07/2015	08/07/2017	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	07.705.117/0001-10	01/03/2015	28/02/2017	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	15.252.971/0002-87	02/01/2016	01/01/2018	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	12.066.015/0001-31	02/09/2015	01/09/2016	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	37.162.435/0001-42	02/04/2015	01/04/2017	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	07.705.117/0001-10	31/05/2015	30/05/2017	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	04.731.108/0002-96	12/11/2015	11/11/2017	F	A
2015	Vigilância Ostensiva	08.818.229/0001-40	01/09/2015	01/09/2017	F	A
2015	Vigilância ostensiva, segurança privada a pessoas e Pronto Atendimento - SR Oeste PR	02.601.159/0001-97	09/07/2015	08/07/2017	M	A
2015	Solução de segurança privada, que inclui vigilância ostensiva e pronto atendimento	92.966.571/0001-01	06/11/2015	05/07/2017	F	A
2015	Solução de segurança privada, que inclui vigilância ostensiva e pronto atendimento	87.134.086/0001-23	06/11/2015	05/07/2017	F	A
2015	Prestação vigilância Ostensiva Unidades vinculadas à SR Rio Grande do Norte	04.008.185/0001-31	01/01/2015	31/12/2016	M	A
2015	Prestação vigilância Ostensiva Unidades vinculadas à SR Norte e Sul do Ceará	07.862.634/0001-10	04/06/2015	03/06/2017	M	A
2015	Prestação vigilância Ostensiva Unidades vinculadas à SR Piauí	12.062.071/0001-06	27/08/2015	26/08/2017	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	03.372.304/0001-78	01/05/2015	03/05/2017	M	P
2015	Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	14/09/2015	23/09/2016	M	P
2015	Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	01/04/2015	20/01/2017	M	P
2015	Vigilância Ostensiva	07.705.117/0002-09	01/12/2015	27/01/2017	M	P
2015	Vigilância Ostensiva	66.700.295/0001-17	28/11/2015	28/11/2017	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	06.069.276/0001-02	04/07/2015	15/02/2018	F	P
2015	Contrato de prestação de serviços técnicos especializados de Análise e Preparo de Produção, Homologação de Aplicativos e Segurança da Informação para Centralizadora Nacional de Operações de TI de Brasília	11.168.199/0001-88	01/12/2015	01/12/2017	M/S e Pós	A
2015	Prestação de serviços especializados de suporte técnico para o ambiente computacional da CN Gestão de Ambiente Tecnológico de Alta Disponibilidade.	65.599.953/0001-63	06/03/2015	06/03/2017	M/S e Pós	A

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Contratação de serviços técnicos especializados de Tecnologia para as Centralizadora Nacional de Operações de TI do RIO DE JANEIRO compreendendo os seguintes serviços: Análise e Preparo de Produção, Homologação de Aplicativos, Segurança da Informação envolvendo as diversas plataformas de tecnologia utilizadas e sistemas de informação processados pela CAIXA, prestados nos ambientes computacionais da CAIXA.	11.168.199/0001-88	01/12/2015	30/11/2017	M/S e Pós	A
2015	Contratação de serviços técnicos especializados de Tecnologia para as Centralizadora Nacional de Operações de TI de São Paulo compreendendo os seguintes serviços: Análise e Preparo de Produção, Segurança da Informação, Homologação de Aplicativos, envolvendo as diversas plataformas de tecnologia utilizadas e sistemas de informação processados pela CAIXA, prestados nos ambientes computacionais da CAIXA.	59.057.992/0001-36	29/06/2015	28/06/2017	M/S e Pós	A
2015	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico de recursos e infraestrutura de TIC.	02.215.004/0001-12	21/05/2015	20/05/2016	Não se aplica	A
2015	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico - GITEC/FL - 12 meses	07.073.027/0001-53	16/11/2015	15/12/2016	Não se aplica	A
2015	Contratação de remanescente para prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) instalados na região de abrangência da Unidade de Suporte Tecnológico de Fortaleza/CE.	20.914.172/0001-88	01/02/2015	21/12/2016	Não se aplica	A
2015	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC.	07.073.027/0001-53	26/10/2015	25/10/2016	Não se aplica	A
2015	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, suporte e assistência técnica nas centrais telefônicas – PABX instaladas nas unidades da CAIXA no estado RIO GRANDE DO SUL	09.174.281/0001-73	01/03/2015	28/02/2017	Não se aplica	A
2015	Prestação de serviços por meio de locação de equipamentos e infraestrutura de telecomunicações para transmissão de dados, vídeo, voz e imagem através de circuitos suportados por estrutura de rádio ou mista, incluindo, ainda, a instalação, manutenção e suporte (projeto e-CAIXA/Rede 4), Região Interior do RJ.	33.000.118/0001-79	08/09/2015	07/09/2020	Não se aplica	A
2015	Prestação de serviços de manutenção, suporte e assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP, utilizando arquitetura proprietária ou baseada em arquitetura de código aberto, aparelhos telefônicos e demais periféricos, pelo prazo de 12 meses, no âmbito dos estados da Bahia e Sergipe.	01.996.385/0001-51	15/04/2015	14/04/2016	Não se aplica	A
2015	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC.	00.308.141/0001-76	31/12/2015	30/12/2016	Não se aplica	A
2015	Prestação de serviços de manutenção dos gravadores (áudio e tela) e discadores automáticos.	05.039.957/0001-65	03/03/2015	02/03/2017	Não se aplica	A

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo e técnico na CAIXA Cultural de Brasília-DF.	07.271.878/0001-00	29/12/2015	28/12/2016	M/S	A
2015	Prestação de serviços de administração e implantação das ações referentes ao Programa Educativo CAIXA Gente Arteira, nos espaços da CAIXA Cultural Recife.	17.314.452/0001-40	11/05/2015	10/05/2016	F/M	A
2015	Prestação de serviços de transporte coletivo de pessoas para atendimento ao programa educativo caixa gente arteira, a ser realizado na caixa cultural rio de janeiro, pelo período de 12(doze) meses.	15.235.799/0001-72	03/02/2015	19/06/2015	M	E
2015	Administração Gente Arteira.	02.933.199/0001-36	14/08/2014	25/05/2016	M/S	P
2015	Credenciamento de empresas especializadas visando prestação de serviços de cobrança por telefone (Telecobrança), ativa e receptiva, realizada por operador humano e/ou quaisquer outros meios existentes e cabíveis dos créditos próprios e de terceiros administrados pela CAIXA, quando houver interesse previamente manifestado pela CAIXA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.	05.083.833/0001-87	17/04/2015	17/04/2016	M/S	P
2015	Credenciamento de empresas especializadas visando prestação de serviços de cobrança por telefone (Telecobrança), ativa e receptiva, realizada por operador humano e/ou quaisquer outros meios existentes e cabíveis dos créditos próprios e de terceiros administrados pela CAIXA, quando houver interesse previamente manifestado pela CAIXA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.	00.933.353/0001-44	17/04/2015	17/04/2016	M/S	P
2015	Prestação de Serviços de Cobrança Ativa e receptiva de Cartões de Credito CAIXA em atraso no período de Inadimplência recente, incluindo a realização de acordos e o atendimento das ocorrências relacionadas a cobrança.	04.592.502/0001-00	17/06/2015	16/06/2016	M	A

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva Gestão de Pessoas – DEPES (Gestores operacionais dos contratos)



## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo V**

#### **Ações educacionais realizadas em 2015**

##### **(Área de TI)**



Quadro 38 - Ações educacionais efetivamente realizadas em 2015 (Cursos externos)

Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(* Carga Horária
1	<p><b>SLA EM TI - GESTÃO DOS SERVICOS DE TI</b>  Acompanhar e controlar serviços de terceiros, bem como organizar a equipe interna no alinhamento com o serviço prestado. Demonstra como utilizar o SLA (Acordo de Nível de Serviço) como instrumento para gestão de nível de qualidade dos serviços e de seus provedores de serviços. O SLA auxilia no estabelecimento do alinhamento entre as necessidades do cliente e na capacidade do provedor de serviço de entregar o serviço com o nível de qualidade esperado. O Acordo de Nível de Serviço ajuda na avaliação de desempenho do provedor de serviço, na definição de penalidades e ações compensatórias, no estabelecimento de programas de melhoria contínua e nas práticas de gestão da qualidade dos serviços.</p>	4	16h
2	<p><b>PREPARATÓRIO PARA CERTIFICAÇÃO CFPS IFPUG</b>  A certificação <i>Certified Function Point Specialis</i> - CFPS do IFPUG, reconhecida internacionalmente, agrega valor ao currículo do profissional e também é exigida por várias empresas como pré-requisito para a prestação de serviços de Análise de Pontos de Função – APF.</p>	5	96h
3	<p><b>SEGURANÇA DO PIN</b>  Treinamento de validação de cumprimento de segurança PIN Visa e gestão de chaves, traz informações atualizadas sobre a gestão de chaves criptográficas usadas em caixas eletrônicos, dispositivos PIN e módulos de segurança físicos. O curso oferece também uma análise detalhada dos novos Requisitos de Segurança PIN para o Setor de cartões de pagamento (<i>Payment Card Industry - PCI</i>), oferecendo as ferramentas necessárias para avaliadores internos e externos fazerem uma revisão do cumprimento de segurança PIN Visa.</p>	1	16h
4	<p><b>ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS</b>  Capacitar o servidor público envolvido no processo de licitação, para realizar a fase do processo de licitação da habilitação, mais especificamente a análise jurídica e econômico financeira, conhecendo os tipos societários que contratam com a Administração Pública, suas peculiaridades, formas de registros e documentos que necessitam ser analisados para fins de habilitação, além de apresentar e discutir as principais peças contábeis que integram as Demonstrações Contábeis e realizar correta e eficaz análise de balanços para fins de contratação.</p>	3	20h
5	<p><b>2º WORKSHOP DE CONTROLES INTERNOS FEBRABAN 2015</b>  Permitir análise mais profunda dos objetivos de desempenho, informação e conformidade dos controles internos, assim como de seus elementos: a supervisão gerencial e a cultura de controle; a identificação e a avaliação de riscos; os procedimentos de controle e segregação de funções; a informação e a comunicação; as atividades de monitoramento e correção de deficiências. Além de uma análise completa da Resolução nº 2554 (Implantação de Controles Internos), também abordados aspectos da Lei nº 9613 (Lavagem de Dinheiro), bem como da Resolução nº 2682 (Revisão e Classificação de Operações de Crédito), relacionando cada tópico ao Manual da Supervisão do BACEN.</p>	1	8h
6	<p><b>GESTAO DE PROCESSOS LICITATORIOS</b>  Permitir a atuação integrada dos servidores para melhoria da qualidade, redução de prazos e diminuição de custos na contratação.</p>	1	16h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(* Carga Horária
7	<b>APRESENTAÇÃO DE ALTO IMPACTO</b> Desenvolver habilidades essenciais para a realização de apresentações de forma profissional e com muito mais impacto. Toda a estrutura da comunicação é desenvolvida e treinada durante o programa. Os participantes adquirem os conceitos, praticam sob orientação profissional e recebem feedback em particular, o que torna o programa totalmente personalizado.	4	24h
8	<b>PORTAIS CORPORATIVOS</b> Conhecer e discutir como obter resultados efetivos dos portais corporativos, com profissionais experientes no assunto das áreas de comunicação, marketing, tecnologia da informação e recursos humanos.	2	8h
9	<b>CONTRATO TORNEIO SIMULADOR BANCÁRIO</b> O simulador bancário reproduz condições de operação das principais áreas funcionais de um banco, como gestão da carteira de produtos (CDB, poupança, empréstimos e financiamentos), administração operacional (agências, <i>marketing</i> , tecnologia da informação e qualidade de atendimento), administração de recursos humanos (contratação/demissão, políticas de remuneração e treinamento, motivação e produtividade) e administração contábil-financeira (fluxo de caixa, investimento em LFT, empréstimos compulsório, interbancário e junto ao Banco Central).	60	32h
10	<b>CONFERÊNCIA DATA MANAGEMENT CONFERENCE-LATIN AMERICA 2015</b> A <i>Data Management Conference Latin América</i> é o mais abrangente encontro sobre Gestão e Governança de Dados realizado no País. É a partir do DMBOK que a DAMA Brasil escolhe os temas e estudos de casos que serão apresentados em cada edição da DMC-Latam. Disciplinas como Gestão da Qualidade, Arquitetura, Desenvolvimento e Segurança de Dados, além de Gestão de Operações Database, DW, BI, Dados Mestres & Referências, Metadados, Documentação e Conteúdo são apresentados por grandes especialistas e por profissionais que estão vivenciando o desafio de fazer a gestão do dado nas suas organizações.	2	8h
11	<b>ANALISTA DE NEGÓCIOS DE TI C/ BASE NO BABOK 2.0 E ANALISTA DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS</b> O Curso Analista de Negócios <i>Business Process Management - BPM</i> – ou Gestão do Negócio por Processos tem como objetivos: Apresentar as Competências de um Analista de Negócios; Apresentar os Fundamentos do BABok, guia de referência das melhores práticas para o Analista de Negócios; O curso BPM apresenta regras de negócio, modelagem de negócios e processos; Apresentar como as regras de negócio são implementadas pela Engenharia de Requisitos de <i>Software</i> ; Entender as vantagens de gerenciar uma organização por processos; Aprender como identificar e controlar os processos críticos em função da estratégia; Conhecer e aprender a usar ferramentas para análise e melhoria dos processos do negócio, foram apresentados modelos para aplicação na prática; Conhecer os fatores críticos de sucesso e como implementar a gestão do negócio por processos; Comentar experiências positivas e dificuldades de implantação; Aprender a analisar processos utilizando cartas de controle.	6	36h
12	<b>SEMINARIO NACIONAL GESTAO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS</b> Dotar o aluno de referencial teórico e prática simulada que permita o controle, acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes do contrato administrativo, ao mesmo tempo em que opera as mudanças permitidas ou determinadas pela lei para a manutenção das condições iniciais do contrato e para a realização eficaz do objeto.	2	16h
13	<b>CONFERÊNCIA MÉTRICAS 2015 - ISMA11 DO IFPUG</b> Conferência com palestrantes internacionais, integrantes ou ex-integrantes da Diretoria do IFPUG.	1	8h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(*) Carga Horária
14	<p><b>PMP FOUNDATIONS</b> Fornecer uma visão ampla sobre os processos de Gerenciamento de Projeto estabelecidos pelo PMBOK 5ª. Edição, possibilitando aplicação de seus conceitos aos projetos em geral, além de permitir que o aluno tenha informações e direcionamento para um estudo mais aprofundado visando a certificação. Este curso pode ser utilizado como pré-requisito para quaisquer certificações em gerenciamento de projeto do PMI.</p>	3	40h
15	<p><b>ESTATISTICA APLICADA NO EXCEL</b> Ensinar a utilizar recursos avançados do Excel (funções, macros e análise de dados) para aplicações de estatística na área de administração.</p>	5	40h
16	<p><b>CIAB 2015</b> O CIAB FEBRABAN - Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras - é o maior evento da América Latina tanto para o setor financeiro quanto para a área de tecnologia.</p>	40	16h
17	<p><b>BMC REMEDY AR SYSTEM 8X -ADMINISTRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONFIGURAÇÃO, ITSM E FUNDAÇÃO.</b> Oferecer confiança as equipes de que suas habilidades são atuais, atender aos padrões da BMC, e que o indivíduo pode ser identificado como um dos recursos de elite na indústria. Os benefícios para a prossecução de confiança incluem o fornecimento de fundação produto sólido para a sua organização de TI para um impacto positivo no ROI, acelerando o desenvolvimento profissional e melhoria da produtividade.</p>	8	80h
18	<p><b>SCRUM</b> Saber qual é a importância da informação, ver em que área se aplica a engenharia de <i>software</i>, conhecer as metodologias clássicas e ágeis; e as diferenças entre elas; aprender as características da metodologia <i>Scrum</i>, vendo seus conceitos, processos e vantagens da sua utilização, além de ver na prática a aplicação de assuntos, como as reuniões e artefatos do <i>Scrum</i>, os conceitos de <i>sprints</i>, <i>user stories</i>, <i>product backlog</i>, dentre outros qual é a importância da informação, vendo em que área se aplica a engenharia de software e conhecer as metodologias clássicas e ágeis; e as diferenças entre elas; também aprender as características da metodologia <i>Scrum</i>, vendo seus conceitos, processos e vantagens da sua utilização, além de ver na prática a aplicação de assuntos, como as reuniões e artefatos do <i>Scrum</i>, os conceitos de <i>sprints</i>, <i>user stories</i>, <i>product backlog</i>, dentre outros.</p>	4	16h
19	<p><b>PMP</b> A certificação de Profissional de Gerenciamento de Projetos - PMP® do PMI é a Certificação para gerentes de projeto reconhecida como a mais importante para a indústria, exigida mundialmente, a certificação atesta que você tem formação, experiência e competência para conduzir e dirigir projetos.</p>	51	40h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(* Carga Horária
20	<p><b>II SEMINARIO DE GESTÃO</b></p> <p>A segunda edição do Seminário de Gestão teve 3 pensadores com a missão de estimular o público a refletir sobre o potencial de inteligência e criatividade que existe dentro das empresas e que pode ser despertado por meio de uma liderança assertiva. As ideias, conselhos e técnicas sobre esse tema foram passadas por Augusto Cury, Idalberto Chiavenato e Rivadávia Drummond. Os convidados conduziram palestras sobre capacidade gestora, geração de valor e gestão do conhecimento, respectivamente.</p>	5	8h
21	<p><b>PMO SUMMIT 2015</b></p> <p>Reunir experiências de empresas e instituições consideradas referências no mercado por entender completamente o valor do gerenciamento e a necessidade de ter patrocinadores executivos ativamente engajados para fornecer resultados e maior valor em um ambiente exigente e cada vez mais afetado pela redução de investimentos. O conteúdo melhora as práticas de gestão da empresa e faz <i>networking</i> no congresso reconhecido como o maior ponto de encontro da América Latina para debater estratégias para escritórios de projetos.</p>	4	16h
22	<p><b>FORUM HSM EXCELENCIA EM GESTAO PUBLICA</b></p> <p>Apresentar iniciativas inspiradoras que efetivamente transformaram organizações públicas entregando melhores serviços para sociedade e menores custos para o contribuinte - novo formato do Seminário Internacional: BPM Global <i>Trends</i> para a Gestão Pública.</p>	2	8h
23	<p><b>EVENTO MOBILE PAYMENT E CARDS</b></p> <p>Trazer as melhores práticas em <i>Mobile Payment, Commerce e Banking</i>.</p>	2	16h
24	<p><b>FUNDAMENTOS DE COBIT 5 PARA GOVERNANÇA EM TI - INSTITUTO IBGP</b></p> <p>Apresentar um novo modelo para a avaliação da capacidade dos processos de TI da organização, baseado na norma ISO/IEC 15504. A ISO/IEC 15504, também conhecida como SPICE (<i>Software Process Improvement and Capability Determination</i>), é a norma ISO/IEC que define o processo de engenharia de <i>software</i>. 15504 argumenta que “Capacidade” e “Avaliação de Maturidade” são duas avaliações distintas:</p> <p>15504-2: Capacidade verifica se o processo está atingindo seus objetivos</p> <p>15504-7: Avaliação de Maturidade mede se a implementação do processo está contribuindo para as metas de negócio.</p>	14	8h
25	<p><b>1º FORUM DE GESTÃO PÚBLICA ABPMP</b></p> <p>Apresentar iniciativas inspiradoras que efetivamente transformaram organizações públicas entregando melhores serviços para sociedade e menores custos para o contribuinte. Este evento é destinado para todos aqueles que acreditam em: Patrocínio da alta administração se ganha com “visões de futuro inspiradoras” ao invés de “implementação de práticas de gestão”; Interagir com os clientes da administração pública... ao invés de supor que eles não existem!; Poucos projetos transformadores implementados... ao invés de muitas ações de gestão dispersas; Resultados quantitativos comprovados ao invés de relatórios extensos e mapas na parede; O 1º Fórum de Gestão Pública é o novo formato do Seminário Internacional: BPM Global <i>Trends</i> para a Gestão Pública.</p>	1	16h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(* Carga Horária
26	<p><b>PMRANK</b>            Treinamento prático e inovador sobre GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS. O PMRank utiliza estudos de caso, conjuntos de critérios variados e modelos de tomada de decisão multicritérios tais como o <i>Analytic Hierarchy Process - AHP</i>, que possibilitam que os participantes tenham o conhecimento necessário para decidir sobre a composição adequada do mix de projetos a ser empreendido. A base metodológica de todos os trabalhos do PMRank está no Standard of Portfolio Management publicado pelo <i>Project Management Institute</i> e no <i>MoP (Management of Portfolios)</i> publicado pelo <i>UK Office of Government Commerce - OGC</i>.</p>	1	8h
27	<p><b>AGILE TREND</b>            Maior conferência de métodos ágeis do hemisfério sul. O evento não possui fins lucrativos e é organizado por um time de especialistas da comunidade brasileira de métodos ágeis que compartilham do objetivo de incentivar e disseminar a cultura ágil por todo o País.</p>	1	16h
28	<p><b>ECSA - EC - COUNCIL CERTIFIED SECUTIRY ANALYST</b>            Explorar a fase analítica do <i>hacking</i> ético, enquanto CEH apresenta ao aluno tecnologias e ferramentas, ECSA vai um passo adiante, ao explorar como analisar os resultados destas. O profissional sendo certificado CEH e ECSA, estava apto a se certificar na certificação máxima da <i>EC-Council</i> na área de Auditoria Teste de Invasão, a <i>Licensed Penetration Tester - LPT</i>.</p>	1	40h
29	<p><b>VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO</b>            O tema “O Conhecimento Inovando e Transformando o Setor Público” pretende abranger diversos subtemas que contemplem a experiência, os desafios e resultados alcançados pela Administração Pública brasileira nesse campo, envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos níveis federal, estadual e municipal.</p>	3	16h
30	<p><b>CURSO LOUREIRO DE GESTAO EM GOVERNANÇA</b>            Fornecer informações sobre como avaliar a capacidade segundo a ótica do COBIT5, produzindo relatório de alta qualidade e fácil entendimento, com informações atualizadas.</p>	15	8h
31	<p><b>DMC 2015 DATA MANAGEMENT CONFERENCE</b>            Maior encontro sobre Gestão e Governança de Dados realizado no País. Todos os anos, no mês de agosto, na cidade de São Paulo, a DAMA Brasil, com supervisão da <i>DAMA International</i>, convida os maiores especialistas, pesquisadores e profissionais experientes, do Brasil e do exterior, para apresentar as suas práticas e descobertas na área.</p>	1	16h
32	<p><b>EXCEL AVANÇADO</b>            São abordados recursos sobre uso de tabelas dinâmicas, cenários, subtotais e filtro avançado, importação e exportação de dados, formulários, proteção de planilhas e pastas de trabalho, entre outros recursos que o ajudaram a desenvolver planilhas dinâmicas com aparência profissional ou mesmo a resolver problemas com funções e outros recursos do Excel.</p>	1	40h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(*) Carga Horária
33	<p><b>PREMIO CONIP</b>            O CONIP - Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública - é um evento consolidado, reconhecido como o principal fórum de inovação que aponta as tendências de uso de tecnologias na gestão pública. Tradicionalmente os temas discutidos no CONIP passam a fazer parte da agenda de TIC dos governos. Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, Pregão Eletrônico, Portais de Governo, <i>Software Livre</i>, <i>Mobile Government</i> e Dados Abertos são temas levantados nos eventos CONIP.</p>	1	16h
34	<p><b>MOTIVAÇÃO</b>            Optar por um treinamento motivacional vem sendo uma saída muito procurada por empresas que buscam melhorar o ambiente de trabalho. A ideia é estimular o crescimento do potencial humano, visando à melhoria de todo o rendimento da equipe bem como desenvolver e/ou aperfeiçoar as habilidades necessárias para a execução de determinadas tarefas.</p>	10	8h
35	<p><b>CONFRARIA DOS DINOSSAUROS 2015</b>            A Confraria dos Dinossauros foi criada em 2008 com a intenção de reunir todos os profissionais da área Mainframe, para uma dia de palestras sobre novidades e lançamentos. Com o intuito de fortalecer sua participação nesse mercado, a CA Technologies participa como patrocinadora do evento. Para a presença da CA no evento ser ainda mais proveitosa, a ZAZ Experience junto com os criativos da Tempere esquematizaram uma estratégia envolvendo comunicação pré-evento, captação de informações dos convidados e também uma ação de entrega de brinde bem inusitada.</p>	10	8h
36	<p><b>GERENCIAMENTO DE PROJETOS PMP COM BASE NO PMBOK</b>            Na atual situação econômica a gestão de projetos tem alguns dos seus desafios aumentados. Mais do que nunca o "triângulo de ouro" (escopo, prazo e custo) pode fazer a diferença entre continuar empregado ou não, entre a empresa ganhar ou perder dinheiro, entre fidelizar ou perder clientes. A palestra trouxe uma visão atualizada sobre as habilidades gerenciais exigidas nestes tempos de crise.            O Curso PMP <i>Foundations</i> Gerenciamento de Projetos propõe-se a ajudar os profissionais de gerenciamento de projetos com uma abordagem estratégica do que deve ser realizado do início ao encerramento do projeto, oferecendo uma visão sistêmica que pôde ser utilizada como um guia na execução de suas atividades. Apresentar o padrão de gerenciamento de projetos no modelo do PMI (<i>Project Management Institute</i>). O conteúdo deste curso PMP <i>Foundations</i> Gerenciamento de Projetos está alinhado com o PMBOK 5a. edição.</p>	10	16h
37	<p><b>PMP</b>            A certificação de Profissional de Gerenciamento de Projetos - PMP® do PMI é a Certificação para gerentes de projeto reconhecida como a mais importante para a indústria. Reconhecida e exigida mundialmente, a certificação PMP® atesta que você tem formação, experiência e competência para conduzir e dirigir projetos.</p>	1	16h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(* Carga Horária
38	<p>CONFERENCIA METRICA 2015</p> <p>O BFPUG é um grupo constituído com o objetivo de estimular e divulgar a utilização de métricas no desenvolvimento de sistemas, em particular a Análise de Pontos de Função – <i>Function Point Analysis</i>, ou FPA. Destina-se aos profissionais interessados em aprender, praticar e divulgar o uso de métricas e de FPA. O BFPUG é a representação brasileira oficial (<i>Chapter</i>) do IFPUG – <i>International Function Point Users Group</i>.</p>	1	8h
39	<p>MPS.BR</p> <p>Busca-se que o MPS.BR seja adequado ao perfil de empresas com diferentes tamanhos e características, públicas e privadas, embora com especial atenção às micro, pequenas e médias empresas. Também se espera que o MPS.BR seja compatível com os padrões de qualidade aceitos internacionalmente e que tenha como pressuposto o aproveitamento de toda a competência existente nos padrões e modelos de melhoria de processo já disponíveis.</p>	5	16h
40	<p>MASP - METODO DE ANALISE E SOLUÇÕES DE PROBLEMAS</p> <p>O Método de Análise e Solução de Problemas - MASP é um processo de melhoria que apresenta 8 etapas, sendo que cada uma delas contribui para a identificação dos problemas e a elaboração de ações corretivas e preventivas para eliminá-los ou minimizá-los. Este método auxilia os gerentes na solução de problemas, fornecendo subsídios para analisá-los e priorizá-los, identificando situações que não foram bem definidas e exigem atenção. Estabelece rápido controle das situações e planeja o trabalho que foi realizado, apresentando respostas que ajudam na priorização de problemas que exijam atenção, dividindo-o em partes para ser analisado</p>	3	16h
41	<p>FUNDAMENTOS DE GOVERNANÇA E COBIT À DISTÂNCIA</p> <p>Aprender sobre a necessidade de uma estrutura de governança de TI e como o COBIT aborda essa necessidade fornecendo as últimas percepções da ampla governança de TI empresarial. Esse curso explica os elementos e materiais de suporte do <i>framework</i> COBIT, usando uma abordagem lógica e conduzida por exemplos para todos os interessados em obter o conhecimento do nível fundamentos do COBIT.</p>	15	16h
42	<p>E-LEARNING (PMBOK, ITIL, FUNDAMENTOS TESTE SOFTWARE)</p> <p>O guia PMBOK tem como objetivo fornecer uma visão geral de cada subconjunto do conjunto de conhecimento do gerenciamento de projetos, tornando-o partes menores, mas ao mesmo tempo interligadas entre si. Ele é um guia onde usa um vocabulário padronizado, comum a todos os profissionais da área, elemento essencial a qualquer profissão”. O Curso de fundamentos em Gerenciamento de Serviços de TI, no qual se teve uma base para passar no primeiro exame do programa de certificação da ITIL (<i>ITIL V3 Foundations</i>). O curso de fundamentos de software aborda conceitos fundamentais de teste de <i>software</i> para os profissionais interessados em atuar nesta área e que desejam desenvolver as atividades de teste no dia-a-dia do ciclo de desenvolvimento do <i>software</i>.</p>	41	24h
43	<p>FORMAÇÃO DE ANALISTA DE T&amp;D</p> <p>Proporcionar conhecimento teórico e prático sobre educação corporativa, técnicas e instrumentos necessários no planejamento e coordenação das soluções de treinamento e desenvolvimento alinhados às estratégias organizacionais.</p>	1	24h



Item	Nome do curso/evento e Ementa	Quantidade de Participações	(* Carga Horária
44	CONFERÊNCIA DE MÉTRICAS 2015 Tem fins de extensão da certificação CFPS. A participação no evento possibilitou o direito à extensão de um ano na certificação, desde que o interessado cumpra os demais requisitos definidos pelo IFPUG.	1	8h
45	5ª EDICAO PAYTECH SUMMIT Promover e aproximar o compartilhamento de experiências dos diferentes agentes de inovação da cadeia de meios de pagamentos para debater a rentabilização e escalonamento das novas tecnologias. O <i>Paytech</i> reúne líderes de inovação e tecnologia de grandes players do mercado com startups e também grandes empresas entrantes no setor, como empresas de telecom, para compartilhar experiências de inovação em produto, tecnologia e parcerias estratégicas. Conheça a programação.	2	16h
46	PALESTRA MOTIVACIONAL A palestra motivacional com base na filosofia do <i>coaching</i> tem como objetivo levantar os problemas e conflitos existentes na empresa e encontrar soluções para que eles possam ser resolvidos de maneira eficaz e com a colaboração de todos os funcionários. Um palestrante enérgico e dinâmico interage com toda a equipe e usa abordagens e técnicas que irão os inspirar a se tornarem líderes, a trabalharem em conjunto e a pensarem de uma maneira corporativa eficaz, trazendo assim mais interatividade entre os colaboradores e facilitando a resolução de problemas, tanto internos quanto com os clientes.	57	8h
47	SEMINARIO EMV - PAYSMART Apresentar as últimas tendências em relação à migração EMV em âmbito mundial, incluindo a recente decolada do mercado americano, além de informações sobre novas implementações como tokenização e EMV para celulares com tecnologia <i>Host Card Emulation</i> - HCE.	5	8h
<b>Total</b>		<b>417</b>	<b>960</b>
(*) referente a 1 participante		<b>Total CH</b>	<b>40.0320</b>

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de TI - DETEC

Quadro 40 - Cursos Internos/ Universidade CAIXA (Cursos Presenciais e Educação à Distância-EAD)

Item	Nome do curso/evento e Ementa	(*) Quantidade Participações	(**) Carga Horária
1	A ARTE DE FALAR EM PÚBLICO: Contem técnicas para falar em público bem e fazer apresentação, superando o medo e a timidez, como também melhorando a comunicação.	2.039	6h
2	CÓDIGO DE CONDUTA DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES DA CAIXA: Oferecer elementos conceituais e práticos para o desenvolvimento e gestão de um Código de Conduta e discute seu papel dentro do ambiente da boa Governança Corporativa.	1.887	1h
3	SEJA INOVADOR: Compreender o que é inovação e por que inovar. Entender os conceitos da inovação e tenha uma atitude inovadora no dia a dia, no trabalho e na vida pessoal, além de entender como vencer as barreiras que impedem a inovação.	1.855	4h
4	COMUNICACAO EFICAZ: UMA QUESTAO DE EMPATIA: Aperfeiçoar habilitações para atender o público em geral e se relacionar de maneira produtiva e eficaz, alcançando, assim, as metas de alta performance e o melhor desempenho no trabalho.	1.832	10h
5	CURSO SEGURANÇA CAIXA - MÓDULO PREVENÇÃO À FRAUDE: Fornecer aos participantes um panorama sobre o problema com particular referência aos casos mais comuns no Brasil. Informar sobre as várias tipologias de fraudes internas e as áreas e funções mais expostas e vulneráveis. Apresentar as medidas de organização, monitoramento, prevenção, identificação e repressão mais oportunas para cada tipologia de fraude interna e para cada área e função.	1.794	5h
6	GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS – EFICIÊNCIA DE GASTOS: Orientar sobre uso racional dos recursos para prestação dos serviços públicos, possibilitando alcançar os objetivos e as metas programadas com o mínimo de recursos e tempo, conseguindo desta forma a sua otimização.	1.379	10h
7	CERTIFICACAO DIGITAL: Curso que deseja garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações que circulam no ambiente web.	1.259	10h
8	PREVENÇÃO À FRAUDE DOCUMENTAL: Oferecer aos participantes técnicas e informações que permitam identificar fraudes através da análise documental e comportamental.	1.127	10h
9	PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO: Disseminar a cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.	1.123	4h
10	MERCADO DE CARTÕES: Capacitar os participantes para melhor analisar, compreender e avaliar a cadeia de valores do cartão, explicando de forma clara e precisa como funciona o mercado, suas características, intervenientes, origens e tendências.	750	5h
11	REQUISITOS DE SOFTWARE: Apresentar os conceitos fundamentais do processo de Engenharia de Requisitos, suas etapas, tipos de requisitos, técnicas de levantamento de requisitos, modelagem e gerência de requisitos.	320	8h
12	CURSO SEGURANÇA CAIXA - MÓDULO SEGURANÇA FÍSICA: Compreender o dia-a-dia da Segurança Física na CAIXA, bem como as medidas preventivas de segurança que devem ser adotadas no cotidiano dos empregados junto aos familiares, sua unidade e colegas visando maior segurança e qualidade de vida.	296	5h
13	MODELO DE GESTÃO CAIXA: O participante deverá ser capaz de descrever a composição do Modelo de Gestão CAIXA e cada um dos seus elementos, bem como explicar sua importância para o alcance dos objetivos empresariais e da Visão de Futuro da Empresa.	287	20h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	(*) Quantidade Participações	(**) Carga Horária
14	TEMPO: SEU BEM MAIS PRECIOSO: Conhecer a importância da administração do tempo de forma planejada para alcance dos objetivos.	278	4h
15	GERENCIAMENTO DE PROJETO: Ensinar sobre os fatores de sucesso e fracasso de um projeto, definição de escopo, as cinco fases do gerenciamento de projeto e conceitos gerais.	250	10h
16	PLANO ESTRATÉGICO CAIXA: Ser capaz de explicar a importância do Plano Estratégico da CAIXA, seus elementos - Missão, Visão e Valores, seus Objetivos Empresariais, e de reconhecer a importância de fazer da estratégia da Empresa o compromisso diário na busca do alcance da Visão de Futuro e do cumprimento da Missão.	246	6h
17	CÓDIGO DE ÉTICA CAIXA - VERIFICAÇÃO DE CONHECIMENTO: Verificar o conhecimento adquirido a partir da leitura e estudo do Código de Ética da CAIXA (MN RH103).	223	1h
18	FEEDBACK - FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO: Identificar o feedback como oportunidade para mudança de comportamentos e/ou para desenvolvimento de competências e aprimoramento do desempenho individual.	208	6h
19	LINGUAGEM EMPRESARIAL: Aprender a identificar as qualidades essenciais de um texto, apontar as qualidades que distinguem a redação empresarial e criticar as falhas em um texto empresarial.	198	30h
20	COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: Descrever os paradigmas da comunicação.	197	4h
21	A INFLUÊNCIA DA SINERGIA NAS EQUIPES DE TRABALHO: Explicar os principais aspectos que caracterizam a sinergia e os seus impactos na equipe de trabalho e na organização.	180	6h
22	MERCADO DE CARTÕES CAIXA: Identificar o processo de transação dos cartões de crédito, e os seus benefícios, a fim de comercializar eficazmente o produto.	168	5h
23	CONTROLES INTERNOS: Reconhecer a importância do sistema de controles internos nas organizações e da prática de controles em suas atividades diárias, bem como conhecer os principais instrumentos de controle utilizados na CAIXA.	161	30h
24	PROCESSO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE – PPDS: Apresentar o Processo de Desenvolvimento de Software, bem como seu elemento de apoio, o sítio do PPDS.	137	2h
25	DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES GERENCIAIS: Apresentar aos participantes ferramentas gerenciais eficazes, conceitos e recursos gerenciais para desenvolvimento de pessoas.	127	40h
26	RISCO OPERACIONAL: Proporcionar aos participantes do curso visão básica da prática de gestão de risco operacional.	116	20h
27	GBS - CURSO 3: ANTES DA DECISÃO DE CONTRATAR: O Gestor de Bens e Serviços deverá ser capaz de responder, de forma sistêmica, às demandas de bens e serviços atinentes aos seus processos, considerando a pertinência de novo gasto e a cultura do consumo consciente.	106	7h
28	LIDERANÇA E RESULTADOS SUSTENTÁVEIS: Proporcionar ao profissional o foco no resultado economicamente viável, justo e promover perenidade do negócio e o crescimento das pessoas na organização; promover ações culturalmente aceitas; e atuar no ambiente de forma ecologicamente adequada.	101	32h
29	AVALIAÇÃO BÁSICA ANÁLISE CRÉDITO MICRO E PEQ. EMPRESAS: Proporcionar aos participantes visões sobre práticas de avaliação e análise de crédito voltado para micro e pequenas empresas.	9	60h

Item	Nome do curso/evento e Ementa	(*) Quantidade Participações	(**) Carga Horária
30	HSM EXPOMANAGEMENT: As mais recentes ideias, tendências e conceitos mundiais em gestão reunidos anualmente, no maior evento de gestão da América Latina.	3	83h
31	OUTRAS CAPACITAÇÕES: Demais cursos com menor carga horária.	3.023	3h em média
	<b>Total</b>	<b>21.679</b>	<b>146.046h</b>

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de TI - DETEC

(\*) o mesmo empregado realizou mais de 1 curso.

(\*\*) referente a 1 participante.

Em relação aos cursos internos, destaca-se a Ação Educacional - Programa de Aprimoramento de Líderes ministrado pela MINDQUEST Educação. O Programa compõe-se de 6 módulos de conteúdos independentes que correspondem às 6 competências do Estilo do Líder CAIXA, a saber: Desenvolve a si mesmo e a Equipe, Domina seus assuntos, Incentiva e Pratica a Inovação, Foca o Cliente, Atua como "dono" da CAIXA, Lidera pelo exemplo. Cada módulo tem carga horária curricular de 10h, com Metodologia à distância e Público-alvo: Gestores chefes de unidade. Em 2015, 15 gestores realizaram os primeiros módulos, totalizando 33 módulos concluídos (total de 330 horas de treinamento).



## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo VI**

#### **Fundo Socioambiental CAIXA**

#### **Operações realizadas em 2015**



Quadro 82 - Fundo Socioambiental CAIXA – Detalhamento dos projetos no exercício de 2015

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0009.00 1/2012	Proteção das Águas da Microbacia do Córrego do Mineirinho	SAEV - Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Votuporanga	72.962.80 6/0001-71	17-fev-12	228.497,19	11.933,28	228.497,19	Votuporanga	SP
0015.00 7/2012	Recuperação e enriquecimento de áreas alteradas nas margens de cursos d'água na região central do Rio Grande do Sul, com Base em Material Genético Superior	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	95.591.76 4/0001-05	28-jun-12	455.507,20	46.179,24	455.507,20	Santa Maria	RS
0019.01 1/2012	Informática da Transformação Itapoã	IAVJA - Instituto de Auxílio a Vida com Justiça e Amparo	02.663.13 2/0001-29	24-mai-12	78.144,37	9.328,77	78.144,37	Itapoã	DF
0027.01 9/2012	Projeto Elas	Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	05.705.43 8/0001-99	22-mar-12	78.035,00	44.555,00	78.035,00	Fortaleza	CE
0033.02 5/2012	RedeOstra - articulação, geração de renda e sustentabilidade ambiental	ASCOMA - Associação Comunitária de Matarandiba	10.370.04 3/0001-12	09-mar-12	120.000,00	29.869,20	120.000,00	Itaparica	BA
0046.03 8/2012	Projeto Mariana Sustentável	CAMAR - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Mariana	12.264.33 7/0001-95	28-mar-12	102.130,46	51.841,06	102.130,46	Mariana	MG
0053.04 5/2012	Geração de Renda e Acesso a Mercados de Produtos Agroecológicos	CTA - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata	20.323.79 6/0001-20	02-mar-12	117.742,66	43.887,57	117.742,66	Viçosa	MG
0054.04 6/2012	Projeto da Instalação de uma Agroindústria para Processamento de Frutas e Hortaliças Orgânicas e Biodinâmicas junto à Associação de Produtores Naturais de Maria da Fé-MG	Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica	00.835.77 1/0001-07	17-fev-12	96.855,51	8.505,00	96.855,51	Maria da Fé	MG
0065.05 7/2012	Recuperação de Matas Ciliares Protetoras de Nascentes e Cursos D'água da Bacia Hidrográfica do Rio Turvo Sujo - Cabeceira do Rio Doce – Viçosa/MG	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa - MG	25.947.27 6/0001-02	29-mai-13	477.680,50	195.536,06	394.552,89	Viçosa	MG



Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0066.05 8/2012	Recuperação, Preservação Florestal de Nascentes e Áreas que Margeiam o Manancial de Abastecimento Público do Município de Caçador - SC	FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador/SC	11.153.42 5/0001-57	21-jun-12	170.475,33	65.513,45	147.568,43	Caçador	SC
0073.06 5/2012	Implementação de manejo florestal comunitário e familiar na mesorregião da Chapada do Araripe	APNE - Associação Plantas do Nordeste	00.151.46 1/0001-05	10-mai-12	2.113.127,60	115.958,57	2.027.524,76	Farias Brito, Mauriti, Juazeiro do Norte, Canindé de São Francisco, Santana do Cariri, Salitre, Potengi, Porteiras, Nova Olinda, Missão Velha, Abaiara, Jardim, Granjeiro, Crato, Caririáçu, Brejo Santo, Barro, Barbalha, Milagres e Jati	CE
0078.07 0/2012	Casa de Cultura Digital de Marabá	Associação dos Amigos da Inclusão Digital da Amazônia	11.959.38 5/0001-35	17-dez-12	96.492,40	27.342,40	96.492,40	Marabá	PA
0079.07 1/2012	Cultura, Geração de Renda em busca para garantia da Sustentabilidade da comunidade Prainha	CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro	00.702.06 4/0001-34	10-dez-12	98.046,69	68.856,35	98.046,69	Aracaju	SE
0080.07 2/2012	Coleta Seletiva , Minha Casa , Nossa Vida!	ADES - Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável	08.600.80 7/0001-77	14-dez-12	26.324,57	17.088,70	26.324,57	Barreiras	BA
0081.07 3/2012	Geração de trabalho e renda através do fortalecimento da coleta seletiva solidária da Cooperativa Recicla Conquista, no município de Vitória da Conquista/Bahia	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	07.255.75 0/0001-53	18-dez-12	112.730,00	26.756,00	112.730,00	Vitória da Conquista	BA





Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0082.07 4/2012	Renda Nova	CASSFA - Centro de Ação Social São Francisco de Assis	76.693.68 8/0001-02	14-dez-12	118.336,39	15.513,21	118.336,39	Curitiba	PR
0084.07 6/2012	Uma Esperança Sustentável para Nova Jerusalém	APDL - Associação de Promoção do Desenvolvimento Local	03.878.30 6/0001-33	19-dez-12	64.555,89	23.971,86	64.555,89	Natal	RN
0085.07 7/2012	SELETA	Instituto Solidare	08.139.80 6/0001-77	10-dez-12	55.251,44	22.179,87	55.251,44	Recife	PE
0086.07 8/2012	Transformação dos Catadores da ACLIMAR em Agentes Ambientais	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marialva/PR	06.165.61 3/0001-65	26-dez-12	104.450,88	22.016,88	104.450,88	Marialva	PR
0087.07 9/2012	Profissionalização de Mulheres e Jovens	UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná	07.864.24 4/0001-61	10-dez-12	95.847,05	14.518,25	95.847,05	Ivaiporã	PR
0088.08 0/2012	Geração de Renda por meio da Arte: Dança e Tapeçaria para comunidades em risco social.	Projeto Fred	03.691.36 9/0001-86	20-dez-12	108.775,06	15.573,09	108.775,06	Ribeirão das Neves e Sete Lagoas	MG
0092.08 4/2012	Montagem de Coleção, Precificação e Plano de Negócios Rede Asta	Instituto Asta	05.754.86 9/0001-45	11-dez-12	116.817,26	43.800,00	116.817,26	Rio de Janeiro	RJ
0094.08 6/2012	Costurando Renda	UNAS - União de Núcleos Associações e Sociedade dos Moradores de Heliópolis e São João Climaco	38.883.73 2/0001-40	27-dez-12	81.224,31	28.066,05	81.224,31	São Paulo	SP
0096.08 8/2012	Aproveitamento Integral dos Alimentos através da Cooperativa de Mulheres para gerar Renda	MDF - Movimento de Defesa do Favelado	54.636.02 2/0001-71	18-dez-12	65.675,37	9.285,03	65.675,37	São Paulo	SP
0100.09 2/2012	Eco Rosa	Centro de Convivência Infantil Filhos de Oxum	60.547.19 7/0001-05	14-dez-12	102.765,00	22.312,95	102.765,00	Taboão da Serra	SP
0101.09 3/2012	Projeto Cidades Sem Fome/ Hortas Comunitárias	Organização Cidades Sem Fome	06.151.67 6/0001-62	05-dez-12	119.970,00	11.250,00	119.970,00	São Paulo	SP
0102.09 4/2012	Pontos de Entrega Voluntária Solidários - PEVS	IBR - Instituto Brasileiro de Reciclagem	06.270.04 1/0001-84	20-dez-12	79.428,72	46.689,01	79.428,72	São Paulo	SP



Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0103.09 5/2013	Reciclando Entulhos	Prefeitura Hortolândia	67.995.02 7/0001-32	28-fev-13	1.056.521,10	95.862,29	1.056.521,10	Hortolândia	SP
0108.10 0/2013	Ampliação da Gestão de Resíduos de Construção e Demolição de Responsabilidade Pública do Município de Guarulhos	Prefeitura Guarulhos	46.319.00 0/0001-50	07-jun-13	1.264.815,78	415.169,22	880.907,57	Guarulhos	SP
0111.10 3/2013	DIST Fernandas	SEBRAE/MS - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul	15.419.59 1/0001-03	02-set-13	1.348.573,00	627.688,59	837.623,59	Campo Grande	MS
0112.10 4/2013	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para o Território Residencial Viver Melhor - Manaus/AM	Associação Organização Não Governamental Nymuendaju	08.656.57 9/0001-57	30-ago-13	2.032.800,00	1.171.780,00	2.032.800,00	Manaus	AM
0113.10 5/2013	Minha Casa, Nossas Vidas - Construção Coletiva do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Residencial Bosque das Bromélias Salvador/BA	UFBA - Universidade Federal da Bahia	15.180.71 4/0001-04	18-set-13	1.830.989,30	684.088,00	1.457.049,76	Salvador	BA
0117.10 9/2013	Plano de Ação Florianópolis Sustentável - Iniciativa Cidades Emergentes - ICES	IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal	33.645.48 2/0001-96	01-nov-13	903.420,00	361.807,85	903.420,00	Florianópolis	SC
0120.11 2/2013	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para o Território - Rio Branco/AC	Ciranda - Cultura, Comunicação e Meio Ambiente	63.604.72 2/0001-75	13-nov-13	798.200,04	186.980,16	798.200,04	Rio Branco	AC
0121.11 3/2013	DIST - Brisa do Lago - Arapiraca	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.40 4/0001-31	23-dez-13	1.499.894,00	712.342,00	1.229.402,00	Arapiraca	AL
0122.11 4/2013	Desenvolvimento Integrado Sustentável Territorial do Residencial Vista Bela e seu entorno	Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.20 6/0001-95	17-dez-13	2.099.601,38	672.048,57	1.333.603,58	Londrina	PR



Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0123.11 5/2014	Plano de Ação Palmas Sustentável	Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.20 6/0001-95	14-fev-14	990.471,02	238.010,28	990.471,02	Palmas	TO
0129.12 1/2014	Biodigestores: uma Tecnologia Social no Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR	Diaconia	33.762.15 4/0001-70	30-jun-14	2.787.757,42	811.734,52	2.049.141,32	Santo Antônio da Missões, São Martinho, Itapuranga, Anitapólis, Garruchos, Rolador, S. L., Gonzaga, São Nicolau, Jupi, Bom Conselho, Espera Feliz, Serra Preta, Caparaó, Tombos, Pedra Dourada, Ipirá, Orizânia, Divino, Pontalina, Piracanjuba, Itaberaí, Guaraíta, Caiana, Várzea do Poço e Roque Gonzales.	RS SC, GO, PE, MG e BA
0130.12 2/2014	Embarca Marajó - Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos municípios atendidos pela Agência Barco Marajó	IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil	03.057.77 6/0001-36	03-nov-14	2.999.990,95	879.698,59	1.835.689,93	Ilha do Marajó	PA
0131.12 3/2014	Projetos Fundo Casa	Fundo Socioambiental Casa	08.053.73 5/0001-95	08-dez-14	4.000.000,00	1.840.625,00	3.580.000,00	São Paulo	SP
0132.00 1/2015	ODM Brasil- Programa Jovem Empreendedor Rural	ADEL - Agência de Desenvolvimento Econômico Local	009.347.5 74/0001- 05	18-set-15	100.000,00	50.000,00	50.000,00	Pentecoste	CE
0133.00 2/2015	ODM Brasil- Água Preservada - Segurança Hídrica no Sertão	Associação Caatinga	02.885.54 4/0001-03	18-set-15	98.379,00	50.000,00	50.000,00	Fortaleza	CE



Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0134.00 3/2015	ODM Brasil- Obirin Lonan - Senhores de seus destinos	Comunidade dos Pequenos Profetas	00.000.00 0/0000-00	29-set-15	100.000,00	50.000,00	50.000,00	Recife	PE
0135.00 4/2015	ODM Brasil- Maré de Sabores	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	08.934.08 9/0001-75	24-set-15	100.000,00	50.000,00	50.000,00	Rio de Janeiro	RJ
0136.00 5/2015	ODM Brasil- Redução da Mortalidade Infantil por Anemia Falciforme	AAFESP - Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo	00.000.00 0/0000-00	29-set-15	100.000,00	50.000,00	50.000,00	Guarulhos	SP
0137.00 6/2015	ODM Brasil- Mulheres da Mata	CTA - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata	20.323.79 6/0001-20	10-set-15	99.601,00	43.322,00	43.322,00	Espera Feliz	MG
0138.00 7/2015	ODM Brasil- Adapta Sertão	Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano	00.000.00 0/0000-00	30-nov-15	100.000,00	50.000,00	50.000,00	Rio de Janeiro	RJ
0139.00 8/2015	ODM Brasil- Sertão Ecológico e Solidário	CEPFS - Centro de Educação Popular e Formação Social	00.000.00 0/0000-00	02-out-15	100.000,00	50.000,00	50.000,00	João Pessoa	PB
0140.00 9/2015	ODM Brasil- Encauchados de Vegetais da Amazônia	POLOPROBIO - Pólo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos recursos naturais	04.858.24 5/0001- 050-00	03-set-15	99.994,00	48.954,00	48.954,00	Castanhal	PA
0141.01 0/2015	ODM Brasil- Crescer: Conversando com Adolescentes	Instituto Crescer - Movimento Cidadania e Juventude	05.605.87 1/0001-52	24-set-15	100.000,00	50.000,00	50.000,00	Itajaí	SC
0142.01 1/2015	No desenvolvimento do território, a construção da cidadania: ações para o desenvolvimento integrado e sustentável do território Shopping Park, Uberlândia, Minas Gerais	UFU - Universidade Federal de Uberlândia	25.648.38 7/0001-18	16-jun-15	2.170.000,00	317.239,29	317.239,29	Uberlândia	MG



Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0143.01 2/2015	Lixo Eletrônico e RSA - Fase 02	Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente	03.562.07 0/0001-21	30-set-15	1.787.796,00	648.067,00	648.067,00	São Paulo, Belém, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba e Brasília	SP, PA, GO, RS, PE, RJ, BA, CE, MG, PR e DF
0145.01 4/2015	CAR - Inclusão Social	OACSAL - Organização de Apoio aos Agricultores e Criadores do Sertão e Semiárido de Alagoas	14.674.10 6/0001-85	21-dez-15	1.974.640,00	691.350,00	691.350,00	Água Branca, Arapiraca, Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Canapi, Carneiros, Coité do Nóia, Craíbas, Delmiro Gouveia, Igaci, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Lagoa da Canoa, Major Isidoro, Maravilha, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Olho D'Água do Casado, Palestina, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, São José da Tapera, Traipu, Senador Rui Palmeira.	AL



Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0146.01 5/2015	Assessoria para realização do CAR nos territórios do Seridó e Potengi, no Rio Grande do Norte	IDEC - Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades	08.080.47 3/0001-58	21-dez-15	1.713.160,05	402.387,05	402.387,05	Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas Bom Jesus, Santa Maria, São Tomé, Senador Elói de Souza, Barcelona, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Ruy Barbosa e São Pedro.	RN



Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0147.01 6/2015	Mais CAR Semiárido	CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	33.683.20 2/0001-34	21-dez-15	1.898.349,09	617.285,78	617.285,78	Arapiraca, Igaci, São José da Tapera, Pão de Açúcar, Traipu, Delmiro Gouveia, Água Branca, Piranhas, Palmeira dos Índios e Olho D'água das Flores, Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Dormentes, Cabrobó, Afrânio, Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Orocó, Petrolândia, Ibimirim, Tacaratu, Jatobá, Santa Cruz, Santa Filomena e Ouricuri, Alcantil, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho do Santo Antônio, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, Soledade, Aguiar, Cajazeirinhas, Condado, Coremas, Emas, Lagoas, Olho D'água, Paulista, Piancó e Pombal	AL, PE, PB





Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2015	Total desembolsado até dez/2015	Município	UF
0148.01 7/20 15	Elaboração de Cadastro Ambiental Rural - CAR para famílias de agricultura familiar situadas no semiárido do Estado da Paraíba	FUNETEC - Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba	02.168.94 3/0001-53	21-dez-15	1.701.012,80	479.238,04	479.238,04	Água Branca, Amparo, Aparecida, Arara, Araruna, Aroeiras, Bananeiras, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Belém do Brejo da Cruz, Boa Ventura, Bonito de Santa Fé, Boqueirão, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Dentro, Cacimbas, Caiçara, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Camalaú, Casserengue, Catingueira, Caturité, Conceição, Condado, Congo, Coremas, Coxixola, Cuité, Curral Velho, Damião, Desterro, Diamante, Dona Inês, Gurjão, Itaporanga, Itatuba, Joca Claudino, Junco do Seridó, Lagoa Seca, Logradouro, Mãe D'Água, Manaira, Maturéia, Monteiro, Natuba, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho D'Água, Ouro Velho, Passagem, Patos, Pedra Branca, Piancó, Picuí, Poço de José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Quixaba, Remígio, Riachão, Salgadinho, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Luzia, Santana dos Garrotes, Santo André, São Bentinho, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe, São José da Lagoa Tapada, São José de Espinharas, São José do Brejo da Cruz, São José do Sabugi, São Mamede, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, Seridó, Soledade, Sossego, Souza, Sumé, Tavares, Teixeira, Triunfo, Várzea, Vieirópolis, Zabelê	PB
<b>TOTAL</b>					<b>41.340.852,78</b>	<b>13.384.005,08</b>	<b>27.925.922,57</b>		

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA - DEZ/2015



## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo VII**

#### **Demonstrações Contábeis**

#### **Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social**

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		29.730.337,05
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		8.997.368,59
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		8.997.368,59
1.1.2.10	-4	BANCO DO BRASIL - CONTA DEPOSITOS		965.508,56
1.1.2.10.01	-0	RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS		965.508,56
1.1.2.10.01.01-9		RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	965.508,56	
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		8.031.860,03
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		8.031.860,03
1.1.2.20.10.01-1		DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	6.549.836,39	
1.1.2.20.10.05-4		RECURSOS PARA APLICACAO - ESCOLA RURAL	1.482.023,64	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		20.711.814,05
1.6.6	-0	FINANC DE INFRAESTRUTURA/DESENVOLVIMENTO		20.711.814,05
1.6.6.10	-3	FINANC DE INFRAESTRUTURA/DESENVOLVIMENTO		20.711.814,05
1.6.6.10.10	-9	FINANC DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		20.600.682,22
1.6.6.10.10.05-0		FINANC DESENV URBANO ST PUBLICO	20.600.682,17	
1.6.6.10.10.06-8		FINANC INFRAEST E DESENV. URBANO C/DIV NEGATIVA	0,05	
1.6.6.10.12.04-4		FINANC DES URB ST PRIV/VLRS A RECEBER	5.190.612,36	
1.6.6.10.12.05-2		FINANC. DESENV. URB. ST. PUBL/VLRS A RECEBER	1.258.781,04	
1.6.6.10.12.08-7		FINANC. DESENV. URB ST PRIV-TRANSF P/ATR FAS(-)	-5.190.612,36	
1.6.6.10.12.09-5		FINANC. DESENV. URB. ST PUB-TRANSF P/ATR FAS(-)	-1.258.781,04	
1.6.6.10.16	-7	FINANC DE INFRAESTRUTURA E DESENV-RDA A INCORP		111.131,83
1.6.6.10.16.04-0		FINANC DESENVOLVIMENTO URB ST PRIV-RDA. A INCORP	60,45	
1.6.6.10.16.05-8		FINANC. DESENV. URB ST PUB-RDAS A INCORPORAR	111.071,38	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		21.154,41
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		21.154,41
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		21.154,41
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		21.154,41
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	18.177,59	
1.8.3.30.10.10-3		RENDIMENTOS S/RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	2.976,82	
3	-0	COMPENSACAO		90.374.384,11
3.0	-0	COMPENSACAO		69.662.570,06
3.0.4	-2	CUSTODIA DE VALORES		508,00
3.0.4.90	-5	VALORES EM GARANTIA		508,00
3.0.4.90.10	-0	VALORES EM GARANTIA		508,00
3.0.4.90.10.11-6		VALORES EM GARANTIA-FAS-DOTACOES UNIAO	508,00	
3.0.9	-3	CONTROLE		69.662.062,06
3.0.9.60	-5	CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUIZO		5.962.246,13
3.0.9.60.16	-9	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PRIV-ENTRE 13 E 48 MESE		4.739.061,13
3.0.9.60.16.11-4		CR BAIX C/PREJ PRIV ENTRE 13 E 48 MESES-DESENV U	4.739.061,13	
3.0.9.60.26	-4	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PUB-ENTRE13 E 48 MESES		1.223.185,00
3.0.9.60.26.03-9		CR BAIX C/PREJ ST PUB 13 E 48 MESES - DES URBANO	1.223.185,00	
3.0.9.99	-7	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		63.699.815,93
3.0.9.99.54	-0	ENC EM ATRASO-FINANC DE INFRAEST		60.862.834,54
3.0.9.99.54.03-4		ENC EM ATRASO FINANC INFRAEST-DESENV ST PUB	8.358.121,45	
3.0.9.99.54.04-2		ENC EM ATRASO FINANC INFRAEST-DESENV URB PRIVADO	52.504.713,09	
3.0.9.99.99	-3	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		2.836.981,39
3.0.9.99.99.28-3		ACOES JUDICIAIS - F A S	2.836.981,39	
3.1	-7	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		20.711.814,05

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

01/03/2016 PZ.ARQ: 30A  
17:34:40  
ENTIDADE : FAS

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C O P A T R I M O N I A L A T I V O

PAG. 2  
FAS631SA - #10  
REF: 2015

CODIGO	DV	NOME	
3.1.1	-5	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL AA	20.711.814,05
3.1.1.10	-9	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL AA	20.711.814,05
3.1.1.10.15	-6	FINANC DE INFRAEST E DESENV NIVEL AA	20.711.814,05
3.1.1.10.15.04-9		FINANC DESENV URBANO ST PUB-NIVEL AA	20.711.814,05
TOTAL ATIVO:			120.104.721,16

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

01/03/2016 PZ.ARQ: 30A  
17:34:40  
ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
BALANCO PATRIMONIAL PASSIVO

PAG. 3  
FAS631SA - #10  
REF: 2015

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		1.482.757,96
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		1.482.757,96
4.9.9	-5	DIVERSAS		1.482.757,96
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		1.482.757,96
4.9.9.92.36	-1	SALDOS CRED A DEVOL HABIT SAN E DESENV URB		0,05
4.9.9.92.36.01-0		SIAPF - SALDOS CREDORES	0,05	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS-OUTROS		51.002,30
4.9.9.92.91.56-8		TAXA DE ADMINISTRACAO A PAGAR	51.002,30	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS-PAIS CONT		1.431.755,61
4.9.9.92.92.54-8		VALORES A REPASSAR AO FNHIS	1.431.755,61	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		28.247.579,09
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		28.247.579,09
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		28.247.579,09
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		28.247.579,09
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		28.247.579,09
6.1.1.10.10.40-2		PARTICIP. DAS LOTERIAS DE NUMEROS E PROGNOSTICO	11.039.023,96	
6.1.1.10.10.44-5		RECURSOS DO PROGRAMA DE ESCOLAS RURAIS	12.108.690,51	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	5.099.864,62	
9	-8	COMPENSACAO		90.374.384,11
9.0	-8	COMPENSACAO		69.662.570,06
9.0.4	-0	CUSTODIA DE VALORES		508,00
9.0.4.90	-3	DEPOSITANTES DE VALORES EM GARANTIA		508,00
9.0.4.90.10	-9	DEPOSITANTES DE VALORES EM GARANTIA		508,00
9.0.4.90.10.11-4		DEP DE VALORES EM GARANTIA - F A S	508,00	
9.0.9	-1	CONTROLE		69.662.062,06
9.0.9.60	-3	BAIXA DE CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA		5.962.246,13
9.0.9.60.15	-0	BAIXA DE CR LIQ DUVIDOSA-ENTRE 13 E 48 MESES		5.962.246,13
9.0.9.60.15.11-6		BAIXA DE CR LIQUID DUVID ENTRE 13 E 48M-DESENV U	5.962.246,13	
9.0.9.99	-5	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		63.699.815,93
9.0.9.99.10	-0	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		2.836.981,39
9.0.9.99.10.26-4		ACOES JUDICIAIS - F A S	2.836.981,39	
9.0.9.99.50	-2	OUTRAS COMP PASSIVAS-ENCARGOS EM ATRASO		60.862.834,54
9.0.9.99.50.08-8		ENCARGOS EM ATRASO-FINANC INFRAESTRUTURA	60.862.834,54	
9.1	-5	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		20.711.814,05
9.1.1	-3	OPERACOES DE CREDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		20.711.814,05
9.1.1.10	-7	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		20.711.814,05
9.1.1.10.10	-2	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		20.711.814,05
9.1.1.10.10.01-0		CART DE CREDITOS CLASSIF - OPERACOES FOMENTO	20.711.814,05	
		TOTAL PASSIVO:		120.104.721,16

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

01/03/2016 PZ.ARQ: 30A  
17:34:40  
ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
BALANCO PATRIMONIAL PASSIVO

PAG. 4  
FAS631SA - #10  
REF: 2015

-----  
TOTAL ATIVO: 120.104.721,16 TOTAL PASSIVO: 120.104.721,16  
-----

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR  
PRESIDENTA

ANTONIO CARLOS FERREIRA  
VICE-PRESIDENTE

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA  
VICE-PRESIDENTE - INTERINA - RESPONSAVEL  
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL  
PORTARIA N° 2.128, DE 10/12/2015

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

MARCOS FERNANDO F. DOS SANTOS JACINTO  
VICE-PRESIDENTE

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA  
VICE-PRESIDENTE

PAULO JOSÉ GALLI  
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIE DE SANT'ANNA  
VICE-PRESIDENTE

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES  
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE DE TER  
CEIROS CRC/DF 11025/0

-----  
UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0+E

CODIGO	DV	NOME		
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		892.104,39
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		892.104,39
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		630.685,27
7.1.1.70	-6	RENDAS DE FINANC DE INFRAEST E DESENVOL		630.685,27
7.1.1.70.10	-1	RDAS DE ATUAL MONET S/ FINANC DE INFRAEST SAN E		361.705,92
7.1.1.70.10.05-2		RDAS DE FINANC DESENV URB ST PUB- ATUAL MONET	361.705,92	
7.1.1.70.20	-7	RENDAS DE FINANC DE INFRAEST E DESENV-JUROS		268.979,35
7.1.1.70.20.05-8		RDAS DE FINANC DESENV URB ST PUB - JUROS	268.979,35	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		261.419,12
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		261.419,12
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		261.419,12
7.1.4.20.10.02-4		RENDAS SOBRE DEPOSITOS NA CAIXA	146.979,58	
7.1.4.20.10.10-5		RENDAS DE RECURSOS DA CONTA UNICA	114.439,54	

T O T A L R E C E I T A S 892.104,39

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0



-----

CODIGO DV NOME

-----

8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	641.007,64
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS	641.007,64
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	641.007,64
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS	641.007,64
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS	641.007,64
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	641.007,64

T O T A L D E S P E S A S 641.007,64

-----

D E M O N S T R A T I V O D O R E S U L T A D O

T O T A L R E C E I T A S	892.104,39
T O T A L D E S P E S A S	641.007,64
L U C R O / P R E J U I Z O	251.096,75

-----

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

03/02/2016 PZ.ARQ: 30A

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L

PAG. 3

09:15:55

SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS

FAS632SA - #10

ENTIDADE : FAS

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

REF: 2015

-----  
CODIGO DV NOME  
-----

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR  
PRESIDENTA

ANTONIO CARLOS FERREIRA  
VICE-PRESIDENTE

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA  
VICE-PRESIDENTE - INTERINA - RESPONSAVEL  
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL  
PORTARIA N° 2.128, DE 10/12/2015

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

MARCOS FERNANDO F DOS SANTOS JACINTO  
VICE-PRESIDENTE

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA  
VICE-PRESIDENTE

PAULO JOSÉ GALLI  
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIE DE SANT'ANNA  
VICE-PRESIDENTE

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES  
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE DE TER  
CEIROS CRC/DF 11025/0

-----  
UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0+E



## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo VIII**

#### **Demonstrações Contábeis**

#### **CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais**

### **7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.**

#### **a) Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10**

O órgão atende as NBC T acima indicadas. Os procedimentos de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item “b” (a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido).

#### **b) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido**

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

##### **b.1) Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

##### **b.2) Créditos e Dívidas**

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.



## 7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

### 7.7.1 Balanço Patrimonial

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS  
 ORÇÃO 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 SUPERIOR  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)  
 EMISSÃO 04/02/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>241.859.036,62</b>	-	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>241.859.036,62</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	241.859.036,62	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Divida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	241.859.036,62	-
Divida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPRS e Outras Antecipadamente	-	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	-	-	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Divida Ativa Tributária	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Divida Ativa Não Tributária	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos	-	-			
Participações Permanentes	-	-			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>241.859.036,62</b>	-	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>241.859.036,62</b>	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>241.859.036,62</b>	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>241.859.036,62</b>	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	-	-	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	-	-	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	-	-

#### Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

#### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			
Recursos Vinculados			
<b>TOTAL</b>			

## 7.7.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

SUBTÍTULO 179104 - CEF/DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS  
 ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)  
 EMISSÃO 04/02/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>9.414.562.615,40</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>9.413.300.000,00</b>	-
Transferências Intragovernamentais	9.413.300.000,00	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>1.258.791,74</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.258.791,74	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>3.823,66</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.823,66	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>9.414.562.615,40</b>	-
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>9.172.703.578,78</b>	-
Transferências Intragovernamentais	9.172.703.578,78	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>241.859.036,62</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	241.859.036,62	-
Desincorporação de Ativos	-	-
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	-	-

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

## 7.7.3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS  
 ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)  
 EMISSÃO 04/02/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>240.630.932,43</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>9.413.338.334,87</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>9.413.338.334,87</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	3.823,66	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	9.413.300.000,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.823,66	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	30.687,55	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-9.172.707.402,44</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos de Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-9.172.707.402,44</b>	<b>-</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-3.823,66	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-9.172.703.578,78	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>240.630.932,43</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.228.104,19</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>241.859.036,62</b>	<b>-</b>



## 7.7.4 Balanço Financeiro

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS  
 ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Abril)  
 EMISSÃO 04/02/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>9.413.300.000,00</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>9.172.703.578,78</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	-	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	9.413.300.000,00	-	Independentes da Execução Orçamentária	9.172.703.578,78	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	9.413.300.000,00	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.172.703.578,78	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>38.334,87</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>3.823,66</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.823,66	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.823,66	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	34.511,21	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.823,66	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	30.687,55	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1.228.104,19</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>241.859.036,62</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.228.104,19	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	241.859.036,62	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.414.566.439,06</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>9.414.566.439,06</b>	-

## 7.7.5 Balanço Orçamentário

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 179104 - CHEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS  
 ÓRGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)  
 EMISSÃO 04/02/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiarm.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

10

Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-

## 11.6 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

### a) Processo de verificação da conformidade contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências na transação >CONDESAUD relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

A seguir é apresentada a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas.

#### a.1) Conformidade Contábil de UG:

<b>Unidades Setorial e Seccional Contábil</b>	<b>Unidade Gestora / Estrutura Administrativa</b>	<b>Quantidade de UG (função: executora)</b>	<b>Unidade Gestora Executora</b>
170003- Setorial de Contabilidade do MF	CEF/Dep. Jud. e Extrajudiciais	01	179104

No que tange à segregação de função no registro da conformidade, o processo ocorre em observância às seguintes normas:

- Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 (Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Fazenda)

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

(...)

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, Nacional de Arquivos - SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira do Governo Federal, de Organização e Inovação Institucional e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

- Portaria GM/MF nº 81, de 27 de março de 2012 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda)

Art. 24. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

(...)

Art. 31. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil compete:

(...)

Art. 40. À Coordenação de Análise Contábil compete:

(...)

IV - proceder à conformidade contábil dos registros dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da administração direta do Ministério da Fazenda;

- Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências)

Art. 9º As competências de órgão setorial de contabilidade, previstas no art. 8º, poderão ser delegadas a órgão ou unidade que comprove ter condições de assumir as obrigações pertinentes, de acordo com normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

**b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.**

A seguir são apresentadas as ocorrências observadas durante o exercício, desdobradas por unidade gestora.

179104-CEF/DJ E	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Ressalva	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	1	1	2	0	1	1	0	0	0	0	0

**c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão e as justificativas da não regularização**

Não houve ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão.



## **Relatório de Gestão – Exercício 2015**

### **Anexo IX**

#### **Demonstrações Contábeis**

##### **CAIXA 2015**

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
- Notas Explicativas – NE
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Relatório Resumido do Comitê de Auditoria
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Relatório da Administração – RA





Anual de 2015

Demonstrações Contábeis

**CAIXA**

## ÍNDICE GERAL

Página

Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	109
Relatório dos Auditores Independentes	111
Parecer do Conselho Fiscal	114
Parecer do Conselho da Administração	115



**Balço Patrimonial Consolidado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>593.580.550</b>	<b>513.826.774</b>
<b>DISPONIBILIDADES (Nota 4)</b>	<b>11.510.594</b>	<b>13.242.976</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)</b>	<b>153.488.590</b>	<b>120.600.940</b>
Aplicações no mercado aberto	143.111.942	114.067.123
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.376.868	6.534.954
Provisões para perdas	(220)	(1.137)
<b>TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>131.584.306</b>	<b>120.275.760</b>
Carteira própria - livre	58.252.803	76.144.829
Vinculados a compromissos de recompra	61.308.900	41.152.003
Instrumentos financeiros derivativos	745.707	184.009
Vinculados a prestação de garantias	11.276.896	2.794.919
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>106.684.916</b>	<b>93.879.294</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	19.846	83.229
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	106.116.550	93.345.132
Correspondentes	548.520	450.933
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>479.552</b>	<b>561.884</b>
Recursos em trânsito de terceiros	687	192
Transferências internas de recursos	478.865	561.692
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>144.504.493</b>	<b>129.249.192</b>
Setor público	8.772.424	4.518.988
Setor privado	155.052.519	138.256.038
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	764.730	748.074
Provisão para operações de créditos	(20.085.180)	(14.273.908)
<b>OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)</b>	<b>42.751.379</b>	<b>34.458.544</b>
Créditos por avais e fianças honrados	30.749	29.185
Carteira de câmbio	5.473.711	2.506.525
Rendas a receber	2.833.916	2.971.952
Negociação e intermediação de valores	48.313	2.766
Créditos específicos	836.716	765.593
Diversos	33.912.228	28.440.582
Provisão para outros créditos	(384.254)	(258.059)
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)</b>	<b>2.576.720</b>	<b>1.558.184</b>
Outros valores e bens	2.689.411	1.602.632
Provisões para perdas	(133.958)	(90.591)
Despesas antecipadas	21.267	46.143
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>609.700.290</b>	<b>550.856.630</b>
<b>TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>50.393.554</b>	<b>47.716.797</b>
Carteira própria - livre	10.151.228	8.062.680
Vinculados a compromissos de recompra	36.843.514	36.289.543
Instrumentos financeiros derivativos	3.395.414	721.629
Vinculados ao Banco Central	820	1.046
Vinculados a prestação de garantias	2.578	2.641.899
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>26.162.028</b>	<b>25.145.776</b>
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	26.162.028	25.145.776
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>489.367.963</b>	<b>441.339.273</b>
Setor público	44.216.680	43.451.441
Setor privado	453.946.351	405.528.944
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.596.632	4.605.327
Provisão para operações de créditos	(13.391.700)	(12.246.439)
<b>OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)</b>	<b>31.774.297</b>	<b>25.565.848</b>
Diversos	31.794.014	25.594.041
Provisão para outros créditos	(19.717)	(28.193)
<b>PERMANENTE</b>	<b>12.002.448</b>	<b>11.088.936</b>
<b>INVESTIMENTOS (Nota 11)</b>	<b>4.890.146</b>	<b>4.188.450</b>
Participações em coligadas e controladas:	4.544.514	3.878.686
No país	4.544.276	3.878.067
No exterior	238	619
Outros investimentos	701.529	499.753
Provisão para perdas	(355.897)	(189.989)
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)</b>	<b>3.864.762</b>	<b>3.754.040</b>
Imóveis de uso	1.590.668	1.258.361
Reavaliações de imóveis de uso	715.978	739.998
Outras imobilizações de uso	7.295.520	6.709.767
Depreciações acumuladas	(5.737.404)	(4.954.086)
<b>INTANGÍVEL (Nota 13)</b>	<b>3.247.540</b>	<b>3.146.446</b>
Ativos intangíveis	4.650.554	4.262.780
Amortizações acumuladas	(1.403.014)	(1.116.334)
<b>TOTAL</b>	<b>1.203.280.840</b>	<b>1.064.683.404</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Balço Patrimonial Consolidado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>715.340.420</b>	<b>621.007.710</b>
<b>DEPÓSITOS (Nota 14)</b>	<b>367.127.623</b>	<b>341.467.033</b>
Depósitos à vista	27.414.590	27.013.964
Depósitos de poupança	241.362.624	236.836.068
Depósitos interfinanceiros	2.053.259	3.223.817
Depósitos a prazo	81.757.139	65.916.798
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.540.011	8.476.386
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)</b>	<b>186.597.458</b>	<b>165.935.128</b>
Carteira própria	87.121.336	69.854.249
Carteira de terceiros	99.476.122	96.080.879
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)</b>	<b>91.697.612</b>	<b>45.743.859</b>
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	91.498.789	45.743.859
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	198.823	
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>378.120</b>	<b>335.101</b>
Recebimentos e pagamentos a liquidar	360.696	319.759
Correspondentes	17.424	15.342
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>1.598.196</b>	<b>1.533.644</b>
Recursos em trânsito de terceiros	1.597.614	1.501.545
Transferências internas de recursos	582	32.099
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)</b>	<b>7.435.182</b>	<b>4.918.919</b>
Empréstimos no exterior	7.435.182	4.918.919
<b>OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)</b>	<b>1.348.518</b>	<b>2.090.507</b>
TESOURO NACIONAL - PIS	310.418	195.885
BNDES	872.763	334.821
FGTS	163.305	1.486.099
Outras	2.032	73.702
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))</b>	<b>157.782</b>	<b>53.718</b>
Instrumentos financeiros derivativos	157.782	53.718
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)</b>	<b>58.999.929</b>	<b>58.929.801</b>
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	353.726	342.884
Carteira de câmbio	104.235	342.662
Sociais e estatutárias	2.933.544	1.874.197
Fiscais e previdenciárias	3.105.411	2.044.388
Negociação e intermediação de valores	3.073	70.597
Recursos para destinação específica:	12.222.859	10.107.859
Obrigações de operações com loterias	1.407.542	1.483.765
Obrigações por fundos e programas sociais	9.305.546	8.074.813
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.509.771	549.281
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.369.114	1.900.636
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	875.430	851.580
Diversas	38.032.537	41.394.998
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>425.236.977</b>	<b>381.584.971</b>
<b>DEPÓSITOS (Nota 14)</b>	<b>87.534.510</b>	<b>77.578.706</b>
Depósitos interfinanceiros	373.368	440.060
Depósitos a prazo	87.161.142	77.138.646
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)</b>	<b>7.663.763</b>	<b>6.834.756</b>
Carteira própria	7.663.763	6.834.756
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)</b>	<b>77.692.747</b>	<b>92.005.218</b>
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	62.188.626	81.227.368
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	15.504.121	10.777.850
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)</b>	<b>6.902.375</b>	<b>531.120</b>
Empréstimos no exterior	6.902.375	531.120
<b>OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)</b>	<b>206.333.649</b>	<b>175.341.091</b>
TESOURO NACIONAL - PIS	367.746	584.695
BNDES	31.505.048	29.370.625
FGTS	172.046.779	143.547.345
Outras	2.414.076	1.838.426
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)</b>	<b>59.184</b>	<b>59.184</b>
Repasses do exterior	59.184	59.184
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)</b>	<b>39.050.749</b>	<b>29.294.080</b>
Fiscais e previdenciárias	127.238	144.104
Instrumentos híbridos de capital e dívida	430.152	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23.243.491	19.325.625
Diversas	15.249.868	9.824.351
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)</b>	<b>62.703.443</b>	<b>62.090.723</b>
Capital social:	22.054.802	22.054.802
Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.086.566	35.867.958
Reservas de capital		167
Reserva de reavaliação	400.384	408.392
Reservas de lucros	9.269.290	6.873.097
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.107.599)	(3.113.693)
Lucros/Prejuízos Acumulados		
<b>TOTAL</b>	<b>1.203.280.840</b>	<b>1.064.683.404</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada do Resultado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)</b>	<b>78.201.883</b>	<b>144.471.785</b>	<b>59.677.180</b>	<b>106.837.027</b>
Operações de crédito (Nota 8 (e))	45.841.182	86.600.379	35.919.247	66.348.709
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	17.416.443	34.792.970	15.378.213	28.674.737
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	6.855.422	8.874.051	2.352.989	1.460.518
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	1.755.227	2.691.087	1.267.408	1.027.385
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	6.294.405	11.435.117	4.693.625	8.936.308
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	39.204	78.181	65.698	389.370
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)</b>	<b>(67.428.292)</b>	<b>(123.085.119)</b>	<b>(49.599.274)</b>	<b>(85.472.550)</b>
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(45.374.586)	(82.197.351)	(33.378.712)	(57.412.659)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(10.681.506)	(18.415.235)	(7.146.526)	(12.374.978)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.298.111)	(2.815.517)	(2.348.044)	(2.529.252)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(10.074.089)	(19.657.016)	(6.725.992)	(13.155.661)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>10.773.591</b>	<b>21.386.666</b>	<b>10.077.906</b>	<b>21.364.477</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(11.053.979)</b>	<b>(20.230.840)</b>	<b>(7.185.132)</b>	<b>(14.729.599)</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	8.570.045	16.518.636	7.881.377	15.104.677
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	2.216.254	4.196.309	1.754.644	3.299.643
Despesas de pessoal (Nota 24)	(10.132.394)	(19.757.035)	(9.341.996)	(17.872.603)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.898.544)	(11.529.003)	(5.611.445)	(10.919.588)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.768.326)	(3.478.984)	(1.447.806)	(2.899.286)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	632.343	942.991	359.236	645.456
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.140.813	9.086.594	6.293.441	11.160.211
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(8.814.170)	(16.210.348)	(7.072.583)	(13.248.109)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(280.388)</b>	<b>1.155.826</b>	<b>2.892.774</b>	<b>6.634.878</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)</b>	<b>(393.315)</b>	<b>(646.019)</b>	<b>(328.760)</b>	<b>(614.650)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>(673.703)</b>	<b>509.807</b>	<b>2.564.014</b>	<b>6.020.228</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))</b>	<b>5.183.874</b>	<b>7.918.562</b>	<b>1.981.317</b>	<b>2.266.367</b>
Tributos correntes	468.637	(224.635)	(38.792)	(915.390)
Ativo fiscal diferido	5.725.828	9.059.001	2.288.663	2.970.509
Passivo fiscal diferido	(1.010.591)	(915.804)	(268.554)	211.248
<b>PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO</b>	<b>(837.044)</b>	<b>(1.272.015)</b>	<b>(843.013)</b>	<b>(1.194.810)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>3.673.127</b>	<b>7.156.354</b>	<b>3.702.318</b>	<b>7.091.785</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>392.929</b>	<b>2.005.496</b>	<b>2.896.900</b>	<b>23.069</b>		<b>35.373.363</b>
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(3.136.762)		(3.136.762)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				22.410					22.410
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.947)				6.947	
RESERVA DE LUCROS - REVERSÃO						(1.441.901)			(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.091.785	7.091.785
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					319.830			(319.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						704.654		(704.654)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.298.567)	(1.298.567)
Dividendos propostos								(1.692.379)	(1.692.379)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(695.184)	(695.184)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>408.392</b>	<b>2.325.326</b>	<b>4.547.771</b>	<b>(3.113.693)</b>		<b>62.090.723</b>
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		218.608							218.608
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.994.073)		(1.994.073)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				16.847					16.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(10.891)	(10.891)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(22.923)				22.923	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.353)			(1.043.353)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.156.354	7.156.354
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					292.083			(292.083)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						622.716		(622.716)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.757.678)	(1.757.678)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(1.314.687)	(1.314.687)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>		<b>400.384</b>	<b>2.617.409</b>	<b>6.651.881</b>	<b>(5.107.599)</b>		<b>62.703.443</b>

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>388.622</b>	<b>2.174.969</b>	<b>1.709.115</b>	<b>(209.255)</b>	<b>2.126.099</b>	<b>36.244.519</b>
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958					(2.904.438)		27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL									(2.904.438)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				24.399					24.399
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(4.629)				4.629	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.702.318	3.702.318
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					150.357			(150.357)	
Reserva de loterías (Reservas de Lucros)						450.538		(450.538)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(644.299)	(644.299)
Dividendos propostos								(1.602.992)	(1.602.992)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(596.742)	(596.742)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>408.392</b>	<b>2.325.326</b>	<b>4.547.771</b>	<b>(3.113.693)</b>		<b>62.090.723</b>

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>167</b>	<b>400.031</b>	<b>2.465.156</b>	<b>3.756.721</b>	<b>(3.839.032)</b>	<b>1.599.075</b>	<b>62.523.486</b>
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)							(1.268.734)		(1.268.734)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							167		
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)						
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				9.428				(5.858)	9.428
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								7.143	(5.858)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.143)					7.143
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS								3.673.128	3.673.128
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO									
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					152.253			(152.253)	
Reserva de loterías (Reservas de Lucros)						370.413		(370.413)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(941.531)	(941.531)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(628.069)	(628.069)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>		<b>400.384</b>	<b>2.617.409</b>	<b>6.651.881</b>	<b>(5.107.599)</b>		<b>62.703.443</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>11.786.282</b>	<b>23.964.209</b>	<b>10.586.913</b>	<b>22.119.530</b>
Lucro Líquido	3.673.128	7.156.354	3.702.318	7.091.785
Ajustes ao Lucro Líquido:	8.113.154	16.807.855	6.884.595	15.027.745
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	180.372	528.201	(117.451)	882.489
(Ganho)/Perda em Investimentos	265.086	241.295	(34.239)	397.779
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado		(4.193)		
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(57.451)	(57.506)	795.096	(6.355)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.074.089	19.657.016	6.725.992	13.155.661
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	961.582	1.700.218	419.290	838.586
Depreciações e Amortizações	847.499	1.650.250	751.926	1.474.152
Impostos Diferidos	(4.715.237)	(8.143.197)	(2.020.109)	(3.181.757)
Despesas com provisões para causas judiciais	1.006.640	1.843.712	394.495	879.801
Resultado de Participação em Coligadas	(632.343)	(942.991)	(359.236)	(645.456)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	182.917	305.629	328.831	1.232.845
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos		29.421		
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>26.551.537</b>	<b>23.023.518</b>	<b>8.522.228</b>	<b>41.297.539</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.938.070)	(5.473.859)	282.130	1.137.856
(Aumento) Redução em TVM para negociação	1.960.452	(546.058)	787.721	(4.483.956)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(10.348.052)	(12.771.418)	(2.340.756)	(7.156.612)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	225.773	(1.007.437)	(3.993.008)	(4.522.041)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	514.186	146.884	138.710	(478.377)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(35.536.367)	(82.637.167)	(57.948.472)	(121.612.615)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(6.579.406)	(6.661.927)	(3.946.138)	1.590.515
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(553.880)	(961.030)	(1.050.877)	(496.384)
(Redução) Aumento em Depósitos	28.774.454	35.616.394	27.740.389	58.275.985
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	18.077.317	21.491.337	26.936.118	56.280.255
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	7.106.618	31.641.282	26.710.910	53.926.083
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	83.843	104.064	(241.632)	(35.453)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	21.648.057	39.197.271	5.287.675	21.327.525
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	5.183.234	5.260.736	(9.204.011)	(11.006.279)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(66.622)	(375.554)	(636.531)	(1.448.963)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>38.337.819</b>	<b>46.987.727</b>	<b>19.109.141</b>	<b>63.417.069</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	2.240.651	(1.037.427)	(1.894.078)	(1.676.360)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(16.688.939)	(14.924.092)	(2.587.237)	(2.563.267)
Aquisição de investimentos			(600.000)	(600.000)
Alienação de Imobilizado de Uso	11.010	25.076	7.356	6.432
Aquisição de Imobilizado de Uso	(491.595)	(1.065.169)	(901.239)	(1.559.701)
Baixa de Intangível	46.697	58.164	284.319	295.083
Aquisição de Intangível	(588.061)	(875.944)	(1.171.277)	(1.556.147)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(15.470.237)</b>	<b>(17.819.392)</b>	<b>(6.862.156)</b>	<b>(7.653.960)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Captação/resgate de IHCD			27.867.958	27.867.958
Incorporação de remuneração de IHCD	(218.608)			
Dividendos complementares dos exercícios de 2013 e 2014		(1.072.773)		(1.441.901)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(1.598.006)	(2.414.153)	(2.148.848)	(2.990.946)
Dividendos e juros sobre capital próprio antecipados				
Remuneração IHCD pago	1.448.100		(695.184)	(695.184)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(368.514)</b>	<b>(3.486.926)</b>	<b>25.023.926</b>	<b>22.739.927</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>22.499.068</b>	<b>25.681.409</b>	<b>37.270.911</b>	<b>78.503.036</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA</b>				
Caixa e Equivalentes no início do período	130.398.453	127.216.112	41.232.125	48.713.076
Caixa e Equivalentes no fim do período	152.897.521	152.897.521	78.503.036	127.216.112
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>22.499.068</b>	<b>25.681.409</b>	<b>37.270.911</b>	<b>78.503.036</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstração Consolidada do Valor Adicionado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2015				2014 Nota 3 (t)			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>82.661.590</b>		<b>153.970.288</b>		<b>68.565.956</b>		<b>122.748.488</b>	
Intermediação financeira	78.201.883		144.471.785		59.677.180		106.837.027	
Prestação de serviços com tarifas	10.786.298		20.714.944		9.636.020		18.404.319	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(10.074.089)		(19.657.016)		(6.725.992)		(13.155.661)	
Outras	3.747.498		8.440.575		5.978.748		10.662.803	
<b>2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>57.354.203</b>		<b>103.428.103</b>		<b>42.873.282</b>		<b>72.316.890</b>	
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>13.139.958</b>		<b>24.631.058</b>		<b>11.258.810</b>		<b>21.472.307</b>	
Materiais, energia e outros	1.283.827		2.487.564		1.137.881		2.222.070	
Processamento de dados e comunicações	1.013.361		2.025.688		1.011.813		1.915.588	
Propaganda, publicidade e promoções	427.999		751.771		471.822		870.851	
Serviços de terceiros e especializados	1.190.176		2.354.732		1.127.642		2.229.147	
Serviços de vigilância e segurança	410.426		800.955		423.003		869.301	
Outras	8.814.169		16.210.348		7.086.649		13.365.350	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	882.133		1.862.519		1.378.394		2.536.777	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.053.894		2.201.820		1.152.844		2.175.340	
- Descontos de operações de crédito	191.647		651.730		420.272		560.654	
- Despesas com cartão de crédito/débito	478.625		1.147.790		742.429		1.298.523	
- Benefício pós-emprego	961.582		1.700.218		419.290		862.739	
- Provisões operacionais diversas	2.887.794		4.853.595		1.868.927		3.838.761	
- Demais	2.358.494		3.792.676		1.104.493		2.092.556	
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>12.167.429</b>		<b>25.911.127</b>		<b>14.433.864</b>		<b>28.959.291</b>	
<b>5. RETENÇÕES</b>	<b>847.499</b>		<b>1.650.250</b>		<b>752.026</b>		<b>1.474.252</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	847.499		1.650.250		752.026		1.474.252	
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)</b>	<b>11.319.930</b>		<b>24.260.877</b>		<b>13.681.838</b>		<b>27.485.039</b>	
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>632.343</b>		<b>942.991</b>		<b>359.236</b>		<b>645.456</b>	
Resultado da equivalência patrimonial	632.343		942.991		359.236		645.456	
<b>8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>11.952.273</b>		<b>25.203.868</b>		<b>14.041.074</b>		<b>28.130.495</b>	
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>11.952.273</b>	<b>100,00</b>	<b>25.203.868</b>	<b>100,00</b>	<b>14.041.074</b>	<b>100,00</b>	<b>28.130.495</b>	<b>100,00</b>
Pessoal	9.619.635	80,48	18.382.221	72,93	8.928.390	63,59	16.630.394	59,12
- Remuneração direta	7.343.546		13.881.317		6.688.316		12.355.653	
- Benefícios	1.837.219		3.642.792		1.830.917		3.482.839	
- FGTS	438.870		858.112		409.157		791.902	
Impostos, taxas e contribuições	(2.065.745)	(17,28)	(1.792.749)	(7,11)	723.107	5,15	3.069.938	10,91
- Federais	(2.384.788)		(2.488.663)		443.774		2.495.953	
- Estaduais	122		713		215		649	
- Municipais	318.921		695.201		279.118		573.336	
Remuneração de capitais de terceiros	725.256	6,07	1.458.043	5,78	687.259	4,89	1.338.378	4,76
- Aluguéis	725.256		1.458.043		687.259		1.338.378	
Remuneração de capitais próprios	2.226.074	18,62	3.728.841	14,79	2.844.033	20,26	3.686.130	13,10
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.598.007		2.414.154		2.247.291		2.990.946	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	628.067		1.314.687		596.742		695.184	
Lucros retidos	1.447.053	12,11	3.427.512	13,60	858.285	6,11	3.405.655	12,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional .....	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis .....	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa .....	24
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	24
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	25
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	34
Nota 8 – Carteira de crédito .....	35
Nota 9 – Outros créditos.....	42
Nota 10 – Outros valores e bens.....	44
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas .....	45
Nota 12 – Imobilizado de uso .....	48
Nota 13 – Intangível.....	49
Nota 14 – Depósitos .....	50
Nota 15 – Captações no mercado aberto .....	54
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos .....	55
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses.....	57
Nota 18 – Outras obrigações.....	58
Nota 19 – Patrimônio líquido .....	63
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	65
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	67
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	67
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias .....	68
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	69
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	69
Nota 26 – Outras receitas operacionais .....	70
Nota 27 – Outras despesas operacionais .....	70
Nota 28 – Resultado não operacional .....	71
Nota 29 – Despesas tributárias .....	71
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias .....	72
Nota 31 – Partes relacionadas .....	76
Nota 32 – Benefícios a empregados .....	80
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	95
Nota 34 – Outras informações.....	106
Nota 35 – Eventos subsequentes.....	107

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

A CAIXA iniciou, ao longo deste exercício, a reestruturação societária do segmento de seguridade com a criação da empresa CAIXA Seguridade Participações S/A (“CAIXA Seguridade”) e CAIXA Holding Securitária S/A (“CAIXA Securitária”), anteriormente denominada Caixa Operadora de Seguros S/A (“CAIXA Operadora”).

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Securitária.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas****a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 23 de fevereiro de 2016 e pelo Conselho de Administração em 03 de março de 2016.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 30 de março de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

**b) Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

**c) Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade que possui a subsidiária CAIXA Securitária. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

**(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos**

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação "A Origem".

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 3 – Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

**(a) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

**(b) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

**(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

**(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

**(e) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

**(f) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;



## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

### (g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

### (h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.



## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

### (i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros Créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(j) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

**(k) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

**(l) Imobilizado de uso**

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em outras despesas administrativas e possuem os seguintes prazos de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

### (n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

### (o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

**(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

**(q) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas. Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1). Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

**(r) Outros ativos e passivos**

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

**(s) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(t) Reapresentação de Saldos Comparativos****(i) Mudança de prática contábil – Reclassificação de despesas de títulos e valores mobiliários no exterior**

Considerando a autorização do Banco Central do Brasil para utilização de rubrica específica para o registro de despesas de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, a CAIXA procedeu a reclassificação dos montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

Esta mudança de prática contábil produziu efeitos apenas na Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.

**(ii) Os efeitos nas demonstrações de resultado consolidadas decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior, conforme determina o Banco Central, estão demonstrados a seguir:**

Descrição	2º semestre de 2014		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
<b>RESULTADO</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	58.409.772	1.267.408	59.677.180
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	-	1.267.408	1.267.408
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	(48.092.343)	(1.506.931)	(49.599.274)
Operações de captação no mercado	(31.052.629)	(2.326.083)	(33.378.712)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(6.635.744)	(510.782)	(7.146.526)
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	(1.329.934)	1.329.934	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	10.317.429	(239.523)	10.077.906
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	(7.424.655)	239.523	(7.185.132)
Outras receitas operacionais	6.307.507	(14.066)	6.293.441
Outras despesas operacionais	(7.326.172)	253.589	(7.072.583)
<b>Resultado operacional</b>	2.892.774	-	2.892.774
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	2.564.014	-	2.564.014
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	1.981.317	-	1.981.317
<b>Participações dos empregados no lucro</b>	(843.013)	-	(843.013)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>3.702.318</b>	<b>-</b>	<b>3.702.318</b>

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Despesas da intermediação financeira" para "Receitas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 1.267.408 composto por (1.329.934) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 2.597.342 (2.072.494 reclassificado para Operações de captação no mercado + 524.848 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Exercício de 2014		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
<b>RESULTADO</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	105.809.642	1.027.385	106.837.027
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	-	1.027.385	1.027.385
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	(84.018.530)	(1.454.020)	(85.472.550)
Operações de captação no mercado	(55.217.630)	(2.195.029)	(57.412.659)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(12.086.030)	(288.948)	(12.374.978)
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	(1.029.957)	1.029.957	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	21.791.112	(426.635)	21.364.477
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	(15.156.234)	426.635	(14.729.599)
Outras receitas operacionais	11.277.453	(117.242)	11.160.211
Outras despesas operacionais	(13.791.986)	543.877	(13.248.109)
<b>Resultado operacional</b>	6.634.878	-	6.634.878
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	6.020.228	-	6.020.228
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	2.266.367	-	2.266.367
<b>Participações dos empregados no lucro</b>	(1.194.810)	-	(1.194.810)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>7.091.785</b>	<b>-</b>	<b>7.091.785</b>

- (1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de “Despesas da intermediação financeira” para “Receitas da intermediação financeira”, em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 1.027.385 composto por (1.029.957) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 2.057.342 (1.651.152 reclassificado para Operações de captação no mercado + 406.190 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).



## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Os efeitos na Demonstração do Valor Adicionado decorrentes desta orientação do Banco Central estão demonstrados a seguir:

Descrição	2º semestre de 2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
<b>1. RECEITAS</b>	<b>65.968.614</b>	<b>2.597.342</b>	<b>68.565.956</b>
Intermediação financeira	57.079.838	2.597.342	59.677.180
<b>2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>40.036.417</b>	<b>2.836.865</b>	<b>42.873.282</b>
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>11.498.333</b>	<b>(239.523)</b>	<b>11.258.810</b>
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>14.433.864</b>	<b>-</b>	<b>14.433.864</b>
<b>5. RETENÇÕES</b>	<b>752.026</b>	<b>-</b>	<b>752.026</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)</b>	<b>13.681.838</b>	<b>-</b>	<b>13.681.838</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>359.236</b>	<b>-</b>	<b>359.236</b>
<b>8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>14.041.074</b>	<b>-</b>	<b>14.041.074</b>
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>14.041.074</b>	<b>-</b>	<b>14.041.074</b>

Descrição	Exercício de 2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
<b>1. RECEITAS</b>	<b>120.691.146</b>	<b>2.057.342</b>	<b>122.748.488</b>
Intermediação financeira	104.779.685	2.057.342	106.837.027
<b>2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>69.832.912</b>	<b>2.483.978</b>	<b>72.316.890</b>
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>21.898.943</b>	<b>(426.636)</b>	<b>21.472.307</b>
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>28.959.291</b>	<b>-</b>	<b>28.959.291</b>
<b>5. RETENÇÕES</b>	<b>1.474.252</b>	<b>-</b>	<b>1.474.252</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)</b>	<b>27.485.039</b>	<b>-</b>	<b>27.485.039</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>645.456</b>	<b>-</b>	<b>645.456</b>
<b>8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>28.130.495</b>	<b>-</b>	<b>28.130.495</b>
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>28.130.495</b>	<b>-</b>	<b>28.130.495</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>11.510.594</b>	<b>13.242.976</b>
Disponibilidade em moeda nacional	8.792.280	8.572.363
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.718.314	4.670.613
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)</b>	<b>141.386.927</b>	<b>113.973.136</b>
<b>Total</b>	<b>152.897.521</b>	<b>127.216.112</b>

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

## Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição				31/12/2015	31/12/2014
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
<b>Aplicações no mercado aberto - posição bancada</b>	<b>41.793.277</b>	<b>1.725.015</b>	<b>-</b>	<b>43.518.292</b>	<b>17.956.455</b>
Letras financeiras do tesouro	99.997	-	-	99.997	-
Letras do tesouro nacional	8.212.503	1.725.015	-	9.937.518	17.862.468
Notas do tesouro nacional	33.480.777	-	-	33.480.777	93.987
<b>Aplicações no mercado aberto - posição financiada</b>	<b>99.593.650</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99.593.650</b>	<b>96.110.668</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	6.878.300
Letras do tesouro nacional	30.911.806	-	-	30.911.806	34.770.744
Notas do tesouro nacional	68.681.844	-	-	68.681.844	54.461.624
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>9.690.857</b>	<b>112.608</b>	<b>573.183</b>	<b>10.376.648</b>	<b>6.533.817</b>
Depósitos interfinanceiros	9.691.077	-	-	9.691.077	5.975.649
Depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	-	112.608	573.183	685.791	559.305
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(220)	-	-	(220)	(1.137)
<b>Total - ativo circulante</b>	<b>151.077.784</b>	<b>1.837.623</b>	<b>573.183</b>	<b>153.488.590</b>	<b>120.600.940</b>

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 151.283 em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

## (a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Rendas de aplicações no mercado aberto</b>	<b>9.177.409</b>	<b>16.961.293</b>	<b>7.673.076</b>	<b>12.377.998</b>
Posição bancada	2.387.469	4.299.354	1.244.811	1.863.332
Posição financiada	6.789.940	12.661.939	6.428.265	10.514.666
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>539.774</b>	<b>922.482</b>	<b>309.224</b>	<b>599.929</b>
<b>Total</b>	<b>9.717.183</b>	<b>17.883.775</b>	<b>7.982.300</b>	<b>12.977.927</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
**(a) Composição**

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
<b>Títulos públicos – Brasil</b>	<b>60.060.426</b>	<b>90.825.428</b>	<b>11.279.474</b>	<b>820</b>	-	<b>162.166.148</b>
Letras financeiras do tesouro	3.432.434	43.216	-	-	-	3.475.650
Letras do tesouro nacional	39.418.822	64.897.444	11.276.896	820	-	115.593.982
Notas do tesouro nacional	16.927.134	25.884.768	2.578	-	-	42.814.480
Tesouro nacional/ securitização	282.036	-	-	-	-	282.036
<b>Títulos – empresas</b>	<b>8.343.605</b>	<b>7.326.986</b>	-	-	-	<b>15.670.591</b>
Debêntures	659.030	6.917.038	-	-	-	7.576.068
Nota promissória	812.793	-	-	-	-	812.793
Letras de crédito imobiliário	82.873	-	-	-	-	82.873
Letras financeiras	142.516	-	-	-	-	142.516
Cotas de fundos	187.804	-	-	-	-	187.804
Certificado de recebíveis imobiliários	503.608	409.948	-	-	-	913.556
Ações	5.954.981	-	-	-	-	5.954.981
<b>Outros</b>	-	-	-	-	<b>4.141.121</b>	<b>4.141.121</b>
<b>Total em 31/12/2015</b>	<b>68.404.031</b>	<b>98.152.414</b>	<b>11.279.474</b>	<b>820</b>	<b>4.141.121</b>	<b>181.977.860</b>
<b>Total em 31/12/2014</b>	<b>84.207.509</b>	<b>77.441.546</b>	<b>5.436.818</b>	<b>1.046</b>	<b>905.638</b>	<b>167.992.557</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Classificação da carteira por prazo**

Posição em 31/12/2015	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
<b>Títulos públicos</b>	<b>165.932.869</b>	<b>(3.688.458)</b>	<b>(78.263)</b>	<b>162.166.148</b>	<b>158.336.973</b>	-	<b>20.265.222</b>	<b>28.701.336</b>	<b>15.282.913</b>	<b>97.916.677</b>
Letras financeiras do tesouro	3.472.622	3.028	-	3.475.650	3.475.650	-	-	-	-	3.475.650
Letras do tesouro nacional	118.970.533	(3.376.551)	-	115.593.982	115.244.854	-	20.265.220	28.701.336	15.282.913	51.344.513
Notas do tesouro nacional	43.127.462	(314.935)	1.953	42.814.480	39.334.433	-	2	-	-	42.814.478
Tesouro nacional/securitização	362.252	-	(80.216)	282.036	282.036	-	-	-	-	282.036
<b>Títulos – empresas</b>	<b>18.424.693</b>	<b>(75.226)</b>	<b>(2.678.876)</b>	<b>15.670.591</b>	<b>15.656.370</b>	<b>6.142.785</b>	<b>212.022</b>	<b>108.809</b>	<b>677.358</b>	<b>8.529.617</b>
Debêntures	7.698.004	(75.223)	(46.713)	7.576.068	7.576.068	-	-	-	8.675	7.567.393
Nota promissória	800.111	-	12.682	812.793	812.793	-	212.022	108.809	491.962	-
Letras de crédito imobiliário	82.755	-	118	82.873	82.873	-	-	-	82.873	-
Letras financeiras	142.286	-	230	142.516	142.516	-	-	-	93.848	48.668
Cotas de fundos	187.804	-	-	187.804	187.804	187.804	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	1.003.204	(3)	(89.645)	913.556	899.335	-	-	-	-	913.556
Ações	8.510.529	-	(2.555.548)	5.954.981	5.954.981	5.954.981	-	-	-	-
<b>Total – TVM</b>	<b>184.357.562</b>	<b>(3.763.684)</b>	<b>(2.757.139)</b>	<b>177.836.739</b>	<b>173.993.343</b>	<b>6.142.785</b>	<b>20.477.244</b>	<b>28.810.145</b>	<b>15.960.271</b>	<b>106.446.294</b>
Para negociação (3)	102.243.994	(3.763.684)	-	98.480.310	98.480.310	15.128	15.207.208	13.818.830	9.990.990	59.448.154
Disponíveis para venda	17.901.362	-	(2.757.139)	15.144.223	15.144.223	6.127.657	212.022	108.809	677.359	8.018.376
Mantidos até o vencimento (4)	64.212.206	-	-	64.212.206	60.368.810	-	5.058.014	14.882.506	5.291.922	38.979.764
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>4.141.121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.141.121</b>	<b>4.141.121</b>	<b>-</b>	<b>373.199</b>	<b>70.988</b>	<b>301.520</b>	<b>3.395.414</b>
<b>Total – TVM e derivativos</b>	<b>188.498.683</b>	<b>(3.763.684)</b>	<b>(2.757.139)</b>	<b>181.977.860</b>	<b>178.134.464</b>	<b>6.142.785</b>	<b>20.850.443</b>	<b>28.881.133</b>	<b>16.261.791</b>	<b>109.841.708</b>

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.133.284) - 31/12/2014 – (732.450); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

#### (c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/12/2015							31/12/2014			
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	15.207.208	13.818.830	9.990.990	58.640.295	101.345.780	(3.688.457)	97.657.323	102.237.348	(1.572.172)	100.665.176
LFT	-	-	-	-	3.475.650	3.472.622	3.028	3.475.650	338.741	181	338.922
LTN	-	15.207.208	13.818.830	9.990.990	46.888.394	89.281.974	(3.376.552)	85.905.422	99.292.197	(1.563.359)	97.728.838
NTN	-	-	-	-	8.276.251	8.591.184	(314.933)	8.276.251	2.606.410	(8.994)	2.597.416
<b>Títulos - empresas</b>	15.128	-	-	-	807.859	898.214	(75.227)	822.987	988.398	44.362	1.032.760
Debêntures	-	-	-	-	806.756	881.980	(75.224)	806.756	967.040	44.346	1.011.386
Cotas de fundos	15.128	-	-	-	-	15.128	-	15.128	19.596	-	19.596
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.103	1.106	(3)	1.103	1.762	16	1.778
<b>Total</b>	15.128	15.207.208	13.818.830	9.990.990	59.448.154	102.243.994	(3.763.684)	98.480.310	103.225.746	(1.527.810)	101.697.936

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda**

Descrição	31/12/2015							31/12/2014			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	<b>368.300</b>	<b>446.563</b>	<b>(78.263)</b>	<b>368.300</b>	<b>16.976</b>	<b>(947)</b>	<b>16.029</b>
NTN	-	-	-	-	86.264	84.311	1.953	86.264	4.886	2.397	7.283
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	282.036	362.252	(80.216)	282.036	12.090	(3.344)	8.746
<b>Títulos – empresas</b>	<b>6.127.657</b>	<b>212.022</b>	<b>108.809</b>	<b>677.359</b>	<b>7.650.076</b>	<b>17.454.799</b>	<b>(2.678.876)</b>	<b>14.775.923</b>	<b>17.899.570</b>	<b>(1.814.730)</b>	<b>16.084.840</b>
Debêntures	-	-	-	8.676	6.760.636	6.816.024	(46.712)	6.769.312	6.906.485	(15.497)	6.890.988
Nota promissória	-	212.022	108.809	491.962	-	800.112	12.681	812.793	-	-	-
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	82.873	-	82.755	118	82.873	259.069	27	259.096
Letras financeiras	-	-	-	93.848	48.668	142.286	230	142.516	219.038	36	219.074
Cotas de fundos	172.676	-	-	-	-	172.676	-	172.676	435.664	-	435.664
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	840.772	930.417	(89.645)	840.772	784.097	79.377	863.474
Ações (2)	5.954.981	-	-	-	-	8.510.529	(2.555.548)	5.954.981	9.295.217	(1.878.673)	7.416.544
<b>Total</b>	<b>6.127.657</b>	<b>212.022</b>	<b>108.809</b>	<b>677.359</b>	<b>8.018.376</b>	<b>17.901.362</b>	<b>(2.757.139)</b>	<b>15.144.223</b>	<b>17.916.546</b>	<b>(1.815.677)</b>	<b>16.100.869</b>

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.133.284) em 31/12/2015 e (732.450) em 31/12/2014; líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 228.233.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento**

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/12/2015					31/12/2014		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	<b>5.058.014</b>	<b>14.882.506</b>	<b>5.291.922</b>	<b>38.908.083</b>	<b>64.140.525</b>	<b>60.311.350</b>	<b>49.144.587</b>	<b>49.159.865</b>
LTN	5.058.012	14.882.506	5.291.922	4.456.120	29.688.560	29.339.432	14.276.641	14.152.869
NTN	2	-	-	34.451.963	34.451.965	30.971.918	34.867.946	35.006.996
<b>Títulos - empresas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.681</b>	<b>71.681</b>	<b>57.460</b>	<b>143.527</b>	<b>142.016</b>
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	71.681	71.681	57.460	143.527	142.016
<b>Total</b>	<b>5.058.014</b>	<b>14.882.506</b>	<b>5.291.922</b>	<b>38.979.764</b>	<b>64.212.206</b>	<b>60.368.810</b>	<b>49.288.114</b>	<b>49.301.881</b>

**(d) Resultado com títulos e valores mobiliários**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.751.670	7.562.206	3.919.323	8.556.363
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.316.160	2.094.147	967.894	1.777.124
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.619.912	7.241.492	2.508.168	5.367.628
Outros	11.518	11.350	528	(4.305)
<b>Total</b>	<b>7.699.260</b>	<b>16.909.195</b>	<b>7.395.913</b>	<b>15.696.810</b>



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

**(f) Hedge Contábil**

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas, das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e a partir de setembro de 2015 dos contratos de empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62.

O hedge contábil das emissões externas e dos empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL						
Estruturas	31/12/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	8.461.493	3.131.123	13.523.638	4.943.633	739.273	6.390.881
Empréstimos 4.131	8.051.087	943.617	9.421.628	-	-	-
Letras Financeiras	1.010.660	(91.401)	1.311.694	898.460	(45.676)	1.013.536
<b>Total</b>	<b>17.523.240</b>	<b>3.983.339</b>	<b>24.256.960</b>	<b>5.842.093</b>	<b>693.597</b>	<b>7.404.417</b>

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL					
Vencimento	31/12/2015			31/12/2014	
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2015	-	-	-	197.998	-
2016	413.232	2.063.749	-	188.617	-
2017	2.161.629	3.075.832	175.000	1.952.430	95.000
2018	958.578	2.911.506	16.500	124.083	6.500
2019	4.147.736	-	10.150	1.700.187	10.150
2020	30.805	-	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	10.000
2022	719.797	-	-	719.797	-
2023	-	-	562.000	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-
<b>Total</b>	<b>8.461.494</b>	<b>8.051.087</b>	<b>1.010.660</b>	<b>4.943.634</b>	<b>898.460</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:**

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado	Valor Patrimonial	
	31/12/2015	31/12/2014		(Res. / PL)	31/12/2015	31/12/2014
	<b>Contratos de futuros</b>					
<b>Compromissos de venda</b>	<b>70.294.595</b>	<b>99.146.777</b>	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	70.292.013	99.066.737	-	-	-	-
Moeda estrangeira	2.582	80.040	-	-	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>						
<b>Posição ativa</b>	<b>17.523.240</b>	<b>8.715.390</b>	<b>4.343.099</b>	<b>(201.978)</b>	<b>4.141.121</b>	<b>905.638</b>
Índices	1.010.660	898.571	49.009	(46.528)	2.481	189
Moeda estrangeira	16.512.580	7.816.819	4.294.090	(155.450)	4.138.640	905.449
<b>Posição passiva</b>	<b>17.523.240</b>	<b>8.715.390</b>	<b>215.337</b>	<b>(57.555)</b>	<b>157.782</b>	<b>53.718</b>
Índices	1.010.660	898.571	-	93.882	93.882	46.213
Moeda estrangeira	16.512.580	7.816.819	215.337	(151.437)	63.900	7.505

**(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:**

Descrição	31/12/2015							31/12/2014
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrim.	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
<b>Posição Ativa:</b>								
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Receber</b>	<b>4.343.099</b>	<b>(201.978)</b>	<b>4.141.121</b>	<b>373.199</b>	<b>70.988</b>	<b>301.520</b>	<b>3.395.414</b>	<b>905.638</b>
BM&FBOVESPA	49.009	(46.528)	2.481	-	-	-	2.481	189
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	905.449
Inst. Financeiras	4.294.090	(155.450)	4.138.640	373.199	70.988	301.520	3.392.933	-
<b>Posição Passiva:</b>								
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar</b>	<b>215.337</b>	<b>(57.555)</b>	<b>157.782</b>	<b>1.130</b>	<b>-</b>	<b>844</b>	<b>155.808</b>	<b>53.718</b>
BM&FBOVESPA	-	93.882	93.882	-	-	-	93.882	45.866
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	347
Inst. Financeiras	215.337	(151.437)	63.900	1.130	-	844	61.926	7.505

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:**

Descrição	31/12/2015					31/12/2014
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Contas de Compensação/ Valor Referencial</b>						
Contratos futuros	1.595.409	10.208.970	8.358.299	50.131.917	70.294.595	99.146.777
Contratos de Swaps	1.513.512	171.145	792.324	15.046.259	17.523.240	8.715.390

**(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	2.886.334	4.277.477	1.119.722	691.443
Futuro	3.969.088	4.596.574	1.233.267	769.075
<b>Total realizado</b>	<b>6.855.422</b>	<b>8.874.051</b>	<b>2.352.989</b>	<b>1.460.518</b>

**(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias**

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Títulos públicos</b>	<b>11.280.294</b>	<b>5.437.864</b>
Notas do tesouro nacional	2.578	2.543
Letras do tesouro nacional	11.277.716	5.428.684
Letras financeiras do tesouro	-	6.637

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 7 – Relações interfinanceiras**

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/12/2015	31/12/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.970.101	5.386.280
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	53.926.379	47.223.375
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	22.343.773	7.207.801
Compulsório adicional (2)	Taxa SELIC	24.876.297	33.527.676
<b>Total</b>		<b>106.116.550</b>	<b>93.345.132</b>

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(2) Variação decorrente das alterações trazidas pela Circular BACEN 3.755 de 28/05/2015, com efeitos a partir de JUN/15.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>FGTS a ressarcir</b>	<b>91.941</b>	<b>85.207</b>
<b>FCVS a receber</b>	<b>28.867.828</b>	<b>28.028.495</b>
Não habilitados (1)	1.686.271	2.053.613
Habilitados e não homologados (2)	9.707.114	9.274.758
Habilitados e homologados (3)	17.474.443	16.700.124
<b>Provisão FCVS a receber</b>	<b>(2.797.741)</b>	<b>(2.967.926)</b>
<b>Total (líquido de provisão)</b>	<b>26.162.028</b>	<b>25.145.776</b>

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

**(c) Resultado das aplicações compulsórias**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	5.083.022	9.192.461	3.876.248	7.308.196
Créditos vinculados ao SFH	1.211.383	2.242.656	817.377	1.628.112
<b>Total</b>	<b>6.294.405</b>	<b>11.435.117</b>	<b>4.693.625</b>	<b>8.936.308</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 8 – Carteira de crédito**
**(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco**

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
<b>Operações de crédito</b>	<b>330.543.542</b>	<b>102.271.253</b>	<b>94.520.958</b>	<b>72.516.092</b>	<b>32.699.178</b>	<b>7.869.795</b>	<b>4.375.577</b>	<b>5.014.308</b>	<b>17.538.633</b>	<b>667.349.336</b>	<b>597.108.812</b>
Empréstimos e títulos descontados	18.838.984	36.991.873	43.769.021	33.498.850	10.932.876	4.177.992	2.538.657	2.002.340	10.993.491	163.744.084	150.624.839
Financiamentos	12.652.223	11.523.778	2.919.787	3.456.015	2.685.880	594.005	388.507	285.065	1.415.613	35.920.873	39.894.998
Financiamentos rurais e agroindustriais	990.890	1.784.075	2.390.431	1.614.703	365.518	64.174	51.902	41.523	185.618	7.488.834	4.915.019
Financiamentos imobiliários	253.015.354	35.628.548	39.049.288	29.415.151	17.798.475	1.988.374	1.387.501	964.814	4.928.378	384.175.883	339.838.641
Financiamentos de infraestrutura	43.842.056	12.501.780	6.237.980	4.446.462	883.364	1.031.673	-	1.714.546	440	70.658.301	56.481.914
Cessão de créditos	1.204.035	3.841.199	154.451	84.911	33.065	13.577	9.010	6.020	15.093	5.361.361	5.353.401
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	<b>3.279.710</b>	<b>5.805.431</b>	<b>1.226.079</b>	<b>989.208</b>	<b>397.217</b>	<b>190.942</b>	<b>45.853</b>	<b>23.406</b>	<b>179.405</b>	<b>12.137.251</b>	<b>9.820.919</b>
Cartão de crédito	905.190	4.833.321	395.778	457.654	199.854	61.057	30.306	18.805	126.711	7.028.676	7.171.685
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	2.366.677	799.539	721.444	457.404	76.618	35.301	7.622	3.306	49.359	4.517.270	1.906.534
Créditos adquiridos (2)	-	168.218	104.967	67.773	101.829	87.786	-	-	-	530.573	684.730
Diversos	7.843	4.353	3.890	6.377	18.916	6.798	7.925	1.295	3.335	60.732	57.970
<b>Total</b>	<b>333.823.252</b>	<b>108.076.684</b>	<b>95.747.037</b>	<b>73.505.300</b>	<b>33.096.395</b>	<b>8.060.737</b>	<b>4.421.430</b>	<b>5.037.714</b>	<b>17.718.038</b>	<b>679.486.587</b>	<b>606.929.731</b>
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(23.296)	(557.206)	(1.087.500)	(2.507.914)	(3.613.591)	(2.636.188)	(2.210.717)	(3.526.401)	(17.718.038)	(33.880.851)	(26.806.599)
<b>Total líq. de provisões</b>	<b>333.799.956</b>	<b>107.519.478</b>	<b>94.659.537</b>	<b>70.997.386</b>	<b>29.482.804</b>	<b>5.424.549</b>	<b>2.210.713</b>	<b>1.511.313</b>	<b>-</b>	<b>645.605.736</b>	<b>580.123.132</b>

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
<b>Provisão regulamentar</b>	-	(540.384)	(957.471)	(2.205.160)	(3.309.641)	(2.418.221)	(2.210.717)	(3.526.401)	(17.718.038)	(32.886.033)	(26.806.599)
<b>Operações de crédito</b>	-	(511.356)	(945.210)	(2.175.485)	(3.269.919)	(2.360.939)	(2.187.790)	(3.510.016)	(17.538.634)	(32.499.349)	(26.520.347)
Empréstimos e títulos descontados	-	(184.959)	(437.690)	(1.004.966)	(1.093.288)	(1.253.398)	(1.269.329)	(1.401.638)	(10.993.491)	(17.638.759)	(10.116.900)
Financiamentos	-	(57.619)	(29.198)	(103.680)	(268.588)	(178.202)	(194.254)	(199.546)	(1.415.613)	(2.446.700)	(5.560.415)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(8.920)	(23.904)	(48.441)	(36.552)	(19.252)	(25.951)	(29.066)	(185.618)	(377.704)	(135.587)
Financiamentos imobiliários	-	(178.143)	(390.493)	(882.455)	(1.779.848)	(596.512)	(693.751)	(675.370)	(4.928.378)	(10.124.950)	(10.208.721)
Financiamentos de infraestrutura	-	(62.509)	(62.380)	(133.394)	(88.336)	(309.502)	-	(1.200.182)	(440)	(1.856.743)	(481.332)
Cessão de créditos	-	(19.206)	(1.545)	(2.549)	(3.307)	(4.073)	(4.505)	(4.214)	(15.094)	(54.493)	(17.392)
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	-	(29.028)	(12.261)	(29.675)	(39.722)	(57.282)	(22.927)	(16.385)	(179.404)	(386.684)	(286.252)
Cartão de crédito	-	(24.167)	(3.958)	(13.730)	(19.985)	(18.317)	(15.153)	(13.164)	(126.711)	(235.185)	(229.054)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.998)	(7.214)	(13.722)	(7.662)	(10.590)	(3.811)	(2.314)	(49.359)	(98.670)	-
Créditos adquiridos	-	(841)	(1.050)	(2.033)	(10.183)	(26.336)	-	-	-	(40.443)	(52.631)
Diversos	-	(22)	(39)	(190)	(1.892)	(2.039)	(3.963)	(907)	(3.334)	(12.386)	(4.567)
<b>Provisão complementar (1)</b>	(23.296)	(16.822)	(130.029)	(302.754)	(303.950)	(217.967)	-	-	-	(994.818)	-
<b>Operações de crédito</b>	(23.001)	(16.521)	(128.325)	(296.279)	(299.091)	(214.314)	-	-	-	(977.531)	-
Empréstimos e títulos descontados	(15.179)	(9.974)	(75.231)	(219.410)	(234.532)	(145.564)	-	-	-	(699.890)	-
Financiamentos	(5.486)	(2.326)	(14.735)	(46.227)	(61.821)	(68.575)	-	-	-	(199.170)	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	(335)	(384)	(3.788)	(14.992)	(1.281)	(175)	-	-	-	(20.955)	-
Financiamentos imobiliários	(2.001)	(3.837)	(34.571)	(15.650)	(1.457)	-	-	-	-	(57.516)	-
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	(295)	(301)	(1.704)	(6.475)	(4.859)	(3.653)	-	-	-	(17.287)	-
Cartão de crédito	(87)	(93)	(769)	(2.992)	(3.557)	(2.353)	-	-	-	(9.851)	-
Adiantamento de contratos de câmbio	(201)	(196)	(866)	(3.302)	(614)	(1.300)	-	-	-	(6.479)	-
Diversos	(7)	(12)	(69)	(181)	(688)	-	-	-	-	(957)	-
<b>Total Provisão</b>	(23.296)	(557.206)	(1.087.500)	(2.507.914)	(3.613.591)	(2.636.188)	(2.210.717)	(3.526.401)	(17.718.038)	(33.880.851)	(26.806.599)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco**

Com relação ao montante de crédito nos cursos Normal e Anormal (Notas 8 (c1) e (c2)), destaca-se alteração no critério de classificação. Conforme parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 2.682/1999, admite-se a contagem dos períodos de atraso em dobro para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses. Os valores de 31/12/2014 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

**(c.1) Operações de crédito em Curso normal**

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014 (1)
01 a 30 dias	5.291.997	8.688.793	4.018.829	3.349.155	1.110.262	272.224	114.493	1.793.259	461.941	25.100.953	23.424.577
31 a 60 dias	4.084.403	4.148.137	2.399.386	1.856.014	592.235	134.159	56.748	34.141	208.811	13.514.034	12.653.054
61 a 90 dias	3.952.777	3.532.431	2.185.496	1.828.420	525.500	117.592	46.439	30.178	186.875	12.405.708	11.585.191
91 a 180 dias	12.225.326	9.649.662	7.158.204	5.412.140	1.480.867	317.609	126.398	79.023	510.206	36.959.435	32.379.962
181 a 360 dias	24.390.185	12.601.707	11.088.533	8.534.967	2.334.621	467.527	172.635	97.857	620.963	60.308.995	49.364.793
Acima de 360 dias	283.878.564	69.455.954	58.603.109	40.227.440	13.438.596	2.406.164	548.098	394.102	3.321.175	472.273.202	425.565.299
<b>Total</b>	<b>333.823.252</b>	<b>108.076.684</b>	<b>85.453.557</b>	<b>61.208.136</b>	<b>19.482.081</b>	<b>3.715.275</b>	<b>1.064.811</b>	<b>2.428.560</b>	<b>5.309.971</b>	<b>620.562.327</b>	<b>554.972.876</b>

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal**

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014 (1)
<b>Parcelas vencidas</b>	-	-	<b>628.143</b>	<b>1.716.962</b>	<b>2.389.206</b>	<b>2.206.673</b>	<b>2.110.440</b>	<b>1.677.193</b>	<b>9.531.990</b>	<b>20.260.607</b>	<b>14.335.953</b>
01 a 30 dias	-	-	521.597	214.299	163.576	44.438	28.073	20.129	82.690	1.074.802	1.052.117
31 a 60 dias	-	-	106.546	750.262	265.250	101.041	48.948	28.661	140.926	1.441.634	1.410.621
61 a 90 dias	-	-	-	492.775	1.282.419	409.410	157.515	88.745	425.199	2.856.063	2.531.099
91 a 180 dias	-	-	-	259.626	677.886	1.244.651	1.412.155	1.057.969	1.779.345	6.431.632	4.285.324
181 a 360 dias	-	-	-	-	75	407.133	463.749	481.689	6.261.606	7.614.252	4.723.868
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	842.224	842.224	332.924
<b>Parcelas vincendas</b>	-	-	<b>9.665.337</b>	<b>10.580.202</b>	<b>11.225.108</b>	<b>2.138.789</b>	<b>1.246.179</b>	<b>931.961</b>	<b>2.876.077</b>	<b>38.663.653</b>	<b>35.714.368</b>
01 a 30 dias	-	-	204.894	245.336	168.358	55.581	24.637	18.793	71.412	789.011	739.978
31 a 60 dias	-	-	172.764	221.764	156.488	46.786	24.056	18.276	68.752	708.886	622.500
61 a 90 dias	-	-	169.487	218.401	153.967	46.541	23.488	17.863	66.952	696.699	613.587
91 a 180 dias	-	-	483.106	616.591	442.872	129.743	66.871	50.245	190.006	1.979.434	1.770.160
181 a 360 dias	-	-	933.379	1.048.621	819.259	234.976	122.015	92.539	339.535	3.590.324	3.244.347
Acima de 360 dias	-	-	7.701.707	8.229.489	9.484.164	1.625.162	985.112	734.245	2.139.420	30.899.299	28.723.796
<b>Total</b>	-	-	<b>10.293.480</b>	<b>12.297.164</b>	<b>13.614.314</b>	<b>4.345.462</b>	<b>3.356.619</b>	<b>2.609.154</b>	<b>12.408.067</b>	<b>58.924.260</b>	<b>50.050.321</b>

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/12/2015	31/12/2014 (1)
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>53.154.586</b>	<b>47.934.072</b>
Administração direta	28.015.215	25.215.734
Administração indireta – petroquímico	11.308.664	11.269.806
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.169.113	3.863.358
Administração indireta – outros	9.661.594	7.585.174
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>626.332.001</b>	<b>557.089.125</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>139.077.776</b>	<b>122.272.415</b>
Comércio varejista	24.428.543	25.626.361
Construção civil	17.291.122	15.104.225
Siderurgia e metalurgia	9.630.222	9.615.257
Energia elétrica	12.167.623	9.655.847
Serviços financeiros	8.457.686	5.840.081
Outras indústrias	7.726.781	8.442.422
Transporte	10.192.010	9.038.161
Agronegócio e extrativismo	5.330.556	3.688.586
Comércio atacadista	7.105.384	5.872.840
Saúde	4.026.272	3.647.364
Saneamento e infraestrutura	5.684.020	3.518.471
Petroquímico	2.497.286	2.321.577
Têxtil	2.047.543	2.106.974
Comunicação	1.538.300	1.564.542
Alimentação	2.321.937	1.924.034
Serviços pessoais	346.073	375.437
Outros serviços	18.286.418	13.930.236
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>487.254.225</b>	<b>434.816.710</b>
<b>Total</b>	<b>679.486.587</b>	<b>605.023.197</b>

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

## (e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	22.661.761	44.277.328	19.400.509	36.105.307
Financiamentos rurais e agroindustriais	231.007	395.772	94.164	154.477
Financiamentos imobiliários	18.293.023	34.176.442	14.200.818	26.287.120
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	4.648.777	7.740.781	2.220.126	3.794.730
Outros créditos	6.614	10.056	3.630	7.075
<b>Total</b>	<b>45.841.182</b>	<b>86.600.379</b>	<b>35.919.247</b>	<b>66.348.709</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

**(f.1) Carteiras cedidas**

No decorrer do período de 2015 foram realizadas cessões onerosas de crédito conforme quadro abaixo:

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
Renova Securitizadora S.A. (1º trimestre)	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329
Renova Securitizadora S.A. (2º trimestre)	935.040	4.925.126	5.860.166	145.904
Ativos S.A (2º trimestre)	355.044	721.611	1.076.655	26.303
Omni Financeira (3º trimestre)	145.748	2.148.011	2.293.759	69.958
Omni Financeira (4º trimestre)	939.366	48.186	987.552	65.999
Ativos S.A (4º trimestre)	1.311.287	250.117	1.561.404	66.828
<b>Total</b>	<b>3.714.054</b>	<b>9.411.112</b>	<b>13.125.166</b>	<b>439.321</b>

Resultado com cessão de carteiras				
Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Receitas com vendas ou transferência de carteiras</b>	<b>1.482.162</b>	<b>3.237.459</b>	<b>2.396.571</b>	<b>2.577.435</b>
<b>Valor recuperado prejuízo (1)</b>	<b>124.907</b>	<b>366.765</b>	<b>617.948</b>	<b>617.948</b>
Ativos S.A	56.123	85.132	-	-
EMGEA	-	-	604.203	604.203
Omni S/A	68.784	68.784	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	212.849	13.745	13.745
<b>Reversão de provisão (1)</b>	<b>1.084.038</b>	<b>2.352.007</b>	<b>1.546.920</b>	<b>1.546.920</b>
Ativos S.A	-	338.066	-	-
EMGEA	-	-	924.882	924.882
Omni S/A	1.084.038	1.084.038	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	929.903	622.038	622.038
<b>Receitas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>273.217</b>	<b>518.687</b>	<b>231.703</b>	<b>412.567</b>
RB Capital Securitizadora	273.217	518.687	231.703	412.567
<b>Despesas com vendas ou transferências de carteiras</b>	<b>(1.298.111)</b>	<b>(2.815.517)</b>	<b>(2.348.044)</b>	<b>(2.529.252)</b>
<b>Despesas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>(275.050)</b>	<b>(519.166)</b>	<b>(231.835)</b>	<b>(413.043)</b>
RB Capital Securitizadora	(275.050)	(519.166)	(231.835)	(413.043)
<b>Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. à cessão (1)</b>	<b>(1.023.061)</b>	<b>(2.296.351)</b>	<b>(2.116.209)</b>	<b>(2.116.209)</b>
Ativos S.A	(4.486)	(345.257)	-	-
EMGEA	-	-	(1.389.279)	(1.389.279)
Omni S/A	(1.018.575)	(1.018.575)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	(932.519)	(726.930)	(726.930)
<b>Despesas provisão carteiras cedidas com coobrigação (2)</b>	<b>(21.235)</b>	<b>(56.542)</b>	<b>(6.250)</b>	<b>(14.196)</b>
RB Capital Securitizadora	(21.235)	(56.542)	(6.250)	(14.196)
<b>Resultado</b>	<b>162.816</b>	<b>365.400</b>	<b>42.277</b>	<b>33.987</b>

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a Ativos S.A, EMGEA, Omni S/A e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

**(f.2) Carteiras adquiridas**

Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Modalidade com coobrigação (1)</b>	<b>41.125</b>	<b>82.540</b>	<b>4.319</b>	<b>13.224</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	41.341	85.133	4.603	14.011
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(216)	(2.593)	(284)	(787)
<b>Modalidade sem coobrigação (2)</b>	<b>1.611.348</b>	<b>2.822.761</b>	<b>919.081</b>	<b>1.702.106</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.611.136	2.823.051	928.666	1.712.026
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	212	(290)	(9.585)	(9.920)
<b>Resultado</b>	<b>1.652.473</b>	<b>2.905.301</b>	<b>923.400</b>	<b>1.715.330</b>

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Daycoval.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

**(g) Concentração dos principais devedores**

Descrição	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Principal devedor	11.308.664	1,66	11.269.806	1,86
10 maiores devedores	47.803.402	7,04	42.036.699	6,95
20 maiores devedores	66.334.889	9,76	56.786.112	9,39
50 maiores devedores	89.689.691	13,20	77.560.357	12,82
100 maiores devedores	104.434.440	15,37	89.805.708	14,84

**(h) Movimentação da carteira de renegociação**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Operações renegociadas</b>	<b>7.392.620</b>	<b>13.004.376</b>	<b>5.068.165</b>	<b>10.269.836</b>
Operações comerciais	7.183.394	12.532.483	4.734.691	9.575.947
Operações habitacionais	209.226	471.893	333.474	693.889
<b>Operações recuperadas</b>	<b>1.407.960</b>	<b>2.460.437</b>	<b>2.225.461</b>	<b>3.029.774</b>
Operações comerciais	1.160.889	1.950.470	985.576	1.527.527
Operações habitacionais	247.071	509.967	1.239.885	1.502.247

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Saldo inicial</b>	<b>(29.413.979)</b>	<b>(26.806.599)</b>	<b>(25.411.010)</b>	<b>(23.966.296)</b>
Constituição de provisão no período	(21.668.531)	(39.023.091)	(12.306.980)	(21.637.366)
Reversão de provisão no período (1) (2)	11.594.442	19.366.075	5.580.988	8.481.705
Transferência para prejuízo	5.607.217	12.582.764	5.330.403	10.315.358
<b>Saldo final</b>	<b>(33.880.851)</b>	<b>(33.880.851)</b>	<b>(26.806.599)</b>	<b>(26.806.599)</b>

(1) Variação em 2015 refere-se essencialmente às operações de Cessão de créditos.

(2) Em 2015, inclui reversões de provisões decorrentes da correção do valor de dívida de operações de crédito que estavam com atualização de encargos de atraso em desacordo com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999. Este acréscimo de receita é anulado pela despesa com ajustes operacionais em operações de crédito (Nota 27).

**Nota 9 – Outros créditos****(a) Composição**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos por avais e fianças honrados	30.749	29.185
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	5.473.711	2.506.525
Rendas a receber	2.833.916	2.971.952
Dividendos e JCP a receber	217.944	193.288
Convênios setor privado	106.535	121.822
Convênios setor público	499.310	542.349
Administração de fundos de investimento	61.192	48.089
Administração de fundos e programas sociais	1.901.374	1.960.237
Outras rendas a receber	47.561	106.167
Negociação e intermediação de valores	48.313	2.766
Créditos específicos	836.716	765.593
Diversos – nota 9 (b)	65.706.242	54.034.623
Provisão para outros créditos	(403.971)	(286.252)
<b>Total</b>	<b>74.525.676</b>	<b>60.024.392</b>
Ativo circulante	42.751.379	34.458.544
Ativo não circulante	31.774.297	25.565.848

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Outros créditos – diversos**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos tributários – (Nota 20)	35.903.427	25.189.610
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	13.711.179	12.625.576
Adiantamentos e antecipações salariais	208.821	190.724
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	2.414.154	1.400.065
Impostos e contribuições a compensar	1.136.939	1.051.828
Cartão de crédito (1)	7.393.442	7.313.709
Prêmio em aquisição de carteiras	1.512.617	1.188.447
Seguros a receber	212.373	125.950
Créditos adquiridos	530.574	684.730
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	138.843	176.617
Valores a receber – royalties	277.384	17.260
Valores a receber – FND	451.485	410.761
Valores a receber - correspondentes bancários	107.097	146.546
Valores a receber - resgate de bônus	105.906	97.994
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	8.372	47.118
Valores a receber - créditos administrados	25.243	25.630
Valores a receber - planos de saúde autogestão	13.805	22.224
Valores a receber – TVM no exterior	-	344.967
Valores a receber – Cessão de créditos	30.896	-
Valores a receber – avais e fianças honrados	181.918	103.577
Valores a apropriar (2)	2.294.688	3.976.683
Outros devedores (3)	689.869	376.953
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	(1.411.087)
Provisão para perdas - diversos (4)	(231.703)	(71.259)
<b>Total</b>	<b>65.706.242</b>	<b>54.034.623</b>
Ativo circulante	33.912.228	28.440.582
Ativo não circulante	31.794.014	25.594.041

- (1) Inclui R\$ 7.028.676 (31/12/2014 – 7.171.685) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.
- (2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.
- (3) Inclui redução no valor recuperável de títulos e créditos a receber de empresas em processo de recuperação judicial no montante de R\$ (108.257) apurado e reconhecido em 2015.
- (4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Carteira de câmbio**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo - outros créditos</b>		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	26.236	19.581
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	5.368.387	2.467.809
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	80.092	20.896
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(1.004)	(1.761)
<b>Ativo circulante</b>	<b>5.473.711</b>	<b>2.506.525</b>
<b>Passivo - outras obrigações</b>		
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	52.011	165.694
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	4.489.402	2.104.398
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.437.178)	(1.927.430)
<b>Passivo circulante (Nota 18 (a))</b>	<b>104.235</b>	<b>342.662</b>

**(c.1) Resultado de operações de câmbio**

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Receitas</b>	<b>21.392.670</b>	<b>34.797.886</b>	<b>7.932.071</b>	<b>11.558.319</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	21.305.493	34.659.800	7.904.815	11.522.050
Títulos emitidos no exterior	-	-	3.738	3.738
Outras	87.177	138.086	23.518	32.531
<b>Despesas</b>	<b>(19.637.443)</b>	<b>(32.106.799)</b>	<b>(6.664.663)</b>	<b>(10.530.934)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(19.637.001)	(32.106.078)	(6.664.402)	(10.530.491)
Títulos emitidos no exterior	-	-	-	-
Outras	(442)	(721)	(261)	(443)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>1.755.227</b>	<b>2.691.087</b>	<b>1.267.408</b>	<b>1.027.385</b>

**Nota 10 – Outros valores e bens**

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados e à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC (31/12/2014);
- Estoque de material de consumo.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>2.654.566</b>	<b>1.567.595</b>
Imóveis patrimoniais não de uso	403.467	224.992
Imóveis adjudicados/arrematados	2.251.099	1.342.603
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>21.267</b>	<b>46.143</b>
<b>Material de consumo</b>	<b>34.845</b>	<b>35.037</b>
<b>Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))</b>	<b>(133.958)</b>	<b>(90.591)</b>
<b>Total</b>	<b>2.576.720</b>	<b>1.558.184</b>

**(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Saldo inicial</b>	<b>(94.693)</b>	<b>(90.591)</b>	<b>(30.371)</b>	<b>(31.614)</b>
Constituição	(57.433)	(69.927)	(70.026)	(95.274)
Baixas	18.168	26.560	9.806	36.297
<b>Saldo final</b>	<b>(133.958)</b>	<b>(133.958)</b>	<b>(90.591)</b>	<b>(90.591)</b>

**Nota 11 – Participações em controladas e coligadas**
**a) Reorganização Societária do segmento Seguridade da CAIXA**

Em 27 de maio de 2015, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Seguridade, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tendo como objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

No contexto de estruturação societária, a CAIXA Seguridade, em 30 de junho de 2015, absorveu diretamente as principais participações societárias relacionadas ao ramo de seguridade detidas pela CAIXA e por sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), conforme descrito a seguir:

- I. 100% das ações da CAIXA Operadora S.A., constituída em 27 de maio de 2015 como subsidiária integral da CAIXA, absorvida pela CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015;
- II. 49,00% das ações da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora") Adquirida em 29 de dezembro de 2014 pela CAIXAPAR;
- III. 48,99% das ações da PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros") Adquirida em 19 de junho de 2015 pela CAIXAPAR;
- IV. 48,21% das ações da Caixa Seguros Holding S.A. ("CAIXA Seguros") Incorporada em 26 de fevereiro de 2010 pela CAIXAPAR.

A Administração da CAIXA Operadora, representada por sua única acionista Caixa Seguridade Participações S.A, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de julho de 2015, deliberou, principalmente, sobre as seguintes matérias:

- I. Alteração da denominação social da Companhia, que passa a ser designada Caixa Holding Securitária S.A. ("CAIXA Securitária");
- II. Alteração do objeto social da Companhia, que passa a contemplar, exclusivamente, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP."

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- III. Aumento do capital social de R\$ 100, totalmente integralizado, para R\$ 363.740, mediante cessão à Companhia das ações representativas do capital social da PAN Seguros e das quotas representativas do capital social da PAN Corretora, anteriormente pertencentes à CAIXA Seguridade.

Principais participações diretas e indiretas da **CAIXA Seguridade**:

**CAIXA Seguros Holding S.A:** Sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente. O capital social da CAIXA Seguros Holding encontra-se dividido, predominantemente, entre o grupo francês CNP Assurances com 51,75% das ações e a CAIXAPAR com 48,21% das ações. Em 30 de junho de 2015, houve cisão parcial da CAIXAPAR com transferência dessa participação societária para a CAIXA Seguridade.”

**CAIXA Holding Securitária:** Subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 27 de maio de 2015 com o objetivo social de gerir a comercialização e distribuição de (i) seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) planos de previdência complementar, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar; (iii) planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) cotas de grupos de consórcio; (v) seguros de assistência médica e odontológica às pessoas jurídicas e/ou físicas; (vi) quaisquer produtos ou serviços regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ou pelo Banco Central do Brasil (BACEN), relativos a grupo de consórcios.

**PAN Seguros:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos. Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. (“BTG”) conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre a BTG e o Banco PAN S.A. Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG pelo valor de R\$ 550.406 e, se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Com participação de 99,99%. Em 19 de junho de 2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros conforme acordado no contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Posteriormente, a CAIXAPAR realizou a cisão parcial da participação total da PAN Seguros para a CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015.

**PAN Corretora:** Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding de Seguros e CAIXAPAR com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade.

A Administração da CAIXA Seguridade Participações S.A, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de dezembro de 2015, aprovou:

- I. A incorporação da Reserva de Capital ao Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 457.720, sem alteração do número de ações;
- II. A redução de Capital Social no valor de R\$ 500.000, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei nº. 6.404/76. O acionista receberá a título de restituição de parte do valor de suas ações o montante de R\$ 0,416666 por ação;
- III. O Capital Social da Companhia passou a ser de R\$ 2.756.687;
- IV. A redução de Capital Social se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária, prazo para oposição de credores conforme previsto no artigo 174 da Lei 6.404/76.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:**

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	30.435.197	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21

- (1) A participação societária na CAIXA Seguridade, consolidada na CAIXA, refere-se à posição consolidada deste investimento. Desta forma, a participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2015	31/12/2014	2015		2014	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding	2.635.360	2.437.271	402.956	822.958	358.778	739.346
Banco PAN	1.183.161	1.020.949	250.787	121.570	22.562	(31.162)
Capgemini	177.957	236.891	(36.585)	(62.137)	(13.316)	(45.267)
Elo Serviços	18.542	14.931	(124)	3.694	1.677	1.612
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.956	6.880	124	249	103	194
Caixa Seguros Participações - CSP	-	-	-	-	(2.192)	-
Crescer	-	-	(3.815)	(5.094)	(11.380)	(21.782)
Branes	1.841	1.841	6	-	(19)	(56)
BIAPE	238	619	2	(448)	(305)	(207)
FGO – Fundo Garantia de Operações	76.069	91.943	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	262.766	210.991	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.428	39.059	(725)	(7.319)	(467)	(1.017)
TECBAN	107.004	58.976	368	48.028	3.795	3.795
PAN Corretora	29.381	24.500	2.771	4.912	-	-
PAN Seguros (1)	353.709	-	16.578	16.578	-	-
Outros Investimentos (2)	4.734	43.599	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.890.146</b>	<b>4.188.450</b>	<b>632.343</b>	<b>942.991</b>	<b>359.236</b>	<b>645.456</b>

- (1) PAN Seguros: Empresa adquirida pela CAIXAPAR em 18 de junho de 2015, foi objeto de cisão e incorporação pela CAIXA Seguridade S.A em 30 de junho de 2015 - Nota 11 (a).

- (2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do Ágio (Banco PAN e Capgemini)	Acumulado 2015	Acumulado 2014
Saldo anterior	226.159	272.719
Amortizações	(45.628)	(46.560)
Saldo atual	180.531	226.159

## Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 14,34% (31/12/2014 – 14,43%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Composição do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	<b>1.590.668</b>	<b>(518.560)</b>	<b>1.072.108</b>	<b>1.258.361</b>	<b>(355.224)</b>	<b>903.137</b>
Edificações	1.529.447	(518.560)	1.010.887	1.196.546	(355.224)	841.322
Terrenos	61.221	-	61.221	61.815	-	61.815
<b>Reavaliações de imóveis de uso</b>	<b>715.978</b>	<b>(192.466)</b>	<b>523.512</b>	<b>739.998</b>	<b>(178.338)</b>	<b>561.660</b>
Edificações	524.127	(192.466)	331.661	540.437	(178.338)	362.099
Terrenos	191.851	-	191.851	199.561	-	199.561
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>7.295.520</b>	<b>(5.026.378)</b>	<b>2.269.142</b>	<b>6.709.767</b>	<b>(4.420.524)</b>	<b>2.289.243</b>
Imobilizações em curso	23.881	-	23.881	32.401	-	32.401
Inst., móveis e equip. de uso	1.606.314	(849.561)	756.753	1.434.613	(762.772)	671.841
Sistema de comunicação	91.424	(77.158)	14.266	91.922	(74.215)	17.707
Sistema de proc.de dados	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037
Sistema de transporte e segurança	419.184	(300.369)	118.815	378.833	(261.576)	117.257
<b>Total</b>	<b>9.602.166</b>	<b>(5.737.404)</b>	<b>3.864.762</b>	<b>8.708.126</b>	<b>(4.954.086)</b>	<b>3.754.040</b>

Movimentação do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2014	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2015
<b>Imóveis de uso</b>	<b>903.137</b>	<b>7.649</b>	<b>432.301</b>	<b>(1.704)</b>	<b>(269.275)</b>	<b>1.072.108</b>
Edificações	841.322	7.278	432.301	(739)	(269.275)	1.010.887
Terrenos	61.815	371	-	(965)	-	61.221
<b>Reaval. de imóveis de uso</b>	<b>561.660</b>	<b>-</b>	<b>(122)</b>	<b>(18.171)</b>	<b>(19.855)</b>	<b>523.512</b>
Edificações	362.099	-	(98)	(10.485)	(19.855)	331.661
Terrenos	199.561	-	(24)	(7.686)	-	191.851
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>2.289.243</b>	<b>(7.416)</b>	<b>632.990</b>	<b>(1.241)</b>	<b>(644.434)</b>	<b>2.269.142</b>
Imobilizações em curso	32.401	(7.416)	57	(1.161)	-	23.881
Inst., móveis e equip. de uso	671.841	(507)	180.229	(1)	(94.809)	756.753
Sistema de comunicação	17.707	-	-	-	(3.441)	14.266
Sistema de proc.de dados	1.450.037	449	409.013	(53)	(504.019)	1.355.427
Sist. de transp./segurança	117.257	58	43.691	(26)	(42.165)	118.815
<b>Total</b>	<b>3.754.040</b>	<b>233</b>	<b>1.065.169</b>	<b>(21.116)</b>	<b>(933.564)</b>	<b>3.864.762</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 13 – Intangível**

Descrição	31/12/2015				31/12/2014			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471
Outros ativos intangíveis	366.655	(57.614)	-	309.041	370.855	(45.987)	-	324.868
Projetos logiciais - Software	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345	1.100.443	(245.336)	-	855.107
<b>Total</b>	<b>4.657.358</b>	<b>(1.403.014)</b>	<b>(6.804)</b>	<b>3.247.540</b>	<b>4.268.948</b>	<b>(1.116.334)</b>	<b>(6.168)</b>	<b>3.146.446</b>

Descrição	31/12/2014	31/12/2015			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.966.471	543.209	(58.164)	(545.362)	1.906.154
Outros ativos intangíveis	324.868	-	-	(15.827)	309.041
Projetos logiciais - Software	855.107	332.735	-	(155.497)	1.032.345
<b>Total</b>	<b>3.146.446</b>	<b>875.944</b>	<b>(58.164)</b>	<b>(716.686)</b>	<b>3.247.540</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 14 – Depósitos

## (a) Composição

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos à vista – sem remuneração	27.414.590	27.013.964
Pessoas físicas	12.800.437	12.323.481
Pessoas jurídicas	10.703.860	11.550.896
Vinculados	2.071.944	1.842.482
Governo	1.343.474	918.168
Moedas estrangeiras	54.540	11.023
Instituições do sistema financeiro	36.620	60.575
Entidades públicas	215.008	170.142
Contas encerradas	18.195	-
Outros	170.512	137.197
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	241.362.624	236.836.068
Pessoas físicas	237.999.158	234.391.366
Pessoas jurídicas	2.482.363	2.442.270
Vinculados	2.323	2.432
Contas encerradas	878.780	-
Depósitos interfinanceiros	2.426.627	3.663.877
Depósitos a prazo	168.918.281	143.055.444
Remuneração prefixada	80.156.145	66.772.385
Depósitos a prazo em moeda nacional	80.156.145	66.772.385
Remuneração pós-fixada	88.762.136	76.283.059
Depósitos a prazo em moeda nacional	26.730.337	22.826.263
Depósitos judiciais com remuneração	62.031.799	53.456.796
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.540.011	8.476.386
Sem remuneração	271.022	263.759
Remuneração prefixada	557.968	494.003
Remuneração pós-fixada	13.711.021	7.718.624
<b>Total</b>	<b>454.662.133</b>	<b>419.045.739</b>
Passivo circulante	367.127.623	341.467.033
Passivo não circulante	87.534.510	77.578.706

## (b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos à vista	27.414.590	-	-	-	27.414.590	27.013.964
Depósitos de poupança	241.362.624	-	-	-	241.362.624	236.836.068
Depósitos interfinanceiros	-	1.813.107	240.152	373.368	2.426.627	3.663.877
Depósitos a prazo	62.057.328	6.518.604	13.181.207	87.161.142	168.918.281	143.055.444
CDB	11.943	6.518.604	13.181.207	87.161.142	106.872.896	89.583.966
Depósitos judiciais	62.031.799	-	-	-	62.031.799	53.456.796
Outros	13.586	-	-	-	13.586	14.682
Depósitos especiais e de fundos e programas	14.540.011	-	-	-	14.540.011	8.476.386
<b>Total</b>	<b>345.374.553</b>	<b>8.331.711</b>	<b>13.421.359</b>	<b>87.534.510</b>	<b>454.662.133</b>	<b>419.045.739</b>



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Despesas de captações com depósitos**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(9.184.163)	(17.355.821)	(7.685.242)	(14.517.622)
Depósitos interfinanceiros	(139.143)	(271.511)	(186.586)	(295.465)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(7.090.586)	(12.455.367)	(4.678.257)	(8.324.735)
Depósitos judiciais	(2.044.744)	(3.685.038)	(1.438.818)	(2.682.538)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(878.018)	(1.525.007)	(542.655)	(1.063.910)
Outras captações	(356.167)	(695.448)	(311.209)	(589.046)
<b>Total</b>	<b>(19.692.821)</b>	<b>(35.988.192)</b>	<b>(14.842.767)</b>	<b>(27.473.316)</b>

**(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	8.569.202	2.901.111
Depósitos - Especiais com remuneração	2.064.505	1.824.348
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.553.768	1.763.026
Depósitos – FISANE	9.722	9.010
Depósitos – PRODEC	56.088	52.047
Programa de Integração Social – PIS	150.246	22.671
Fundo Garantia Safra – FGS	22.768	9.083
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	104.815	69.166
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	426.318	383.860
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.107	7.945
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	8.050	10.447
Depósitos – PREVHAB	701.267	623.966
Saúde CAIXA	271.022	263.759
Outros	594.133	535.947
<b>Total</b>	<b>14.540.011</b>	<b>8.476.386</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	Taxa de Remuneração	2015		2014	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(490.380)	(856.840)	(272.544)	(558.091)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(58.905)	(110.216)	(49.298)	(95.128)
Depósitos - FISANE	TR	(386)	(712)	(303)	(582)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(2.205)	(4.041)	(1.760)	(2.409)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(71.671)	(112.679)	(27.216)	(50.924)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(3.406)	(4.811)	(2.116)	(3.141)
Depósitos - FAR	Selic	(24.966)	(26.764)	(20.295)	(36.234)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(28.339)	(51.732)	(20.969)	(39.376)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(24.074)	(43.396)	(16.978)	(31.333)
Depósitos - FAS	TR	(102)	(147)	(51)	(76)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(45.437)	(82.441)	(33.179)	(61.600)
Depósitos - Caução	TR	(8.222)	(13.298)	(5.052)	(8.145)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(30.337)	(53.604)	(22.149)	(41.457)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(32.608)	(60.790)	(31.177)	(56.248)
Outros		(56.980)	(103.536)	(39.568)	(79.166)
<b>Total</b>		<b>(878.018)</b>	<b>(1.525.007)</b>	<b>(542.655)</b>	<b>(1.063.910)</b>

**(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT**

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/12/2015			31/12/2014		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					159.585	1.319.488	1.479.073	462.236	1.226.330	1.688.566
Proger urbano					96.290	1.021.184	1.117.474	374.230	844.004	1.218.234
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005		96.290	1.021.184	1.117.474	374.230	844.004	1.218.234
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007		-	-	-	-	-	-
FAT infraestrutura					62.920	293.584	356.504	64.789	378.609	443.398
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008		62.920	293.584	356.504	64.789	378.609	443.398
FAT – PNMP					375	4.720	5.095	23.217	3.717	26.934
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007		375	4.720	5.095	23.217	3.717	26.934
Linhas de crédito especiais					417	74.278	74.695	300	74.160	74.460
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005		417	74.278	74.695	300	74.160	74.460
<b>Total</b>					<b>160.002</b>	<b>1.393.766</b>	<b>1.553.768</b>	<b>462.536</b>	<b>1.300.490</b>	<b>1.763.026</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 15 – Captações no mercado aberto**
**(a) Composição**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Carteira própria (1)</b>	<b>94.785.099</b>	<b>76.689.005</b>
Letras financeiras do tesouro	42.991	-
Letras do tesouro nacional	64.294.891	41.115.381
Notas do tesouro nacional	22.689.765	27.661.569
Debêntures	7.285.266	7.380.696
Certificados de recebíveis imobiliários	472.186	531.359
Letras de crédito imobiliário	-	-
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>99.476.122</b>	<b>96.080.879</b>
Letras financeiras do tesouro	-	6.876.951
Letras do tesouro nacional	30.798.362	34.742.305
Notas do tesouro nacional	68.677.760	54.461.623
<b>Total</b>	<b>194.261.221</b>	<b>172.769.884</b>
Passivo circulante	186.597.458	165.935.128
Passivo não circulante	7.663.763	6.834.756

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

**(b) Despesas de captações no mercado aberto**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(6.192.813)	(10.897.047)	(4.134.591)	(7.366.824)
Carteira de terceiros	(6.128.112)	(11.712.800)	(6.064.102)	(10.161.535)
Carteira de livre movimentação	(18.083)	(37.822)	(114.669)	(114.669)
<b>Total</b>	<b>(12.339.008)</b>	<b>(22.647.669)</b>	<b>(10.313.362)</b>	<b>(17.643.028)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos**
**(a) Recursos de letras**

Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2015	31/12/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	687.723	687.723	622.177
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	15.029	15.029	13.522
Letra hipotecária	TR	-	-	-	-	-	1.842
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	-	9.962	9.962	9.011
Letra imobiliária	CDI	12.350.695	15.081.699	31.547.648	52.241.692	111.221.734	86.641.772
Letra financeira	CDI	9.071.460	3.215.465	19.682.275	7.701.066	39.670.266	37.075.325
Letra financeira	IPCA	-	-	-	1.052.891	1.052.891	800.129
Letra de crédito do agronegócio	CDI	61.604	119.330	368.613	480.263	1.029.810	1.807.449
<b>Total</b>		<b>21.483.759</b>	<b>18.416.494</b>	<b>51.598.536</b>	<b>62.188.626</b>	<b>153.687.415</b>	<b>126.971.227</b>
Passivo circulante						91.498.789	45.743.859
Passivo não circulante						62.188.626	81.227.368

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Despesas com recursos de letras**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras imobiliárias	(6.433.736)	(11.520.911)	(3.722.380)	(6.294.664)
Letras hipotecárias	(73.200)	(132.914)	(43.150)	(90.118)
Letras financeiras	(2.883.423)	(5.381.560)	(2.012.100)	(3.481.578)
Letras de crédito do agronegócio	(107.238)	(211.088)	(118.870)	(234.926)
<b>Total</b>	<b>(9.497.597)</b>	<b>(17.246.473)</b>	<b>(5.896.500)</b>	<b>(10.101.286)</b>

**(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada (Nota 18 (d1)), cujas características são apresentadas a seguir:

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2015	31/12/2014
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.865.055	2.519.469
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.812.940	1.259.734
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.947.455	3.424.702
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	5.077.494	3.573.945
<b>Total</b>						<b>15.702.944</b>	<b>10.777.850</b>

(1) Valores em US\$.

**(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(3.398.731)	(5.572.970)	(2.062.307)	(1.931.254)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(446.429)	(742.047)	(263.776)	(263.775)
<b>Total</b>	<b>(3.845.160)</b>	<b>(6.315.017)</b>	<b>(2.326.083)</b>	<b>(2.195.029)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Repasse no país	207.682.167	177.431.598
FGTS	172.210.084	145.033.444
BNDES	32.377.811	29.705.446
Tesouro Nacional – PIS	678.164	780.580
Fundo Marinha Mercante	2.228.930	1.838.426
Outras instituições	187.178	73.702
Repasse no exterior	59.184	-
Empréstimos no exterior	14.337.557	5.450.039
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	4.726.401	2.020.285
Demais linhas de crédito	9.611.156	3.429.754
<b>Total de obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>222.078.908</b>	<b>182.881.637</b>
Passivo circulante	8.783.700	7.009.426
Passivo não circulante	213.295.208	175.872.211

## (a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,11 % ao ano (habitação 4,99 %, infraestrutura 5,89 % e saneamento 6,21 %) e prazo remanescente de retorno com média de 20 anos (habitação 21, infraestrutura 20 e saneamento 14).

## (b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% ao ano, acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

## (c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 4,5273% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2018. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 2,6310% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2016.

## (d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Repasse no país	(8.097.199)	(14.972.302)	(6.320.672)	(11.701.946)
FGTS	(6.810.791)	(12.365.417)	(5.288.106)	(9.790.907)
BNDES	(1.160.274)	(2.041.215)	(762.199)	(1.562.852)
Tesouro Nacional – PIS	(29.556)	(54.912)	(26.940)	(49.895)
Fundo Marinha Mercante	(54.343)	(435.237)	(195.418)	(219.845)
Outras instituições	(42.235)	(75.521)	(48.009)	(78.447)
Repasse no exterior	(25.655)	(25.655)	-	-
Empréstimos no exterior	(2.558.652)	(3.417.278)	(825.854)	(673.032)
<b>Total</b>	<b>(10.681.506)</b>	<b>(18.415.235)</b>	<b>(7.146.526)</b>	<b>(12.374.978)</b>



## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 18 – Outras obrigações

## (a) Composição

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	353.726	342.884
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	104.235	342.662
Sociais e estatutárias	2.933.544	1.874.197
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	3.232.649	2.188.492
Negociação e intermediação de valores	3.073	70.597
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	12.222.859	10.107.859
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.799.266	1.900.636
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	24.118.921	20.177.205
Diversas (Nota 18 (e))	53.282.405	51.219.349
<b>Total</b>	<b>98.050.678</b>	<b>88.223.881</b>
Passivo circulante	58.999.929	58.929.801
Passivo não circulante	39.050.749	29.294.080

## (b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Tributos sobre salários a recolher	438.803	420.826
Tributos sobre serviços a recolher	415.575	244.495
Tributos sobre lucros a recolher	184.376	280.632
Imposto de renda	14.413	98.780
Contribuição social	3.647	43.032
COFINS	146.571	119.216
PASEP	19.745	19.604
Tributos diferidos	2.026.544	1.078.575
Reavaliação – edificações	127.238	144.104
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	264.045	273.846
Contratos futuros	1.635.261	627.790
Tarifas a receber da União	-	32.835
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	167.351	163.964
<b>Total</b>	<b>3.232.649</b>	<b>2.188.492</b>
Passivo circulante	3.105.411	2.044.388
Passivo não circulante	127.238	144.104

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Recursos para destinação específica**

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fundos e programas sociais	9.305.546	8.074.813
FGTS	4.777.286	4.100.400
Minha Casa Minha Vida	3.919.855	2.876.925
Programa de subsídio à habitação (PSH)	295.477	281.990
Programas de transferência de renda	195.751	140.812
Outros fundos e programas	117.177	674.686
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.509.771	549.281
PIS	1.258.833	497.803
FAT	249.494	50.060
FINSOCIAL	1.444	1.418
Operações com loterias	1.407.542	1.483.765
<b>Total</b>	<b>12.222.859</b>	<b>10.107.859</b>

**(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital****(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

**Instrumento de Dívida Subordinada – IDS**

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

**Letras Financeiras Subordinadas – LFS**

Em 2015, a CAIXA captou R\$ 6.000 em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 31/12/2015	Saldo devedor 31/12/2014
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.577.663	(2.405.972)	3.611.408	4.404.309
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	995.860	-	3.995.860	3.708.587
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	668.116	-	3.668.116	3.434.019
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	246.532	-	3.246.532	3.007.518
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	271.464	-	4.271.464	4.000.000
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	56.866	-	3.056.866	-
Letra Financeira elegível – Nível II							
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	2.265	-	12.265	10.699
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	3.753	-	21.153	18.451
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	235	-	1.735	1.513
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	51.919	-	251.919	213.388
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	179	-	1.379	-
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	174	-	1.374	-
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	362	-	2.762	-
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	169	-	1.369	-
TVM no exterior elegível – Nível II							
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	868.269	-	1.974.719	1.378.721
<b>Total</b>			<b>20.781.067</b>	<b>5.743.826</b>	<b>(2.405.972)</b>	<b>24.118.921</b>	<b>20.177.205</b>

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), menu “Sobre a Caixa”.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida**

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias nºs 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nºs 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital, perfazendo um montante de R\$ 1.799.266 em 31/12/2015 (31/12/2014 – R\$ 1.900.636).

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Diversas**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Passivos atuariais - benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	15.744.858	11.665.078
Saúde Caixa	12.068.398	9.346.949
Auxílio e cesta alimentação	1.097.455	861.147
Planos de benefícios - previdência privada	2.579.005	1.456.982
Provisões para pagamentos a efetuar	4.429.195	4.099.103
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	14.655.218	15.289.661
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.860.506	2.836.810
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.030.517	2.575.029
Financiamentos imobiliários a liberar	3.777.476	7.926.702
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	1.306	60.531
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.392.832	5.496.219
Obrigações por convênios	710.351	622.597
Obrigações por contribuições ao SFH	28.211	67.681
Recursos do FGTS para amortizações	682.954	450.660
Valores a pagar a sociedades ligadas (3)	965.690	129.189
Credores diversos exterior	3.291	89
<b>Total</b>	<b>53.282.405</b>	<b>51.219.349</b>

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008
- (3) Variação apresentada em 2015 refere-se a incremento da obrigação vinculada à aquisições de carteiras de crédito sem coobrigação com o Banco PAN.

**(f) Credores diversos – País**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cartões de crédito	7.126.843	7.328.476
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	40.909	59.256
Fornecedores	952.810	885.967
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	477.028	536.121
Crédito comercial – repasses	187.549	153.984
Crédito imobiliário – repasses	863.872	961.460
Obrigações com a União – repasses	45.777	41.607
Outros credores – poupança simplificada	500.121	500.195
Contas a pagar	141.894	158.468
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	59.673	54.695
Valores a restituir – penhor	91.445	144.601
Valores a apropriar (2)	3.953.131	4.152.811
Outros credores diversos	214.166	312.020
<b>Total</b>	<b>14.655.218</b>	<b>15.289.661</b>

- (1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
- (2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 19 – Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

**(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	31/12/2015	31/12/2014
Contrato 348	7.411.895	7.303.701
Contrato 504	7.564.073	7.453.659
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
<b>Total</b>	<b>36.086.566</b>	<b>35.867.958</b>

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2015 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2014. A atualização monetária referente à competência 2015 será incorporada em 2016, após o pagamento dos juros remuneratórios deste exercício.

**(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)**

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 14,43% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Reservas de reavaliação e de lucros**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de Reavaliação	400.384	408.392
Reservas de Lucros	9.269.290	6.873.097
Reserva legal	2.617.409	2.325.326
Reserva estatutária – loterias	2.782.368	2.159.653
Reservas margem operacional	3.869.513	2.388.118

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 1.757.678 (31/12/2014 – R\$ 1.298.566) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 703.072 no exercício de 2015 (R\$ 519.428 no exercício 2014).

Em 2015, foi repassado à União os montantes de R\$ 1.072.774 a título de dividendos complementares do exercício de 2014 (R\$ 29.421 correspondente à atualização monetária) e de R\$ 2.414.154 a título de dividendos (R\$ 1.510.064) e JCP (R\$ 816.147) antecipados do exercício 2015, sendo a atualização monetária sobre os valores antecipados de R\$ 87.943.



## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)****(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tributos Correntes	468.637	(224.635)	(38.792)	(915.390)
Tributos Diferidos	4.715.237	8.143.197	2.020.109	3.181.757
Passivo Fiscal Diferido	(1.010.591)	(915.804)	(268.554)	211.248
Ativo Fiscal Diferido	5.725.828	9.059.001	2.288.663	2.970.509
Diferenças Temporárias - constituição / realização	5.497.048	9.124.507	2.299.762	3.530.975
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (1)	141.194	(41.186)	(7.433)	(439.847)
CSLL - MP 2.158-35/01	87.586	(24.320)	(3.666)	(120.619)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>5.183.874</b>	<b>7.918.562</b>	<b>1.981.317</b>	<b>2.266.367</b>

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

**(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL**

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>(673.703)</b>	<b>509.807</b>	<b>2.564.014</b>	<b>6.020.228</b>
Encargo IRPJ e CSLL	269.498	(203.899)	(1.025.593)	(2.408.067)
Efeitos tributários adições e exclusões	(92.148)	(1.193.844)	392.523	(6.799)
Juros sobre o capital próprio	376.613	703.072	496.418	797.500
Participação em coligadas e controladas	(5.965)	142.237	131.965	250.158
Outros	(79.361)	327.799	(34.105)	451.818
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	<b>468.637</b>	<b>(224.635)</b>	<b>(38.792)</b>	<b>(915.390)</b>

**(c) Passivo fiscal diferido**

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesa diferida/marcação a mercado	1.678.516	769.940
Outros	127.238	144.416
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>1.805.754</b>	<b>914.356</b>

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesa diferida/marcação a mercado	220.791	164.125
Outros	-	94
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>220.791</b>	<b>164.219</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL				
Descrição	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
<b>Diferenças temporárias: (1)</b>	<b>21.012.647</b>	<b>28.004.104</b>	<b>(18.879.596)</b>	<b>30.137.155</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.734.285	22.601.444	(17.443.754)	18.891.975
Passivos atuariais	2.303.774	1.683.746	(170.717)	3.816.803
Provisões trabalhistas	1.134.723	603.716	(1.212)	1.737.227
Provisões cíveis	1.125.286	453.344	(199.080)	1.379.550
Provisões fiscais	49.808	17.593	(10.324)	57.077
Ajuste a valor de mercado de títulos para negociação	654.647	1.032.195	(52.363)	1.634.479
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.970	23.926	(2.790)	34.106
Outros	1.997.154	1.588.140	(999.356)	2.585.938
<b>Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:</b>	<b>1.680.031</b>	<b>-</b>	<b>(65.505)</b>	<b>1.614.526</b>
Prejuízo fiscal a realizar	1.556.090	-	(41.186)	1.514.904
CSLL - MP 2.158-35/01 (1)	123.941	-	(24.319)	99.622
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>22.692.678</b>	<b>28.004.104</b>	<b>(18.945.101)</b>	<b>31.751.681</b>
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis p/ venda	965.512	499.569	-	1.465.081
Perdas atuariais CPC 33	1.337.990	1.014.890	-	2.352.880
<b>Total dos créditos com impacto no patrim. líquido</b>	<b>2.303.502</b>	<b>1.514.459</b>	<b>-</b>	<b>3.817.961</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>24.996.180</b>	<b>29.518.563</b>	<b>(18.945.101)</b>	<b>35.569.642</b>
<b>Total dos créditos não constituídos</b>	<b>1.586.238</b>	<b>-</b>	<b>(575.104)</b>	<b>1.011.134</b>

- (1) Inclui o montante de R\$ 2.374.879 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº. 13.169/15.

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS				
Descrição	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>75.715</b>	<b>99.296</b>	<b>-</b>	<b>175.011</b>
Ajuste a mercado	75.715	99.296	-	175.011
<b>Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido</b>	<b>117.715</b>	<b>41.059</b>	<b>-</b>	<b>158.774</b>
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	117.715	41.059	-	158.774
<b>Total</b>	<b>193.430</b>	<b>140.355</b>	<b>-</b>	<b>333.785</b>

## (e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2015 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2016	1.514.904	99.622	15.706.258	17.320.784
2017	-	-	8.593.677	8.593.677
2018	-	-	1.334.524	1.334.524
2019	-	-	1.913.658	1.913.658
2020	-	-	671.594	671.594
2021	-	-	659.194	659.194
2022 a 2025	-	-	5.409.996	5.409.996
<b>Total</b>	<b>1.514.904</b>	<b>99.622</b>	<b>34.288.901</b>	<b>35.903.427</b>
Valor Presente	1.498.273	98.528	29.755.678	31.352.479

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	45.841.182	86.600.379	35.919.247	66.348.709
Operações compromissadas	9.177.409	16.961.293	7.673.076	12.377.999
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.751.670	7.562.206	3.919.323	8.556.363
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.316.160	2.094.147	967.894	1.777.124
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.619.912	7.241.492	2.508.168	5.367.628
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.855.422	8.874.051	2.352.989	1.460.518
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	5.083.022	9.192.461	3.876.248	7.308.196
Créditos vinculados ao SFH	1.211.383	2.242.656	817.377	1.628.112
Resultado de operações de câmbio	1.755.227	2.691.087	1.267.408	1.027.385
Outras	590.496	1.012.013	375.450	984.993
<b>Total</b>	<b>78.201.883</b>	<b>144.471.785</b>	<b>59.677.180</b>	<b>106.837.027</b>

## Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(28.173.258)	(51.438.148)	(20.010.025)	(36.215.227)
Operações com instituições financeiras	(139.143)	(271.511)	(186.586)	(295.466)
Operações compromissadas	(12.339.007)	(22.647.668)	(10.313.363)	(17.643.028)
TVM no exterior - sem subordinação	(3.398.731)	(5.572.970)	(2.062.307)	(1.931.253)
TVM no exterior - com subordinação	(446.429)	(742.047)	(263.776)	(263.776)
Empréstimos, cessões e repasses	(10.681.506)	(18.415.235)	(7.146.526)	(12.374.978)
Depósitos especiais e fundos e programas	(878.018)	(1.525.007)	(542.655)	(1.063.909)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.074.089)	(19.657.016)	(6.725.992)	(13.155.661)
Operações de venda ou de transf. de ativos financ.	(1.298.111)	(2.815.517)	(2.348.044)	(2.529.252)
<b>Total</b>	<b>(67.428.292)</b>	<b>(123.085.119)</b>	<b>(49.599.274)</b>	<b>(85.472.550)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

## a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	<b>3.552.413</b>	<b>6.746.387</b>	3.182.349	5.985.010
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.252.323	4.395.989	1.999.674	3.903.141
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	72.990	136.939	71.312	128.650
Programa de Integração Social (PIS)	95.942	118.352	105.674	127.917
Loterias Federais	848.820	1.443.206	750.464	1.319.428
Financiamento Estudantil - (FIES)	211.333	420.125	154.409	282.359
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	25.754	59.353	35.190	73.695
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	22.068	118.149	36.931	88.452
Seguro-desemprego	23.037	52.699	28.153	59.630
Outros	146	1.575	542	1.738
Rendas de cartões	771.879	1.534.619	784.390	1.515.419
Operações de crédito e garantias prestadas	1.001.883	1.982.477	980.183	1.820.146
Cobrança	349.971	684.586	324.838	637.623
Arrecadações	1.231.986	2.416.853	1.130.094	2.279.241
Fundos de investimentos e carteiras administradas	750.221	1.453.056	743.828	1.443.469
Conta corrente	202.196	330.616	110.994	165.610
Programa de Transferência de Renda	179.595	349.640	180.091	363.112
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	18.895	36.879	20.134	182.298
Prestados a ligadas	254.459	545.595	260.825	384.774
Outros serviços	256.547	437.928	163.651	327.975
<b>Total</b>	<b>8.570.045</b>	<b>16.518.636</b>	<b>7.881.377</b>	<b>15.104.677</b>

## b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	271.969	578.374	280.846	494.111
Operações de crédito e cadastro	562.664	1.066.436	461.185	876.678
Pacote de serviços	981.637	1.833.679	720.572	1.389.866
Contas de depósito	253.524	463.088	193.401	358.030
Transferência de recursos	108.885	206.486	90.428	165.614
Outras	37.575	48.246	8.212	15.344
<b>Total</b>	<b>2.216.254</b>	<b>4.196.309</b>	<b>1.754.644</b>	<b>3.299.643</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(6.505.800)	(12.608.225)	(5.845.044)	(11.160.290)
Salários e proventos	(5.800.707)	(11.398.036)	(5.381.525)	(10.375.417)
Indenizações trabalhistas	(705.093)	(1.210.189)	(463.519)	(784.873)
Benefícios	(1.182.629)	(2.377.275)	(1.184.016)	(2.242.878)
Encargos sociais:	(2.358.083)	(4.605.569)	(2.214.182)	(4.279.970)
FGTS	(438.870)	(858.112)	(409.157)	(791.902)
Previdência social	(1.350.223)	(2.647.483)	(1.256.787)	(2.437.335)
Prev. complementar	(422.649)	(827.555)	(408.668)	(797.690)
Outros encargos	(146.341)	(272.419)	(139.570)	(253.043)
Outros	(85.882)	(165.966)	(98.754)	(189.465)
<b>Total</b>	<b>(10.132.394)</b>	<b>(19.757.035)</b>	<b>(9.341.996)</b>	<b>(17.872.603)</b>

## Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(275.115)	(589.812)	(355.285)	(685.214)
Manutenção e conservação de bens	(462.066)	(901.807)	(462.992)	(903.255)
Água e energia	(223.726)	(447.210)	(157.708)	(321.338)
Aluguéis e arrendamento de bens	(725.256)	(1.458.044)	(687.259)	(1.338.378)
Despesas de material	(74.122)	(178.180)	(84.601)	(187.853)
Processamento de dados	(738.246)	(1.435.875)	(656.528)	(1.230.373)
Promoções e relações públicas	(189.894)	(372.280)	(186.846)	(354.104)
Propaganda e publicidade	(238.104)	(379.490)	(284.976)	(516.746)
Serviços do sistema financeiro	(268.089)	(516.953)	(228.490)	(429.917)
Serviços de terceiros	(868.197)	(1.700.434)	(773.733)	(1.556.197)
Serviços especializados	(321.980)	(654.298)	(353.909)	(672.951)
Serviços de vigilância e segurança	(410.426)	(800.955)	(423.003)	(869.301)
Amortização	(383.033)	(716.686)	(324.398)	(648.601)
Depreciação	(464.466)	(933.564)	(427.628)	(825.651)
Outras administrativas	(255.824)	(443.415)	(204.089)	(379.709)
<b>Total</b>	<b>(5.898.544)</b>	<b>(11.529.003)</b>	<b>(5.611.445)</b>	<b>(10.919.588)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	153.162	346.027	25.300	509.687
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	1.977.978	3.846.070	2.158.346	3.917.835
Recuperação de despesas	679.919	1.346.949	1.696.574	2.293.954
Reversão de outras provisões operacionais	227.399	1.162.070	1.336.851	2.284.986
Atualização de depósitos em garantia	473.712	881.010	377.399	706.439
Rendas de créditos específicos	48.657	88.390	35.450	66.444
Receita de deságio na aquisição de royalties	10.146	13.191	1.349	77.530
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (1)	7.460	116.597	172.355	405.370
Atualização monetária sobre operações diversas (2)	115.785	468.262	10.679	32.106
Outras receitas operacionais	446.595	818.028	479.138	865.860
<b>Total</b>	<b>4.140.813</b>	<b>9.086.594</b>	<b>6.293.441</b>	<b>11.160.211</b>

(1) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014;

(2) Variação em 2015 refere-se essencialmente à atualização monetária de valores a receber pela prestação de serviços ao OGU.

## Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(287.814)	(395.307)	(352.683)	(545.486)
Obrigações com fundos e programas	(432.396)	(979.851)	(980.068)	(1.239.418)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(182.919)	(305.629)	(328.830)	(1.232.845)
Despesas com cartão	(478.625)	(1.147.789)	(742.429)	(1.298.523)
Despesas com loterias	(100.223)	(213.122)	(115.276)	(214.563)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.053.894)	(2.201.820)	(1.152.844)	(2.175.340)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(239.272)	(492.321)	(243.852)	(490.358)
Serviços automatizados	(184.512)	(344.814)	(147.950)	(282.354)
Alavancagem de negócios	(365.872)	(613.179)	(259.427)	(434.229)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	-	-	(156.820)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(279.994)	(609.205)	(348.572)	(674.190)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(215.191)	(397.724)	(146.368)	(274.548)
Descontos de operações de crédito	(191.647)	(651.729)	(420.272)	(560.654)
Desp. com operações de fomento – atualização monetária	(80.515)	(305.673)	(157.176)	(244.930)
Provisões operacionais (1)	(1.062.796)	(1.600.582)	(337.975)	(608.864)
Provisão para causas judiciais	(1.006.639)	(1.843.712)	(394.495)	(879.801)
Condenações judiciais	(67.634)	(99.162)	(106.372)	(209.520)
Benefícios sociais	(110.241)	(177.225)	(39.198)	(64.150)
Benefício pós-emprego	(961.582)	(1.700.218)	(419.290)	(838.586)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	-	(108.257)	-	-
Ajustes operacionais em operações de crédito (2)	(1.032.438)	(1.034.033)	(24.028)	(24.028)
Outras	(479.966)	(988.996)	(355.478)	(798.902)
<b>Total</b>	<b>(8.814.170)</b>	<b>(16.210.348)</b>	<b>(7.072.583)</b>	<b>(13.248.109)</b>

(1) Variação apresentada em 2015 refere-se à mudança de estimativa para cálculo da taxa de performance prevista nos contratos de aquisição de carteiras de crédito com o Banco PAN.

(2) Variação apresentada em 2015 refere-se à correção do valor de dívida de operações de crédito que estavam com atualização de encargos de atraso em desacordo com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999. Este acréscimo de despesa é anulado pela receita com reversão de provisões para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8 (i)).

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>109.250</b>	<b>232.196</b>	<b>103.823</b>	<b>208.984</b>
Lucro na alienação de valores e bens	39.649	76.008	37.373	80.608
Alienação de bens imóveis	13.315	26.905	11.078	24.626
Sobras de caixa não reclamadas	25.109	51.151	24.591	49.412
Multas e penalidades	10.666	21.718	18.334	36.908
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	1.185	24.181	2.031	2.090
Recuperação de perdas com fraudes	4.146	11.758	4.774	6.729
Outras rendas não operacionais	15.180	20.475	5.642	8.611
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(502.565)</b>	<b>(878.215)</b>	<b>(432.583)</b>	<b>(823.634)</b>
Desvalorização de outros valores e bens	(47.680)	(61.043)	(67.248)	(76.640)
Indenizações por perdas e danos	(156.183)	(267.348)	(90.804)	(199.885)
Perdas em imóveis	(22.716)	(52.541)	(22.335)	(46.109)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(74.263)	(182.322)	(150.532)	(249.853)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(11.594)	(27.008)	(14.523)	(24.406)
Perdas em cartões de crédito	(2.374)	(54.142)	(45.612)	(78.640)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo	(135.900)	(165.888)	(12.506)	(109.624)
Outras despesas não operacionais	(51.855)	(67.923)	(29.023)	(38.477)
<b>Total</b>	<b>(393.315)</b>	<b>(646.019)</b>	<b>(328.760)</b>	<b>(614.650)</b>

## Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(1.221.079)	(2.357.521)	(989.899)	(1.988.188)
PIS/PASEP	(196.110)	(381.138)	(161.158)	(323.383)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(304.602)	(616.274)	(270.052)	(503.845)
Despesas com IPTU	(10.604)	(67.190)	(4.523)	(57.718)
Outras	(35.931)	(56.861)	(22.174)	(26.152)
<b>Total</b>	<b>(1.768.326)</b>	<b>(3.478.984)</b>	<b>(1.447.806)</b>	<b>(2.899.286)</b>



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias****Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

**Provisões e passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

**(a) Risco Provável:**

Descrição	31/12/2014	Movimentação em 2015					31/12/2015
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	163.964	11.312	10.697	24.860	(40.791)	(2.691)	167.351
INSS	19.668	4.413	1.716	57	(83)	-	25.771
ISS	102.480	5.169	5.810	22.510	(35.663)	(2.641)	97.665
Outros	41.816	1.730	3.171	2.293	(5.045)	(50)	43.915
Cíveis (Nota 18 (e))	2.575.029	421.597	149.876	658.299	(726.202)	(48.082)	3.030.517
Perdas e danos	832.693	304.885	55.695	84.307	(478.687)	(46.810)	752.083
Poupança	882.507	80.391	8.095	481.866	(174.865)	(1.270)	1.276.724
Loterias	15.474	56	1.338	140	(6.767)	(2)	10.239
Crédito imobiliário	108.033	812	10.530	1.160	(15.266)	-	105.269
Contingenciamento do FGTS	736.322	35.453	74.218	90.826	(50.617)	-	886.202
Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.836.810	595.546	182.823	869.610	(586.997)	(37.286)	3.860.506
<b>Total</b>	<b>5.575.803</b>	<b>1.028.455</b>	<b>343.396</b>	<b>1.552.769</b>	<b>(1.353.990)</b>	<b>(88.059)</b>	<b>7.058.374</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31 de dezembro de 2015, correspondem ao total de R\$ 1.496.712 (31/12/2014 – R\$ 1.467.472), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 25.771 (31/12/2014 – 19.668).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao montante de R\$ 506.743 (31/12/2014 – 556.402).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 97.665 (31/12/2014 – 102.480).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 02 processos de PER/DCOMP não homologados no valor de R\$ 7.795 (31/12/2014 – 7.054), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

**(ii) Ações trabalhistas**

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2015 constavam 65.418 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 62.405 “não relevantes” e 3.013 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iii) Ações cíveis**

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2015 constavam 326.850 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 325.778 “não relevantes” e 1.072 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de dezembro de 2015 foi provisionado R\$ 1.276.724 para estes processos.

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 para estes processos foi de R\$ 886.202.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2015, a CAIXA realizou 49.949 acordos processuais (70% referentes a ações indenizatórias e 30% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas; do contrário, poderia inviabilizar a realização de acordos.

**(b) Risco possível**

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Demandas fiscais	5.631.847	5.512.106
Demandas cíveis	1.454.784	1.318.151
<b>Total</b>	<b>7.086.631</b>	<b>6.830.257</b>

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.631.847, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 - R\$ 5.512.106), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 82.772 (31/12/2014 – R\$ 76.303), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.621.164, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 4.491.551), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 206.921, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 199.801), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 155.923, em 31 de dezembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 147.465), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 233.211 (31/12/2014 – R\$ 218.672), em 31 de dezembro de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

**(ii) Ações cíveis**

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.454.784 (31/12/2014 - R\$ 1.318.151) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

**(c) Composição dos depósitos judiciais:**

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Demandas Fiscais	9.997.452	9.317.717
Demandas Cíveis	917.780	738.601
Demandas Trabalhistas	2.795.947	2.569.258
<b>Total</b>	<b>13.711.179</b>	<b>12.625.576</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 31 – Partes relacionadas****(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**(b) Partes Relacionadas**

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
União (1)	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade Participações S.A. (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (3)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Elo Serviços S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Inclui os fundos e programas sociais e as entidades sob controle comum da União.

(2) As transações realizadas com essa entidade são eliminações quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que essa entidade é integrante do consolidado.

(3) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

**(c) Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.

A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

### Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
<b>ATIVO:</b>	<b>2.697.966</b>	<b>25.190.678</b>	-	<b>3.779.937</b>	<b>16.127.393</b>	-
Aplicações em dep. interfinanceiros	-	9.691.758	-	-	5.854.505	-
Rendas a receber	1.830.660	25.299	-	2.125.658	28.045	-
Operações de crédito	26.732	-	-	902.094	-	-
Créditos adquiridos	-	15.473.621	-	-	10.244.843	-
Outros créditos	840.574	-	-	752.185	-	-
<b>PASSIVO:</b>	<b>37.204.591</b>	<b>1.158.220</b>	<b>1.630</b>	<b>33.135.140</b>	<b>181.253</b>	<b>1.562</b>
Depósitos	244.556	718	1.630	181.221	10.951	1.562
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais (2)	35.286.937	-	-	32.326.599	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais (3)	118.650	-	-	37.465	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento (3)	1.509.771	-	-	549.281	-	-
Obrigações diversas	44.677	1.157.502	-	40.574	170.302	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Foi acrescentado em 2014 no grupo Controladora o valor de R\$ 32.323.720, referente ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Integração Social (PIS), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Fundo Marinha Mercante (FMM). O valor divulgado em 2014 de R\$ 2.879 referia-se apenas a União.

(3) Valores do grupo Controladora não apresentados em 2014.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2º semestre - 2015			2º semestre - 2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
<b>RECEITAS:</b>	<b>71.089</b>	<b>793.807</b>	<b>-</b>	<b>72.856</b>	<b>591.314</b>	<b>-</b>
Rdas. dep. Interfinanceiros	-	539.893	-	-	310.355	-
Rendas prest. Serviços	22.432	253.914	-	37.406	280.959	-
Rendas de operações de crédito	-	-	-	-	-	-
Outras rec. Operacionais	48.657	-	-	35.450	-	-
<b>DESPESAS:</b>	<b>(2.393)</b>	<b>(818.572)</b>	<b>(456.159)</b>	<b>(2.025)</b>	<b>(221.654)</b>	<b>(443.031)</b>
Despesas de captação	-	-	-	-	-	-
Despesas de pessoal (2)	-	-	(422.627)	-	-	(408.603)
Despesas administrativas - aluguéis	-	-	(33.532)	-	-	(34.428)
Outras despesas operacionais	(2.393)	(818.572)	-	(2.025)	(221.654)	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Valor do grupo Outras Entidades não apresentados em 2014.

Descrição	Exercício - 2015			Exercício - 2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
<b>RECEITAS:</b>	<b>207.336</b>	<b>1.465.294</b>	<b>-</b>	<b>156.225</b>	<b>1.167.966</b>	<b>-</b>
Rdas. dep. Interfinanceiros	-	920.796	-	-	600.894	-
Rendas prest. Serviços	118.946	544.498	-	89.781	567.072	-
Rendas de operações de crédito	-	-	-	-	-	-
Outras rec. Operacionais	88.390	-	-	66.444	-	-
<b>DESPESAS:</b>	<b>(4.423)</b>	<b>(1.011.661)</b>	<b>(876.501)</b>	<b>(4.113)</b>	<b>(221.654)</b>	<b>(861.383)</b>
Despesas de captação	-	-	-	-	-	-
Despesas de pessoal (2)	-	-	(827.492)	-	-	(797.547)
Despesas administrativas - aluguéis	-	-	(49.009)	-	-	(63.836)
Outras despesas operacionais	(4.423)	(1.011.661)	-	(4.113)	(221.654)	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Valor do grupo Outras Entidades não apresentados em 2014.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2015		2014	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	<b>14.806</b>	<b>34.720</b>	<b>15.833</b>	<b>29.473</b>
Proventos	10.978	26.058	12.214	22.342
Encargos Sociais	3.828	8.662	3.619	7.131

Descrição	31/12/2015 (valores em R\$)		31/12/2014 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	53.266,87	36.901,00	50.973,08	33.532,00
Salário médio	42.982,42	8.101,39	41.131,50	7.204,18
Menor salário	39.685,01	2.429,00	37.976,08	2.208,00
Benefícios	4.747,86	2.404,27	5.094,26	2.390,38

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 32 – Benefícios a empregados****(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo	3.020.078	2.789.963
Natureza salarial	2.500.687	2.315.831
Participação dos empregados no lucro	519.391	474.132
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	15.744.858	11.665.078
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	12.068.398	9.346.949
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.097.455	861.147
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (g.4))	2.579.005	1.456.982
<b>Total</b>	<b>18.764.936</b>	<b>14.455.041</b>

**(b) Benefícios de curto prazo:**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

**(c) Benefícios pós-emprego:**

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

No que diz respeito aos levantamentos atuariais, até 31/12/2014, a CAIXA providenciou cálculos atuarias relativos aos benefícios pós-emprego com periodicidade anual. A partir de 2015, esses cálculos passaram a ser realizados semestralmente.

**(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa**

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa ([www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

A Fundação conta ainda com grupos e comissões internos criados com objetivos específicos e instaurados por meio de Portaria da Presidência da FUNCEF (PRESI).

Quantos aos planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação, são diretamente administrados pela CAIXA.

### (e) Riscos atuariais

Dentre outros riscos, a CAIXA está exposta ao risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora dos Planos de Previdência administrados pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano) e dos planos Saúde Caixa, auxílio/cesta alimentação e assistidos PREVHAB, sob gestão direta da própria CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário.

Para dezembro de 2015 a margem de capital da CAIXA é mais do que suficiente para suportar o risco atuarial apurado.”

### (f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são gerados 50 fluxos do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (g) Planos de benefícios

A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um dos planos, inclusive os administrados pela FUNCEF:

#### (g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais.

O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 12.068.398 (31/12/2014 – R\$ 9.346.949).

#### (g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2015 a agosto de 2016 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 652,08 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2015 a agosto de 2016 é de R\$ 491,52 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.097.455 (31/12/2014 – R\$ 861.147).

#### (g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 66 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da Obrigação.

### (g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme divulgado pela Fundação dos Economizadores Federais – FUNCEF o Plano de Previdência REG/REPLAN patrocinado pela CAIXA registrou em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado.

O plano para equacionamento deste déficit acumulado seguirá a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPC nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001 deverá arcar paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

A elaboração do referido plano está em curso pela FUNCEF com implementação prevista para 2016.

### • REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

### • Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.



## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

### (h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo Dependentes)	93.523	60.939	154.462	98.190	49.789	147.979
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	15.101	15.101	-	14.421	14.421
Assistidos PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	65	65	-	67	67
REG/REPLAN	25.127	38.513	63.640	28.532	34.913	63.445
REB	7.265	705	7.970	7.562	655	8.217
Novo Plano	88.028	4.865	92.893	88.465	3.856	92.321

### (i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Nos planos onde foi observado superávit na posição de 30/06/2015, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

**(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:**

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,50% para 2016, 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023 e 1,50% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:**

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas														
Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN saldado		REG/REPLAN não saldado		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de juros (1)	13,91	12,8	14,22	12,8	14,42	12,77	14,27	12,8	14,2	12,8	14,37	12,79	14,27	12,8
Aumento anual dos salários (projeção)	-	-	-	-	-	-	N/A	N/A	9,03	8,71	10,87	10,99	9,85	8,92
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	6,47	6,19	6,47	6,19	8,41	7,81	6,47	6,19	6,47	6,19
Taxa de inflação média anual	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	14,42	12,77	14,27	12,8	14,2	12,8	14,37	12,79	14,27	12,8
Taxa de rotatividade (2)	1,08	Experiência FUNCEF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A	H - 53 M - 48	H - 53 M - 48	H - 55 M - 52	H - 55 M - 51	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52

- O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (6,47%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- Dentre as principais premissas atuariais adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:**

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VPOA <sup>1</sup> no início do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.146)	(751.678)	(49.944)	(45.520)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.780)
Custo do serviço corrente	(256.951)	(400.434)	-	-	-	-	(83.659)	(3.648)	(2.718)	(1.303)	(20.856)	(37.648)
Custo de juros	(1.291.927)	(728.632)	(122.223)	(84.876)	(5.691)	(5.239)	(5.300.051)	(4.725.790)	(32.052)	(59.913)	(79.020)	(58.521)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(30.704)	(17.694)	(181)	(371)	-	(4.483)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:												
Ajuste de experiência	958.037	(796.063)	(309.166)	(143.399)	5.988	(5.974)	(2.927.808)	(715.647)	(48.333)	304.633	(344.869)	(12.588)
Alterações premissas demográficas	(510.781)	296.766	-	(3.903)	-	174	190.595	(465.883)	3.002	(18.928)	17.081	(60.015)
Alterações premissas financeiras	(1.966.788)	(1.793.362)	90.150	30.321	4.143	2.744	4.553.854	2.464.947	37.057	16.458	117.150	73.704
Benefícios pagos pelo plano	346.961	286.531	104.930	92.388	4.388	3.871	2.985.053	1.948.985	20.176	6.573	30.830	9.912
<b>VPOA<sup>1</sup> no final do exercício</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>(41.116)</b>	<b>(49.944)</b>	<b>(42.414.665)</b>	<b>(41.801.945)</b>	<b>(277.605)</b>	<b>(254.556)</b>	<b>(861.103)</b>	<b>(581.419)</b>

 VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da Obrigação Atuarial

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:**

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	EX-PREVHAB	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2016	382.541	112.449	4.182	3.297.737	23.651	55.696
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2017	402.893	102.253	4.513	3.144.969	21.853	53.346
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2018	419.898	92.894	4.057	2.959.706	20.175	51.291
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2019	433.384	84.297	3.638	2.782.555	18.614	49.054
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2020 ou posterior	10.429.682	705.562	24.726	30.229.698	193.312	651.716
<b>Total</b>	<b>12.068.398</b>	<b>1.097.455</b>	<b>41.116</b>	<b>42.414.665</b>	<b>277.605</b>	<b>861.103</b>
Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2015	27,86 anos	12,82 anos	8,54 anos	Saldado: 11,6 anos Não saldado: 13,3 anos	9,5 anos	11,5 anos

**(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:**

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VJAP <sup>1</sup> no início do exercício	-	-	-	-	49.944	45.520	39.189.888	41.054.967	263.803	299.895	279.514	271.445
Receitas de juros	-	-	-	-	5.691	5.239	4.768.136	4.820.209	32.355	35.702	39.089	32.574
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	(10.131)	3.056	(3.165.071)	(4.775.300)	(25.838)	(65.609)	24.245	(22.711)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	48.022	21.303	568	17	32.425	3.635
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	30.704	17.694	181	371	-	4.483
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(4.388)	(3.871)	(2.985.053)	(1.948.985)	(20.176)	(6.573)	(30.830)	(9.912)
<b>VJAP<sup>1</sup> no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.116</b>	<b>49.944</b>	<b>37.886.626</b>	<b>39.189.888</b>	<b>250.893</b>	<b>263.803</b>	<b>344.443</b>	<b>279.514</b>

 VJAP<sup>1</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:**

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN (Saldado)		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Renda Fixa	-	-	-	-	100,00%	100,00%	51,65%	43,74%	53,25%	41,34%	63,48%	50,02%
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	23,76%	32,33%	23,94%	32,78%	18,14%	25,18%
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	-	9,31%	10,17%	7,89%	10,35%	6,78%	12,50%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	11,99%	10,79%	4,54%	4,65%	0,73%	0,80%
Operações com Participantes	-	-	-	-	-	-	3,27%	2,95%	10,37%	10,87%	10,87%	11,51%
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	0,02%	0,03%	0,01%	0,01%	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:**

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	EX-PREVHAB	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	-	-	-	722	9	4
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	-	-	-	617.506	34.033	329.279
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	684.197	8.185	7.206
<b>Total</b>	-	-	-	<b>1.302.425</b>	<b>42.227</b>	<b>336.489</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:**

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VPOA <sup>1</sup> no final do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	(41.116)	(49.944)	(42.414.665)	(41.801.945)	(277.605)	(254.556)	(861.104)	(581.419)
VJAP <sup>2</sup> no final do período	-	-	-	-	41.116	49.944	37.886.626	39.189.888	250.893	263.803	344.443	279.514
Superávit/ (déficit) do plano	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	-	-	(4.528.038)	(2.612.057)	(26.712)	9.247	(516.661)	(301.905)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-	2.307.318	1.306.028	13.356	-	258.331	150.952
Efeito do teto do Ativo <sup>4</sup>	-	-	-	-	-	-	(86.598)	-	-	(9.247)	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(12.068.398)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.307.318)</b>	<b>(1.306.029)</b>	<b>(13.356)</b>	<b>-</b>	<b>(258.331)</b>	<b>(150.953)</b>

 VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da obrigação atuarial

 VJAP<sup>2</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco

**(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:**

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.146)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)
Custo do serviço	(256.951)	(400.434)	-	-	-	-	(83.659)	(3.648)	(2.718)	(1.303)	(20.856)	(37.648)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(1.291.927)	(728.631)	(122.223)	(84.876)	-	-	(265.957)	-	(145)	(12.105)	(19.966)	(12.974)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	48.022	21.303	568	17	32.425	3.635
Benefícios pagos diretamente pela empresa	346.961	286.531	104.930	92.388	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.519.531)	(2.292.660)	(219.016)	(116.981)	-	-	(699.695)	(1.323.684)	(11.061)	114.296	(98.981)	6.201
<b>(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(12.068.397)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.097.455)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.307.318)</b>	<b>(1.306.029)</b>	<b>(13.356)</b>	<b>-</b>	<b>(258.331)</b>	<b>(150.953)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:**

<b>(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)</b>										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	Exercício		Exercício		Exercício		Exercício		Exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Custo do serviço corrente líquido	(178.710)	(256.951)	-	-	8.545	(83.659)	(1.382)	(2.718)	(16.599)	(18.198)
Custo de juros líquidos	(1.651.529)	(1.291.927)	(164.042)	(115.421)	(329.120)	(265.957)	(1.712)	(145)	(35.639)	(19.197)
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício</b>	<b>(1.830.239)</b>	<b>(1.548.878)</b>	<b>(164.042)</b>	<b>(115.421)</b>	<b>(320.575)</b>	<b>(349.616)</b>	<b>(3.094)</b>	<b>(2.863)</b>	<b>(52.238)</b>	<b>(37.396)</b>

<b>Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)</b>										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	Exercício		Exercício		Exercício		Exercício		Exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	382.541	297.370	112.449	81.763	51.130	22.622	605	18	34.523	3.860
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>382.541</b>	<b>297.370</b>	<b>112.449</b>	<b>81.763</b>	<b>51.130</b>	<b>22.622</b>	<b>605</b>	<b>18</b>	<b>34.523</b>	<b>3.860</b>



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:**

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
<b>EX-PREHVAB</b>									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
<b>REG/REPLAN salgado</b>									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.850)
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(245.623)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
<b>REG/REPLAN não salgado</b>									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.334)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.852)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(145)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(19.965)
Valor presente das obrigações	(900.465)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.104)

**CCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2014
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
<b>Assistidos PREVHAB</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
<b>REG/REPLAN</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros para o próximo semestre	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.713.498)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros para o próximo semestre	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(31.342)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros para o próximo semestre	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

**HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de benefício definido:**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
REG/REPLAN	21.528	18.130
<b>Total</b>	<b>21.528</b>	<b>18.130</b>

**(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Causas judiciais	3.390	3.780
<b>Total</b>	<b>3.390</b>	<b>3.780</b>

**Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo**

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultados e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>78.962.391</b>	<b>79.402.212</b>
<b>Nível I</b>	<b>55.537.056</b>	<b>59.237.192</b>
Capital Principal – CP	55.537.056	59.237.192
Patrimônio Líquido (2)	26.616.877	26.222.765
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.086.566	35.867.958
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(1.646.635)	-
Ajustes prudenciais	(5.519.752)	(2.853.531)
Capital Complementar – CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
<b>Nível II</b>	<b>23.425.335</b>	<b>20.165.020</b>
Instrumentos de dívida subordinada	21.850.246	18.554.433
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	(722.282)	-
Notas subordinadas	2.014.328	1.370.226
Letras financeiras	293.957	244.051
Letras financeiras (dedução 20%)	(2.453)	(3.690)
Letras financeiras (dedução 40%)	(8.461)	-
<b>Ativos ponderados pelo risco – RWA</b>	<b>547.136.671</b>	<b>493.956.341</b>
Risco de crédito - $RWA_{CPAD}$	504.257.301	470.702.401
Risco de mercado – carteira de negociação - $RWA_{MPAD}$	2.529.614	2.986.701
Taxa de juros – $RWA_{JUR}$	1.715.595	1.985.813
Commodities – $RWA_{COM}$	-	-
Ações – $RWA_{ACS}$	-	-
Câmbio – $RWA_{CAM}$	814.019	1.000.888
Risco operacional - $RWA_{OPAD}$	40.349.756	20.267.239
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (<math>RWA * 0,11</math>) - PRMR</b>	<b>60.185.033</b>	<b>54.335.198</b>
<b>Risco de mercado – carteira de não negociação - <math>R_{BAN}</math></b>	<b>8.226.904</b>	<b>6.561.083</b>
<b>Margem de capital (PR - PRMR - <math>R_{BAN}</math>)</b>	<b>10.550.454</b>	<b>18.505.932</b>
<b>Índice de capital principal (CP / RWA)</b>	<b>10,15%</b>	<b>11,99%</b>
<b>Índice de capital nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>10,15%</b>	<b>11,99%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>14,43%</b>	<b>16,07%</b>

(1) Conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

(2) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

### Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

### Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

### Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.



## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

### Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade <sup>(1)</sup>		
Fatores de Risco	31/12/2015	31/12/2014
PRE	23.523	8.546
Cupom IPCA	12.285	270
<b>VaR com ED</b>	<b>35.808</b>	<b>8.816</b>

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

### Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Instrumentos Financeiros – Valor de mercado**

Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS</b>						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.376.648	6.533.817	10.376.993	6.533.766	345	(51)
Aplicações em operações compromissadas	143.111.942	113.973.136	143.111.942	113.952.540	-	(20.596)
Títulos e valores mobiliários e instr. financ.	177.087.448	166.025.859	173.244.049	166.039.625	(3.843.399)	13.766
Títulos para negociação	98.480.310	101.697.936	98.480.310	101.697.936	-	-
Títulos disponíveis para venda	14.394.931	15.039.809	14.394.931	15.039.809	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	64.212.207	49.288.114	60.368.808	49.301.880	(3.843.399)	13.766
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	662.119.119	594.754.777	588.297.509	556.953.867	(73.821.610)	(37.800.910)
Comercial	199.664.957	190.519.837	213.447.169	197.257.226	13.782.212	6.737.389
Habitação	384.175.883	339.838.641	317.248.681	311.713.400	(66.927.202)	(28.125.241)
Infraestrutura/desenvolvimento	70.658.301	56.481.914	49.981.681	40.068.856	(20.676.620)	(16.413.058)
Outros créditos	7.619.978	7.914.385	7.619.978	7.914.385	-	-
<b>Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS</b>						
Captações de recursos	276.941.479	227.640.742	281.422.870	226.931.157	4.481.391	(709.585)
CDB/RDB	107.551.120	89.891.665	108.017.121	90.118.460	466.001	226.795
LCI LH	153.687.415	126.971.227	156.956.988	125.510.353	3.269.573	(1.460.874)
Obrigações por TVM no exterior	15.702.944	10.777.850	16.448.761	11.302.344	745.817	524.494
Captação em operações compromissadas	194.364.507	172.769.884	194.364.365	172.755.223	(142)	(14.661)
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	217.538.099	180.008.939	140.358.592	130.600.029	(77.179.507)	(49.408.910)
Exterior	14.337.557	5.450.039	14.382.740	5.353.897	45.183	(96.142)
Tesouro	44.677	40.574	46.530	41.910	1.853	1.336
FGTS (1)	172.210.084	145.033.444	108.847.521	108.353.417	(63.362.563)	(36.680.027)
BNDES	29.823.211	28.239.713	16.229.536	15.799.197	(13.593.675)	(12.440.516)
Depósitos não remunerados	1.122.570	1.245.169	852.265	1.051.608	(270.305)	(193.561)
Instrumento híbrido de capital e dívida	24.118.920	20.177.205	14.500.124	14.869.513	(9.618.796)	(5.307.692)

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

### Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2015 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(310.116)	(7.257.220)	(13.596.906)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(41.855)	(962.854)	(1.773.921)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(155.007)	(3.294.404)	(5.619.098)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(1.012)	(6.822)	(35.409)

**Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

**Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

### Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

### Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação**

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

**Gestão da Continuidade dos Negócios**

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

**Gestão da Segurança da Informação**

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

**Gestão de Crises**

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós- crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

**Transparência e Divulgação**

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

**Disseminação de Cultura de Risco Operacional**

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 34 – Outras informações****(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS**

Visando à convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN nº 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN nº 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN nº 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN nº 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN nº 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN nº 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN nº 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN nº 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

**(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:**

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
PIS	29.196.805	28.674.573
FGTS	94.024.286	75.023.898
FAR (1)	37.916.332	30.779.021
FDS	1.187.745	1.143.187
FGS	799.085	269.910
FGHAB (1)	1.705.304	1.788.550
FGCN	4.421.909	4.755.903
Outros	105.499	91.795
<b>Total</b>	<b>169.279.750</b>	<b>142.526.837</b>
<b>FCVS (1)</b>	<b>(98.282.812)</b>	<b>(97.974.486)</b>

(1) Posição de novembro/2015

**(c) Garantias prestadas a terceiros**

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2014 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

**(d) FGTS**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 110.378.



**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) FIES**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 217.539 (31/12/2014 – R\$ 186.651).

**Nota 35 – Eventos subsequentes**

Em 19 de janeiro de 2016, considerando deliberação do Conselho de Administração, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Instantânea, inscrita sob o CNPJ nº 24.038.490/0001-83, tendo como objeto social:

- i) a gestão e execução da Loteria Instantânea Exclusiva (LOTEX), em todo o território nacional, conforme determinado pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015;
- ii) a produção, armazenagem, distribuição e comercialização de bilhetes da LOTEX, de forma direta ou por meio de subcontratações; e
- iii) a administração e comercialização de apostas da LOTEX em meios eletrônicos, de forma direta ou por meio de subcontratações.

A CAIXA instantânea está constituída como sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado e capital integralizado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) representando por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal, subscrito integralmente pela CAIXA.

A Companhia tem sede e foro em Brasília/DF, podendo criar, instalar e suprimir sucursais, filiais, agências, escritórios e representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior  
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira  
Vice-presidente

Fábio Lenza  
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto  
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto  
Vice-presidente

Nelson Antônio de Souza  
Vice-presidente

Paulo José Galli  
Vice-presidente

Roberto Derziê Sant'Anna  
Vice-presidente

Roberto Nogueira Zambon  
Vice-presidente em exercício  
Portaria nº 212/2016

Rubens Rodrigues dos Santos  
Vice-presidente

Valter Gonçalves Nunes  
Vice-presidente em exercício  
Portaria nº 140/2016

Marcos Brasileiro Rosa  
Superintendente Nacional  
Contador CRC 022351/O-1-DF

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA  
SEGUNDO SEMESTRE DE 2015**

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O Comitê desincumbiu, com independência, as atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas pela Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, orientado pelo Plano de Trabalho para o exercício de 2015, aprovado por aquele Conselho. O Regimento Interno do Comitê está disponível no site <http://www.caixa.gov.br>.

Ao longo do segundo semestre de 2015, o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor, individualmente, e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Realizou encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da Empresa, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações, e revisou as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas.

Dos mencionados encontros, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações, formulou apontamentos, informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas dos diversos órgãos externos e das várias instâncias de controle, cuidando de conferir a consistência e a efetividade das respectivas atribuições.

Manteve-se em sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da Empresa, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, de riscos e de auditoria.

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos colecionados, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ressaltada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao atual porte e à maior complexidade operacional da Empresa;
- ii) a atuação da auditoria interna mostrou-se efetiva, anotando-se iniciativas de aprimoramentos que visam mantê-la em linha com a crescente necessidade imposta pelo novo patamar alcançado pela CAIXA;
- iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 31.12.2015.

Brasília (DF), 24 de Fevereiro de 2016.

Adilson da Conceição Rocha  
Presidente e.e.

Arnaldo Jose Vollet  
Membro

Victor Branco de Holanda  
Membro e.e.

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Aos Administradores e Acionista da  
**Caixa Econômica Federal - CAIXA**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“CAIXA” ou Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Ênfases

#### *Créditos com FCVS*

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 26.070 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.393 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.798 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 17.475 milhões, em 31 de dezembro de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### *Créditos tributários*

Chamamos a atenção para a nota 20(d) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2015, a CAIXA possui R\$ 36.914 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.011 milhões. O valor líquido de R\$ 35.903 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### *Créditos tributários em controlada em conjunto*

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada em conjunto Banco PAN S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.061 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e de custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco PAN S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Relatório dos Auditores Independentes**

### *Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos*

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da Caixa na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da Caixa adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Caixa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações consolidadas do valor adicionado*

Examinamos, também, as Demonstrações Consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

### *Apresentação de demonstrações contábeis individuais*

A CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 03 de março de 2016.

São Paulo, 03 de março de 2016

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada  
Contador CRC-1RS062793/O-8



## Parecer do Conselho Fiscal

PARECER Nº 004/2016 – ATA Nº 701, DE 03/03/2016

Assunto: **Demonstrações Contábeis Individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício de 2015.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal - Exercício de 2015, aprovadas pela Resolução do Conselho Diretor nº 7260/2016, de 23/02/2016. Com base nos documentos apresentados, na análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, considerando o Parecer do Conselho de Administração, bem como o Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, que opinaram que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da CAIXA e de suas controladas em 31 de dezembro de 2015, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, **o Conselho Fiscal opina favoravelmente à sua aprovação, levando-se em consideração as ênfases apresentadas nos referidos relatórios.**

Brasília, 03 de março de 2016.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA  
Conselheira

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO  
Conselheiro

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA  
Conselheiro

WILLIAM BAGHDASSARIAN  
Conselheiro

LUIZ ROBERTO BEGGIORA  
Presidente

**Parecer do Conselho da Administração****P A R E C E R**

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea "f", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2015.

Brasília, 03 de março de 2016.

ANTÔNIO PAULO VOGEL MEDEIROS  
Conselheiro

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA  
Conselheiro Representante dos Empregados  
Titular

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES  
Conselheiro

MIRIAM BELCHIOR  
Conselheira

PEDRO AUGUSTO JUNGER CESTARI  
Conselheiro

STELA MARIS MONTEIRO SIMÃO  
Conselheira

PRISCILA GRECOV  
Presidente



# **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015**



O presente documento baseia-se nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 31 de dezembro de 2015, e faz referências e declarações sobre estimativas de crescimento e projeções de resultado. Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, dessa forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.

As informações apresentadas neste relatório estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e das subsidiárias, Caixa Seguridade e CaixaPAR.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números efetivos, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2015**

### **INTRODUÇÃO**

Aos 155 anos de existência, a CAIXA mantém o seu compromisso de ser mais que um banco. É uma Instituição presente na vida de milhões de brasileiros, atuando na implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incentivando inclusão social.

Nesse sentido, a CAIXA trabalha para dar continuidade à sua atuação histórica, buscando elevar-se a novos patamares de desempenho, alinhada às políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais, à indução do investimento e do dinamismo da economia do País. Em 2015, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R\$ 732,7 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Na concessão de crédito habitacional, no financiamento da produção e do consumo e para o desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, a CAIXA reafirma sua vocação de acreditar na capacidade de superação do País, especialmente frente a cenários adversos, o que é percebido pelo aumento de 11,9% no saldo da carteira de crédito que totalizou R\$ 679,5 bilhões em 2015.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2015, foram contratados pela CAIXA R\$ 39,7 bilhões, totalizando 347,0 mil unidades habitacionais, realizando o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras, ao tempo em que propiciou o aquecimento da economia por meio da construção civil.

Em relação à execução dos programas governamentais, no ano, foram pagos R\$ 27,5 bilhões em benefícios sociais e R\$ 208,8 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R\$ 26,4 bilhões em benefícios no período, contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar, devido às condicionalidades do Programa.

Na esfera negocial, a CAIXA busca fortalecer constantemente o relacionamento com seus clientes, investindo na melhoria de seus produtos, serviços e canais, visando à excelência em seu atendimento. Atualmente, a CAIXA dispõe de 63,6 mil pontos de atendimento e uma base de clientes com 82,9 milhões de correntistas e poupadores. Em 12 meses foram conquistados cerca de 4,6 milhões de clientes.

Em relação ao desempenho econômico financeiro, em 2015, a Instituição obteve lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões, evolução de 0,9% em 12 meses, e totalizou R\$ 1,2 trilhão de ativos próprios, crescimento de 13,0% em relação a 2014.

Este relatório apresenta os resultados da CAIXA no ano de 2015, que referendam seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justificam o reconhecimento pela sociedade como uma das empresas que mais contribuem para o crescimento do País e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

## CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

A CAIXA busca constantemente fortalecer o relacionamento com seus clientes, investindo na melhoria de seus produtos, serviços e canais, visando à excelência no atendimento.

Em 2015, a base de clientes da Instituição alcançou 82,9 milhões de correntistas e poupadores. Em 12 meses foram conquistados cerca de 4,6 milhões de clientes. A carteira de clientes pessoas físicas, atingiu 80,7 milhões, e a de pessoas jurídicas, 2,2 milhões, evoluções respectivas de 6,0% e 2,4% em comparação ao registrado em 2014.

Atualmente, a rede de atendimento CAIXA conta com 63,6 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento; 27,6 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricos; 31,7 mil equipamentos distribuídos pelo País; 2 agências-barco e 3 escritórios de representação no exterior (Japão, Estados Unidos e Venezuela). Além disso, os clientes têm à sua disposição, 18,5 mil terminais da rede Banco24Horas.

No ambiente virtual, a CAIXA oferece aos seus clientes aplicativos de acesso à conta via *smartphones* e Internet Banking CAIXA (inclusive *tablets*), que alcançaram, em 2015, uma base com 3,1 milhões e 14,7 milhões de usuários, respectivamente.

A quantidade de usuários cadastrados para acesso via *smartphones* aumentou 67,7% em relação a 2014, e a de usuários para acesso via Internet Banking CAIXA aumentou 16,3%, na mesma comparação.

A quantidade de transações nesses canais aumentou 17,3% em relação a 2014, totalizando 1,7 bilhão, o que corresponde a 21,9% do total de transações realizadas em 2015.

A CAIXA também está presente nas principais redes sociais. Por meio de seus perfis no *Facebook*, no *Twitter* e no *Youtube*, a CAIXA tira dúvidas, atende reclamações e recebe sugestões. Além disso, por esses canais, os clientes podem acompanhar informações e notícias sobre a Instituição, seus produtos e serviços.



Fonte: Site da CAIXA, 2016

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2015, a CAIXA auferiu lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões, crescimento de 0,9% em 12 meses. Os fatores que mais influenciaram o resultado foram o crescimento de 44,9% no resultado de títulos, valores mobiliários e derivativos e o aumento de 30,5% das receitas de operações de crédito em relação a 2014.

Patrimoniais (em R\$ bilhões)	2013	2014	2015
Ativos Caixa	858	1,065	1,203
Carteira de Crédito Ampliada	495	607	679
Poupança	210	237	241
Recursos Administrados (de terceiros)	657	724	805

No ano de 2015, os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,2 trilhão, evolução de 13,0% em doze meses e de 4,1% em relação ao terceiro trimestre de 2015. A carteira de crédito ampliada representava 56,5% desse total, com R\$ 679,5 bilhões, e os títulos e valores mobiliários, com R\$ 182,0 bilhões, correspondiam a 15,1% do total de ativos.

Os ativos administrados pela CAIXA somaram R\$ 2,0 trilhões, com destaque para o FGTS com saldo de R\$ 460,7 bilhões, e os Fundos de Investimento, R\$ 255,5 bilhões, evoluções respectivas de 12,2% e 8,6%, em 12 meses.

Do total dos passivos, 37,8% consistiam em depósitos e 30,2% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos à vista apresentaram um saldo de R\$ 27,4 bilhões e os depósitos a prazo totalizaram R\$ 168,9 bilhões, evolução de 18,1% em relação ao ano anterior. Na comparação com o terceiro trimestre de 2015, os depósitos à vista apresentaram evolução de 12,3%.

O patrimônio líquido da CAIXA totalizou saldo de R\$ 62,7 bilhões, incluindo R\$ 36,1 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III. O retorno sobre o patrimônio líquido médio acumulado em doze meses foi de 11,4%.

O índice de Basileia foi de 14,4% em dezembro de 2015, 3,4 p.p. superior ao valor mínimo exigido de 11,0%.



Indicadores (em %)	2013	2014	2015
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	0,8	0,7	0,6
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)*	24,8	15,2	11,4
Índice de Solvabilidade – Basileia	15,1	16,1	14,4
Endividamento Setor Público	24,7	28,4	30,6
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	64,0	63,9	66,2
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	102,7	103,0	104,9
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	60,3	55,9	56,3

Conforme a Res. CMN nº 4.192/13, o Patrimônio Líquido inclui o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 36,1 bilhões.

## OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2015, a carteira de títulos e valores mobiliários totalizou saldo de R\$ 182,0 bilhões, dos quais R\$ 162,2 bilhões representados por títulos públicos federais e R\$ 15,7 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos, em 2015, atingiu R\$ 43,7 bilhões, 44,9% superior em relação a 2014. Influenciada, principalmente, pela Taxa SELIC e pelo aumento do saldo da carteira.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R\$ 64,2 bilhões, em 2015, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

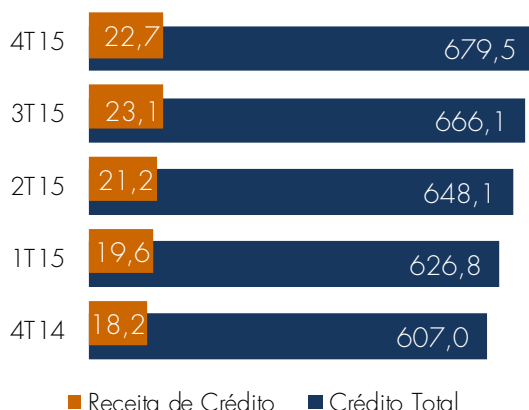
## CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA



Em 2015, a carteira de crédito ampliada da CAIXA totalizou saldo de R\$ 679,5 bilhões, evolução de 11,9% em relação ao ano anterior. Na comparação trimestral, o crescimento foi de 2,0%. Destaca-se a carteira de crédito comercial com R\$ 199,5 bilhões de saldo.

As contratações totais somaram R\$ 461,3 bilhões em 2015. Desse valor, 58,7% corresponde às contratações de crédito comercial.

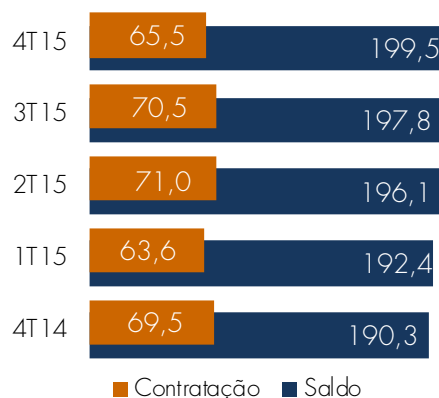
Crédito Total  
(em R\$ bilhões)



As operações com pessoas físicas atingiram o saldo de R\$ 103,2 bilhões, alta de 9,8% em 12 meses. Já as contratações avançaram 4,6%, somando R\$ 150,6 bilhões em 2015. Entre os produtos do segmento pessoa física, destacam-se o crédito consignado com volume contratado de R\$ 30,7 bilhões e saldo de R\$ 59,6 bilhões, crescimento de 12,8% em 12 meses e de 2,3% na comparação trimestral. A participação de mercado foi de 21,8%, no final de 2015.

O segmento PJ, totalizou R\$ 120,1 bilhões em contratações, aumento de 4,0% em relação a 2014. O saldo desse segmento foi de R\$ 96,2 bilhões em 2015.

Crédito Comercial  
(em R\$ bilhões)



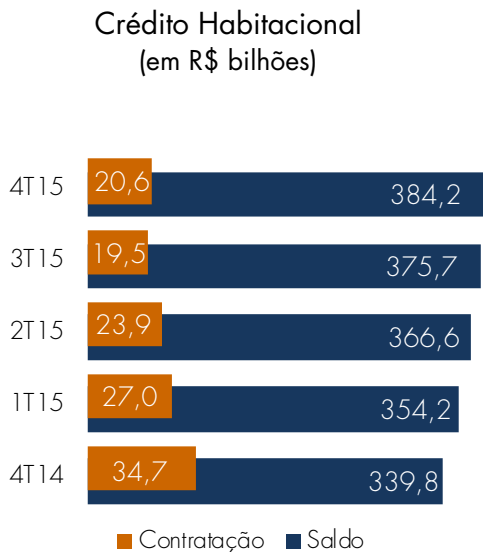
As operações de saneamento e infraestrutura apresentaram em 2015, saldo de R\$ 70,9 bilhões, crescimento de 24,9% em relação ao ano anterior, e evolução de 3,6%, na comparação trimestral. As contratações para esse segmento atingiram a soma de R\$ 8,3 bilhões.

A carteira de crédito imobiliário alcançou o saldo de R\$ 384,2 bilhões em 2015, 13,0% superior ao registrado em 2014. Em relação ao terceiro trimestre de 2015, a evolução foi de 2,3%.

A CAIXA permanece na liderança desse mercado com 67,2% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.



As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R\$ 91,1 bilhões, em 2015, dos quais R\$ 55,5 bilhões com recursos do FGTS, incluindo subsídios, R\$ 35,0 bilhões com recursos do CAIXA/SBPE e R\$ 807 milhões contratados com outros recursos.



Para o Programa Minha Casa Minha Vida, em 2015, foram contratados pela CAIXA R\$ 39,7 bilhões, totalizando 347,0 mil unidades habitacionais. Dessas, 4,6% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa que atende os beneficiários com renda de até R\$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo Programa.

O Crédito Rural CAIXA, atingiu saldo de R\$ 7,5 bilhões em 2015, evolução de 52,4% em relação ao ano anterior. As contratações atingiram a soma de R\$ 7,0 bilhões, crescimento de 40,7% em 12 meses. O crédito rural está disponível em mais de 1.500 agências em todo o Brasil.

Para facilitar o acesso a essa linha de crédito, a Empresa leva às principais feiras e eventos do setor o Caminhão do Agronegócio da CAIXA, agência volante na qual o produtor pode, inclusive, contratar o Custeio Fácil CAIXA, e ter acesso a diversas informações e produtos.

Em 2015, a qualidade da carteira de crédito continuou elevada, com aproximadamente 89,9% do seu total classificada nos ratings de AA-C.

O índice de inadimplência total acima de 90 dias era de 3,55% no final do ano, influenciado pelas operações comerciais a pessoa física e a micro e pequenas empresas, além da desaceleração da atividade econômica. Esses efeitos foram atenuados pelo fortalecimento dos modelos e das políticas de concessão e recuperação de crédito.

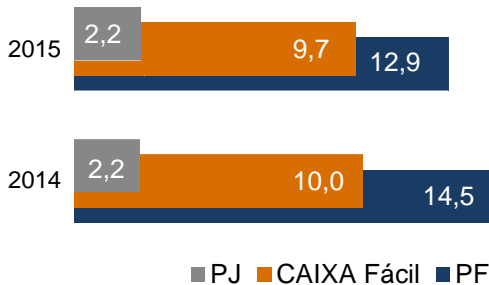
## DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais apresentaram saldo de R\$ 940,9 bilhões em 2015, evolução de 15,3% em relação ao ano anterior. Na comparação trimestral, o crescimento foi de 4,2%.

Os depósitos alcançaram o saldo de R\$ 454,7 bilhões, crescimentos de 8,5% em 12 meses e de 3,3% no trimestre. A poupança, com R\$ 241,4 bilhões de saldo, cresceu 1,9% em relação a 2014.

Em 2015, foram abertas 5,5 milhões de contas de poupança totalizando 63,8 milhões ao final do período, evolução de 9,5% em relação a 2014 de 2,6% na comparação trimestral.

Quantidade de Contas  
(Em milhões)



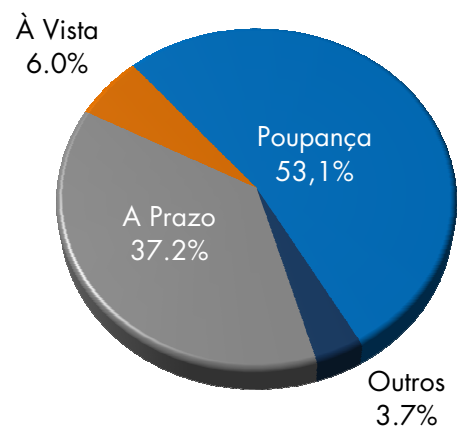
A base de contas correntes totalizou 24,9 milhões, assim distribuídos: 22,7 milhões de contas Pessoa Física (incluindo contas simplificadas - CAIXA Fácil) e 2,2 milhões de contas Pessoa Jurídica.

Os depósitos à vista totalizaram R\$ 27,4 bilhões e os depósitos a prazo, R\$ 168,9 bilhões, com crescimento de 18,1%, em relação a 2014. Destaque para o CDB que alcançou R\$ 106,9 bilhões, alta de 19,3% em 12 meses.

Os depósitos judiciais obtiveram acréscimo de 16,0% em 12 meses, apresentando saldo de R\$ 62,0 bilhões. Os demais depósitos somaram R\$ 17,0 bilhões de saldo.

O saldo de letras totalizou R\$ 153,7 bilhões, aumento de 21,0%, se comparado a 2014.

Composição dos Saldos dos Depósitos



Destaque para as letras imobiliárias e hipotecárias que evoluíram 28,2% em doze meses, atingindo saldo de R\$ 111,9 bilhões em 2015, o que corresponde a 54,3% de participação no mercado.

As Letras Financeiras, por sua vez, somaram R\$ 40,7 bilhões, evolução de 7,5% em 12 meses.

Em relação às captações internacionais, a CAIXA totalizou R\$ 15,7 bilhões de saldo, avanço de 45,7% em 12 meses.

O patrimônio líquido dos fundos de investimentos e carteiras administradas alcançou o saldo de R\$ 546,6 bilhões em 2015, incluindo FI de FIC e FI FGTS, evolução de 12,0% em 12 meses. O saldo dos fundos não rede totalizou R\$ 167,2 bilhões, e os fundos de rede, R\$ 121,0 bilhões, alta de 2,3% e 18,9% em 12 meses, respectivamente.

Os fundos de investimentos, no final de 2015, totalizaram o saldo de R\$ 255,5 bilhões, evolução de 8,6% em 12 meses.

## **CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO**

Os clientes dos cartões CAIXA realizaram 1,5 bilhão de transações, em 2015, representando um volume financeiro de R\$ 116,9 bilhões. A evolução das transações foi de 15,5%, enquanto o valor movimentado apresentou crescimento de 13,6% em relação ao ano anterior.

A base de cartões de débito atingiu 94,3 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA Electron e Elo, aumento de 8,9% em relação ao registrado em 2014. Foram realizadas 1,2 bilhões de transações, demonstrando um aumento de 18,9% em relação ao ano anterior, com um volume financeiro de R\$ 75,9 bilhões, aumento de 18,4% se comparado a 2014.

A base de cartões de crédito totalizou 7,4 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA e ELO.

Foram realizadas 340,6 milhões de transações, representando um volume de R\$ 41,0 bilhões,

A CAIXA administrava, ao final 2015, 8,4% do ativo total dos fundos de mercado, segundo a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais, ocupando a quarta posição dentre os gestores de recursos.

No final de 2015, a CAIXA administrava 448 produtos de investimento, sendo 423 Fundos de Investimento, dos quais 36 FI de FIC, e 25 Carteiras Administradas. No ano, foram lançados 33 fundos de investimentos.

crescimentos respectivos de 5,0% e 5,8% em relação a 2014.

A base de cartões da bandeira Elo aumentou 43,2% em 12 meses, atingindo a marca de 38,0 milhões de cartões, sendo 37,7 milhões de débito e 294,9 mil de crédito.

Em 2015, a CAIXA concluiu a internalização dos cartões de crédito pessoa física, antes processados por empresa terceirizada. Os cartões foram migrados para o Datacenter Brasília, um dos centros de tecnologia mais modernos do mundo. A mudança proporcionou independência tecnológica e operacional, redução de custos, agilidade na realização de mais negócios e desenvolvimento de novos produtos e serviços.

## SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em 2015, foram realizadas 7,9 bilhões de transações bancárias, 6,8% superior ao registrado no ano anterior.

Do total de transações, 365,0 milhões foram realizadas via celulares e *smartphones*, crescimento de 95,8% em 12 meses e de 20,8% na comparação trimestral.

O aumento das transações refletiu na evolução de 12,6% nas receitas de prestação de serviços e tarifas, que totalizaram R\$ 20,7 bilhões em 2015. Dessas, destacam-se os serviços bancários com R\$ 6,8 bilhões, aumento de 12,6% em doze meses.

Além disso, a CAIXA por meio do Grupo CAIXA Seguros, disponibiliza produtos como seguros de vida, residencial e automobilísticos, títulos de capitalização, previdência privada e consórcios que renderam R\$ 301,6 milhões em tarifas de balcão, 3,4% superior ao registrado em 2014.

Visando prover novas soluções digitais, a CAIXA lançou serviço que permite a seus clientes receber as faturas dos cartões de crédito Caixa por e-mail, que é encaminhado no dia de corte da fatura, essa opção inibe o envio em papel pelos Correios.

Assim, os clientes dos Cartões Caixa podem ter acesso às informações em prazo menor em relação às faturas enviadas pelos Correios, uma vez que foi excluído o prazo de postagem e entrega. O envio de fatura por e-mail visa diminuir os custos de envio de faturas em papel, contribuindo para a sustentabilidade da empresa e do meio ambiente, evitando o desperdício de recursos e ajudando a preservar o meio ambiente.

Outro destaque é a disponibilização, em toda a rede, do cartão Construcard Caixa com chip na bandeira Elo, novo modelo do produto para compra de material de construção. O novo modelo visa dar mais segurança e agilidade no processo de compra do cliente. O cliente Construcard passa a contar, ainda, com uma exclusiva central de atendimento, e site para o produto, com serviços de consulta de saldo, extrato de compras, desbloqueio do cartão, solicitação de reemissão e troca de senha.

A CAIXA, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. Em 2015, foram pagos cerca de 163,3 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R\$ 27,5 bilhões.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 157,7 milhões de benefícios no período. O valor pago em 2015 totalizou R\$ 26,4 bilhões.

Visando otimizar a comunicação com os beneficiários, a CAIXA lançou aplicativo Bolsa Família para celular. A ferramenta também reúne as principais informações e serviços atualmente disponibilizados em outros canais da Instituição. Pelo aplicativo, o beneficiário pode acompanhar a Mensagem Bolsa Família, que traz informações importantes sobre a situação do benefício da família, como, por exemplo, necessidade de atualizar o cadastro, calendário de pagamentos, dúvidas frequentes, últimas parcelas disponibilizadas para pagamento e a possibilidade de consultar os canais de pagamento da CAIXA mais próximos.



Fonte: Site da CAIXA, 2016.

A nova ferramenta, que desde seu lançamento já foi baixada mais de 492 mil vezes, está disponível para download em versões para sistemas operacionais *Android*, *Windows Phone* e *IOS*.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável por realizar 150,1 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram, R\$ 208,8 bilhões em 2015. Entre eles o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, correspondendo a R\$ 39,7 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 64,8 milhões de pagamentos, somando R\$ 72,1 bilhões.

A arrecadação do FGTS atingiu R\$ 113,5 bilhões e os saques, R\$ 96,9 bilhões. Em dezembro de 2015, o Fundo era composto por 146,6 milhões de contas.



## LOTÉRIAS

A *World Lottery Association* – WLA, renovou a certificação WLA-SCS:2012 da CAIXA loterias com validade por mais três anos. A WLA-SCS:2012 é uma norma internacional de padrão de controle de segurança da informação do setor de loterias, publicada em 2012 pela WLA. Essa Norma avalia uma base de gestão de segurança de informação, incluindo a ISO 27001, com controles de segurança adicionais específicos de loterias, que representam as melhores práticas atuais.

Essa certificação é o reconhecimento da adoção, pela CAIXA Loterias, das melhores práticas de governança e gestão da segurança da informação, de risco e de continuidade de negócios, na operação das loterias federais. Ao implementar os controles exigidos pelas normas WLA-SCS:2012 e ISO 27001, a CAIXA garante a conformidade dos seus processos com requisitos legais, a credibilidade de sua imagem como operadora de jogos e, a confiança de apostadores e demais partes interessadas.

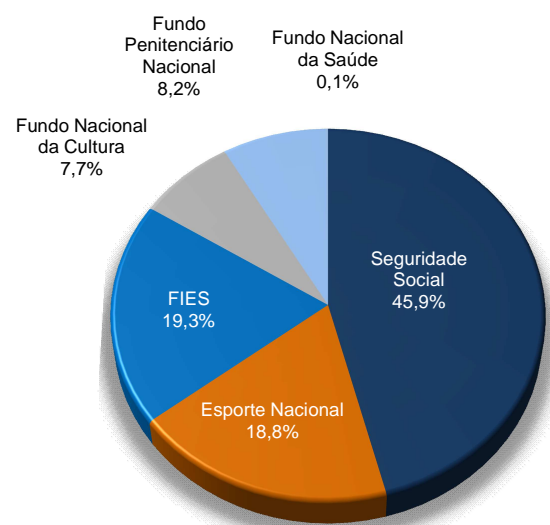
Em 2015, a arrecadação das Loterias da CAIXA foi de R\$ 14,9 bilhões. Destaque aos produtos Dupla-Sena, Lotogol e Quina que apresentaram aumentos respectivos de 59,0%, 44,4% e 20,8% em relação a 2014. A Mega-Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 46,7% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA em 2015.

Destinação das Loterias (em R\$ milhões)	2013	2014	2015
Destinação Social	4.162	4.932	5.450
Prêmios	4.046	4.768	5.264
Tributos	1.009	1.220	1.344
Despesas de Custeio e Manutenção	2.198	2.608	2.854
Arrecadação Total	11.414	13.529	14.911

### Destinação Social

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social.

Dos valores arrecadados do portfólio de produtos das Loterias, no período, cerca de R\$ 5,4 bilhões foram transferidos aos programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.



O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formada pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados da integração junto às suas participações. A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de investimentos e as contratações no âmbito do Conglomerado, abrangendo o relacionamento comercial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado e buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes parcerias de caráter estratégico comercial:

- Banco Pan (consignado, veículos, habitação segmento alta renda e seguros);
- CAIXA Seguros (seguros, capitalização, previdência e saúde);
- Elo, Vale Presente e CIELO: voltadas para o mercado de cartões;
- CAIXA Crescer (microfinanças);
- Parcerias com perfil de suporte às operações da CAIXA, como a Capgemini (TI) e a TecBan (rede de atendimento);
- Branes (suporte na captura e tratamento de operações de crédito);
- Habitar (rede de correspondentes para habitação).

Composição da Carteira de Participações (em R\$ milhões)	2013	2014	2015
CAIXA Seguros Holding.	2.082.025	2.437.271	2.635.360
Banco PAN	494.554	1.020.949	1.183.161
Capgemini	269.345	236.891	177.957
Elo Serviços	13.318	14.931	18.542
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.832	6.880	6.956
Caixa Seguros Participações - CSP	41.138	-	-
Crescer	9.323	-	-
Branes	1.897	1.841	1.841
BIAPE	788	619	238
FGO – Fundo Garantia de Operações	201.552	91.943	76.069
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	166.958	210.991	262.766
Fundo de Investimento em Participações	39.029	39.059	32.428
TECBAN	-	58.976	107.004
PAN Corretora	-	24.500	29.381
PAN Seguros*	-	-	353.709
Outros Investimentos**	14.014	43.599	4.734
<b>TOTAL</b>	<b>3.340.773</b>	<b>4.188.450</b>	<b>4.890.146</b>

\* PAN Seguros: Empresa adquirida pela CAIXAPAR em 18 de junho de 2015, foi objeto de cisão e incorporação pela CAIXA Seguridade S.A em 30 de junho de 2015, conforme Nota 11 (a).

\*\* Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A governança corporativa da Instituição está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e à fiscalização da gestão dos administradores da Instituição, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Como parte de seu sistema de governança, a Empresa dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas

diversas instâncias de gestão. Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos da Administração.

A CAIXA disponibiliza em sua página na Internet o Manual de Governança Corporativa, que contém informações importantes sobre a governança da Instituição, a exemplo do conglomerado e da estrutura de governança - modelo, órgãos colegiados, dirigentes e atribuições específicas, documentos e instrumentos utilizados.

Essa ação busca promover melhorias nas práticas adotadas pela CAIXA, além de contribuir para a consolidação do seu modelo de governança.

O Manual de Governança Corporativa está disponível na página: [http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/caixa\\_governanca\\_corporativa2407.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/caixa_governanca_corporativa2407.pdf)

## ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A atuação internacional da CAIXA está alinhada à expectativa do Governo Federal de apoiar tanto os brasileiros residentes no exterior quanto as instituições dos diversos países, por meio da oferta de serviços e produtos.

No segmento de comércio exterior a CAIXA contratou, em 2015, R\$ 12,4 bilhões em operações de adiantamento de crédito e câmbio à exportação e nota de crédito à exportação, com incremento de 81,1% na contratação de operação de ACC/ACE/NCE em relação ao registrado em 2014, o que reflete o empenho da CAIXA em oferecer produtos e serviços que contribuem para o aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.

A CAIXA disponibilizou o Programa de Remessas Internacionais, por meio do qual clientes residentes no exterior podem enviar recursos ao Brasil. O Programa captou em 2015, R\$ 603,8 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros (conveniados), representando um crescimento de 57,3% em relação a 2014.

A CAIXA realizou, no Canadá, o lançamento da ampliação do serviço de solicitação de saque do FGTS para postos consulares na Austrália, Canadá, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. O serviço permite que os trabalhadores brasileiros que estão no exterior, e tenham direito ao saque do FGTS, possam dar

entrada nos pedidos de saque sem precisar vir ao Brasil. Com a expansão, a CAIXA totaliza 54 postos de atendimento disponíveis em 24 países.

No âmbito da Cooperação Técnica Internacional, a CAIXA esteve em missão na Nicarágua, para dar início às atividades do Projeto "Apoio Institucional ao *Programa Viviendas de Interés Social*", que tem como objetivo o compartilhamento de conhecimentos na área de habitação para a população de baixa renda.

Foi assinado Memorando de Entendimentos entre a CAIXA e o Banco Alemão para o Desenvolvimento *Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW*, por meio do qual as instituições concordaram em cooperar para a mitigação dos efeitos de mudança climática, com foco em projetos de energias renováveis, eficiência energética e conservação de florestas.

A CAIXA, o KfW e o Ministério do Meio Ambiente assinaram um projeto de Cooperação Financeira para Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado - CAR, cujo objetivo é a conservação e restauração das florestas e demais formações de vegetação nativa na Amazônia e no Cerrado. A CAIXA tornou-se a operadora financeira e administrativa desses recursos.

## CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos - SCI da CAIXA é composto por políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para o alcance de seus objetivos, fornecimento de informações gerenciais e financeiras consistentes, desempenho de todas as suas atividades realizadas em conformidade com as leis, normas internas e externas, e redução do risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e *Compliance* da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do seu Sistema de Controles Internos, estruturada de acordo com os cinco componentes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO: ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle e *compliance*, monitoramento, informação e comunicação.

No que tange às atividades de *Compliance*, destacam-se a prevenção à lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento ao terrorismo e à corrupção, cujas diretrizes estão consolidadas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo; o Monitoramento da adequação da CAIXA às Normas Externas e do cumprimento de atividades mandatórias; e os procedimentos de conformidade no desenvolvimento, no lançamento, na revisão e na retirada de produtos e serviços.

Quanto ao Controle Interno, o Monitoramento Estratégico abrange a verificação do cumprimento das Políticas, em especial a de Controle Interno e *Compliance*, os Fundos de Previdência Privada Complementar Patrocinados e as Participações Societárias Estratégicas; e o Monitoramento Operacional trata das transações e operações realizadas na Rede de Negócios e outras atividades desenvolvidas em todas as Unidades da CAIXA, com foco nos riscos relevantes.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos, desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição, encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do sistema e a elaboração dos relatórios de controles internos para atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998, à Circular BACEN nº 3.467/2009, bem como à Instrução CVM nº 505/2011.

Os modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional são validados e monitorados, para a conformidade e controle, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo Comitê de Risco e Capital, bem como as normas externas publicadas pelo BACEN e pelo Banco de Compensações Internacionais.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégia, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração declarar seu apetite a riscos, identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Em 2015, na revisão anual da Política de Gerenciamento de Capital, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado, onde aprovou-se a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado. Assim como esta política, a Política de

Gerenciamento de Riscos, os limites de exposição e os limites de capital são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados. O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Com base no acompanhamento observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado. A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, no sítio: <http://www.caixa.gov.br>.

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui Política de Responsabilidade Socioambiental CAIXA normatizada nos termos da Resolução BACEN nº 4.327/2014.

Visando garantir a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania, a Empresa apoia projetos socioambientais por meio de incentivo financeiro. Um dos instrumentos que viabilizam essa indução de práticas socioambientalmente responsáveis é o Fundo Socioambiental CAIXA - FSA, ao qual são destinados recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido da CAIXA.

Em 2015, o FSA CAIXA desembolsou R\$ 13,4 milhões em 56 projetos. Dentre os projetos contemplados com recursos FSA estão os que propõem soluções para o desenvolvimento local, a integração das políticas públicas e a melhor adequação dos espaços em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, por meio da metodologia Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios – DIST. O objetivo é a melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania nas comunidades, com ações para dinamização econômica, gestão ambiental, governança territorial e promoção sociocultural.

Onze territórios de empreendimentos do MCMV já foram abarcados por esse trabalho. A estratégia DIST também é utilizada nas agências barco, viabilizando aos moradores das regiões ribeirinhas acesso às políticas públicas; à educação e à cultura; e alternativas de geração de trabalho e renda adequadas às vocações locais.

Ainda no âmbito do Programa MCMV, o Sistema de Aquecimento Solar de Água, que tornou-se item obrigatório, foi implementado, no ano de 2015, em 183 mil casas, totalizando 224 mil unidades desde o início do programa (MCMV I e MCMV II).

A CAIXA disponibiliza o Relatório de Sustentabilidade 2014, no endereço: [http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio\\_de\\_Sustentabilidade\\_2014.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_2014.pdf).



## GESTÃO DE PESSOAS

O atual modelo de gestão de pessoas tem como objetivo consolidar uma cultura organizacional baseada na gestão proativa de talentos e por competência. A ideia é dar ênfase à meritocracia, à inovação, à alta eficiência e à melhoria contínua, promovendo identificação dos empregados com os valores e a missão da CAIXA, engajamento das lideranças e excelência no relacionamento com clientes e sociedade.

Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, de criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Em 2015, a CAIXA investiu R\$ 48,1 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade.

O quadro de pessoal da CAIXA, no quarto trimestre de 2015, era composto por 97,5 mil empregados concursados e 15,0 mil estagiários e aprendizes.

A folha de pessoal somou R\$ 19,8 bilhões em 2015, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R\$ 2,4 bilhões, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.

Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

Em 2015, a Fundação alcançou a participação de cerca de 97,4% do quadro de empregados ativos no período, com 136,8 mil associados no total. Desse número, 97,2 mil são ativos, 32,4 mil aposentados e 7,1 mil pensionistas.

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CAIXA investe em melhoria, inovação e aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2015, foram aplicados R\$ 877,2 milhões em novas plataformas, expansão, aumento de capacidade, melhorias no desempenho e disponibilidade, manutenção e atualização do parque tecnológico. A Tecnologia da CAIXA foi destaque em estudo realizado pela Computerworld. A pesquisa traça um panorama dos desafios e oportunidades dos líderes de TI no País e gera um ranking com os Top 100 CIOs do Brasil. A publicação Informática

## APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, importante incentivadora do esporte brasileiro, atua em sintonia com as diretrizes do Governo Federal, e contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

Em 2015, foram investidos cerca de R\$ 76,0 milhões em 539 projetos culturais patrocinados, incluindo os programas de ocupação cultural de seus espaços, artesanato, festivais, patrimônio, além de projetos em parceria com órgãos governamentais e eventos ligados à cultura popular.

Hoje também homenageou a Caixa com o Prêmio Profissional da Tecnologia da Informação 2015, em reconhecimento à relevância dos projetos de TI implementados na empresa.

As premiações refletem o profissionalismo da Instituição e dos empregados da TI, além constituírem reconhecimento de que a TI da CAIXA está em nível com a TI dos demais grandes bancos.

Além disso, a CAIXA se destaca como importante patrocinadora do esporte brasileiro, investindo em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional como o patrocínio às Confederações Brasileiras de Atletismo, Ginástica, Lutas Olímpicas, Comitê Paralímpico Brasileiro, os circuitos de corridas e corridas de rua em todo o país, além das Confederações Brasileiras de Ciclismo e tiro esportivo.

A Instituição também atua no futebol, patrocinando clubes, arenas e campeonatos. No segmento esportivo, os patrocínios aprovados em 2015 somam R\$ 217,0 milhões.

Em 2015, destacam-se os seguintes prêmios e reconhecimentos recebidos pela CAIXA:

- Destaque na lista “Maiores e Melhores 2015”, pesquisa realizada pela Revista Exame com as empresas que se destacaram em 18 setores da economia em 2014. A Instituição se destacou em praticamente todos os indicadores referentes ao mercado financeiro.
- Eleita, novamente, a marca de maior prestígio do setor financeiro do Brasil, de acordo com informação da Revista Época Negócios, em pesquisa realizada pelo Grupo Troiano *Branding*. Cada marca foi avaliada em nove dimensões: qualidade dos produtos ou serviços, confiança e ética, compromisso social e ambiental, postura inovadora, admiração, história e evolução, propósito, reconhecimento pela mídia e popularidade da empresa.
- Apontada como o banco favorito dos brasileiros, de acordo com o resultado da pesquisa Marcas Mais Amadas 2015, realizada pela Officina Sophia, da *holding* HSR. A CAIXA foi a marca que obteve a melhor avaliação do segmento bancário.
- Reconhecida no XV Prêmio e-Finance 2015, em nove categorias, na 25ª edição do Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras - CIAB/Febraban.
- Marca mais lembrada na categoria Poupança, pela 14ª vez, com 54% das lembranças, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, na edição do prêmio Folha Top of Mind 2015.

## AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho comprometido e incansável de todos os nossos empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho. Agradecemos também aos nossos clientes e parceiros pela confiança e fidelidade, com que nos impulsionam na constante busca pelo aprimoramento, tão essencial ao desenvolvimento da CAIXA e do Brasil.

**CAIXA**